ANAIS

ISBN 978-85-92902-01-8

Universidade do Estado de Santa Catarina

Reitor Marcus Tomasi

VIII Encontro Nacional

Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais

Presidente

Clarissa Grassi

Vice-presidente

Elisiana Trilha Castro

Comissão Científica

Adriane Piovezan

Clarissa Grassi

Maristela Carneiro

ISBN 978-85-92902-01-8

CEMITÉRIOS E RITOS FUNERÁRIOS

Placas de ex-votos e oferendas: as milagreiras do cemitério São Francisco de Assis, Itacorubi/Florianópolis (1980-2015)
Julia Massucheti Tomasi

CEMITÉRIOS, EDUCAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Cemitérios teuto-brasileiros no sul do Brasil: análise e estudo comparativo entre os túmulos da Alemanha e das cidades de colonização teuta no Rio Grande do Sul
Thiago Nicolau de Araujo

O início do fim? A pedagogia cemiterial aplicada no ensino básico
Kate Fabiani Rigo

CEMITÉRIO, RITOS E PATRIMÔNIO

Indumentária para uma boa passagem: uma reflexão sobre práticas mortuárias
Glayce Rocha Santos Coimbra

Curso de conservação e limpeza para arte tumular: um estudo de caso no cemitério da Consolação São Paulo
Viviane Comunale e Fábio das Neves Donadio

Por uma graça alcançada: estudo de caso a respeito de santos populares em São Gabriel (RS)
Nara Rejane Zamberlan dos Santos e Nastaja Cassandra Zamberlan dos Santos

Preservação dos cemitérios São José em Porto Alegre (RS)
Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho

CEMITÉRIOS, CIDADE E ARTE

(RE) criando histórias: O cemitério da Associação Cemitério Bonfim e a malha urbana em Cacoal (RO)
Andressa Zampoli e Jamille Coelho Barbosa

São Martins: um cemitério periférico, (des) conhecido na cidade de Bagé (RS)
Elaine Maria Tonini Bastianello e Fábio Vergara Cerqueira

A morte e o morrer sob a perspectiva da gestão pública: o difícil diálogo entre o tradicional e o moderno no Espírito Santo do século XIX
Júlia Freire Perini

A configuração dos espaços destinados ao enterramento: o campo da forca na Cidade de Goiás, século XIX
Ludimília Justino de Melo Vaz e Samuel Campos Vaz

ISBN 978-85-92902-01-8

Cidade, cemitérios e memória: os casos de Cruz Alta (RS) e Belo Horizonte (MG)
Thaissa de Castro Almeida Caino e Luísa de Assis Roedel

CEMITÉRIOS, CIDADE E ARTE

A arte da saudade em Campinas final do século XVIII e metade do XIX
Pedro Carlos Panazzolo

Desnudando a masculinidade: representações de nudez e seminudez na estatuária funerária paulistana (1920-1950)
Maristela Carneiro

CEMITÉRIOS E NOVOS OLHARES

Um caminho para a curadoria cemiterial
Helen Helena Almeida e Diego Ferreira Ramos Machado

Cemitério Municipal São Francisco de Assis – Florianópolis (SC): o uso de um sistema de informação geográfica (sig) no auxílio à gestão pública
Sarah Toso Mendes

Cemitério: Museu a céu aberto - Um novo olhar ao campo santo Proposta de musealização do Cemitério da Igreja Luterana do Espírito Santo de Blumenau SC
Raquel Brambillla

Sexo dos mortos: práticas de enterramento das travestis em Curitiba
Adriane Piovezan e Clarissa Grassi

CEMITÉRIOS, DOCUMENTO E MEMÓRIA

Vestígios materiais da morte: as pesquisas em arqueologia e cemitérios na Baía Babitonga, Santa Catarina
Maria Cristina Alves, Fernanda Mara Borba e Graciele Tules de Almeida

Cemitério e epigrafia: um olhar a partir da arquivologia
Fernanda Kieling Pedrazzi

Patrimônio cemiterial de Nazaré, Bahia: arquitetura e arte do cemitério Nosso Senhor dos Aflitos
Fabiana Comerlato e Caroline Pereira Teixeira

Cemitérios, monumentos *in memorian* e arte paisagística: o espectro da morte e o desenho de paisagens fúnebres
Rubens de Andrade e Aldones Nino

CEMITÉRIOS, DOCUMENTO E MEMÓRIA

Túmulo dos Soldados do Fogo – Das comemorações ao esquecimento, a utilização de um túmulo para a construção e desconstrução de uma identidade
Julio Cesar de Aguiar Santana

ISBN 978-85-92902-01-8

PLACAS DE EX-VOTOS E OFERENDAS: AS MILAGREIRAS DO CEMITÉRIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, ITACORUBI/FLORIANÓPOLIS (1980-2015)

Julia Massucheti Tomasi
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
juliamtomasi@hotmail.com

Resumo: O presente artigo procura analisar e compreender as devoções à Vida Machado e às irmãs Rosemary Furtado Koerich Noceti e Jane Furtado Koerich, as três milagreiras do cemitério do Itacorubi. Para tanto, são analisados os túmulos das milagreiras, seus espaços de devoções e oferendas, além das memórias e dos testemunhos dos devotos e familiares que permeiam a devoção das três milagreiras do cemitério do Itacorubi, o que acaba reconhecendo e consequentemente legitimando os poderes das "santinhas de cemitério" por meio destes relatos. São entrevistas, vozes, fotografias e pesquisas de campo nos cemitérios que dão corpo e alma ao trabalho, englobando vertentes e aspectos da vida, morte, post-mortem e memória das três "santinhas" do Cemitério do Itacorubi.
Palavras-chave: Milagreiros de cemitério. Morte. Cemitério

INTRODUÇÃO

Mortes trágicas e brutais, como assassinatos, linchamentos, estupros, acidentes (como os atropelamentos e incidentes automobilísticos e aéreos), suicídios, espancamentos ou doenças que acompanhem a pessoa durante todos os dias de sua vida. Estes são alguns dos tipos de mortes dos milagreiros dos cemitérios brasileiros, mortes estas que acabam se tornando uma forma de justificar a crença dos devotos, além de qualificarem as graças alcançadas.

Apesar da imensidão que circunda suas mortes, a crueldade e o sofrimento costumam aproximar-lhes. As unidades tumulares onde estão sepultados os restos mortais dos milagreiros são geralmente, os únicos espaços de devoção e peregrinação dos devotos. Sejam em regiões rurais ou urbanas das cidades brasileiras, os devotos visitam as sepulturas e lá fazem seus pedidos, intercessões e deixam seus presentes e oferendas aos milagreiros, como flores, velas, objetos pessoais e alimentos como forma de agradecimentos, além das placas de ex-voto.

Visitar o túmulo de Vida Machado e rezar uma "Ave Maria" e um "Anjo da guarda", acender velas, colocar uma placa de ex-voto como forma de agradecimento por graças alcançadas, deixar sobre o túmulo um bilhete com pedidos e agradecimentos, enfeitar a sepultura com vasos e coroas de flores naturais e artificiais, oferecer doces, como balas, bolachas e pirulitos ou somente conversar e

ISBN 978-85-92902-01-8

pedir conselhos a menina milagreira do Cemitério Municipal São Francisco de Assis, popularmente conhecido como Cemitério do Itacorubi. Estes são alguns dos inúmeros cultos, rituais e relações que os fiéis estabelecem com as milagreiras do Itacorubi. Intercedidos por pessoas das mais variadas classes sociais e religiões, os devotos estabelecem e sustentam uma relação afetiva e de confiança com seus "santinhos" de cemitério.

Neste trabalho, serão estudadas as devoções às três milagreiras da cidade de Florianópolis, sepultadas no cemitério do Itacorubi, o cemitério público mais antigo da cidade. Foi inaugurado no ano de 1925 e destaca-se pelas dimensões, sendo o maior de Florianópolis e um dos maiores do estado de Santa Catarina. Falecidas em períodos distintos, as irmãs Rosemary Furtado Koerich Noceti e Jane Furtado Koerich morreram no acidente aéreo do Boeing 727 da Transbrasil no morro da Virgínia, em Florianópolis, no ano de 1980, enquanto que Vida Machado faleceu no ano de 2002, no Hospital Infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis, com apenas nove anos de idade, vítima do vírus HIV.

Alguns meses após serem enterradas, suas unidades tumulares começaram a ser visitadas e procuradas pelos devotos que lá rezam, agradecem, pedem graças e deixam oferendas e rituais para as suas milagreiras. São pedidos de saúde, econômicos, emprego, amorosos e aprovações escolares, em concursos e vestibulares que levam os fiéis aos túmulos das três milagreiras do Itacorubi, seu único espaço devocional. Suas sepulturas se tornaram locais de encontro dos devotos, sobretudo, nos dias de Finados, além de espaços de ritualização, peregrinação, comoção, práticas e orações. São velas derretidas e queimadas, dezenas de placas de ex-votos, bilhetes expostos, uma imensidão de arranjos de flores naturais e artificiais que dá cor e vida ao túmulo, doces oferendados, muitas vezes abertos ou mastigados pelos próprios devotos, que fazem seus túmulos se destacarem entre os milhares existentes no cemitério do Itacorubi. Enfim, são cheiros, olhares, práticas, linguagens e emoções que conectam devotos e milagreiros através de suas sepulturas.

COM VISITAS AO CEMITÉRIO E PLACAS DE EX-VOTOS: O *POST MORTEM* DAS IRMÃS KOERICH

Após o acidente aéreo e a morte das irmãs Jane e Rosemary Koerich, as visitas as suas sepulturas no cemitério do Itacorubi se tornaram frequentes, tanto

ISBN 978-85-92902-01-8

dos familiares, como de amigos e desconhecidos que procuravam o túmulo para orar, agradecer e fazer pedidos às sepultadas. De acordo com o pai, Antônio Obet Koerich, nos primeiros anos após a morte das filhas, a sua visita à sepultura era cotidiana, como reforça:

> Nos primeiros tempos a gente visitava quase que diariamente. Eu ia após o trabalho. Encerrava o expediente e eu passava por lá. Eu saía lá do cemitério umas oito, nove horas da noite. Eu ia marcar com a minha presença. Sempre que eu tinha a oportunidade, eu levava uma rosa do nosso jardim. Eram aquelas flores que tinham um determinado simbolismo. O nosso jardim na Bocaiúva sempre tinha rosas. Quero te dizer o seguinte, não tinha um sábado sem missa, como não tinha também um sábado e domingo sem visita ao cemitério. Isso deve ter acontecido até uns vinte anos atrás. Permanentemente aos sábado era religioso. Saía de casa, para o cemitério e missa. Casa, cemitério e igreja. [1]

Em datas especiais, como Dia de falecimento, nascimento, Finados e Natal, a sepultura onde estão sepultadas as irmãs e Sônia era constantemente visitada, como reforça Antônio Obet Koerich[2], sobretudo, no Dia de Finados. Ele destaca que "permanentemente tinham pessoas". Tais constatações também são reforçadas pelos coveiros do cemitério do Itacorubi, Enio Vilpert[3] e João Ferreira de Lima[4], que relataram em entrevista que a sepultura das irmãs Koerich são bastante visitadas pelos familiares durante o Dia de Finados.

Imagem 1 – Sepultura das irmãs Koerich no Dia de Finados do ano de 2014
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2014

[1] KOERICH, Antônio Obet. **Entrevista cedida à Julia Massucheti Tomasi**, no dia 25 de fevereiro de 2015.
[2] Ibidem.
[3] VILPERT, Enio. **Entrevista cedida à Julia Massucheti Tomasi**, no dia 23 de janeiro de 2015.
[4] LIMA, João Ferreira de. **Entrevista cedida à Julia Massucheti Tomasi**, no dia 23 de janeiro de 2015.

ISBN 978-85-92902-01-8

Durante a década de 1980, especialmente nestas datas comemorativas, como o Dia de Finados, além das visitas durante o dia, à noite eram realizadas serenatas para as irmãs, sempre organizadas pela mãe, Ony Furtado Koerich, como descreve Antônio Obet Koerich.[5] Os participantes da serenata eram todos familiares, amigos e conhecidos das irmãs, sempre convidados pela senhora Ony. Os seresteiros levavam instrumentos musicais, como violão e acordeão para tocarem e cantarem em frente à sepultura das filhas, homenageando-as e recordando-as.

As serenatas no cemitério, como salienta Antônio Obet Koerich, era uma continuidade das serenatas realizadas anteriormente na casa da família, quando as filhas se reuniam com os amigos e cantavam: "quando as meninas eram mais jovens, com muita frequência, tinham pessoas que iam fazer serenata para nós. E aquilo ali foi a continuidade das serenatas que eles faziam para nós, desenvolvendo depois para lá. Havia um convite para aqueles próprios seresteiros para fazerem presença."[6]

As serenatas também são recordadas pelo coveiro Enio Vilpert[7], que lembra que o movimento noturno e as músicas eram vistos com estranheza pelos que passavam próximo ao cemitério do Itacorubi. Tal fato é reforçado pelo pai, Antônio Koerich[8], que relata: "As primeiras serenatas que foram feitas provocaram certo tipo de desconfiança. Cantar para quem já é morto? É uma coisa diferente, cantar em cemitério".

De acordo com o senhor Antônio, as serenatas foram feitas durante aproximadamente dez anos, quase sempre em datas especiais, como Finados, aniversário de morte e dia de Natal. Durante o ano, eram feitas algumas serenatas, conforme a organização da senhora Ony, sendo que estas findaram com o passar dos anos.

As visitas à sepultura em datas não comemorativas eram menores, mas em várias ocasiões em que o senhor Antônio Obet Koerich esteve no cemitério, encontrou amigos e mesmo desconhecidos que oravam e faziam pedidos às sepultadas, além de depositarem flores, acenderem velas e deixarem as placas de ex-votos por graças alcançadas pelas irmãs.

---

[5] KOERICH, op. cit.
[6] Ibidem.
[7] VILPERT, op. cit.
[8] KOERICH, op. cit.

ISBN 978-85-92902-01-8

As placas de ex-votos às irmãs perfazem atualmente trinta e três, com placas deixadas sobre a sepultura desde o ano de 1982. Das trinta e três placas, quatorze são datadas, algumas com data completa e outras apenas com o mês e/ou ano, conforme datas apresentada a seguir: 22/04/1982, 01/02/85, 08/1997, 22/08/2001, 07/01/2002, 14/02/2008, 02/08/2010, 28/08/2010, 09/06/2011, 08/12/2011 e 07/07/2015.

Além das datas, algumas placas possuem mensagens de reconhecimento às graças alcançadas, além de outras com iniciais do nome das pessoas que receberam as graças, conforme se observa nas transcrições das placas a seguir:

> A uma graça alcançada; Por uma graça alcançada; Graças alcançadas; Rose e Jane, obrigada; Rose e Jane! Obrigado pela graça alcançada; Agradeço uma graça recebida; Obrigada pela graça alcançada; E.S; C.E; J e R [iniciais de Jane e Rosemary]; J.H.F.J [na sepulturas existem duas placas com estas mesmas iniciais]; D.P.S [na sepulturas existem duas placas com estas mesmas iniciais].

Para o senhor Antônio Obet Koerich, a manifestação através das placas de ação de graça iniciaram poucos anos após a morte de suas filhas, como se constata através de uma placa datada de 1982. Para a família, tais placas de ex-votos se caracterizaram como um “choque”, como também foi a morte e, posteriormente, as seis mensagens psicografadas pelas filhas.

De acordo com o pai, poucas foram as pessoas que ele viu depositar as placas na sepultura, a grande maioria, indivíduos desconhecidos da família. Reforça inclusive que ele mesmo realiza pedidos, mas nunca colocou placas, invocando as filhas quase que diariamente, atentando que: “Agora se elas me atendem, não sei. Possivelmente, quando eu estou em um sentimento de felicidades elas me atendem [...] E algumas vezes eu já pedi lá no cemitério. ‘Jane e Rose, estou vendo tantas placas aí, eu estou precisando da intercessão de vocês’. Eu vejo que é uma situação natural.”[9]

Nilson Nelson Machado[10], pai da milagreira Vida Machado, foi um dos primeiros a colocar as placas de ex-votos no túmulo das irmãs Koerich. Acredita que tenha depositado a placa ainda no ano de 1980 ou 1981, logo após o falecimento. Como acompanhou toda a tragédia da queda do avião, tendo em vista que trabalhava no Hospital de Caridade, local que recebeu os sobreviventes, além de

[9] KOERICH, op. cit.
[10] MACHADO, Nilson Nelson (Duduco). **Entrevista cedida à Julia Massucheti Tomasi**, no dia 25 de janeiro de 2016.

ISBN 978-85-92902-01-8

conhecer as irmãs de eventos da cidade e a mãe, Ony, Duduco esteve presente no velório e enterro. Como visitava o cemitério com frequência, costumava ir até a sepultura das irmãs, tendo em vista que sentiu muito pela perda dos pais Antônio e Ony. Além de rezar pela alma das irmãs, certo dia resolveu fazer um pedido às irmãs, conforme detalha em seu relato:

> Aquela tristeza da Ony e Toninho, perder as duas filhas. Daí eu fui no enterro delas e vi todo aquele sofrimento. Eu como já costumava ir ao cemitério, eu comecei a visitar a sepultura delas. Daí eu comecei a frequentar a sepultura delas. Através daquele sofrimento da Ony, de muita gente visitando, daí eu pensei, eu vou pedir pra elas. Aí pedi um dia. E eu naquela minha crença acreditei que tinha alcançado tal graça, né. E botei a placa lá, eu acho que naquele mesmo ano que elas morreram. E se não foi naquele ano, foi no seguinte, em 1981. Se não me engano só tinha uma placa lá, e eu coloquei a minha depois.[11]

Imagem 2 – Placas de ex-votos na sepultura das irmãs Koerich
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2013 e 2016

No decorrer dos 35 anos de falecimento, de acordo com o senhor Antônio Obet Koerich, já foram encontradas placas de vários materiais, como madeira e papelão, que acabaram se deteriorando com o passar dos anos, sendo que as placas de mármore foram as únicas que resistiram às décadas, conforme descreve:

> Tinham placas de madeira. Você pegava uma placa de granito ou uma placa de madeira pintada com as iniciais de fulano de tal, uma graça alcançada. Outras vezes eu me lembro inclusive que foi feito um tipo de cartaz também pequeno com um tipo de papelão mais grosso. E aquilo com o tempo se deteriorou. Então, aquelas placas que lá estão são aquelas que resistiram ao tempo e outras surgiram. Algumas com madeira de lei mais

[11] Ibidem.

ISBN 978-85-92902-01-8

> esculpida, outras em cerejeira, só que com o tempo o material se deteriora. O granito você conserva, não se desfaz de uma hora para outra.[12]

Quanto às visitas à sepultura das filhas, de acordo com o senhor Obet Koerich, atualmente estas não são tão intensas quanto nos primeiros 20 anos, motivado pela insegurança que o cemitério do Itacorubi oferece. Contudo, reforça que as visitas com a esposa Ony costumam ser mensais: "Diminuímos a frequência pela falta de tranquilidade no cemitério, não te oferece mais segurança. Eu tenho medo de ir sozinho [...]. Mas, às vezes, passando por ali e eu digo: 'Vamos ver as meninas?' É a maneira como a gente se refere."[13]

Entretanto, apesar das visitas serem mensais, o cuidado e preservação do túmulo é semanal, havendo um funcionário da família que realiza a limpeza e conservação da unidade tumular em alguns sábados do mês, conforme relatos dos coveiros Enio Vilpert[14] e João Ferreira de Lima.[15]

Em síntese, são visitas à sepultura, serenatas no cemitério, placas de ex-votos e pedidos às irmãs falecidas que permeiam o *post mortem* de Jane Furtado Koerich e Rosemary Furtado Koerich Noceti.

COM BILHETES, PLACAS E DEVOÇÕES: O CULTO AO TÚMULO DE VIDA MACHADO, A MENINA MILAGREIRA

> A primeira placa foi de uma estudante da universidade. Foi uma moça da universidade que botou. Daí depois daquilo dali eu comecei a ver outros universitários lá também, não sei se essa mulher passou a conversar e passar a diante. E de vez em quando eu vejo muito universitário lá. Bilhetes e carta que eles botam.[16]

Conhecida como a milagreira dos estudantes do cemitério do Itacorubi, Vida Machado começou a ser intercedida no mesmo ano de sua morte, somente um mês depois, quando ocorreu o vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Conforme supracitado, a primeira devota a colocar uma placa de ex-votos foi uma estudante que foi aprovada no vestibular no curso de medicina. Esta viu a sepultura de Vida durante um enterro uma semana antes de prestar o vestibular e

[12] KOERICH, op. cit.
[13] Ibidem.
[14] VILPERT, op. cit.
[15] LIMA, op. cit.
[16] MACHADO, 2016, op. cit.

ISBN 978-85-92902-01-8

acabou pedindo a falecida, mesmo sem conhecer sua história e não possuir nenhum registro de milagres. Quando a graça foi recebida, isto é, após passar no vestibular, solicitou aos coveiros o contato de algum familiar de Vida para pedir permissão para colocar a placa. Após contatar Duduco, que a autorizou, a primeira placa de ex-voto foi depositada no túmulo.

A partir de então, dezenas de placas de ex-votos foram deixadas junto à sepultura. Placas em gratidão a aprovação em provas, como vestibular, concurso e exames finais escolares eram as mais frequentes. Contudo, a grande maioria delas foi dispensada, tendo em vista que seu pai, Duduco, jogou muitas delas fora, como relata: "Tirava, tinha muita placa. Daí eu me tornei evangélico e passei a ter outra visão, eu peguei e disse: - Ah não, isso daí, isso daí vai virar uma idolatria. Daí eu comecei a tirar as placas. Mas depois nem fui mais lá e não tirei mais." [17]

De acordo com Duduco, além de ter desprezado muitas das placas, vários dos devotos, como uma forma de estar mais perto da milagreira, também levavam placas para casa, pois em algumas ocasiões chegava e se deparava com um número inferior ao que tinha na visita anterior: "Parece que semana passada tinha vinte placas e agora tem dez, eu dizia assim. Será que alguém tá levando para outra sepultura? Daí eu peguei e vi que era tradição de algumas pessoas. Eu vou levar para casa, que é melhor para orar, pensam."[18]

Nas numerosas visitas que fiz ao túmulo de Vida, entre os anos de 2011 e 2016, encontrei um número variado de placas de ex-votos, sendo todas elas feitas em granito, com inscrição em tinta. No ano de 2011, primeira vez que estive na sepultura, havia somente duas placas e no transcorrer dos seis anos, variaram entre duas a dez placas. Atualmente, existem apenas cinco placas, nenhuma delas datada ou identificada, possuindo apenas as seguintes mensagens: "Uma graça alcançada" (quatro das placas possuem esta mesma mensagem) e "Graça alcançada" (apenas uma delas com esta mensagem). Na Imagem 3, na primeira foto, do ano de 2011, observam-se apenas duas placas, enquanto que as duas fotografias abaixo, de novembro 2016[19], existem as cinco placas encontradas atualmente:

[17] Ibidem.
[18] MACHADO, 2016, op. cit.
[19] O Dia de Finados de 2016 foi a última visita que realizei ao túmulo de Vida.

ISBN 978-85-92902-01-8

Imagem 3 – Placas de ex-votos na sepultura de Vida
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2011 a 2016

Além dos casos de pedidos de estudantes, os de saúde também são muito comuns. Duduco recorda que uma das primeiras placas depositadas foi de uma mãe que estava com sua filha internada na UTI do Hospital Infantil Joana de Gusmão, em estado gravíssimo. Mesmo sem esperanças, pois os médicos já haviam dado seu parecer negativo, foi até a sepultura de Vida e pediu recuperação a sua filha. A menina se salvou e como agradecimento, sua mãe visita a sepultura de Vida anualmente, presenteando-lhe no dia de aniversário com um arco de coroa de flores feito por ela, que coloca na estátua de Vida.

Mais um caso de pedido de saúde à Vida é de outra mãe, do bairro do Campeche, em Florianópolis. Como sua gravidez foi de risco e tinha poucas chances de manter sua gestação até o período que sua filha pudesse nascer saudável, foi até Vida para fazer uma promessa. Caso a graça fosse atendida e sua filha nascesse bem, homenagearia Vida colocando o mesmo nome em sua filha. E quando nasceu, assim o fez, registrando sua filha de “Vida”.

Mas, não são apenas as buscas de cura e recuperação que os devotos solicitam à menina Vida. Conseguir uma boa oportunidade de emprego também é um pedido comum entre os visitantes do túmulo, como reforça Maria Aparecida da Fonseca Luz.[20] Segundo ela, que é frequentadora assídua do cemitério do Itacorubi, por possuir o túmulo do marido ao lado ao de Vida, um dos casos de devotos que

[20] LUZ, Maria Aparecida da Fonseca. **Entrevista cedida à Julia Massucheti Tomasi**, no dia 22 de fevereiro de 2016.

ISBN 978-85-92902-01-8

mais recorda é de um jovem que alcançou uma vaga de emprego graças a um pedido feito à Vida:

> Muita gente vai lá botar placa. Tinha um rapazinho, moreninho, que todo ano vai lá. Bota uma flor, uns pirulitos e umas coisas. Disse pra mim que ele estava desempregado e ele foi ali e arrumou emprego. Eu pensei até que ele era algum filho do Duduco, mas daí eu conversei com ele. Daí ele disse que não, que nem conhecia. Que só veio ali porque ele entrou com desespero ali no cemitério e viu aquela criança, aquela estátua ali e pediu e começou a ir ali. E disse que todo ano ele vai ali, porque recebeu uma graça. É a fé, cada um com a sua fé.[21]

Determinados exemplos de devotos merecem maior destaque, como é o caso de uma moradora do bairro Córrego Grande, de Florianópolis, que não quis se identificar. De acordo com a mãe da devota, sua filha alcançou uma graça de Vida e partir de então, passou a cultuá-la diariamente. No quarto da jovem filha, possui fotos de Vida, no carro está gravado o nome da milagreira, além de usar vários acessórios estampados com o nome “Vida”, como camisetas e pulseiras. A devota diz que sempre que precisa de auxílio, graças e conselhos, conversa com a milagreira, reforçando que todos os pedidos já feitos foram alcançados e que sua vida e destino estão nas mãos de Vida Machado.

Outro caso já citado anteriormente e que merece destaque é a devoção que o ator Carlos Eduardo Bouças Dolabella Filho, popularmente conhecido como Dado Dolabella, tem a Vida. Como já mencionado, o ator conheceu a menina no ano de 2001, durante uma internação no Hospital Infantil Joana de Gusmão. Em uma entrevista em um programa de televisão, Dado falou sobre o caso de Vida e a fé que tinha na menina, como lembra Duduco: “Disse que tinha muita fé nessa menina. E que sentia a presença dela, ele falou na televisão. Falou que era uma menina que dava muita força pra ele, porque é espírita, né.”[22]

Alguns parentes de Vida, como os irmãos e as tias (irmãs de Duduco) são bastante devotos dela, como também vizinhos e pessoas da comunidade que a conheciam e acompanhavam seus dias de luta contra a doença. De acordo com Duduco, muitos dos seus amigos também intercedem por ela, como “amigos meus de carnaval, que dizem: - Ai Duduco, esses dias eu estava numa situação tão complicada e pedi para Vida, a sua filha. Meu Deus! Me atendeu na hora. Aquela

[21] Ibidem.
[22] MACHADO, 2016, op. cit.

ISBN 978-85-92902-01-8

menina tem um poder, eles dizem assim. Eles pedem, acreditam, né."[23] Até hoje, segundo Duduco, ainda é frequentemente surpreendido na rua por pessoas que ao encontrá-lo, dizem que pedem à Vida e que visitam sua sepultura para orar pela menina e agradecer às graças alcançadas.

O próprio Duduco, enquanto era praticante do espiritismo e catolicismo, pedia a sua filha e acreditava que as graças eram alcançadas. No entanto, adverte que nunca colocou placas para Vida, como colocou anos antes em vários milagreiros ao redor do Brasil, pelas graças alcançadas para a Vida, conforme referido anteriormente. Duduco lembra que sua crença na filha foi intensificada quando recebeu mensagens psicografadas da Vida durante algumas visitas realizadas ao Grupo Espírita da Prece - GEP, localizado na cidade de Uberaba, em Minas Gerais: "Eu acreditei, porque recebi cartas da Vida. Eu fui lá em Uberaba, eu fui frequentador assíduo de Uberaba. Aí eu recebi umas cinco, seis cartas da Vida, logo depois da morte. Aí eu recebia e achava válido ir lá no túmulo, cantar e conversar com ela."[24]

De acordo com Maria Aparecida da Fonseca Luz[25], o túmulo de Vida é sempre movimentado e cheio de oferendas. Devido o fato do túmulo do marido ser ao lado ao de Vida e por visitar o cemitério em várias datas especiais e ficar em frente ao túmulo do marido o Dia de Finados quase que inteiro, acompanhou anos de peregrinação dos devotos, como lembra:

> É muito movimentado, a sepultura dela é sempre cheia. Nos Finados, chega um, chega outro. Eu vou para lá de manhã e vejo, até a hora que eu saio de lá. Eles acendem muita vela, muita bala, pirulito. Por causa de Cosme e Damião, né. Além das placas que mandam fazer. Passam mais de duzentas pessoas por ali nos Finados. Fazem oração, mas tudo individual, não é em grupo não. Ano passado eu não me encontrei com o Duduco, mas quando eu estava lá muita gente acendeu vela e rezou.[26]

As oferendas depositadas no túmulo de Vida Machado, relatadas acima por Maria Aparecida Luz, são frequentes. Importante mencionar que nos seis anos que realizei visitas ao cemitério, entre 2011 e 2016, presenciei dezenas de oferendas deixadas em seu túmulo, sobretudo, os doces, como pacotes abertos e fechados de pipoca doce, balas, açúcar (em um das ocasiões, o túmulo estava repleto de

[23] Ibidem.
[24] MACHADO, 2016, op. cit.
[25] LUZ, op. cit.
[26] Ibidem.

ISBN 978-85-92902-01-8

abelhas, tendo em vista que depositaram o açúcar sobre a própria escultura de Vida, como pode ser observado na Imagem 4, além de bolachas recheadas e pirulitos, conforme Imagem 4:

Imagem 4 – Oferendas deixadas no túmulo de Vida

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2011 a 2016

Imagem 5 – Ritos presentes no túmulo de Vida

Fonte: Acervo pessoal da autora, 2011 a 2016

As oferendas de doces podem ser interpretadas de algumas maneiras. Para muitos fiéis, deixar os doces para a milagreira, que faleceu ainda criança, é uma forma de agradá-la e um meio de agradecer pelas graças alcançadas. Para outros, é uma oferenda às entidades dos cultos afro-brasileiros (Orixás) e uma forma de agradecer São Cosme e Damião e o *erês*[27]. Deve-se salientar que as oferendas são encontradas durante todo o ano e não apenas nos dias 27 de setembro (Dia de Cosme e Damião) e 12 de outubro (dia das crianças) datas mais comum para deixar os doces a São Cosme e Damião.

Para Vagner Gonçalves da Silva[28], tais oferendas de alimentos são para os praticantes da Umbanda um meio de "fortalecê-los, simbolicamente, nutrindo-os de atenção, respeito, reconhecimento, amor e confiança". Enfim, como bem destaca o

[27] De acordo com Júlio César Tavares Dias São Cosme e Damião "foram nas religiões afro-brasileiras sincretizados com os erês (espíritos de crianças)". In: DIAS, Júlio César Tavares. Doce de Cosme e Damião: considerações sobre um caso de sincretismo. In: **Revista Diálogos**, Maringá, n ° 11, p. 21-40, abr/mai 2014. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.eduosme_Damiao_julio.pdf?Cosme_e_Damiao_um_caso_de_sincretismo.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

[28] SILVA, Vagner Gonçalves da. A criação da umbanda. In: **História Viva**. Grandes Religiões: Cultos Afros, São Paulo, n ° 6, p. 34-39, 200, p. 68.

ISBN 978-85-92902-01-8

historiador Lourival Andrade Júnior[29], as oferendas no túmulo são para muitos devotos dos milagreiros de cemitério a "manutenção de sua tradição; para outros, a necessidade de demonstrar agradecimento e empenho em sua devoção".

De acordo com Duduco, muitos desses doces oferecidos a Vida são comidos pelos próprios devotos, de modo que alguns levam para casa, para comerem posteriormente, enquanto outros os comem no próprio cemitério, em frente a sua sepultura: "A gente botava a bala ali e eles levavam. Teve uma senhora que disse um dia pra mim: - Sempre que eu venho aqui tem sempre uma balinha que eu levo pra casa. Eu levo, às vezes até derretida, mas eu levo, porque ela tem um poder de milagre essa menina."[30] A ingestão dos alimentos para muitos fiéis pode ser interpretada como uma forma de estar mais perto do milagreiro ou mesmo uma forma da graça ser atendida mais rapidamente.

Os devotos e visitantes do túmulo de Vida não depositam apenas os doces. Conforme destacaram acima Luz[31] e Machado[32] e pude constatar nas visitas, os ritos deixados a ela são variados, como os arranjos de flores naturais e artificiais, sempre diferentes a cada visita, além das velas[33]. Nas numerosas visitas que fiz ao túmulo, nunca encontrei a sepultura sem ritos, em especial, as flores artificiais e velas, fossem apagadas ou acesas no velário localizado no chão, ao lado da sepultura, conforme Imagem 5.

Outra forma que os fiéis encontraram para se comunicar com Vida, seja para agradecer as graças alcançadas ou pedir novas são as mensagens escritas, como os bilhetes deixados na sepultura. Foram encontrados nas diversas visitas ao túmulo de Vida mensagens dobradas abaixo de uma pequena imagem de anjo (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), localizada sobre o tampo, ao lado da escultura da milagreira. Como reforçado anteriormente, em um relato de Duduco, os estudantes são os que mais deixam tais mensagens escritas à Vida.

A maioria das mensagens é composta por letras de músicas que tratam de saudade, amizade, esperança e amor, além de outras que contém passagens bíblicas e frases à Vida. Em umas das visitas, foram encontrados cinco bilhetes,

[29] ANDRADE JÚNIOR, Lourival. **Da barraca ao túmulo:** Cigana Sebinca Christo e as construções de uma devoção. 2008. 292 p. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, p. 265.
[30] MACHADO, 2016, op. cit.
[31] LUZ, op. cit.
[32] MACHADO, 2016, op. cit.
[33] Foram encontradas apenas velas tradicionais brancas.

ISBN 978-85-92902-01-8

apresentados em folhas avulsas, todas iguais, retiradas de um mesmo caderno, ou seja, deixados pela mesma pessoa.

Estes cinco bilhetes contém a tradução de várias músicas em inglês, como as traduções das letras das músicas "Está tudo voltando para mim agora", de Celine Dion e "Eu não me importo mais", de Phil Collins. Em um das folhas, estão presentes nomes de músicas de cantores e bandas nacionais, como Paralamas do Sucesso, Raul Seixas, Revelação, Fundo de Quintal e Osvaldo Montenegro, conforme as transcrições apresentadas abaixo[34]:

O amor não sabe esperar (Paralamas)
O dia em que terra parou (Raul Seixas)
Talvez (Revelação)
Amizade (Fundo de Quintal)
Quando a gente ama (Osvaldo Montenegro)
Lua e flor (Osvaldo Montenegro)
Estrelas (Osvaldo Montenegro)

A última folha contém apenas um fragmento da página, escrita a seguinte mensagem: "Loucura?? Ou ingratidão Fé é a luz maior."

São pedidos de saúde, emprego e aprovações em vestibular e concurso, que fazem do túmulo de Vida um dos mais visitados do cemitério do Itacorubi. Para agradecer as graças alcançadas e pedir novas, os devotos oram e conversam com a milagreira em frente à sepultura ou deixam as mensagens escritas. Também oferecerem alimentos a ela, como balas e bolachas e depositam os ritos, como os vasos de flores artificiais e naturais e as velas. Como sintetiza Lourival Andrade Júnior[35], as oferendas deixadas nos túmulos de milagreiros fazem desses espaços "um lugar privilegiado e original, onde se encontram práticas do catolicismo tradicional e do popular ao lado de práticas da umbanda".

Considerações finais

Em síntese, são inúmeras placas de ex-votos, bilhetes com pedidos de graças, velas acesas e derretidas, flores naturais e artificiais e oferendas de alimentos que fazem das sepulturas de Vida Machado, Rosemary Furtado Koerich Noceti e Jane Furtado Koerich, as três milagreiras do cemitério do Itacorubi, espaços

[34] As transcrições dos bilhetes foram mantidas no original, sem alterar a apresentação e o português do documento original.
[35] ANDRADE JÚNIOR, op. cit.

ISBN 978-85-92902-01-8

únicos de devoções e cultos, repletos de dinamismo, cores, aromas e pessoas que se tornaram neste trabalho, locais de incessante análise, pesquisa e estudos.

A partir deste artigo, pode-se observar a periodicidade da visitação dos familiares e devotos das três milagreiras do Itacorubi, as serenatas realizadas nos túmulos durante anos pelos amigos e parentes, o cuidado com as sepulturas, as dezenas de placas de ex-votos deixadas, os bilhetes entregues com agradecimentos e pedidos de graças e as oferendas e cultos ali praticados, sendo suas sepulturas locais de intensas devoções e ritualizações.

Bibliografia

ANDRADE JÚNIOR, Lourival. **Da barraca ao túmulo:** Cigana Sebinca Christo e as construções de uma devoção. 2008. 292 p. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

DIAS, Júlio César Tavares. Doce de Cosme e Damião: considerações sobre um caso de sincretismo. In: **Revista Diálogos**, Maringá, n ° 11, p. 21-40, abr/mai 2014. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40794979/Cosme_Damiao_julio.pdf?AWSAccessKeyIdCosme_e_Damiao_um_caso_de_sincretismo.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

KOERICH, Antônio Obet. **Entrevista cedida à Julia Massucheti Tomasi**, no dia 25 de fevereiro de 2015.

LIMA, João Ferreira de. **Entrevista cedida à Julia Massucheti Tomasi**, no dia 23 de janeiro de 2015.

LUZ, Maria Aparecida da Fonseca. **Entrevista cedida à Julia Massucheti Tomasi**, no dia 22 de fevereiro de 2016.

MACHADO, Nilson Nelson (Duduco). **Entrevista cedida à Julia Massucheti Tomasi**, no dia 25 de janeiro de 2016.

SILVA, Vagner Gonçalves da. A criação da umbanda. In: **História Viva**. Grandes Religiões: Cultos Afros, São Paulo, n ° 6, p. 34-39, 200, p. 68

VILPERT, Enio. **Entrevista cedida à Julia Massucheti Tomasi**, no dia 23 de janeiro de 2015.

ISBN 978-85-92902-01-8

CEMITÉRIOS TEUTOS-BRASILEIROS NO SUL DO BRASIL: ANÁLISE E ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS TÚMULOS DA ALEMANHA E DAS CIDADES DE COLONIZAÇÃO TEUTA NO RS.

Dr. Thiago Nicolau de Araújo

ESGV

thiago@novaformacultural.com

Resumo
A pesquisa estabelece um estudo comparativo entre os cemitérios dos imigrantes teutos no sul do Brasil e dos cemitérios de seu país de origem, a Alemanha, buscando definir quais elementos simbólicos revelam a manutenção de uma identidade religiosa teuta expressa nos símbolos e nos epitáfios, de forma a analisar a construção de uma ou mais identidades culturais preservadas nos cemitérios teutos do Rio Grande do Sul.

Palavras – Chave: Cemitérios Protestantes; Religiosidade teuta; túmulos.

"Hier ruhet in Gott unser guter innigst geliebter
Sohn, Bruder, Schwager, Onkel.
Fern der Heimat, Fern der Seinen
Epitáfio encontrado no cemitério protestante de Salvador, Bahia*

A análise tumular dos cemitérios da Alemanha em comparação com os cemitérios dos imigrantes teutos-brasileiros no sul do Brasil deve ser entendido através de um recorte temporal, porém, nunca isolados, mas sim através da óptica da longa duração. A evolução da cultura sepulcral, tanto na Alemanha como no Brasil foi agregando elementos próprios ligados a questões regionais e étnicas, porém ambos se identificam tanto na sua estrutura bem como no seu conteúdo simbólico iconográfico e textual.

O imigrante trouxe consigo as formas de expressão de sua relação com a finitude, contudo foi necessário promover adaptações seja pela falta de mão de obra específica para confecção dos túmulos, seja pelo o material usado para tanto e da condição financeira para elaboração de mausoléus. De qualquer forma, podemos estabelecer uma analogia contextual entre os continentes.

No decurso do século XIX, com as políticas de imigração do Brasil Imperial, chegavam as primeiras levas de imigrantes protestantes, isto é, aqueles

* Aqui repousa em Deus nosso bem-amado filho, irmão, cunhado, tio. Longe de sua terra, longe dos seus.

ISBN 978-85-92902-01-8

que não professavam o catolicismo romano, considerado então, como religião oficial do país.

Embora, a Constituição Imperial de 1824, em seu art. 5, estabelecesse que, respeitada a religião oficial, ninguém seria perseguido por questões religiosas, no cotidiano não era a situação observada. Intolerâncias particulares e motivos políticos eram constantemente causas de fortes oposições entre católicos e protestantes.

Dessa forma, os imigrantes protestantes buscaram a organização de pequenas comunidades onde não somente cultivariam suas tradições culturais, mas também estruturariam suas bases religiosas, sendo este o principal fator de coesão grupal. Os processos de adaptação social exigiam novos procedimentos, visando uma integração com a sociedade majoritária, porém, nos anos de 1800, ainda perduravam resquícios relacionados à Inquisição Católico-Romana, gênese de muitas conjunturas experienciadas em diferentes lugares por todos aqueles que não comungassem os dogmas teológicos do catolicismo.

Dentro desse contexto, os imigrantes alemães acabaram por desenvolver a germanidade, uma identidade étnica que funcionava com um fator de coesão do grupo: a etnicidade como forma de interação social. A particularidade da colonização alemã determinou a preparação dos conceitos de “nação” e “pátria” compatíveis com sua situação de brasileiro-estrangeiros. Deste modo a sua pátria agora era a colônia, o seu chão, e sua cidadania passou a ser a brasileira, porém ao denominar-se, o seu povo (Volk) era o alemão. Assim esse fenômeno é esclarecido por Seyferth (1993, p. 102):

> A ligação com a Alemanha, portanto, baseia-se na comunidade de sangue e língua, naturalizada através de um modo de vida alemão preservado nas colônias – numa reapropriação da ideologia nacionalista anterior à unificação alemã, que podia falar de uma nação sem Estado. De certa forma, isso explica por que associações culturais, de tiro e ginástica, juntamente com a família, a preservação do idioma, a endogamia e até mesmo a nova sociedade (imaginada como produto da capacidade herdada de trabalho, portanto, associada à raça), são concebidos como fronteira étnica a preservar.

Os imigrantes alemães, de acordo com Seyferth (1993), procuraram sempre manter preservadas o uso da língua alemã, bem como seus costumes através da intensidade da vida social expressa pelas muitas associações que

ISBN 978-85-92902-01-8

assumiram forte caráter étnico. E desta forma do mesmo modo buscaram manter essa identidade no cemitério, através do epitáfio escrito na escrita na língua materna, muitas vezes escrito em letra gótica, ressaltando o local de nascimento na Alemanha, também expressando o sentimento religioso, já que a maioria das inscrições versa sobre mensagens religiosas.

Sendo assim, as manifestações da Germanidade, de acordo com Gertz (1991, p.38) propagavam a ideia de preservar aspectos culturais trazidos da Alemanha pelos imigrantes. Neste sentido, a preservação da língua de origem foi um fator primordial, fato não só observado entre o espaço dos vivos, mas também nos cemitérios. Deste ponto de vista, deve-se considerar que o epitáfio é uma forma de definir a identidade teuto-brasileira, fazendo uma reconstrução romântica e saudosista de seu passado, desconsiderando em muitas vezes os verdadeiros motivos que os levaram a abandonar sua pátria mãe para buscar uma nova vida em uma terra totalmente desconhecida. Torna-se relevante destacar que esse tipo de saudosismo alemão faz com que por outro lado o imigrante reconstrua a sua identidade sobre ideais forjados por ele mesmo.

Castro[37] revela que uma das peculiaridades dos cemitérios de comunidades alemãs, sejam eles católicos ou protestantes, é a tendência de sepultar seus mortos sob lápides no chão, diferente da tradição de imigrantes italianos e do costume português, onde preponderam os túmulos-capelas com grande quantidade de imagens sacras e ornamentos religiosos em seu interior.

Uma particularidade importante compete ressaltar dos cemitérios da Alemanha refere-se à estética. Durante o século XIX, as plantas passaram a se tornar importante componente da sepultura. Deste modo a cobertura com trepadeiras e flores nos pilares e nas lápides foi arranjada e cunhada artisticamente, com a arquitetura do túmulo exibindo a face do romantismo nos cemitérios.

Em um lugar que congrega diferentes credos é possível perceber que as formas de representar o lugar do morto podem colaborar para pensar o modo como determinados valores prevalecem, ao passo que, outros são silenciados. Esse silêncio, que pode ser imposto, como ocorreu no século XIX, ou por uma postura funerária que no caso dos protestantes tendem, muitas vezes, à ser mais comedida em oposição a arquitetura funerária católica. A arquitetura dos

[37] Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/12/pdf/es07.pdf. Acesso em 20 de maio de 2015.

ISBN 978-85-92902-01-8

cemitérios protestantes, tende a ser composta de elementos arquitetônicos como túmulos de pequeno porte, com ênfase para o modelo "pedra lapidar", seguindo o modelo comum dos cemitérios na Alemanha (CAMARGO, 2006, p. 5). Nos cemitérios protestantes localizados nos grandes centros urbanos, percebe-se uma monumentalidade e a estatuária funerária como forma de destaque social nos cemitérios

Enquanto nos territórios alemães da Europa, do início do século XIX, a saúde e as políticas de infraestrutura urbana levaram os cemitérios para fora dos limites das cidades, nas colônias alemãs do sul do Brasil, os cemitérios são estabelecidos ao lado de igrejas na parte central dos assentamentos coloniais. Em algumas localidades os cemitérios foram movidos para fora da parte central (onde se localiza a Igreja), em outros, ele permanece ativo ao lado ou ao fundo da Igreja, ainda na atualidade. Grande parte dos cemitérios das comunidades alemãs foram construídos perto da área de integração social, junto à capela e escola, e em alguns casos, próximos a casas de comércio (venda) da localidade. Nesse sentido, a própria comunidade teuta evidenciava diferenças entre si, pois aqueles que não professavam a fé católica não estavam amparados pelo Império, uma vez que o cemitério só pode existir através da consagração do terreno, feito por um padre católico.

Conforme Blume (2010, p.15),

> a vinda de imigrantes alemães para o sul do Brasil, oriundos de várias regiões do que posteriormente seria a Alemanha, trouxe consigo uma série de incorporações e transformações culturais ao longo do século XIX e primeira metade do século XX. Imigrantes alemães tiveram que improvisar e adaptar seus ritos e costumes às novas realidades.

Mirtes Timpanaro (2006, p. 67) menciona em seu estudo que as características dos cemitérios protestantes relacionados aos imigrantes alemães se assemelham aos cemitérios norte-americanos. Sobre o cemitério Mount Auburn em Massachussets ela destaca que nele "[...] nascia a tradição americana das sepulturas marcadas por pequenas cruzes ou estelas arredondadas com nomes e datas circulando por seus cemitérios". Estes cemitérios norte-americanos, tal como os cemitérios protestantes, são diferentes da tradição francesa e da italiana de grande influência no Brasil, na qual a natureza recuou e cedeu espaço à arte em seus túmulos. Os ritos mais comuns nestes cemitérios são as flores e a ocorrência de poucas velas. Em muitos dos cemitérios de

ISBN 978-85-92902-01-8

comunidades teutas também são encontradas a prática de cultivar jardins nos túmulos. Na maioria das vezes são covas simples com flores plantadas sobre o espaço do corpo sepulto. E essa é uma prática que remete aos jardins também cultivados nas casas de muitas cidades de colonização germânica.

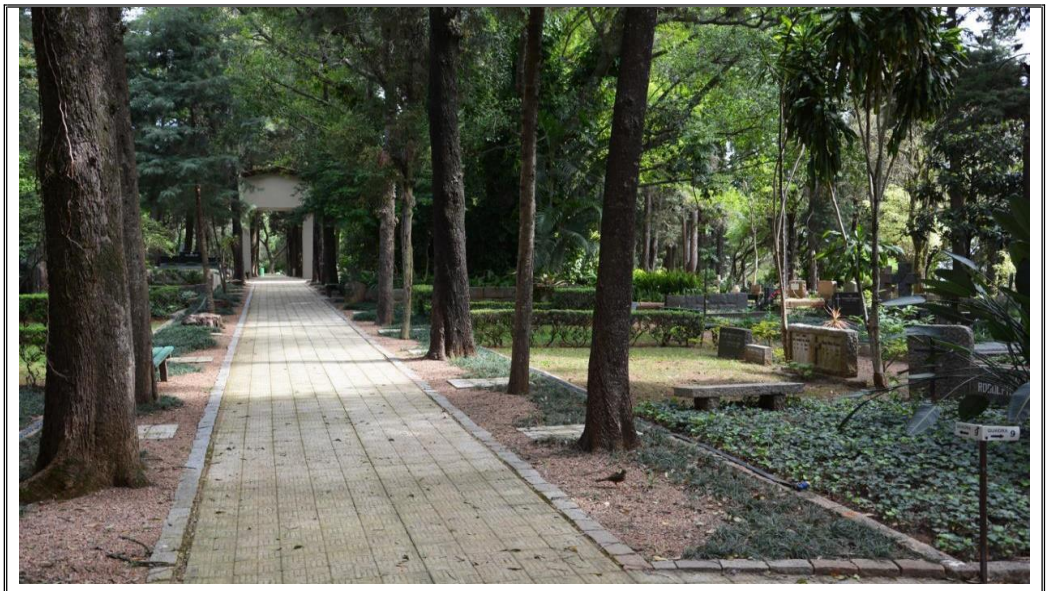


Figura 1. Pórtico de entrada do Memorial Martim Lutero – Cemitério Parque. Porto Alegre/RS, Brasil. Imagem disponível em: http://www.memorialmartimlutero.com.br/index.php/nggallery/page/1?page_i

Essa característica foi mantida pelos imigrantes teutos protestantes no sul do Brasil. Durante a pesquisa de campo realizada nos cemitérios localizados em Porto Alegre e no Vale do Sinos, ambos locais que receberam significativo número de imigrantes, vemos que a estrutura arquitetônica e organizacional seguiu a concepção de cemitério-jardim.

Figura 2. Jardinagem integrada ao túmulo. Memorial Martim Lutero – Cemitério Parque.

ISBN 978-85-92902-01-8

Os cemitérios na Alemanha de confissão protestante, de uma forma geral, diferenciam-se dos católicos por apresentarem uma paisagem mais uniforme e uma regularidade quanto ao formato de seus túmulos. Sem os santos, que não fazem parte dos referenciais religiosos dos protestantes, estes cemitérios costumam apresentar grande quantidade de túmulos compostos por pedra lapidar. São placas verticais com inscrição geralmente localizada na parte superior do sepultamento, podendo vir junto ao túmulo horizontalizado, como mostra a citação abaixo:

> Os protestantes, uma vez que não praticavam sepultamentos em igrejas, tinham um espaço distribuído mais uniformemente, sem 'distinções' aparentes entre os defuntos. Já no catolicismo, a variedade de espaços funerários oferecidos pressupunha a própria diferenciação entre os mortos. (PEREIRA, 2007. p.33)

Essa característica de organização tumular atravessou o atlântico, sendo reproduzida nas colônias agrícolas, bem como pelos imigrantes teutos na capital do Rio Grande do Sul. Em menor ou maior proporção, ligado diretamente à capacidade econômica da comunidade, mão de obra especializada e materiais para confecção das lápides disponíveis, aparece de forma clara nos cemitérios teutos no sul do Brasil.

Figura 3. Foto panorâmica dos túmulos de pedra lapidar em posição vertical. Friedhof Riennsberg. (Protestante) Bremen, Alemanha. Foto do autor.

ISBN 978-85-92902-01-8

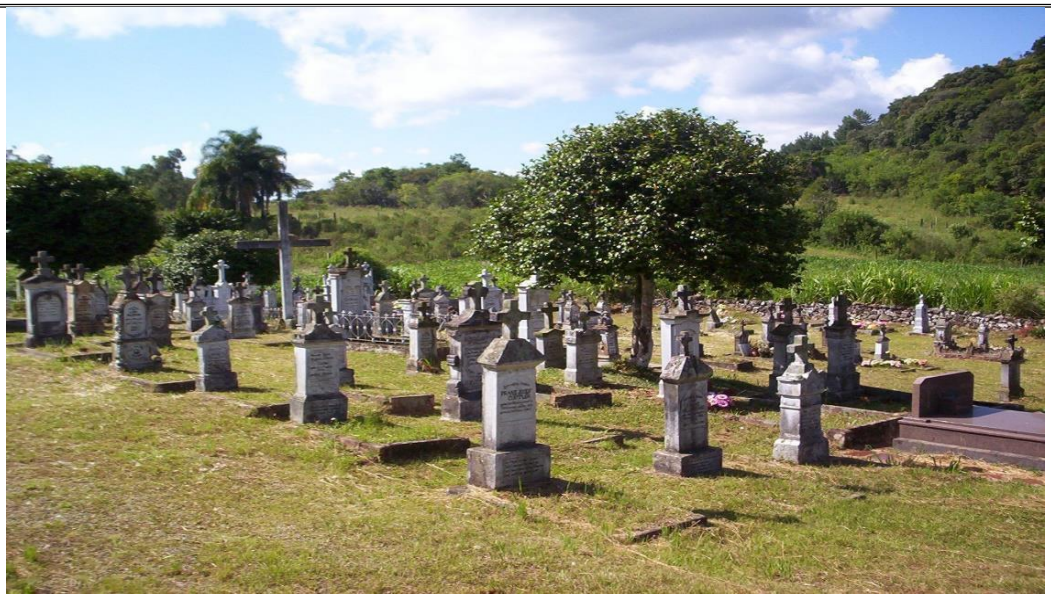


Figura 4. Foto panorâmica dos túmulos de pedra lapidar em posição vertical. Cemitério da Linha Imperial. Nova Petrópolis (protestante). Foto do autor.

Analisando os cemitérios na Alemanha e também no sul do Brasil durante o já referido recorte temporal, fica clara a preferência pela alvenaria na confecção dos túmulos. Também é possível perceber a utilização de poucas imagens personificadas, sejam alegorias ou anjos, mas sim de um predomínio dos elementos simbólicos como cruzes ramos e outros elementos representativos da cristandade. Esta característica, muitas vezes, faz com que eles sejam confundidos com um parque, ou um jardim, algo que dificilmente acontece com cemitérios convencionais, uma vez que possuem uma arquitetura integrada à natureza. Sobre as características materiais dos cemitérios, Alcídio Mafra de Souza, fornece um panorama geral dos cemitérios protestantes:

> Entre as representações funerárias mais comuns estão a cruz ou a pedra tumular com epitáfio, mas também podemos encontrar representações como o ramo de palma e a âncora. Também é comum arte em ferro, com ornamentações em forma de cruzes e corações. Apesar de alguns destes cemitérios possuírem representações e alegorias funerárias, é fato que apresentam poucas estátuas e, portanto, uma paisagem mais uniforme formada muitas vezes por carreiras de pedras tumulares, formando um espaço de grande simplicidade, alinhando-se os túmulos em meio a velhas árvores, muitas das quais já centenárias, ao longo de recantos bem ajardinados. (SOUZA, 1992. p.55)

Sendo assim pode-se dizer que a característica dos cemitérios protestantes é sempre destacada por alguns elementos funerários tais como, o

ISBN 978-85-92902-01-8

ramo de palma e a âncora. Tais ornamentos têm sua simbologia como foco de vários estudos, como na obra “Cemitérios do Rio Grande do Sul” organizado pelo professor Harry Rodrigues Bellomo (2008, p.77). O ramo de palma e a âncora, na maior parte dos estudos sobre arquitetura funerária, têm significados ligados à religiosidade cristã e, podem ser relacionadas, no caso da palma, à vitória, esperança e a entrada de Jesus em Jerusalém, e a âncora, à segurança e a fé que se firma em Cristo, dentre as muitas possibilidades de interpretação sobre a adoção e a presença destes símbolos na arquitetura tumular.

Figura 5. Ramo de Palma e Cruz. Cemitério Friedhofsverwaltung Kassel, (protestante) Kassel, Alemanha. Foto do Autor.

Figura 6.Âncora e Ramo de Palma. Memorial Martim Lutero – Cemitério Parque. Porto Alegre/RS, Brasil. Foto do Autor.

Compreendemos que o imigrante alemão, aqui no Rio Grande do Sul, aplicou a manutenção da germanidade através de suas escolas, sociedades e pela preservação de seu idioma materno, inclusive registrando em suas lápides funerárias a língua e origem de nascimento alemã.

> [...] organizavam sua sociedade que tinha como centro o templo, a escola e o cemitério. Alguns migravam para centros maiores, onde exerciam o artesanato. Desenvolviam sociedade e cultura próprias, em

ISBN 978-85-92902-01-8

> que as tradições alemãs e principalmente a língua alemã eram preservadas. (DREHER, 2004)

Como já comentado anteriormente, os imigrantes alemães expressaram a germanidade nas mais diversas formas, como no nome dos estabelecimentos comerciais, que levam o nome da família ou a denominação em alemão como, por exemplo, encontramos diversas “Blumenhaus” (Casa de Flores) ao invés de floriculturas, nas diversas sociedades de canto e de tiro, espalhadas pelas cidades pertencentes ao núcleo de imigração alemã, que até a década de 30 exigiam que seus sócios dominassem o alemão.(RIGO, 2003, p.30)

Torna-se importante destacar que existe a preservação da identidade cultural expressa nos epitáfios nos cemitérios protestantes, e isso é apresentado como sendo um forte apego, que muitas vezes são escritos na língua de origem e ressaltam o local de nascimento do morto. Esse tipo de evidência está associado ao modo de dominação simbólica, que conforme Baczko, qualquer coletividade produz um sistema simbólico que compreende os imaginários sociais, dessa forma sendo um Instrumento de preservação da memória cultural (1985, p. 332).

Figura 7. Indicação de local de nascimento e falecimento do morto (Lübeck/Berlin). Cemitério Alter St. - Matthäus – Kirchhof, (protestante) Berlim, Alemanha. Foto do Autor.Foto do Autor.

Figura 8. Indicação de local de nascimento do morto (Friesheim). Memorial Martim Lutero – Cemitério Parque. Porto Alegre/RS, Brasil. Foto do Autor

Além de inscrições contendo dados pessoais do morto, as lápides femininas têm uma particularidade vista somente nos cemitérios em território

ISBN 978-85-92902-01-8

alemão, que é a manutenção do sobrenome de solteira (quando for o caso), que facilita muito a pesquisa genealógica. Essa característica é mantida nas lápides dos cemitérios alemães do sul do Brasil.

O epitáfio expressa uma ideia ou conceito do mundo dos vivos no mundo dos mortos, neste sentido pode ser considerado como um objeto que representa a identidade cultural de uma determinada região em uma determinada época, indicando um ponto de vista particular ou público. A manutenção da germanidade se revela nos cemitérios espalhados nas colônias de origem teuta. Ao analisar túmulos centenários ainda preservados dos antigos cemitérios, percebemos costumes e peculiaridades adotadas pelos imigrantes alemães e seus descendentes, ao longo do século XIX e nos primeiros anos do século XX, no que fere à edificação de lápides: Nestes os indícios estão nas lápides com seus epitáfios em alemão sendo essa uma característica dos túmulos da região até o final da década de 1930. Além dos epitáfios em alemão encontramos túmulos que informavam, com destaque, a cidade alemã da qual o morto teria nascido, ou seja, nem depois da morte o teuto-brasileiro deixa de expressar o seu orgulho de ter nascido na Alemanha.

Para concluir ressaltamos que o presente estudo realizou um recorte analítico oferecendo uma leitura sobre alguns aspectos dentre os diversos temas que o cemitério pode oferecer. Sob o ponto de vista acadêmico, os chamados “campos santos” agregam em si inúmeras possibilidades de análises, interpretações, estudos, considerações, entre outras, nas mais diversas áreas do saber. Assim, o cemitério é também patrimônio cultural, e deve ser pensado como tal. Ações que visem à preservação desse rico patrimônio devem estar na pauta acadêmica, educacional, religiosa, política e social. O cemitério deve ser percebido como Museu ao Céu Aberto, e debatido através da educação patrimonial.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. WACHHOLZ, Wilhelm. Identidade Teuta no Brasil: Buscando Espaço na Igreja e no Cemitério. In.: ARENDT, Isabel Cristina. RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. WITT, Marcos Antônio. Orgs. *A história da imigração e sua(s) escrita(s)* [ebook]. – São Leopoldo: Oikos, 2012.

BACZKO, Bronislaw. Imigração Social. In: *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985 (vol.5: Antropos-homem).

ISBN 978-85-92902-01-8

BELLOMO, Harry R.(org.) *Cemitérios do Rio Grande do Sul:* arte, sociedade, ideologia. Porto Alegre: EDIPUCS, 2008. 2ª ed.

BLUME, Sandro. A morte e o morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul: recortes do cotidiano. São Leopoldo: Dissertação de Mestrado-Unisinos, 2010.

CAMARGO, Haroldo Leitão. Santos, Alemães e o Cemitério Protestante: Colônias estrangeiras e Patrimônio cultural. In: *Patrimônio: lazer e turismo*. Revista eletrônica, UNISANTOS, São Paulo, out. 2006.

CASTRO, Elisiana T. Para cada morto, a sua cova: algumas restrições para o sepultamento de protestantes no brasil, século XIX. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/interlegere/12/pdf/es07.pdf. Acesso em 20 de maio de 2015.

DREHER Martin N. Hermann Gottlieb Dohms: um perfil biográfico. São Paulo: Revista História, 23 (1- 2): 2004. p. 133 – 159. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a08v2312.pdf> Acesso em: 30 maio 2014.

GERTZ, René. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 1991.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond; IPHAN, 2007.

RIGO, Kate Fabiani. Conflitos e Identidades: A ação marista nos núcleos teutos alemães do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibero-Americanas) – PUCRS, 2003.

SOUZA, Alcídio Mafra de. Guia dos bens tombados em Santa Catarina. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.

TIMPANARO, Mirtes. *A morte como memória: imigrantes nos cemitérios da Consolação e do Brás.* Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006.

ISBN 978-85-92902-01-8

O INÍCIO DO FIM? A PEDAGOGIA CEMITERIAL APLICADA NO ENSINO BÁSICO

Drª. Kate Fabiani Rigo
ESGV-PUCRS
profkaterigo@gmail.com

Resumo
O presente estudo é o relato de experiência de projeto desenvolvido com uma turma de oitavo ano do ensino fundamental de escola particular da região metropolitana do Rio Grande do Sul. O projeto tinha por objetivo aplicar a Pedagogia Cemiterial no ensino básico e apresentar o cemitério como recurso didático para componentes curriculares da área de ciências humanas.

Palavras-Chave: Pedagogia Cemiterial, Didática, Cemitérios, Teologia, Educação.

Introdução

Utilizar o cemitério como um recurso de ensino aprendizagem é algo ousado no campo da educação, já que este é um espaço esquecido ou negligenciado pela sociedade pós-moderna. Trabalhar com temáticas diferenciadas, como a morte e o morrer provocam a curiosidade dos educandos e de todos os envolvidos na comunidade escolar. Além disso, o espaço cemiterial possui inúmeros recursos de estudo e é uma excelente ferramenta pedagógica que resgata o interesse do estudante e auxilia o docente das mais variadas áreas do conhecimento.

Desenvolvo a temática cemiterial no ambiente escolar desde o ano de 2006, focada na questão estética do cemitério. O termo “Pedagogia Cemiterial” foi apresentado para o mundo acadêmico numa comunicação oral realizada em 2010 no III Encontro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC) na cidade de Piracicaba-SP. A partir de 2011, percebi a necessidade de trabalhar a temática cemiterial como um meio de valorizar a vida por meio do estudo da morte. A ideia de trabalhar com a morte em sala de aula surgiu com a questão da fluidez do mundo moderno, onde o indivíduo está priorizando cada vez mais sua vida virtual e desconsiderando sua vida real. Os adolescentes do século XXI estão mais interessados na atualização de sua vida virtual que na sua interação com a vida real. Estar conectado é muito mais dinâmico e interessante do que estar inserido numa realidade que nem sempre o escuta ou o percebe enquanto individuo capaz de produzir e de criar.

ISBN 978-85-92902-01-8

Trabalhar com o espaço cemiterial provoca a curiosidade dos educandos e de todos os envolvidos na comunidade escolar. O cemitério possui inúmeros recursos de estudo e é uma excelente ferramenta pedagógica que resgata o interesse do/da adolescente virtualizado (a) do século XXI e auxilia o/a docente desconectado (a) do século XX a desenvolver uma atividade diferenciada e criativa com seus estudantes. O cemitério é uma "escola a céu aberto" por possibilitar o estudo das diversas áreas do conhecimento:

- Ciências Humanas (conceitos de coordenadas geográficas, espaço, localização, biografias, sociedades, religiosidade, fotografia, estatuária),
- Linguagens (análise de estilos literários e tradução dos epitáfios),
- Ciências Biológicas (flora, fauna, decomposição, solo),
- Ciências Exatas (geometria, estatística, proporção).

A aplicação da Pedagogia Cemiterial em sala de aula promove os/as discentes:

- A oportunidade de discutir e de refletir sobre a finitude humana,
- A visualização do espaço cemiterial como um local de memórias e de arte.
- A percepção prática de conteúdos como coordenadas geográficas, contaminação de solo, dados estatísticos sobre mortalidade, genealogia, história local, vegetação e fauna presentes nos cemitérios,
- A discussão sobre a diversidade religiosa presente em nosso país a partir dos túmulos e dos epitáfios.
- O conhecimento de ritos de despedida e a importância do respeito ao luto alheio.
- O desenvolvimento da criatividade e da expressão dos sentimentos por meio da arte funerária.
- Visualização da morte como fenômeno irreversível.
- A conscientização do patrimônio cultural existentes nos cemitérios.
- O desenvolvimento de novas abordagens artísticas que se utilizem do espaço cemiterial e do tema da morte como inspiração.

Temos um universo interdisciplinar num local que muitas vezes é restringido como a morada dos mortos. É preciso criar diversificadas práticas educativas que transformarão os/as estudantes do ensino fundamental ou médio em agentes de

ISBN 978-85-92902-01-8

preservação e disseminação do estudo e da apreciação cemiterial. (RIGO, 2016, p. 133-134)

1. O CEMITÉRIO VAI ATÉ A ESCOLA

O estudo foi desenvolvido com uma turma de oitava série do ensino fundamental de uma escola particular de confissão católica. O projeto ocorreu entre os meses de março até novembro de 2012. E no transcorrer destes meses os alunos trabalharam com os aspectos teóricos da estrutura e da arte cemiterial e da questão do morrer na sociedade atual.

Depois da explanação teórica os alunos visualizaram fotografias de estatuárias cemiteriais e tiveram a oportunidade de pensar sobre o significado de muitas alegorias que, para eles, não passavam de simples estátuas que estavam lá só por serem bonitas. Após o contato visual fizeram uma saída de estudos para o cemitério da cidade, o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, lá os alunos tiveram a oportunidade de interagir, de identificar as alegorias estudadas e principalmente de pensar sobre a morte real e não virtual. A saída de campo ocorreu no turno da manhã e após a interação com a arte e o espaço cemiterial os alunos fizeram um relatório com perguntas previamente definidas, sobre a saída de campo e sobre o que pensavam sobre a morte antes e depois da visitação.

Depois de estabelecido o contato teórico, visual e empírico, os alunos foram desafiados a produzirem lápides conceituais, ou seja, enterraram valores ou sentimentos que acreditavam estarem mortos em nossa vida real em prol da virtualidade e das relações efêmeras. A culminância do projeto deu se de forma artística e cultural no final do mês de novembro a partir de uma exposição interativa com todas as turmas do ensino fundamental (séries finais). E para que pudesse ser feito uma análise final, foi solicitado um relatório sobre a exposição e sobre o que pensaram sobre estudar a morte e o cemitério no ambiente escolar.

A delimitação do objeto de pesquisa “o adolescente” de 13 aos 14 anos de idade provém da necessidade de resgatar o interesse do jovem que ,a cada dia que passa, está mais afastado do pensamento humanístico e das questões que permeiam a religiosidade como um aspecto norteador de seus valores e crenças. Desta maneira, apresento o desenvolvimento da experiência prática-pedagógica

ISBN 978-85-92902-01-8

descrita anteriormente que promoveu uma aplicação interdisciplinar das disciplinas de história, ensino religioso, sociologia, arte e filosofia.

A aplicação da teoria, para análise do adolescente está calcada nos de Contardo Calligaris que trabalha com o desenvolvimento do adolescente na atualidade. Também se utilizou os estudos de Zygmund Bauman que trabalha com o conceito da sociedade líquida e seu medo diante do morrer e com Edgar Morin que trabalha com a temática da morte e a sociedade contemporânea. Por fim, para o estudo da temática cemiterial foi trabalhada a bibliografia básica produzida por Harry Bellomo, por. Maria Elísia Borges e por. Thiago Nicolau de Araújo que são fortes referenciais da pesquisa cemiterial no Brasil.

O projeto teve como o objetivo o uso do Cemitério como espaço educacional, religioso e artístico que pode ser utilizado como tema gerador e norteador que auxilie de resgate do interesse do aprender do adolescente nas diversas áreas das Ciências Humanas.

Para pensar em estratégias de ação com adolescentes de ensino fundamental foi necessário levantar uma problemática: “O cemitério pode ser um recurso pedagógico de resgate da valorização pessoal e religiosidade do adolescente contemporâneo?”

Trabalhar com o espaço cemiterial proporciona momentos de reflexão individual e coletiva, além de permitir a formulação de inúmeras indagações por parte dos educandos. Além disso, aguça o interesse pelo desvendar do desconhecido que de acordo com Wadswort (1993, p.154): “O desconhecido e o não previsível podem provocar interesse e conflito cognitivo”.

A utilização do espaço Cemiterial permite o compartilhamento das histórias de vida que muitas vezes acabam ficando restritas ao grupo familiar ou ao pensamento individual. Além disso, ao ler o texto de Streck, viu-se a possibilidade de ver a escola como um espaço de acolhimento:

> A escola e o Ensino Religioso podem ser um espaço de acolhimento, de afeto, onde a dimensão grupal tem um papel relevante, no sentido de ajudar a estabelecer uma noção de identidade individual e de aprender a conviver com a pluralidade e a diversidade do mundo pós-moderno. (STRECK, 2007, p. 205)

Sendo assim, o cemitério pode e deve ocupar um lugar na base curricular das disciplinas ligadas ao desenvolvimento do pensamento humanístico de nossos alunos que estão apenas desenvolvendo seu pensamento técnico-lógico, além do

ISBN 978-85-92902-01-8

fato de que, o mesmo ajuda o estabelecimento da noção identitária pessoal e coletiva. Outra utilização do cemitério como ferramenta educacional é a criação de Projetos disciplinares ou Interdisciplinares. Para Vasconcellos

> A educação, no autêntico sentido, qual seja, enquanto processo de humanização e personalização, de construção de identidade e cidadania, implica sempre em práticas (realização) que estão permeadas por algum nível de referenciação reflexiva (elaboração), tanto no que diz respeito à orientação da atividade (plano de ação) e à intencionalidade (finalidade), quanto de interpretação de um dado contexto (realidade). (VASCONCELLOS, 1999, p. 124)

Por ser um espaço de amplas possibilidades, ele possibilita o desenvolvimento de projetos tanto na área de ciências humanas quanto na área de ciências biológicas e exatas. Brandenburg também comenta sobre a prática de projetos como recurso didático:

> O trabalho por projetos é uma proposta muito pertinente ao Ensino Religioso, pois pode organizar encaminhar e responder perguntas que crianças e jovens tem sobre a dimensão religiosa, sobre a função que a religião desempenha na sociedade ou sobre as inúmeras formas de manifestação e vivência da dimensão religiosa na sociedade. (BRANDENBURG, 2009, p.87)

Trabalhar com projetos como um recurso didático requer organização do docente, a preocupação de conhecer seus alunos e a habilidade de saber ouvir e transformar a ideia dos educandos em grandes manifestações educacionais que transformam o ambiente escolar num local de aprendizado e de trocas pessoais, culturais e religiosas.

2. TRABALHANDO COM A MORTE NO ESPAÇO ESCOLAR

Para trabalhar a morte no espaço escolar foi necessário buscar um tema norteador que auxiliasse no desenvolvimento do projeto com os alunos da oitava série do ensino fundamental através de um método pedagógico. Além disso, era preciso motivá-los a iniciar o projeto e a permanecer no mesmo por oito meses, que para um adolescente de 14 anos pode parecer um tempo quase infinito. Assim, foi utilizada a estrutura apresentada por Zabala (1998, p. 92), no capítulo destinado ao estudo das “Relações interativas em sala de aula: o papel do professor e dos alunos”. O autor apresenta 10 itens norteadores para o desenvolvimento de práticas

ISBN 978-85-92902-01-8

que geram a interação e agucem o interesse dos alunos pelo aprender. Desse modo utilizou-se o modelo com a temática cemiterial.

Inicialmente a atividade foi planejada de forma flexível para permitir que o projeto tivesse adaptação de acordo com o interesse dos alunos, em todo o processo. Assim, o projeto iniciou com a ideia de trabalhar a morte no espaço cemiterial com ênfase na valorização do indivíduo, no entanto, a turma apresentou o interesse de trabalhar com a morte de forma metafórica. Pensaram sobre quais os valores que estão morrendo em nossa sociedade na pós-modernidade e com características de fluidez.

A partir disso, segui o método no qual aponta a necessidade de aproveitar as ideias dos alunos durante todo o processo do desenvolvimento do projeto. Assim, estabelecemos momentos em que os alunos pensavam em conjunto e decidíamos como seria conduzida a pesquisa e a culminância de todo o processo. Essa experiência proporcionou o diálogo entre aluno e professor, evidenciando a participação ativa dos educandos no processo de ensino aprendizagem, de forma notável, como demonstra a foto:

Definição sobre a organização física que o cemitério seria apresentado para a comunidade escolar

Tornou-se então necessário ajudá-los a encontrar sentido no que estavam fazendo, uma vez que não há como desenvolver projeto e até mesmo como estimular o aprendizado se o aluno não perceber uma utilidade e um sentido naquilo que está sendo proposto. Sendo assim, foram realizados seminários onde discutíamos a questão do mundo moderno, as relações virtuais e a diferença entre

ISBN 978-85-92902-01-8

um adolescente da Geração Millenium do adolescente nos diversos períodos da história. A cada conteúdo, sempre que possível, a temática adolescência e morte era posta e discutida entre todos. Esse sistema de interação e relação do conteúdo com o projeto facilitou a visualização dos envolvidos quanto a utilidade de se trabalhar a morte e o cemitério no espaço escolar.

Zabala (1998, p.92) trabalha com a importância de estabelecer metas possíveis com os envolvidos, para que o projeto não caia no esquecimento. Assim, ao longo do ano fomos estabelecendo prazos e a visualização dos resultados. Num primeiro momento, foi utilizada a explanação teórica sobre cemitérios e morte, depois se trabalhou a identificação do adolescente, quem eles eram e como eles se viam inseridos neste mundo líquido. Também foram ouvidos em relação a sua visão da escola.

Após o desenvolvimento teórico, os alunos visitaram o espaço cemiterial e tiveram a oportunidade de reconhecer a teoria a partir das esculturas cemiteriais e da leitura de epitáfios. Essa dinâmica proporcionou ao grupo a visualização da importância de se conhecer a teoria para poder aplica-la de maneira prática.

Saída de campo realizada com alunos da oitava série de uma escola particular confessional da capital do Rio Grande do Sul.

Após a saída de campo os mesmo alunos foram desafiados a construírem lápides que representassem a morte de valores e conceitos os quais eles acreditassem estar faltando em nossa sociedade contemporânea e cercada pelas relações de virtualidade. O resultado foi animador, já que de uma turma de 25 alunos, apenas quatro não fizeram a lápide no prazo solicitado.

ISBN 978-85-92902-01-8

Depois de cada aluno confeccionar a sua lápide e explicar os motivos da escolha, pensamos em conjunto como seria a culminância do projeto para a comunidade escolar do estudo sobre o cemitério e a morte. Assim, os alunos foram inseridos no projeto maior de integração com as demais turmas do ensino fundamental e que foi intitulado de "O início do fim" e a oitava série ficou responsável por finalizar o que intitulei de exposição interativa.[38] E depois de haver uma discussão com todas as turmas envolvidas foi criada uma planta baixa que auxiliou na organização e no planejamento da culminância.

Oferecer ajuda adequada durante o processo de construção de um projeto, também é um dos itens citados por Zaballa (1998, p.92). Tanto assim que durante a montagem da exposição interativa, os alunos tiveram a minha presença integral e o trabalho era desenvolvido de forma coletiva e colaborativa. Foi um processo de interação significativa, uma vez que todos estavam integrados ao projeto a tal ponto que conseguiam resolver de forma participativa e organizada os pequenos problemas que iam surgindo no processo de montagem.

A Morte sendo representada por uma das alunas da oitava série do ensino fundamental

Promover atividade mental auto estruturante que permita estabelecer o máximo de relações com o novo conteúdo, atribuindo-lhe significado, também é um dos pontos

[38] As exposições interativas de história ocorrem desde 2003 e se caracterizam por ser uma única apresentação cênica que envolve turmas de diferentes séries e níveis escolares. Nestas exposições, os alunos tem a oportunidade de apresentar a comunidade escolar os assuntos temáticos que foram desenvolvidos nas aulas de ciências humanas.

ISBN 978-85-92902-01-8

sugeridos por Zabala. Assim, o cemitério e a morte foram utilizados em diferentes partes do conteúdo curricular e os alunos que naturalmente faziam a inter-relação entre o que estava sendo estudado e as questões de cemitério e morte. Principalmente quando estudamos a I e II Guerra Mundial, onde os alunos refletiram por meio de trabalhos artísticos o como deveria estar num ambiente cercado pela morte.

Outro passo sugerido seria o estabelecimento de um ambiente que incentivasse as relações de respeito mútuo e pelo sentimento de confiança, que promovem a autoestima e o autoconceito. Percebeu-se que a organização do projeto e a sua culminância permitiram o desenvolvimento da avaliação pessoal, do desenvolvimento coletivo no encontro de soluções para os contratempos que foram surgindo no decorrer do processo, além de possibilitar uma integração entre todas as turmas e como o cemitério seria encaixado na culminância. O trabalho cooperativo traz resultados compensatórios, uma vez que, nesta atividade de 150 alunos, apenas dois faltaram ao evento.

A promoção de canais de comunicação que regulem os processos de negociação, participação e construção e a potencialização progressiva da autonomia, como sugere Zabala (1998), foi trabalhada a partir da minha intermediação direta e por meio da troca de mensagens eletrônicas. Como os alunos estão começando a se adaptar a esse tipo de atividade, a intermediação anterior a culminância sempre foi mediada por mim e somente na montagem da exposição que todas as turmas tiveram a oportunidade de trabalharem coletivamente e de forma participativa atuante. Esse foi um momento marcado pela troca e pelo interesse de juntos aprenderem a trabalhar coletivamente.

Por fim, Zabala, ressalta a importância de saber avaliar os alunos conforme as potencialidades e seus esforços. A avaliação dos alunos da oitava série foi realizada por meio de relatórios (pré e pós) visitação ao cemitério, construção da lápide conceitual, participação no processo de montagem e desmontagem da exposição interativa, figurino e relatório pós-exposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conseguir desenvolver um projeto com duração de oito meses com uma turma de ensino fundamental de escola particular confessional que, sempre foi apontada como um grupo que não sabia trabalhar em equipe, que não se

ISBN 978-85-92902-01-8

interessava por nada e que não pensava, foi um desafio que exigiu um rigoroso planejamento, um estudo aprofundado sobre a temática e um considerável embasamento teórico sobre o desenvolvimento da adolescência. Além disso, foi necessário manter a persistência mesmo quando não havia uma interação direta com os demais colegas docentes.

Utilizar a temática do cemitério em sala de aula e conseguir levar o cemitério para a escola foi uma experiência que movimentou a escola, que envolveu os alunos de forma cooperativa e que levou os pais a comparecerem na instituição fora do período de entrega de notas. Além de proporcionar a toda à comunidade escolar um momento reflexivo sobre o morrer e sobre as possibilidades artísticas e culturais que o cemitério pode oferecer. Esse foi um projeto onde o adolescente teve a oportunidade de falar e de ser ouvido. A função docente era apenas de dar o subsídio teórico e de orientação na condução das atividades. O processo de aprendizagem foi construído na coletividade e se tornou significativa por ser feita, pensada e apresentada pelo próprio adolescente, eles se reconheceram e foram reconhecidos como protagonistas e agentes de sua história.

A educação contemporânea clama por novos recursos didáticos, e o cemitério e a Pedagogia Cemiterial podem ser uma alternativa de ensino-aprendizagem. Atender o novo adolescente e suas novas demandas exigirão do docente dinâmicas que ofereçam uma maior participação do adolescente do século XXI. Não há interação sem compreensão, não há ação sem motivação e não há sensibilização sem a emoção. Para que um projeto que fale de morte e cemitério funcione, é preciso que todos estejam envolvidos no processo e que o docente esteja aberto a pensar junto com o seu discente.

REFERÊNCIAS

BRANDENBURG, Laude Erandi. Práxis educativa no Ensino Religioso: confluência entre teoria e prática. In: KRONBAUER, Selenir Gonçalves; STROHER, Marga Janete. *Educar para a convivência na diversidade*: desafio à formação de professores. São Paulo: Paulinas, 2009, p.87.

RIGO, Kate Fabiani. *Vamos Começar pelo fim?* Lisboa: Chiado, 2016.

STRECK, Gisela Isolde W. Adolescência e identidade: desafios educacionais em tempos de pós-modernidade. In: WACHS, Manfredo Carlos etall. *Práxis do Ensino Religioso na Escola.* São Leopoldo: EST-Sinodal, 2007, p.205.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Planejamento-Projeto de Ensino – Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico*. São Paulo: Libertad, 1999, p.124.

WADWORTH, Barry J. *Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget*. São Paulo: Pioneira, 1993, p.154.

ZABALA, Antoni. *A prática Educativa:* Como Ensinar. Porto Alegre: Art Med, 1998. p.92.

ISBN 978-85-92902-01-8

INDUMENTÁRIA PARA UMA BOA PASSAGEM: UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁTICAS MORTUÁRIAS.

Glayce Rocha Santos Coimbra
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UFG
glaycerocha@gmail.com

RESUMO
A indumentária funerária sempre esteve presente nas sociedades desde as civilizações antigas e sempre fez parte do imaginário social. A escolha da roupa do próprio sepultamento sempre suscitou expectativas. O medo da morte e do que viria depois fez com que homens e mulheres se preocupassem em preparar, antecipadamente, a roupa da passagem da vida material para a espiritual. No imaginário coletivo religioso cristão predominava a ideia de que o uso da mortalha facilitaria a entrada da alma no Reino de Deus. Este estudo bibliográfico relata dados que descrevem a indumentária como parte do ritual de morte em diversas culturas incluindo também a região de Barro Alto no sertão da Bahia, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: morte; ritos fúnebres; Barro Alto - BA.

A história da Indumentária está relacionada com os discursos sobre moda, consumo, aspectos sociais e econômicos de uma sociedade, e também possui uma estreita relação com a estética da arte. Desde a civilização antiga até o século XXI, as vestes vem transformado hábitos e costumes fazendo com que as roupas se tornem artefatos que possibilitam a compreensão de alguns aspectos da existência humana. Não é por acaso que na contemporaneidade os discursos sobre indumentária tem revelado a importância da aparência e ato de se vestir no imaginário de uma sociedade. Barnard (2003, p. 93) aponta que “moda e vestuário são modos pelos quais os indivíduos podem diferenciar-se como indivíduos e declarar alguma forma de singularidade”. Jones (2011), complementa que “as pessoas usam roupas para diferenciar e reconhecer profissões, filiações religiosas, níveis sociais ou estilo de vida”. (Jones, 2011, p.27)

Este estudo busca trazer algumas concepções e exemplos de várias sociedades sobre a importância da indumentária na vida dos indivíduos, exprimindo aspectos peculiares na história de um povo, principalmente refletindo na relação entre indumentária como ritual de morte e resulta como parte da minha pesquisa de doutorada, atualmente realizado no sertão baiano, em povoados próximo à cidade de Barro Alto. Parte da bibliografia usada neste estudo, retratam sobre a importância da indumentário mortuário mais usada entre os nordestinos: a mortalha. A região

ISBN 978-85-92902-01-8

pesquisada próximo à Barro Alto também condiz com características semelhante as relatadas pelos autores. Ou seja, assim como em boa parte no Nordeste, os moradores da região de Barro Alto também se preocupam com a escolha da vestimenta para o dia da morte. A mortalha tem um papel fundamental no ritual de morte. O ato de morrer e os rituais de morte no sertão baiano estiveram cercados por mitos e crenças que indiciam uma série de aspectos culturais, e religiosos, portanto passíveis de serem pesquisados, analisados e historicizados.

Desde o surgimento das grandes civilizações da Idade Antiga, já é possível observar a preocupação com as vestes fúnebres e a preparação do corpo para as últimas homenagens. A exemplo disso, tem surgido muitas pesquisas relacionadas a temática do Santo Sudário, onde os cristãos acreditam ser o lençol fúnebre que envolveu o corpo de Jesus Cristo, no sepulcro. Apesar de ser um tema polêmico, esses estudos divergem quanto à verdade sobre a existência do Santo Sudário, mas fica bastante evidente que os avanços tecnológicos possibilitaram uma compreensão da importância da indumentária mortuária desde o período da Antiguidade.

A prática de ritos funerários encontra-se presente em todas as culturas e civilizações sendo responsabilidade dos vivos, a organização desses cerimoniais que fazem desse rito, o encaminhamento do morto para uma boa passagem. A vestimenta assume papel fundamental de comunicação no processo de manutenção desta prática ritual, no momento em que são compreendidas as suas funções e as relações que ela estabelece para a realização do rito funerário. A escolha da vestimenta está relacionada a forma que a alma é elevada na sua dignidade, para apresentar-se perante Deus, para o Juízo Final.

Para falar sobre a indumentária mortuária é necessário reconhecer primeiramente que necessitamos de uma busca interdisciplinar com recursos de outras áreas como: antropologia, arqueologia, sociologia, filosofia e história. Os estudos sobre a história da morte tem revelado a importância do ato de morrer e dos rituais fúnebres em cada sociedade. A maneira como as pessoas lidam com seus mortos revelam a necessidade que os vivos tem, em manter viva a memória dos mortos.

E uma dessas áreas é a arqueologia, que vem desenvolvendo muitos estudos durantes os últimos anos, proporcionando um cruzamento de informações que

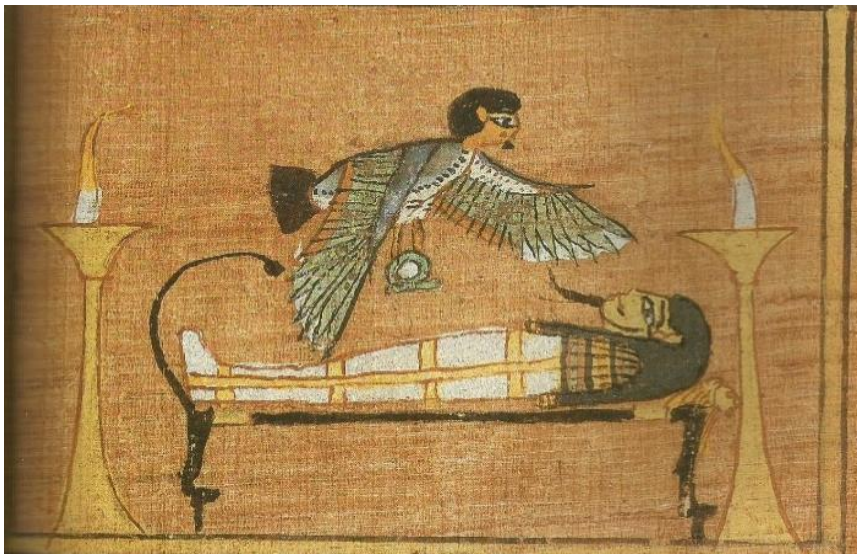
ISBN 978-85-92902-01-8

possibilitam ajudar nas investigações sobre tipos de morte e a importância dos rituais fúnebres em cada comunidade, conforme Silva (2005).

> O termo arqueologia funerária – arqueologia da morte ou arqueologia das práticas funerárias – indica e define uma vertente de pesquisas adotada para analisar e interpretar problemas relativos ao fenômeno da morte através de dados mortuários, informações encontradas no contexto arqueológico, antropológico ou histórico que remetem as práticas funerárias, parte dos rituais funerários. (SILVA, 2008, p.5)

A cobertura corporal humana teve início na pré-história, período que compreendemos com o aparecimento da escrita, há 4000 a.C, no qual o Antigo Testamento da Bíblia Sagrada já relatava que os primeiros habitantes da terra se cobriam com folhas vegetais e posteriormente de pele de animais, demonstrando a preocupação básica com a proteção do corpo. Nesse período as roupas foram adaptadas com modelos que possibilitavam os movimentos do corpo. Foi nessa época que surgiram os tecidos, mesmo que de forma artesanal e primitiva. A partir daí as diferentes formas no vestuário humano começaram a evoluir incluindo adornos usados a partir de sementes, pedras, conchas e dentes de animais.

Na Antiguidade Oriental, destacamos a importância do Egito como uma sociedade de destaque nas práticas de rituais funerários, principalmente de mumificação. Por ser uma sociedade politeísta, cada cidade tinha o seu próprio deus e acreditavam na vida após a morte. Daí a preocupação com a mumificação como prática constante pois era considerada uma forma de preservação do corpo para uma nova vida. Nas tumbas, artistas egípcios usavam o ouro na fabricação de estátuas e máscaras mortuárias de deuses.



ISBN 978-85-92902-01-8

Figura 1. Alma humana de Anis usando uma máscara de múmia e repousando sobre uma cama de leão entre duas altas plataformas contendo chamas. In: (FAULKNER, 1985, p.87)

Na Antiguidade Clássica, as civilizações de Grécia e Roma se destacaram na confecção de suas indumentárias. A Grécia que teve seus tempos áureos nos anos 600 a 100 a.C., é uma civilização destacada pela mitologia cuja a grande preocupação era de preservar a memória histórica do povo. Muitos personagens dessa mitologia se destacaram como: o centauro (metade homem e metade cavalo), sereia e górgona (medusa). A indumentária grega foi marcada pelos seus elaborados drapeados cuja estética era a grande preocupação. A peça característica era a túnica em formato de retângulo e presa por broches, feita no linho colorido, acompanhada de adereços como braceletes, colares, brincos, anéis, alfinetes, broches e diademas. Nos rituais de morte era comum a celebração do culto aos mortos quando comumente as famílias faziam libações e sacrifícios de animais na esperança uma melhor estadia de seu antepassados no reino dos mortos.

Já o romanos, se destacaram pelas lutas de seus gladiadores que eram treinados para combates. A religião politeísta dos romanos se assemelham ao gregos. Por ser considerada uma das civilizações mais ricas da Antiguidade, as vestimentas romanas eram preparadas com o objetivo de ostentar essa tradição. A túnica além de drapeada e volumosa, geralmente feita em lã e em formato de semicírculo. Geralmente uma túnica era sobreposta a outra formando assim um manto. Os penteados femininos eram destacados por coques e mechas, complementando o visual com joias, braceletes, brincos, colares e pulseiras. A indumentária romana era muito rigorosa e quem infringisse suas regras poderia ser severamente punido.

Os funerais em Roma eram seguidos rigorosamente por seus ritos, pois acreditavam que se isso não acontecesse a rigor, as almas dos mortos atormentariam os vivos. As “libitinarii” (pompas fúnebres) encarregavam-se de todos os pormenores das cerimónias. Depois de lavado, o corpo do morto era vestido com os melhores trajes e exposto ao público por vários dias. O leito funerário era coberto de flores acompanhada de músicas fúnebres tocadas por flautistas. O cortejo acompanhava o cadáver para fora da cidade, até ao local do sepultamento, com a presença de atores com máscaras dos antepassados, de tal modo que a ascendência do defunto vinda do Além participava no funeral. Por fim, os parentes e amigos participavam do cortejo com vestes de luto (de cor para os homens e de tons

ISBN 978-85-92902-01-8

sóbrios para as mulheres). O cortejo era conduzido à luz de tochas, mesmo durante o dia e se o defunto fosse uma figura importante, o cortejo atravessava o Fórum, onde o parente mais próximo clamava um elogio fúnebre até a chegada do local do enterro.

Numa sociedade como a medieval, a Igreja ditava às regras do jogo. Os indivíduos tinham opiniões comuns em relação à morte e ao além. Como afirma Le Goff, “A realidade é a cristandade. É em função dela que o cristão da Idade Média define o resto da humanidade e se situa em relação aos outros” (Le Goff, 1983, p.179). Era preciso explicar aos vivos o sentido de sua morte. Na Idade Média, havia muitas formas de morrer, como a morte do cavaleiro no campo de batalha, do cristão, do guerreiro, do peregrino ou de doença e velhice, mas, com certeza, todas estas formas tinham um caráter eminentemente público. A vida terrena é a preparação para a vida eterna. Sendo assim, ocorre a mudança nos rituais fúnebres, a começar pela visão que se tem da morte.

A morte passa a ser, segundo Ariés (2013), domesticada. O moribundo sabe que vai morrer e se prepara para a morte, que é aguardada com "felicidade", ao lado dos familiares e dos amigos, no seu quarto. O moribundo lamenta-se, brevemente, sobre a sua vida, pede perdão de seus pecados à Deus, uma espécie de acerto de contas em que um religioso intervinha orando. E finalmente o moribundo morre. A morte passa a ser um acontecimento natural, e não mais uma ameaça ao fim da estrutura social, pois os rituais funerários eram aceitos e realizados numa maneira cerimonial, porém sem caráter dramático e sem movimentos excessivos, diferentes dos rituais realizado pelo clã, nas sociedades "primitivas".

Em relação à morte medieval, Paul Binski (1996), em seu livro Medieval Death, aborda seu estudo sobre as questões sociais, teológicas e culturais envolvidas na morte e morrer na Europa desde o fim do Império Romano até o início do século XX. Com base em fontes arqueológicas e históricas de arte, Paul Binski examina as atitudes pagãs e cristãs em relação aos mortos, a estética da morte e do corpo, o ritual do enterro e a prática mortuária. Paul Binski evidencia grande variedade de pensadores que refletem sobre a obsessão medieval com noções de humildade, penitência e os perigos da corrupção corporal. O autor discute o impacto da Morte Negra na arte medieval tardia e examina o desenvolvimento do túmulo medieval, mostrando as atitudes e mudanças nos rituais de morte até o final da Idade Média. A figura 2 mostra a sequência de imagens de rituais, com a morte, a

ISBN 978-85-92902-01-8

preparação do corpo sendo envolvido por um tecido fúnebre, o corpo sendo colocado num caixão, o velório, o cortejo e o enterramento quando o corpo é retirado do caixão e enterrado diretamente sobre a terra.

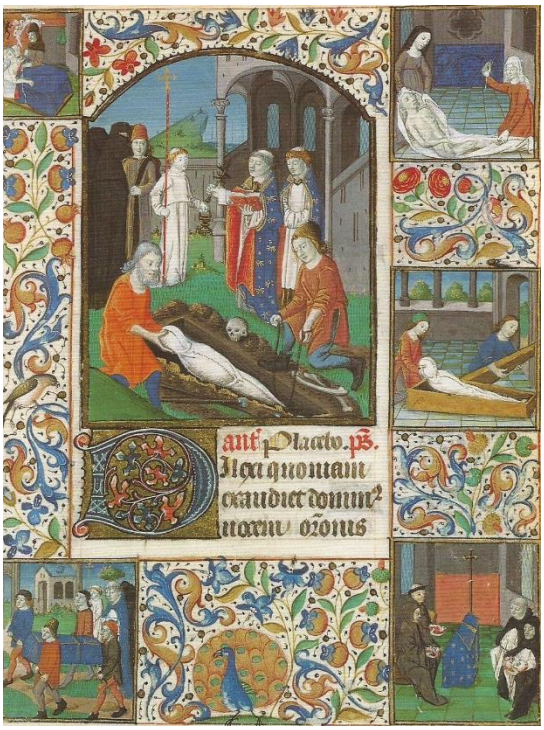


Figura 2 – Ritual de morte medieval. Medieval Death. (Binski, 1996, p.131)

No museu de Tradições Fúnebres de Viena, se encontra a coleção das tradições fúnebres municipais de Viena, disponível desde 1967, apresentando uma visão geral das peças e anúncios de necrologia e é, portanto, uma representação do último serviço, como as pessoas o viam e tal como o ofereciam ao longo do tempos. Além disso, é apresentada uma visão geral do desenvolvimento e da atividade das empresas responsáveis, desde 1951, pela realização exclusiva de cerimônias fúnebres em Viena.

No museu se encontra a importante obra do funeral da imperatriz Elisabeth von Bayern (1837-1898), que era casada com o imperador austríaco Francisco José I. A obra é um desenho 32 x 42 cm, do artista Anton Plank Sohn, de Viena. O desenho representa o funeral da imperatriz que foi brutalmente assassinada por um anarquista italiano, em 1898, em Genebra na Suíça. O seu corpo está sepultado na Cripta Real dos Habsburgo na Igreja dos Capuchinhos, em Viena, ao lado do filho e do marido. Borges (2016) relata que o velório da imperatriz foi marcado devido ao mito em torno da sua vida e da forma que foi morta. “seu corpo foi transportado para Viena em um carro especial e depositado na capela de Hofburg para receber o ritual

ISBN 978-85-92902-01-8

fúnebre de seus súditos" (Borges, 2016. p. 9). Na figura 3, mostra a imagem do último adeus à imperatriz, e todos os detalhes de um funeral nobre sob os olhares de devoção do povo austríaco.

Figura 3. Funeral da imperatriz Elisabeth von Bayern. Anton Plank filho, Viena, 1898. Museu de Tradições Fúnebres de Viena.

O corpo da imperatriz foi colocado numa urna mortuária sofisticada, cercada de coroa de flores, muitos castiçais com velas, e um crucifixo grande na cabeceira da urna. A indumentária usada pela imperatriz como pelas pessoas que a cercam, expressam o simbolismo de um funeral nobre.

Com relação a importância da indumentária mortuária para a história da morte, citamos aqui, os estudos de trajes mortuários da britânica Janet Arnold (1932-1998), historiadora de roupa, figurinista, professora e curadora. Ela fez um importante estudo no traje funerário de Eleonora di Toledo (1522 – 1562), espanhola pertencente à família Medici, uma da mais influentes no renascimento italiano. Os restos mortais de Eleonora di Toledo, morta vítima de malária, estão na *Capella di Principe* em San Lonrenzo. Janet Arnold acompanhou o processo de restauro das vestes que possibilitou numa reconstrução do modelo original ao que foi usado no sepultamento de Eleonora di Toledo.

O trabalho de Janet Arnold é de uma riqueza documental mensurável pois existem poucos vestidos do período disponíveis para pesquisa, conforme Viana (2015). "Esse estudo é, provavelmente o melhor desdobramento que se possa fazer de uma investigação de um traje funerário". Antes de falecer, Janet deixou seu legado de pesquisa a uma amiga que fez com que todos esse material chegasse ao

ISBN 978-85-92902-01-8

acervo do Palácio Pitti, em Florença, gerando um arquivo fotográfico disponível para pesquisadores.

Destacamos também o trabalho realizado pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret num conjunto de pinturas voltadas à representação da corte portuguesa no Rio de Janeiro. A obra chamada Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, produzida por Debret foi publicada em Paris em 1836 e 1839 e apresenta ilustrações relacionadas aos mais importantes acontecimentos vividos pelo reinado de D. João VI e império de D. Pedro I, além da construção de uma iconografia de caráter nacionalista, inteiramente nova, relativa ao Primeiro Império. Essas imagens nos permite uma análise minuciosa para a compreensão do discurso pictórico elaborado por Debret a partir de contextos políticos específicos e sua composição narrativa que transmite uma mensagem histórica.

As cenas construídas por Debret transmitem a verossimilhança dos fatos, partindo sempre da escolha de determinados efeitos que funcionam como instrumentos de persuasão contidos na mensagem. Esse trabalho é fruto de sua formação neoclássica, em Paris, com o pintor francês Jacques-Louis David. Debret também registrou suas observações sobre os rituais de morte presenciados por ele durante seus quinze anos de residência no Brasil. Debret (2015) relata os detalhes de um cerimonial fúnebre e também da vestimenta. “Quanto à vestimenta da irmandade compõe-se de um escapulário, de um manto de lã azul-celeste e uma batina branca por baixo, igualmente a de lã”. (DEBRET, 2015, p.508).

Outro trabalho relevante sobre vestes mortuárias, é de Valdirene do Carmo Ambiel, que pesquisou sobre Estudos de Arqueologia Forence Aplicados aos Remanescentes Humanos dos Primeiros Imperadores do Brasil. Ambiel (2013) reuniu uma equipe de várias áreas com o objetivo de preservação do patrimônio e memória do Brasil, pesquisando os três corpos da Cripta Funerária Imperial, no Ipiranga: o de D. Pedro I, o da Imperatriz Leopoldina e de D. Amélia de Beaharnais, segunda esposa de D. Pedro I. Os estudo se concentraram nos trajes de D. Leopoldina. O pesquisa concluiu que a imperatriz foi imumada em 1826 com seu traje de gala, e apesar da pesquisa não saber ao certo qual a razão de sua morte, as ossadas não apresentaram sinais de fratura que identificasse uma morte violenta, já que isso foi “alvo de especulações desde 11 de dezembro de 1926”. (AMBIEL, 2013, p.115).

ISBN 978-85-92902-01-8

Figura 4 – Tomografia computadorizada – D. Leopoldina – Dep. de Radiologia da FMUSP – Imagens: Valter D. Muniz. – Fonte: (AMBIEL, 2013 p.94).

Com a colaboração de colegas de outras áreas de estudo, dentro e fora do meio acadêmico, Ambiel trocou informações e conhecimentos, analisando fontes primárias e ouvindo depoimentos de pessoas que presenciaram determinados acontecimentos buscando compreender o que havia dentro dos sarcófagos de granito e das paredes da Capela Imperial do Rio de Janeiro. Todo esse trabalho colaborou na ajuda para a preservação material, além de conhecer os remanescentes humanos dos primeiros imperadores do Brasil e reis de Portugal.

Destacamos aqui também, a importância de estudo sobre a indumentária mortuária no livro: As Vestes da Boa Morte (2015), organizado por Renata Pitombo Cidreira, professora do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Cidreira reuniu um material de três anos de pesquisa sobre a confraria secular, conhecida como Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, formada unicamente por mulheres negras, que nasceu Salvador, na Igreja de Barroquinha. Até hoje a confraria mantém vivos elementos da cultura afro-brasileira, tais como: rituais da religiosidade, oralidade, indumentária, culinária, música, dança, dentre outros. A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, desde sua criação teve, e continua tendo, como objetivo principal, a devoção e o culto a Nossa Senhora. Ainda no século XIX a Irmandade da Boa Morte expandiu-se para o Recôncavo, instalando-se na então Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto, na cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano.

A organização das festividades começa meses antes. No primeiro dia da festa acontece a missa do Velório na Capela da própria Irmandade, com o velório da

ISBN 978-85-92902-01-8

Nossa Senhora quando as irmãs lembram parentes já falecidos. As irmãs usam o traje branco, simbolizando o luto na cultura afro-brasileira. No segundo dia, acontece a missa de corpo presente e segue a procissão ou cortejo fúnebre pelas ruas de Cachoeira, com as irmãs vestidas nos seus trajes de gala. No terceiro dia, é realizada a missa e a procissão da Assunção de Nossa Senhora da Glória pelas ruas de Cachoeira, com as irmãs usando o traje de gala, mas deixando à mostra a cor vermelha, simbolizando a alegria e a glória de Nossa Senhora e usando grande quantidade de joias.

> Repletas de simbologia, as vestes utilizadas pelas adeptas da Boa Morte durante os festejos religiosos a Nossa Senhora, que ocorre no mês de agosto, aliam elementos e/ou atributos culturais distintos, por ora reunidos pelo fator sincrético. As vestes podem notadamente ser apreciadas, uma vez que as ruas da cidade tornam-se palco da encenação de um fascinante ritual religioso em torno da figura gloriosa de Nossa Senhora. (CIDREIRA, 2015, P.93)

A procissão é acompanhada por milhares de visitantes e neste dia Cachoeira recebe milhares de turistas, além de outras Irmandades, das comunidades circunvizinhas e da capital, para prestigiar essa prática cultural, que preserva elementos importantes da memória afro- brasileira

Nos povoados rurais de Barro Alto na Bahia, principalmente no período entre os séculos XVIII e XIX, as práticas funerárias se mantiveram quase inalteradas. O moribundo vivenciava seus momentos de agonia e morte em casa, cercado de parentes, amigos e vizinhos. Quando a notícia da morte se espalhava pelo povoado, começavam os preparativos para a “sentinela”, que significa o rito fúnebre, que inicia a notícia da morte do moribundo, quando os familiares começam a preparar a casa para receber as pessoas que farão a última homenagem ao morto. Por mais simples que seja a família do morto, todos os preparativos são feitos com cuidado para que não falte nada e que a alma do falecido tenha uma boa passagem. Segundo João José Reis:

> Como outros costumes funerários brasileiros, o uso da mortalha franciscana era uma herança ibérica. Data da Idade Média o costume de as pessoas em Portugal pedirem em testamento que seus cadáveres fossem amortalhados com o hábito de são Francisco. A iconografia franciscana indica que o santo tinha um lugar destacado na escatologia cristã. Na cidade da Bahia, uma pintura no teto da desaparecida catacumba do convento de São Francisco – um dos locais mais usados para o enterro dos que residiam na freguesia da Sé na primeira metade do século – retrata o santo resgatando almas do Purgatório, que visitava periodicamente com essa finalidade. (REIS, 1991, p. 117).

ISBN 978-85-92902-01-8

No seu livro: Trabalhos fúnebres na roça (1947), José Nascimento de Almeida Prado publicou os rituais de preparação do corpo antes de ser colocado no caixão. Fecham-se os olhos e a boca do morto, falando como se estivesse vivo. Amarram um lenço no queixo e apertam com o nó no alto da cabeça. Nesse momento é providenciado a "lavação do corpo" que deve ser feita logo que foi constatada a morte, antes que o corpo enrijeça. A lavação deve ser feita por um pessoa de responsabilidade nesse ofício e que tenha coragem. Não pode ser parente. Almeida Prado (1947).

Vários estudos tem revelado a importância da escolha do tipo de vestimenta usada pelo morto na sua passagem. Rodrigues (1996) evidenciou no Rio de Janeiro, que "A simbologia das vestes fazia-se presente tanto entre cristãos como entre africanos sendo seu uso uma das formas de se garantir a "boa morte", uma espécie de código que permitisse a passagem para o outro mundo". (Rodrigues, 1996, p.196).

Há uma predominância no tipo de mortalha funerária usada no Nordeste brasileiro: as de santos, as de cores, as religiosas, os melhores trajes e roupas comuns. As mortalhas que imitavam roupas de santos eram: franciscana, Nossa Senhora, São João, São Miguel, São Domingos, Santo Agostinho, Santa Rita, e Santa Ângela. Os padres eram enterrados de batina, os soldados fardados e muitas pessoas com os hábitos de suas confrarias.

Cristina Rosa de Jesus Souza (2016), carpideira e moradora do povoado de Cisterna, próximo a Barro Alto nos revelou que a grande parte dos moradores tem preferência pela mortalha de santos. Muitos, segundo , já tinham o costume de comprar e deixar preparada a mortalha para o dia da morte. Mas existe também, moradores que não tem condições financeiras para comprar a mortalha e são enterrados com o melhor traje e ou com roupas comuns. Galeno (1977) relata que não era costume da época era ser enterrado em roupa que já tenha sido usado em vida.

As mortalhas brancas, segundo Reis (1997), feitas de tecido de algodão ordinário, eram as mais populares entre os africanos no Rio de Janeiro e em Salvador, por ser a cor fúnebre de muitos grupos étnicos da África, como é o caso dos nagôs, jejes, angolas, congos e os mulçumanos em geral. O branco é a cor que simboliza a morte cristã e muitos desejam ser enterrados numa mortalha branca

ISBN 978-85-92902-01-8

relacionada ao Santo Sudário, o lençol branco que envolveu o corpo de Cristo depois de sua morte. Entre os católicos, a cor branca era considerada a simbologia da pureza e castidade. Assim como no casamento, as jovens e mulheres virgens eram vestidas de mortalhas brancas nos seus enterramentos. Galeno (1977) afirma que "as moças vão de branco ora com vestes de Nossa Senhora de Lourdes, Imaculada Conceição, Nossa Senhora de Fátima ora de Santa Terezinha". (Galeno, 1977, p.19). O branco também é a cor tradicional do Candomblé, daí a continuidade da tradição, seguida pelos africanos e também os mulçumanos. Nos funerais cristãos o branco é usado para representar a esperança da vida eterna, por meio da ressurreição da morte.

A mortalha preta se tornou um costume no início do século XIX. Reis (1997) retrata que o preto difundiu principalmente entre mulheres casadas quando "combinado com um crucifixo em volta do pescoço, obtinha-se o hábito de santa Rita, protetora dos que sofrem". (REIS, 1997, p.112).

Vestimentas de santos, principalmente de São Francisco de Assis, era usados desde a Idade Média principalmente porque São Francisco tinha um lugar de destaque da escatologia católica, acreditando que ele resgatava almas do purgatório com a ajuda do seu cordão. Vestir de santos significava um pedido de misericórdia e o desejo de estar mais parto de Deus, condicionado a entrada no céu. Reis (1991) ainda afirma que:

> Embora a simbologia dos variados tipos de mortalha não possa ainda ser completamente esclarecida, é indiscutível que condição social, sexo, idade, diferenças étnico-raciais dos mortos eram características que influíam em seu uso". (REIS, 1991, p.127)

Reis (1991), ainda afirma que a preferência pela mortalha franciscana e a branca, vem de uma herança ibérica, pois desde a Idade Média, em Portugal as pessoas tinham costume de pedirem em testamento que seus cadáveres fossem amortalhados com o hábito de São Francisco. De acordo com Reis, a tradição sertaneja, acredita que o cordão "afasta o inimigo e serve aos anjos para puxarem o finado". Outro fator importante, ainda segundo Reis, é que a difusão das mortalhas franciscanas foi difundida em Salvador, pelo fato dos frades franciscanos terem um próspero comércio de mortalhas.

Em relação às crianças, percebemos um alto índice de mortalidade infantil nos povoados próximos a Barro Alto na Bahia durante os séculos XVII e XIX. A criança recém-nascida só era considerada parte da sociedade civil, desde que fosse

ISBN 978-85-92902-01-8

batizada, por isso era tratada como “anjo” ao morrer. Mas muitos foram os bebês que nasceram mortos e outros que morreram recém-nascidos sem se quer terem sido registrados.

Figura 5. Criança sertaneja vestida de anjo (1943). Foto da autora.

Apesar destas constatações na região, toda criança morta era considerada como “anjo”. Daí o motivo da escolha de mortalhas brancas em formato de bata de anjos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Com as mudanças culturais e os avanços tecnológicos na contemporaneidade, podemos perceber uma série de mudanças do ato de morrer nas cidades interior do Nordeste, incluído as próximas à Barro Alto. A industrialização da morte, realizada pelas empresas funerárias tem modificado, e de certo modo facilitado os funerais nordestino. O traslado do caixão até o cemitério, que por muito tempo era feito a pé, acompanhado por parentes e amigos, hoje foi substituído pelo traslado do carro funerário. A mortalha que por muito tempo era providenciada pelos moradores da região, também está incluída em muitos planos funerários.

Mas apesar de tais mudanças, podemos perceber que a tradição do rituais de morte ainda prevalece em muitos povoados do Nordeste. A notícia da morte é espalhada por vizinhos, parentes e familiares, e também comunicado pelos sinos das igrejas. O corpo é lavado e envolto pela mortalha apropriada, dependendo de cada situação. A sentinela, ou velório, é realizada com a presença das carpideiras, que se revezam a noite inteira cantando rezas e benditos para o morto tenha paz em sua passagem. Durante a sentinela, os vizinhos e parentes fazem café, chás e providenciam bolos e outros alimentos para aqueles que se dispõem a passar as 24 horas velando o morto. Além da comida, é indispensável a cachaça, principalmente

ISBN 978-85-92902-01-8

para os contadores de “causos”, que são aqueles que ficam horas e horas na parte de fora da casa, rodeados de pessoas interessadas em ouvi-los.

Nos sétimo dia é feita a visita na cova na cova, onde é providenciada a cruz com as referências do morto (nome, data de nascimento e falecimento). Em seguida é realizada a missa de sétimo dia na Igreja ou na própria casa do morto. A sepultura é construída doze meses após o falecimento.

Apesar das transformações advindas de novos valores globalizados trazidos pela modernidade, os rituais praticados nas região sertaneja da Bahia ainda mantêm vivos estes ritos funerários, de geração para geração, considerando que essa é uma das maneiras de ajudar no ofício da passagem de seus mortos.

Por fim, identificamos que a morte é entendida por esses moradores como um destino de todos, e dessa forma, é necessária a fé para enfrentar esse acontecimento com resignação, o que proporciona superação à perda, e facilita o processo do luto.

Acreditamos que este estudo possa contribuir com os avanços das investigações sobre as funções atribuídas a indumentária funerária, bem como as modificações ocorridas nas práticas dos ritos funerários, ambas num contexto social e histórico, com o apoio tecnológico possibilitando a pesquisa dessas transformações que ocorreram, e seguem ocorrendo, nas sociedades moderno-contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA PRADO. José Nascimento de. Trabalhos fúnebres na roça. São Paulo. Revista Arquivo Municipal. Departamento de Cultura. 1947.

AMBIEL, Valdirene do Carmo. **Estudos de Arqueologia Forense aplicados aos remanescentes humanos dos primeiros imperadores do Brasil depositados no Monumento da Independência.** Dissertação de Mestrado. 2013.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante Morte.** São Paulo. Unesp. 2013.

BARNARD, Malcolm. **Moda e comunicação**. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 2003. 267 p.

BINSKI, Paul. **Medieval Death**. Ritual and representation. British Museum Company. London. 1996

BORGES, Maria Elizia. **Dos registros pictóricos à materialização do monumento funerário**. 36º Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte. Unicamp. São Paulo. 2016

CIDREIRA, Renata Pitombo. **As vestes da Boa Morte**. Organizado por Renata Pitombo Cidreira... [et al.] – Cruz das Almas/BA: UFRB, 2015.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 2015.

FAULKNER, R. O. **The Ancient Egyptian. Book of the Dead.** The ancient Egyptian Book of the Dead: ed. Carol Andrews. British Museum Press. London. 1985

GALENO. Cândida. **Ritos fúnebres no interior cearence**. Editora Henriqueta Galeno. Fortaleza – CE. 1977.

ISBN 978-85-92902-01-8

JONES, Sue Jenkyn. **Fashion design.** 3 ed. (revisada e ampliada). São Paulo, SP: Cosac Naify, 2011. 271p.
LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1983. p. 179-186.
REIS. João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo. Companhia das Letras. 1991.
_____. João José. **História da vida privada no Brasil**. In: O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. São Paulo. Companhia da Letras. 1977 (História da vida privada no Brasil:2)
RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade do vivos**. Secretaria Municipal de Culturra. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Revisão e Editoração. 1997.
SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da. **Plano de Ação** – arqueologia das decosições funerárias. São Paulo. MAE. 2008.
SOUZA, Cristina Rosa de Jesus. **Entrevista** concedida a Glayce Rocha Santos Coimbra. Cisterna. Município de Barro Alto – Bahia.2016.
VIANA, Fausto. **Túmulos já sem lágrimas**. A Arqueologia Funerária como fonte documental para a história da indumentária. In: 11º Congresso de Moda, Curitiba, 2015.

ISBN 978-85-92902-01-8

CURSO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA PARA ARTE TUMULAR: UM ESTUDO DE CASO NO CEMITÉRIO DA CONSOLAÇÃO SÃO PAULO

Viviane Comunale
IA/UNESP SP
vcomunale@uol.com.br

Fábio das Neves Donadio
UNIP
fabio.neves.donadio@gmail.com

Resumo
A Prefeitura de São Paulo firmou, em 2015, um convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a sua autarquia Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMSP), do qual surgiu o *Projeto Memória & Vida* que previa diversas ações para uma ressignificação deste espaço na cidade. Uma destas ações previa o desenvolvimento de um curso de capacitação voltado para os funcionários do Cemitério da Consolação que englobasse assuntos como Educação Patrimonial, Artes Tumulares e os principais materiais presentes nos cemitérios históricos paulistanos a que se pretendem conservar: rochas ornamentais, argamassas históricas e metais. Este artigo tem por objetivo compartilhar os resultados dessa experiência com outros pesquisadores.

PALAVRAS-CHAVE: Arte Tumular, Cemitério, Conservação.

Introdução

Inaugurada em 1858 e considerada como a mais antiga necrópole laica e pública da cidade de São Paulo, o Cemitério da Consolação possui um rico e diversificado acervo de arte e arquitetura cemiteriais. Desde sua fundação, o cemitério acompanhou mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais; e por séculos, a forma como as pessoas sepultam e homenageiam seus familiares, artistas e demais personalidades foi se alterando, assim como também se alterou a forma de lidar, vivenciar e representar a morte.

Tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) do Estado de São Paulo, o Consolação possui um valor ambiental, histórico, cultural, artístico, arquitetônico e turístico inegável. Atenta a esses valores a Prefeitura Municipal criou, em sua última gestão (2013 /2016) o *Projeto Memória & Vida,* que entre julho de 2015 e outubro de 2016 desenvolveu uma série de cooperações acadêmico-científicas em prol da

ISBN 978-85-92902-01-8

valorização e da pesquisa de temas concernentes à morte. Formado por meio de uma parceria firmada entre o Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMSP) e a Fundação São Paulo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), propôs a realização de pesquisa e extensão de inovação do modelo de gestão e de atendimento do Serviço Funerário, além da ocupação cidadã dos cemitérios, tornando seus espaços percebidos e fruídos pela população como um parque de memórias, desmitificando-os de sua aura fúnebre.

No que tange a conservação material do acervo artístico e arquitetônico do Consolação, o *Projeto Memória & Vida* pôde contar com o apoio do *Grupo de Estudos em Arte e Arquitetura Cemiteriais* (GEAAC), que contribuiu por meio de ações como (1) o inventário de alguns exemplares relevantes do acervo; (2) a produção de uma ficha de inventários com a possibilidade de identificação de materiais, acabamentos, tipologias, ornamentos e uma anamnese do estado de conservação do jazido quando do preenchimento da ficha, de forma documental; e, por fim, (3) a identificação de padrões de deterioração de materiais (rochas ornamentais, argamassas históricas e metais). Foi assim que o GEAAC, ciente da necessidade de estudos caso-a-caso, ampliou ainda mais suas ações e realizou alguns testes de limpeza adequada em alguns jazigos, considerando individualmente cada material empregado; e promoveu ainda o *Curso de Conservação de Arte Tumular* ministrado aos servidores dos três principais cemitérios históricos da cidade (Consolação, Araçá e São Paulo) e aos seus zeladores. O mote do curso foi a conscientização sobre a importância do acervo e da necessidade de técnicas adequadas para a boa conservação e, ao final, como produtos do projeto, elaboraram-se dois cadernos técnicos voltados, um aos concessionários do cemitério, e outro aos promotores da limpeza (*zeladores*), sepultadores e demais funcionários da administração cemiterial.

Identificação do acervo e da conservação dos túmulos

Contando com mais de 6.000 túmulos, adotamos como estratégia inicial a seleção de cerca de trinta (30) jazigos, relevantes pelo ponto de vista histórico, pelo tipo de material utilizado e/ou pelos tipos de danos causados pela ação do tempo.

Esta seleção implicou no exame criterioso de boa parte do acervo tumular e na argumentação e discussão das escolhas feitas entre os integrantes do GEAAC.

ISBN 978-85-92902-01-8

Além dos fatores citados acima, levamos em conta aspectos concernentes a autenticidade, originalidade, tombamentos, levantamentos anteriores entre outros. Considerando o prazo estimado de um ano para termino do projeto e as demais atividades previstas para o mesmo, optou-se por confeccionar um modelo da ficha de inventário e preencher somente algumas delas - sem a intenção de inventariar todo o acervo do Consolação. O objetivo foi introduzir o método e abrir novas possibilidades para o futuro.

Com a definição dos cerca de trinta exemplares a serem inventariados, desenvolvemos um modelo de ficha de preliminar, que foi sendo aprimorado até a versão final capaz de caracterizar os exemplares tumulares, seu estado de conservação e seu entorno. Os itens que foram selecionados para compor a ficha na seção “análise formal e estilística” foram: localização do jazigo em rua, quadra e terreno; o nome da família concessionária; a data [aproximada] da construção; a autoria; a identificação (quando identificável) do artista ou do construtor ou da marmoraria ou da fundição; os materiais presentes (se confeccionado com alvenaria e/ou tipos de rochas ornamentais, o tipo de argamassa utilizada no revestimento, os metais); o tipo de acabamento; tipologia arquitetônica; a função simbólica da escultura; e os ornamentos e elementos construtivos presentes. No que tange a anamnese da conservação do jazigo, os itens selecionados foram: o estado de conservação do exemplar (de limpeza, de conservação, do nível de drenagem do solo, do calçamento, da estabilidade estrutural e da incidência solar e o microclima); a necessidade de poda ou remoção de árvores ou colonizações biológicas (macro ou microrganismos) nas proximidades; além de terminologias que constam no glossário do *Conselho Internacional de Monumentos e Sítios* (ICOMOS-ISCS) que facilitam e unificam as análises de padrões de deterioração de rochas.

Com o subsídio da ficha de inventário e, com aporte do glossário do ICOMOS-ISCS (2008), foi possível identificar os padrões de deterioração de materiais, sobretudo da pedra, mais presentes no cemitério. Fissuras, deformações, destacamentos, feições induzidas por perdas de material, descolorações, depósitos e colonizações biológicas são danos presentes, agravados por uma atmosfera poluída, constantes chuvas ácidas, microclimas variados e intervenções irregulares.

ISBN 978-85-92902-01-8

Figura 1: Emendabili, Galileo - Túmulo Família Joaquim Santos.
Detalhe da escultura em Travertino
Credito Viviane Comunale, 2016

Os testes de limpeza

O GEAAC propôs e realizou testes de limpeza em túmulos condenados, fadados à demolição e descarte, e neles foram empregadas diversas soluções e diluições de variados produtos químicos indicados em publicações sobre limpeza e conservação de patrimônio construído, além dos observados na prática e empregados no dia-a-dia dos zeladores que já promovem limpezas no local. Foram testados numa superfície de mármore branco: álcool etílico, hipoclorito de sódio (água sanitária), vinagre, sabão de coco, bicarbonato de sódio e peróxido de hidrogênio (água oxigenada) puros e diluídos em água mineral. Foram ainda aplicados emplastros de bentonita aditivados com os mesmos produtos listados no parágrafo anterior que após envelopados por 48 horas, foram removidos para avaliação dos resultados. Também foi testado o emplastro AB57 que se constitui de carboximetilcelulose (CMC) com adição de bicarbonato de amônia, bicarbonato de sódio, EDTA e um biocida, descrito em Araújo (2003).

Embora cientes da alta agressividade provocada pelos produtos quando empregados em alguns dos testes mencionados, buscávamos propositalmente observar os possíveis prejuízos causados à peça. A avaliação dos testes foi feita

ISBN 978-85-92902-01-8

mediante observação do tempo de reincidência ou recolonização biológica de microrganismos e foram levados ainda em conta a eficiência do produto de limpeza através de análise visual, a maior ou menor necessidade de esfregação (que considera-se danosa, pois pode abrasionar a superfície ou desagregar material superficial), a ocorrência de reações químicas danosas entre produto de limpeza e o suporte (rocha, argamassa ou metal), a agressividade do produto em relação à saúde humana e ao meio ambiente, a facilidade de manuseio, a disponibilidade no mercado e o valor do produto (que poderia torná-lo mais ou menos acessível e, portanto, mais ou menos viável). Também se levou em consideração o princípio de "mínima intervenção", empregado por restauradores e conservadores e o respeito à pátina do tempo para regular as ações e não ultrapassar os limites do desejável.

Figura 2: S/I - Túmulo abandonado
Testes de limpeza no mármore
Credito Diego Machado, 2016

Curso de Conservação de Arte Tumular

A partir dos testes realizados, com produtos específicos e de mercado, e das bases teóricas obtidas na literatura consultada, os pesquisadores do GEAAC propuseram a realização de um curso de conservação e limpeza envolvendo os zeladores já atuantes nos cemitérios.

Ministrado nos dias 19 e 20 de julho de 2016 o "Curso de Conservação de Arte Tumular" foi oferecido aos funcionários, sepultadores e zeladores de três

ISBN 978-85-92902-01-8

cemitérios da cidade (Consolação, Araçá e São Paulo). Em contrapartida, os funcionários e sepultadores receberiam certificado para validar o seu desenvolvimento funcional e aos zeladores, além da certificação, a renovação da licença para atuar nos cemitérios por parte do SFMSP.

Divididos em duas turmas de vinte e cinco alunos, os inscritos cursaram dois módulos compostos de uma parte teórica - que procurou abordar aspectos gerais sobre a arte tumular e a conservação do nosso patrimônio histórico, sobre os materiais empregados nestes espaços, a pátina do tempo, as diversas patologias e os produtos que podem ser utilizados nestas limpezas; e de uma parte prática onde os participantes tiveram a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos assimilados no módulo teórico anterior. Os dois módulos ofereceram aos presentes 8 horas aula de atividades.

O curso também abordou os erros de intervenções inadequadas mais recorrentes executados em argamassas, pedras ornamentais e no bronze.

As turmas também fizeram, na prática, uma oficina de argamassa que lhes possibilitou vivenciar o comportamento dos materiais. Durante a prática de limpeza, puderam ainda intervir diretamente sobre dois túmulos bastante sujos, revestidos de pedras, argamassas e bronze, incluindo a aplicação de um produto biocida, posterior à limpeza das rochas e argamassas, e de cera protetiva sobre o bronze já limpo.

Figura 3: Oficina de argamassa ministrada pelo pesquisador Fabio Neves Donadio
Credito Viviane Comunale, 2016

Ao final do curso, foi solicitado aos participantes que avaliassem sua experiência em ambos os módulos, considerando quesitos tais como: “a divulgação do curso”, “o conteúdo programático”, “as técnicas utilizadas”, “a duração do evento” e “aplicabilidade” dos métodos apresentados. Na avaliação, 98% dos participantes avaliaram o conteúdo programático como *ÓTIMO\BOM*, enquanto somente 2% o avaliou como *REGULAR\RUIM*. Com relação a aplicabilidade, 90% avaliaram como

ISBN 978-85-92902-01-8

ÓTIMO\BOM, enquanto 8% como *REGULAR\RUIM* e 2% não responderam - isto porque, talvez, embora muitos tenham se interessado, nem todos os presentes eram zeladores e, portanto, nem todos aplicariam os métodos apresentados.

Figura 4: Oficina de limpeza e conservação
Credito Viviane Comunale, 2016

Cadernos de instruções

Definido o protocolo para os procedimentos de limpeza e os materiais a serem utilizados nesses procedimentos, o passo seguinte foi produzir duas publicações: a primeira voltada aos funcionários dos cemitérios públicos de São Paulo e aos limpadores contratados pelos concessionários e a segunda voltada aos concessionários dos túmulos. Ambas têm como principal foco conscientizar sobre a importância da preservação do acervo de arte tumular e sua manutenção periódica e norteá-los sobre os procedimentos de limpeza e conservação adequados. Sua confecção levou em conta diversos elementos tais como o contexto socioeconômico e cultural brasileiro e, por conseguinte, a linguagem mais adequada a cada caderno, os principais conceitos a serem transmitidos, as dificuldades de acesso a produtos químicos ou especializados, a dificuldade de fiscalização e falta de curadoria nestes cemitérios e a importância de sempre se adotar, em intervenções sobre o patrimônio cultural, o conceito de “mínima intervenção”.

ISBN 978-85-92902-01-8

Algumas considerações

Considerando as constantes agressões sofridas pelo acervo do Cemitério da Consolação, cujas obras de arte e arquitetura encontram-se expostas a céu aberto, associadas a uma atmosfera agressivamente ácida própria de grandes centros urbanos, às muitas partículas em suspensão, umidade excessiva retida por árvores sem manejo e sem poda adequada, infiltrações muitas vezes presentes, abandono, falta de manutenção constante, sujidade excessiva, queima por acendimento de velas, furtos e roubos de peças em bronze etc., as dificuldades no que diz respeito à conservação são imensas.

Aliada aos fatores intrínsecos e extrínsecos de degradação dos materiais está a falta de planejamento na manutenção à cargo dos concessionários, que além de não promoverem limpezas periódicas não destinam nenhum recurso financeiro à administração, já que se trata de um cemitério público. Por sua vez, as limpezas têm, pelo trabalho que demandam, um custo razoável ao cidadão médio brasileiro: cerca de meio salário mínimo (R$ 400,00), a depender da extensão do trabalho ou da obra em questão.

Aqueles que pagam, o fazem muitas vezes apenas por ocasião de feriados como finados, dia das mães ou dos pais - o que concentra demasiadamente o trabalho dos zeladores em alguns poucos dias ao longo do ano, tornando-se escassos nos dias restantes. Ocorre ainda casos quando esses trabalhos são pedidos repentinamente e com urgência por ocasião do falecimento de um parente cujo enterro é para o dia seguinte. Ou seja: em muitos dos casos, a manutenção periódica, que poderia evitar muitos danos irreparáveis, é negligenciada e cede lugar às intervenções de emergência, muitas vezes, agressivas ao patrimônio já que empregam produtos ácidos ou alcalinos demais.

Somado a isso, a cultura brasileira vê, costumeiramente, o limpo como sinônimo de branco. Sem que se tenha a menor razão para tal, alveja-se, por exemplo, até mesmo os panos de limpeza de chão, não se satisfazendo com a limpeza que não seja, obrigatoriamente, branquejante. Criticando o mesmo tipo de parâmetro diversas publicações internacionais admitem que uma série de procedimentos de limpeza mostram-se demasiadamente agressivos ao patrimônio. É o caso dos jateamentos (de areia, de minerais de baixa dureza, de cascas etc.), e

ISBN 978-85-92902-01-8

é o caso da lixívia (água sanitária), muito presente nos banhos de monumentos que, aos poucos, vão se alterando e degradando-se em decorrência do ataque químico ou mecânico que recebem.

Se de um lado temos uma equipe que foi treinada pelo GEAAC e que entende as razões para conservar o patrimônio, de outro temos o mercado, e a demanda por serviços de limpeza agressivos que vão "restaurar", o carinho de outrora com aquele jazigo abandonado de um ente bastante querido. Essa limpeza profunda e agressiva perpassa, todavia, por uma questão de cunho moral: oferecer ao familiar uma sepultura limpa, digna e "sem máculas". É por isso que não se desejam as manchas, nem interessam as pátinas do tempo.

Todas as adversidades apontadas na conservação dos acervos de arte e arquitetura cemiterial justificam, portanto a necessidade de se implantar uma curadoria capaz de zelar por essas coleções. Uma equipe capaz de apontar prioridades e avaliar o estado de degradação das obras, propor adequado manejo e intervenções, com a finalidade de ampliar a vida útil desses acervos.

Não há dúvida que a falta de manutenção constante e adequada é o maior problema a ser combatido na preservação da Arte Tumular dos Cemitérios. Isto porque, como já abordado nesse artigo, existe a demanda e os agentes que podem atende-lá todavia não há qualquer tipo de normatização a ser seguida capaz de assegurar procedimentos e resultados para além da subjetividade daquilo que se acha "bom" e "adequado".

Outra constante agressão ao acervo do cemitério é a presença de colonização biológica, observada principalmente em áreas de cobertura vegetal mais densa e consequente baixa incidência de luz solar. A umidade favorece o crescimento de algas, fungos, líquens e musgos responsáveis por manchas e pelo acúmulo de matéria orgânica - substratos que favorecem o crescimento e enraizamento de plantas superiores. Folhagens, arbustos e árvores ocasionam danos enormes onde se instalam, causando perdas, fissuras, fraturas e sobrepeso.

Também agridem os monumentos jateamentos diversos, mesmo aqueles que empregam água pressurizada ou vapor d'água – capazes de desagregar os minerais constituintes das rochas. Há ainda a participação do homem como agente de degradação dos acervos em decorrência do furto de peças decorativas de bronze que, quando substituídas o são por qualquer outro material de qualidade inferior.

ISBN 978-85-92902-01-8

Embasados por diversas publicações (ASCASO ET AL., 2002; CHAROLA ET AL., 2007; DELGADO RODRIGUES ET AL., 2011; entre outras) e pela prática de restauro mundialmente difundida, foram definidos alguns procedimentos de limpeza e conservação simples e eficazes e que, por este motivo, podem ser fácil e amplamente aplicados nas obras dos cemitérios, a saber:

A aplicação de um biocida associada a uma limpeza a seco (varrição) e a lavagem semestral dos túmulos com água, sabão neutro e escovas macias de fibras naturais foi o procedimento definido para a intervenção de limpeza dos túmulos de rocha e argamassa, seguido de uma nova aplicação (sem enxague) do mesmo biocida indicado.

Uma dificuldade encontrada é fato de que o biocida, indicado em vários artigos científicos europeus, tem como base sal de amônio quaternário – produto que não é vendido ao consumidor final no Brasil. Porém, buscando no comércio local produtos com o mesmo princípio ativo foi possível encontrar desinfetantes seguros, de uso veterinário. Este biocida, não causa reações que possam afetar a conservação do patrimônio cultural, é de largo espectro, não agride o meio ambiente e tem baixa toxicidade, podendo ser manipulado sem grandes problemas. A definição da diluição do biocida e a frequência de aplicações foi feita mediante testes, pois tratando-se de um país tropical, a porcentagem mínima de biocida pode variar em comparação com países europeus e, talvez, dentro do próprio cemitério, dadas as diferenças de microclima.

Durante os testes de limpeza realizados, anteriores aos resultados finais, foram testadas, conforme já mencionado, soluções de álcool, água sanitária, vinagre, sabão neutro, bicarbonato de sódio e água oxigenada. Em todos os casos os resultados com esfregação, mostraram-se muito próximos da esfregação associada somente ao uso de água mineral. Notou-se um amarelamento das amostras limpas com água sanitária.

Entre os zeladores que participaram do curso os resultados alcançados por nossos testes de limpeza não foram tão satisfatórios, porque, para eles, o cliente (concessionários) exige uma limpeza agressiva, que deixa, no caso dos mármores, realmente “branco”, fazendo uso de escovas de aço, escovas de cerdas duras, cloro, soda caustica, água sob pressão entre outros métodos inadequados. No entanto, esses mesmos zeladores acreditam ser possível o emprego de métodos mais seguros se os pesquisadores “proibirem” as intervenções agressivas e prejudiciais à

ISBN 978-85-92902-01-8

saúde deles nos cemitérios, e "convencerem" os concessionários a abandonar as práticas relatadas anteriormente.

No que se refere às questões de conservação do bronze, foi imprescindível uma parceria realizada com o Laboratório de Fundição Artística do SENAI Nadir Dias de Figueiredo em Osasco, para entender as questões concernentes ao comportamento das ligas metálicas, as diferenciações entre os danos, a sujidade e a pátina natural e artificial, e a necessidade de recomendação de uma aplicação de cera microcristalina após a limpeza, como camada de proteção e sacrifício, repelente a água.

A heterogeneidade de materiais, técnicas e estilos que compõem estes acervos, associados aos valores históricos e culturais que a ele se agregam, justificam tanto o tombamento quanto a criação de metodologias de conservação apropriadas a cada aspecto. Objetivando o reconhecimento do valor museológico do espaço e, a partir disso, de seu valor enquanto coleção de arte e arquitetura, parece-nos desejável que uma curadoria seja implantada a fim de desenvolver um programa específico e global de ações capazes de ampliar a divulgação, pesquisa, organização e conservação das peças que o compõe.

Uma curadoria poderia articular ações combinadas entre os órgãos de preservação, serviços municipais e a sociedade civil na busca por recursos financeiros, definir planos capazes de atender uma lista de prioridades definida pelos participantes, envolvendo tanto profissionais especializados em restauro quanto zeladores e demais responsáveis pela conservação cotidiana. É desejável que tanto os órgãos de preservação quanto as universidades, pesquisadores ou grupos de pesquisas ampliem suas ações de forma direta, individual ou conjunta, realizando estudos e inventários, registros gráficos, formais, estilísticos, bibliográficos e fotográficos desses acervos.

Percebidos pelas Universidades como ricos objetos de pesquisa, poderão se ampliar as investigações acerca de suportes específicos, como também sobre os efeitos dos tratamentos usuais ou contemporâneos que empregam novas tecnologias tais como a limpeza a laser. Tais pesquisas servirão de base científica para fomentar a extinção de hábitos ou métodos notadamente danosos, responsáveis pela diminuição da vida útil de cada suporte.

No presente artigo consideramos a atual oferta de mão de obra disponível para conservar os jazigos, aspectos socioeconômicos e culturais que justificam as

ISBN 978-85-92902-01-8

práticas e os métodos adotados. Percebemos que a formação dos zeladores é ação primordial para minimizar danos aos jazigos e que o emprego de materiais e métodos pouco invasivos será um método basilar. Durante o curso de formação oferecido pelo GEAAC, se pôde perceber a carência de ações desse tipo e o quanto os zeladores envolvidos mostraram-se gratos e interessados pela formação dirigida e que ações como essas devem ser incorporadas ao cotidiano do Cemitério da Consolação.

Outros aspectos que devem ser gerenciados com maior clareza e articulação pelos diversos setores do poder público envolvidos seriam a conservação de toda massa arbórea, que embora tragam prazer e conforto aos visitantes, provocam danos decorrentes do sombreamento ou enraizamento excessivos. Um manejo dessas espécies deve ser pensado e aplicado assim como um plano capaz de observar e intervir sobre o funcionamento dos espaços que articulam os jazigos, incluindo ruas e calçadas, propondo para esses elementos, a melhor conservação de pisos e sistemas de drenagem e captação de águas pluviais.

Para finalizar gostaríamos de agradecer ao Serviço Funerário do Município de São Paulo (SFMSP), à Fundação São Paulo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FUNDASP|PUC-SP), ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a todos os pesquisadores consultados e envolvidos, incluindo as estagiárias do GEAAC.

Referências

ARAÚJO, A.B. (2003). Os materiais pétreos no restauro. I.S.T., Lisboa: 2003.

ASCASO, C., WIERZCHOS, J., SOUZA-EGIPSY, V., DE LOS RíOS, A., & RODRIGUES, J. D. (2002). In situ evaluation of the biodeteriorating action of microorganisms and the effects of biocides on carbonate rock of the Jeronimos Monastery (Lisbon). International Biodeterioration & Biodegradation, 49(1), 1-12.

CHAROLA, A. E., VALE ANJOS, M., DELGADO RODRIGUES, J., and BARREIRO, A. (2007). Developing a Maintenance Plan for the Stone Sculptures and Decorative Elements in the Gardens of the National Palace of Queluz, Portugal. Restoration of Buildings and Monuments, 13[6]:377-388.

DELGADO RODRIGUES, J. VALE ANJOS, M., and CHAROLA, A.E. (2011). “Recolonization of Marble Sculptures in Garden Environment” *In*: Biocolonization of Stone: Control and Preventive Methods, ed. A. E. Charola, C. McNamara, e R. J. Koestler, pp. 71-85, Smithsonian Institution Scholarly Press, Washington, DC.

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites. (2008). Ilustrated glossary on stone deterioration patterns. Champigni/ Marne, França, 80pp.

LOUREIRO, M. A .S. Origem histórica dos cemitérios. São Paulo, Secretaria de Serviços e Obras, 1977

ISBN 978-85-92902-01-8

POR UMA GRAÇA ALCANÇADA: ESTUDO DE CASO A RESPEITO DE SANTOS POPULARES EM SÃO GABRIEL, RS

Nara Rejane Zamberlan dos Santos
Professora Associada. UNIPAMPA- campus São Gabriel
narazamberlan@gmail.com

Nastaja Cassandra Zamberlan dos Santos
Aluna Pós-Graduação em Patrimônio Cultural- UFSM
nastaja.zamberlan@gmail.com

Resumo
A crença em santos populares e a fé em sua ajuda, aparentemente negam a morte, associando o evento a um simples descanso e, sinalizando que a presença dos mesmos se materializa nas graças alcançadas. As manifestações de agradecimentos se traduzem em objetos deixados junto aos túmulos ou cenotáfios manifestadas pelas expressões do fervor e devoção. Os santos populares de São Gabriel, RS foram estudados pela expressão de seus devotos nos espaços de relações e representações.

Palavras-chave: Devoção; Crenças; Representações de fé.

Introdução

A vida e a reflexão pelo prolongamento da mesma levam alguns indivíduos a buscar orientação, socorro e proteção de “pessoas” que já partiram e, a elas confiarem sem restrições, pois é importante que a fé seja mantida através de pequenos ganhos e conquistas.

O livro dos Hebreus (11:6) afirma que “Sem fé é impossível agradar a Deus”.

A crença permite às pessoas um estado de sossego e de esperança. Ao depositar fé nos mortos, as pessoas creem que os mesmos são uma via mais rápida de chegar ao um Ser superior, pois através das manifestações reveladas por outros devotos, suas experiências mundanas, geralmente, sofridas, os levaram a uma maior espiritualidade, a ponto de serem considerados santos. Tal perspectiva, para Petruski (2012) é decorrente da particularidade que as devoções assumem na vida das pessoas.

ISBN 978-85-92902-01-8

Esses santos, são conforme Andrade (2010) sacralizados pela religiosidade dos devotos, baseado na capacidade de promoverem milagres e seu culto traduzem uma profunda manifestação de religiosidade.

Baseado na posição de Salimena; Cadete (2002), que a fé, o acreditar, o confiar e a esperança dão suporte ao medo e à angústia, funcionando como mecanismo de defesa nos momentos de tensão e dor e remetendo a pessoa à necessidade de buscar apoio em um ser superior, se fundamenta a presente pesquisa que teve como objetivo verificar a motivação das pessoas em buscar ajuda e prestar agradecimentos a pedidos atendidos de pessoas falecidas que fazem parte do imaginário popular da cidade e da região de São Gabriel, RS.

Para resposta a estes questionamentos foi realizada uma pesquisa com viés descritivo qualitativo que ocorreu segundo duas fases: coleta de fontes secundárias através da bibliografia a respeito do tema e de fonte primária, através da aplicação de um instrumento semiestruturado tendo como recorte espacial o local de sepultamento ou cenotáfios e envolvendo os atores que se encontravam no local ou próximo do mesmo.

Cemitérios como locais de fé

O cemitério, na opinião de Eliade (2001) é o *axis mundi* (centro do mundo), ou seja, o local no qual a terra, céu e inferno se fundem como se estivessem em um processo de formação (cosmogonia), e abriga rituais que funcionam como produção de uma memória social, ligada à percepção que o devoto tem de seu santo.

Petruski (2012) constata que:

> o cemitério foi sendo transformado num espaço de relações e representações diversas, construídas a partir da subjetividade do indivíduo que nele se faz presente, resultado de uma cultura edificada por tradição, recriações e readaptações, passando a ser o local de fé, propósitos e crenças resinificando os seus verdadeiros fins (PETRUSKI,2012, p.171).

Os cemitérios, na visão de Costa (2010) refletem os significados que os cidadãos atribuem àquelas figuras, que consoante as crenças são capazes de realizar feitos para aqueles que se dirigem as suas sepulturas e, confiantes pedem graças e fazem promessas.

Considerado por Andrade Junior (2011), os cemitérios são vistos como o espaço onde o túmulo do milagreiro ultrapassa o sentido de local de sepultamento,

ISBN 978-85-92902-01-8

onde os devotos reverenciam e buscam, por meio de sua fé, a identificação do morto e no local de enterramento, a solução para ter suas “graças atendidas” e “pedidos realizados”.

Santos Populares

A partir da origem das palavras, em latim, grego e germânico, que designam “santo” e “sagrado”, Derrida (1997) reforça que as crenças religiosas sempre se voltam à necessidade de recuperação da saúde, da integridade física e à ideia de salvação.

Nas palavras de Andrade e Serafim 2010), os Santos de Cemitérios são aqueles não reconhecidos de forma oficial pela Igreja Católica e, que são cultuados originando peregrinações junto a estes sepulcros que se transformam em altares dedicados ao santo lá enterrado.

Há quase uma necessidade das pessoas, conforme Salimena; Cadete (2002), de acreditar em algo que as auxilie a conviver com as angústias.

O culto aos santos, segundo Costa (2010), ocorre a partir da hierarquização cristã e pela imposição de se firmar valores morais usando modelos paradigmáticos que traduziriam sua visão de mundo. A relevância a um determinado modelo de santidade é histórico e inspira uma série de manifestações, gestos e palavras, traduzindo representações coletivas, integradas por crenças e práticas conectando o indivíduo a um determinado grupo, o que oferece elementos para a compreensão dos modelos de santidade atuais.

Na observação de Vauchez (1987), o conceito de santidade encontra-se na maior parte das religiões, com um significado ambivalente, mas rememorando uma ruptura da condição humana, assim como uma possibilidade de estabelecer uma relação com o Divino susceptível de efeitos purificadores.

Na tradição cristã, conforme exposto por Andrade (2010), o santo é alguém cuja santidade é reconhecida como excepcional por outros cristãos, por esta razão as sepulturas dos santos se tornaram um lugar para peregrinação como forma de celebração aos mesmos.

Segundo interpretação de Moscovici (1990), por terem sidos humanos, com suas fraquezas, sofrimentos e imperfeições fica mais fácil para as pessoas depositarem confiança e fé nos mesmos.

ISBN 978-85-92902-01-8

São Gabriel e seus santos

São Gabriel teve sua primeira povoação com chegada do espanhol Félix de Azara ao Cerro do Batovi quando fundou uma pequena aldeia. Com a Lei Provincial nº 8 de 04 de abril de 1846, São Gabriel foi elevada à categoria de município, com a instalação da Câmara de Vereadores, cujo presidente exercia o Poder Executivo (FIGUEIREDO, 1980).

O Cemitério Municipal da Irmandade da Santa Casa de Caridade de São Gabriel foi fundado em 15 de abril de 1855, sob o nome de Santa Casa de Misericórdia. Em sessão solene realizada no dia 21 de julho de 1898 no Consistório da Igreja Matriz foi transferido da extinta Irmandade do Santíssimo Sacramento e Anjo Gabriel, para a Irmandade Santa Casa de Caridade.

O Cemitério possui alguns locais de peregrinação como o Jazigo da “Guapa” e o Túmulo da Ciganinha - personagens beatificadas pelo povo (SOUTO et al.,2016, p. 840).

A uruguaia Maria Isabel Hornos nascida a 15 de junho de 1897 era conhecida como “A Guapa” (seu apelido era devido à personalidade forte e corajosa). Chegou em São Gabriel na década de vinte, estabelecendo-se, com uma pensão de mulheres. Por ser carinhosa com as crianças e amável com todos, tornou-se popular e apreciada pela maioria da população. Em 03 de março de 1924, durante o carnaval, foi alvejada a tiros, pelas costas, no seu quarto. O culpado ficou impune, pois o crime teria sido “encomendado”. Seu sepultamento foi muito concorrido, pois sua morte consternou a cidade. A primeira devota da Guapa foi Modestina da Silva Dux que trouxe consigo a missão de liderar seus seguidores. Hoje, no Cemitério principal, o túmulo da Guapa é um verdadeiro santuário, ali se paga promessas com flores e placas de homenagem. Guapa é hoje uma santa popular, identificada, principalmente, pelos pobres e injustiçados. (SÃO GABRIEL, 2017).

A maioria dos devotos caracterizam-se pela idade entre 30 e 40 anos e do gênero feminino. Frequentam o túmulo sempre que ocorre uma aflição ou necessidade de ajuda, principalmente, de saúde com filhos ou ainda quando desejam mudanças em suas próprias vidas. O dia de Finados é lembrado, independente dos pedidos e graças como uma data para homenageá-la com flores e velas (Figura 1).

ISBN 978-85-92902-01-8

Figura 1- Capela junto ao túmulo da Guapa (São Gabriel, RS) destacando o grande número de flores e fitas deixados pelos devotos.
Fonte: SOUTO et al (2016).

No local verificou-se também a presença de perfumes, batons, colares, como a alimentar a vaidade da santa e de balas remetendo a própria história da mesma, como forma de agradecimento.

A bondade e a caridade atribuídas à Guapa podem ser exemplificadas no relato de duas devotas:

> Minha avó conheceu esta mulher. Tinha uma luz própria e sempre fazia caridade, principalmente, entre as crianças. Nunca fez mal a ninguém e é merecido o reconhecimento da população a ela (Dona de casa, 47 anos).
>
> O que me traz até aqui é seu exemplo de generosidade e a capacidade de ser respeitada em uma época de tantos preconceitos…Pagou com a vida e não deixa de ter compaixão com seus fiéis (Micro empresária, 52 anos).

A Ciganinha era a forma como era conhecida Maria Anita Costichi, uma formosa mulher de 40 anos de idade, muito alegre e gentil que chegou a cidade com um grupo de ciganos, no início ano de 1944 formado por várias famílias. No final de julho, seus admiradores souberam que estava muito doente recolhida a uma das tendas e, no dia 30 de agosto veio a falecer, vítima de câncer, após muito sofrimento. Não demorou muito tempo para aparecerem às primeiras velas e enfeites, fitas coloridas, lenços vermelhos e os recortes amarelos junto ao seu túmulo. Aos poucos a crença foi se tornando fé virando devoção religiosa. Hoje, o

ISBN 978-85-92902-01-8

túmulo da Cigana, logo na entrada, a esquerda do cemitério Municipal, é um atrativo no município (SÃO GABRIEL, 2015).

A Figura 2 retrata a homenagem dos devotos junto ao seu túmulo com a presença de um pequeno velário, flores, imagem de santos e produtos de toilette o que caracteriza a maioria dos devotos do gênero feminino.

Figura 2: Capela junto ao túmulo da Ciganinha (São Gabriel, RS) a entrada do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia.
Fonte: SOUTO et al (2016).

O Túmulo da Cigana chama a atenção no cemitério, pois encontra-se próximo ao portão de acesso, a esquerda de quem entra fazendo com que muitas pessoas sejam atraídas ou por devoção ou curiosidade.

Uma senhora que colocava flores e fitas no túmulo comentou:

> Ela morreu de câncer e sofreu muito. Sempre peço por problemas de saúde. Sempre sou atendida. As ciganas gostam de objetos coloridos que expressam alegria, por isto trouxe fitas de várias cores. (Cabelereira, 62 anos).

Outra assim se expressou;

> Está tudo tão difícil que precisamos recorrer aos mortos e ter fé, muita fé. Dizem que ela sempre atende aos pedidos, pois sofreu muito… (Professora, 51anos).

Fora do Cemitério, dois locais merecem destaque: A Capela dos Irmãozinhos ou Irmãozinhos Fuzilados e a Capela dos Namorados.

O cenotáfio dos Irmãozinhos Fuzilados (Figuras 3 e 4) localiza-se junto à parede externa da face meridional do quartel do 6º Batalhão de Engenharia de

ISBN 978-85-92902-01-8

Combate, em forma de pequeno templo. No local foram executados, dois soldados (Agostinho José de Meira e Joaquim José dos Santos) que descumpriram o regulamento militar da época (SÃO GABRIEL, 2107).

Figura 3- Inscrição no piso da Capela dos Irmãozinhos. São Gabriel, RS.
Fonte: Acervo pessoal das autoras (2017).

Existe a crença, segundo Souto et al. (2016, p. 841) que os dois teriam sido sepultados no mesmo local da execução, embora, na época, já existisse o cemitério da Vila Maria. Embora não fossem irmãos e as datas de suas execuções não coincidam, os mesmos são denominados “Irmãozinhos Fuzilados”, pois segundo Losonczy (2015, p.465) subjaz a esses cultos uma representação da morte violenta e da violência infligida, que constitui o núcleo da eficácia ritual desses mortos santificados.

Figura 4- Vista geral da Capela dos Irmãozinhos. São Gabriel, RS.
Fonte: Acervo pessoal das autoras (2017).

No acompanhamento proposto a estes locais observou-se que este era o local de maior afluência de devotos, com equivalência na presença dos gêneros feminino e masculino, predominando, entre ambos, a faixa etária de 40 a 50 anos.

Embora o maior percentual de visitantes fosse de São Gabriel, muitos, em especial do gênero feminino eram de outras cidades.

ISBN 978-85-92902-01-8

Os familiares são os responsáveis pela manutenção da devoção seguido pela referência dada por amigos, como se constata nas palavras de dois entrevistados:

> Cresci ouvindo minha mãe falar da "força" dos Fuzilados em nos atender. Toda minha família deposita fé e reza muito por eles, para que descansem em paz. Acho que através da oração eles nos ouvem. Temos placas de agradecimentos…. É uma pena que seja tão pouco divulgado. Outras pessoas com fé poderiam se somar às orações. (Comerciário, 35 anos).

> Conheci a capelinha através de amigos e sempre que posso venho acender uma vela. Não peço nada especial, apenas que seja protegida (Estudante, 24 anos).

Quando indagados pela periodicidade das visitas a maioria respondeu "quando necessita", mas alguns devotos fizeram questão de apontar que frequentam o espaço uma vez por mês ou semanalmente, para fazer orações e acender velas, independente de pedidos e pagamentos de graças.

Embora com vários santos populares na cidade a maioria dos entrevistados, principalmente, os de fora do município declararam ser o único local que frequentam em busca de proteção.

A Unidade Militar que sedia a Capela dos Fuzilados mantem um registro diário dos visitantes, através de uma lista de presença com o nome e local de origem.

Quase 95% dos entrevistados disseram ter seus pedidos atendidos pelos Irmãozinhos fuzilados e a forma de agradecê-los foi através de velas, flores e placas.

Um dos entrevistados relatou:

> Sou devoto dos fuzilados a quinze anos quando passei por problemas graves de saúde e não podia andar. Os médicos não me deram esperança, mas minha fé nestes "meninos" superou todos os empecilhos. Hoje ando e venho agradecer, anualmente, pois não sou da cidade (Enfermeiro, 58 anos).

Uma senhora idosa assim, se manifestou:

> Não venho pedir por mim. Venho pelos meus filhos quando não conseguem solucionar seus problemas. Foi uma amiga que me indicou e a partir daí passei a fazer pedidos nesta capelinha (Aposentada, 76 anos).

A capela dos Irmãozinhos Fuzilados possui uma grande quantidade de placas de diversos materiais, como o metal com inscrições gravadas, madeira com entalhes e até bordadas em ponto-cruz. Dois velários acolhem o número significativo de velas acesas, diariamente, e muitas flores e vaso ornamentam o local. Uma placa

ISBN 978-85-92902-01-8

explicativa dá conta dos nomes dos “santos” e dentro de uma pequena capela observa-se uma grande quantidade de objetos como imagens de santos, sapos, quadros, doces, garrafas, bilhetes, rosários, entre outros.

Esta forma de agradecimento encontra guarida em Aninat (2011), ao se referir que:

> Las placas, flores, imágenes pasan a ser los elementos necesarios que especifican con detalle la identidad del muerto. También existe una multiplicidad de elementos, que escapan a la función inicial de identidad del difunto, pero que si son ornamentos que relatan la gratitud del oferente con el “muerto milagroso”. Estos materializarán el sistema de creencias que personaliza el espacio que ocupa el muerto milagroso y que integra la muerte a la vida colectiva (ANINAT, 2011, p.229).

Segundo estudos de Figueiredo (1993), Cely de Castro Penteado, por apelido Hugo, e Irene Santos da Rosa, puseram termo à vida, ingerindo forte dose de veneno, adicionado a uma garrafa de guaraná. Após alguns anos, conforme Figueiredo (2009) começaram a surgir as primeiras velas e flores junto a uma cruz que sinaliza o provável local da tragédia, depositado pelos devotos que os chamam de noivinhos. Por uma graça alcançada um casal mandou levantar um nicho em forma de capela, o mais próximo que se tem registro do local do suicídio, ou seja, no muro junto ao Estádio do São Gabriel Futebol Clube, na principal rua de acesso ao centro da cidade (Figura 4).

Figura 4- A- Capela concedida à memória dos “Noivinhos”, São Gabriel, RS;
B- Detalhes das placas com mensagem de agradecimentos.
Fonte: SOUTO et al (2016).

ISBN 978-85-92902-01-8

Durante o dia poucas pessoas foram encontradas em frente a capela dos noivinhos, porém as velas acesas estavam sempre presentes. Pessoas do entorno declararam que a presença de devotos ocorre a noite, para preces e o acendimento de velas. Segundo os mesmos por haver a tradição que o culto aos noivinhos é praticado por pessoas que buscam um grande amor, esta provavelmente seria razão pela qual ocorre um certo constrangimento, da exposição pessoal em local de grande movimento durante o dia, porém a presença das mesmas mesmo nestas condições revela a fé nestes santos.

Um rapaz passava a tarde, em frente a capela e parou fazendo o sinal da cruz e se manteve com os olhos fechados alguns instantes. Quando abordado, assim se pronunciou:

> Passo todos os dias aqui e é sempre assim: benzer e fazer uma breve oração. Nunca pedi nada, mas respeito este local. Não sei a história, mas devem muito "bons", pois muita gente vem aqui e deixa flores e velas (Entregador, 23 anos).

A palavra "bons" é utilizada como forma de misericordiosos, caridosos diante do pedido que é atendido.

Um senhor acendia velas, no período da manhã e comentou:

> Sempre que posso trago velas aos noivinhos. Faço isto desde que minha mulher morreu. Ela dizia que eram eles que tinham nos aproximado. Não sei se foi assim… Sei que fomos muito felizes. Agora ela se foi... Se, for verdade tenho que agradecer os anos de alegria que tive. Isto não é demais??? (Militar, 66 anos).

Em todos os locais estudados observou-se que se tratam de espaços plurais onde adeptos de várias religiões depositam sua fé e oram em busca de graças.

No culto a esses mortos consagrados como santos, os devotos estão manipulando símbolos que podem lhes proporcionar um maior contato com aqueles que julgam poder ajudá-los; só que, neste contato com as energias de seres espirituais no campo ritual há a necessidade de constante negociação (COSTA, 2010.p.58).

A análise dos depoimentos revelou a maior presença de mulheres nestes locais, a exceção da Capela dos Fuzilados, corroborando com Vilhena (2004) ao relatar que a expressiva maioria dos devotos é composta por mulheres. Uma explicação plausível para o fato é que o cuidado com os mortos pode ser interpretado como extensão da tarefa feminina de proteger e cuidar da casa: filhos, pais idosos, parentes necessitados.

ISBN 978-85-92902-01-8

Quanto à faixa etária, os jovens são minoria, também em concordância com a autora, que relata que no geral, os devotos são pessoas maduras. Têm entre 40 e 60 anos, pouco mais, pouco menos. Estão naquela fase da vida na qual os sujeitos se apercebem responsáveis uns pelos outros e assumem essas responsabilidades.

Outro elemento a ressaltar é a presença de objetos como forma de agradecimento, em consonância com Petruski (2012, p.170), ao relatar que o indivíduo em suas práticas devocionais se torna um devedor simbólico dos "santos" a partir do momento em que seu pedido é atendido. Para tanto, sinais de agradecimento são deixados no túmulo: papéis escritos com mensagens de agradecimento, flores, velas e placas votivas em que, normalmente, constam apenas as iniciais.

Na expressão dos devotos em oração observava-se que o sentimento de agradecimento e, que, certamente, mantinham-se e, silêncio a fazer uma prece de gratidão, com louvor e gratidão.

Conclusões

A visita aos locais de fé aos santos populares, certamente, revela coincidências com outros locais, principalmente, no que tange as oferendas, pois tradicionalmente, as velas, flores e placas são traduzidas em agradecimentos. O que difere nestas manifestações é a fundamentação desta devoção.

Em todos os casos estudados, a circunstância da morte induziu a devoção. O sofrimento, o suicídio de um casal por amor, um crime "encomendado" e a execução fria de jovens alimenta o imaginário popular, seguido pelas expressões de agradecimentos que "constroem" um quantitativo do poder e da força de ajuda destes milagreiros.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Solange Ramos de. O culto aos santos: a religiosidade católica e seu hibridismo. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, n.7, p.131-145,2010.

ANDRADE, Solange Ramos de; SERAFIM, Vanda Fortuna. A religiosidade católica e seus santos: o Cemitério Municipal de Maringá PR com o espaço de devoção. **História Agora**, v. 10, p. 103-136, 2010.

ANDRADE JUNIOR, Lourival. Cemitérios e túmulos: espaços de devoção. In: ENCUENTRO IBEROAMERICANO DE VALORIZACIÓN Y GESTIÓN DE CEMENTERIOS PATRIMONIALIS E ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS, 2011, Salvador, **Anais...** Goiânia: FAV/UFG; FUNAPE, 2011.p. 253-258**.**

ANINAT, Maria Antonieta Benavente. El culto a los Muertos Milagrosos: Símbolos de Identidad y Memoria en la funebria Chilena. In: ENCUENTRO IBEROAMERICANO DE VALORIZACIÓN Y

ISBN 978-85-92902-01-8

GESTIÓN DE CEMENTERIOS PATRIMONIALIS E ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS, 2011, Salvador, **Anais...** Goiânia: FAV/UFG; FUNAPE, 2011.

COSTA, Éden Moraes da. De médico e santo popular: a devoção ao doutor Camilo Salgado em Belém do Pará. **Revista Estudos Amazônicos**. v.2, n.2, p.47-73, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Fé e saber** – as duas fontes da "religião" nos limites da simples razão. In: DERRIDA, Jacques.; VATTIMO, Gianni. (Org.). A religião. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1997.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o Profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOSCOVICI, Serge. A. **A máquina de fazer Deuses**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

LOSONCZY, Anne-Marie. A Agência dos mortos santificados nos cemitérios urbanos da Colômbia: O ritual, o narrado e o escrito. **Sociologia. Antropologia.** Rio de Janeiro. v. 05, n.02, p.461-478, 2015.

PETRUSKI, Maura Regina. Eu oro, tu oras, eles oram para Corina Portugal. **Revista Brasileira de História das Religiões.** ANPUH, Ano IV, n. 12, 2012. p.159- 172. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf11/07. Acesso em: 03 abr 2017.

SALIMENA, Anna Maria Oliveira; CADETE, M.M.M. Desvelando os sentimentos da mãe ao deixar o filho à porta da sala de cirurgia. **Enfermagem Atual**. v.2, n.24, p.33-38, 2002.

SOUTO, Luciana Rodrigues.; ZAMBERLAN DOS SANTOS, Nara Rejane.; VOGEL, Hamilton Munari; WEBER, Mirla Andrade. Estudo da Viabilidade de Implantação de um Roteiro Turístico com Ênfase ao Turismo Cemiterial**. Ciência e Natura**, Santa Maria v.38 n.2, p. 831 –846, 2016.

VILHENA, Maria Angela. Os Mortos estão Vivos: traços da religiosidade brasileira. **Revista de Estudos da Religião.** n. 3, p. 103-131, 2004.

ISBN 978-85-92902-01-8

PRESERVAÇÃO DOS CEMITÉRIOS SÃO JOSÉ EM PORTO ALEGRE/RS

Profa. Dra. Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho
Universidade Federal de Pelotas
Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais
Grupo de pesquisa Marmorabilia
marmorabilia@gmail.com

RESUMO: As mudanças de postura diante da morte tem resultado em escolhas práticas para o destino dos entes queridos após o seu falecimento. O costume do sepultamento é cada vez mais raro e a cremação tem se mostrado uma escolha condizente com a sociedade do século XXI. A diminuição do espaço físico nas cidades corrobora com a supressão dos túmulos, e os túmulos que permanecem nos cemitérios trazem questões complicadas para garantir a sua preservação. Os Cemitérios São José I e II passaram por uma grande mudança da configuração de seu acervo tumular, quando boa parte dos jazigos foi removida. Hoje trabalhamos pela preservação e pela conservação dos monumentos funerários que permaneceram neste cemitério. Futuramente os Cemitérios São José deverão oferecer um memorial de arte cemiterial para a cidade de Porto Alegre.

PALAVRAS-CHAVE: Arte funerária; Patrimônio Cultural; Cemitérios.

A cidade de Porto Alegre possui um conjunto de 13 cemitérios na região da Avenida Prof. Oscar Pereira e suas proximidades. Ao pensarmos neste conjunto como fonte de pesquisa para arte funerária, logo percebemos que Porto Alegre se destaca neste segmento de arte, pois é um caso bastante distinto o de uma cidade que possua um 'bairro' de cemitérios, uns vizinhos dos outros.

Dentre os cemitérios porto-alegrenses com arte funerária, destacamos o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia (1850), o Cemitério Evangélico I (1852), o Cemitério Evangélico II (19??)[39], o Cemitério São Miguel e Almas (1909), o Cemitério São José I (1888) e o Cemitério São José II (1915). Cada um desses cemitérios apresenta acervos com características únicas, e à medida que os estudamos, percebemos que são complementares para compreendermos a arte funerária gaúcha. Por exemplo, o Cemitério da Santa Casa se destaca pelos sepultados ilustres e pela exuberante arte funerária, fortemente influenciada pelo

[39] Hoje os Cemitérios Evangélicos I e II são chamados de Memorial Martinho Lutero.

ISBN 978-85-92902-01-8

positivismo e pela antiguidade clássica; o Cemitério Evangélico I pelo paisagismo e as esculturas de pranteadoras; o Cemitério Evangélico II pela arquitetura funerária moderna; o Cemitério São Miguel e Almas pela arte funerária de motivos representacionais cristãos. Os Cemitérios São José I e II se destacam pelos seus sepultados, alemães de confissão católica, e pela sua arte funerária, boa parte dela colocada pela Marmoraria Casa Aloys (1884-1961), cujo proprietário era membro da Comunidade José[40] e foi administrador de seus cemitérios, o que corroborou para que fossem ornamentados por sua marmoraria.

Todavia um fato que destaca os Cemitérios São José é a mudança ocorrida em seus territórios por conta da implementação do Crematório Metropolitano de Porto Alegre a partir dos anos 2000. Em virtude da abertura de um estacionamento, o Cemitério São José II teve cerca de 80% do seu acervo tumular subtraído da necrópole. Tal fato ocasionou a perda substancial de parte da memória da arte funerária da capital gaúcha.

Um dos fatores que chama a atenção para os falecidos membros da Comunidade São José sepultados em seus cemitérios, é o número expressivo de atividades artísticas e culturais que desenvolveram em vida. Assim como podemos pensar no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia como uma referência para conhecer a história política da capital e do estado do Rio Grande do Sul visitando os túmulos de seus sepultados ilustres, também podemos dizer que os Cemitérios São José são uma referência para se conhecer parte da história da arte gaúcha. Um roteiro de passeio nas necrópoles São José nos permite encontrar falecidos que em vida trabalharam com pintura, com escultura, com arquitetura, com arte em vitral, com fotografia ou, evidentemente, com arte funerária. Diversos nomes reconhecidos nestas áreas compõem o 'elenco' de falecidos ilustres sepultados nas duas necrópoles. Como exemplos podemos citar Pedro Weingärtner (1853-1929, pintor) e sua família, José Lutzenberger (1882-1951, pintor, ilustrador, projetista), Alberto Veit (1866-1934, vitralista), Josef Wolmann (1851-1932, fotógrafo), Miguel Friederichs

[40] Os Cemitérios São José são as necrópoles da Comunidade de Alemães Católicos de São José, fundada em 1871, na cidade de Porto Alegre. Inicialmente os alemães católicos se reuniam na Antiga Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Logo sentiram a necessidade de ter um espaço próprio para os cultos e para o fortalecimento de sua identidade religiosa. Em seguida, assim que estabelecem sua primeira sede, os alemães católicos mobilizam-se para abrir seu primeiro cemitério, que é inaugurado em 1888. Com o passar dos anos e o aumento dos sepultamentos, a área do Cemitério São José I torna-se insuficiente e, no ano de 1913, sua área foi aumentada com a doação de um terreno, em frente ao primeiro cemitério. O doador do terreno foi o jornalista e escritor, Sr. Hugo Metzler (1868-1929).

ISBN 978-85-92902-01-8

(1849-1903, marmorista) e Jacob Aloys Friederichs (1868-1950, marmorista), dentre outros artistas e artífices.

Ao considerarmos a importância dos falecidos destes cemitérios e da arte funerária nele contida, iniciamos uma série de ações para garantir a sua preservação. Estas ações iniciaram no ano de 2010, quando por virtude do *IV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais*, com o apoio da *Red Iberoamericana de Valoración y Gestión de Cementerios Patrimoniales* escrevemos uma carta solicitando a preservação do acervo de arte funerária dos Cemitérios São José I e II.[41] A carta e um dossiê de apresentação do acervo foram entregues no Ministério Público do Rio Grande do Sul, na Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, o que gerou o Inquérito Civil 69/2010.[42]

A seguir realizamos um completo inventário das necrópoles, no qual levantamos 508 unidades tumulares e com base neste inventário e em outros documentos, escrevemos a tese de doutorado *História e Arte Funerária dos Cemitérios São José I e II de Porto Alegre*, pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFRGS.

Os cemitérios São José passaram a receber acompanhamento de seu estado de conservação, e as unidades tumulares que ali encontramos permaneceram no local. No ano de 2016 foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público e a administração dos Cemitérios São José[43]. O TAC especifica; A) a seleção das obras que reputam de maior importância para serem preservadas, que dentre as 508 inventariadas resultaram em 136 unidades tumulares para preservação; B) O diagnóstico do estado de conservação dos monumentos funerários selecionados; C) A elaboração de roteiros de visitação dos cemitérios; D) A publicação de um catálogo destacando o valor do acervo de arte cemiterial dos Cemitérios São José.

Dentre as ações previstas no TAC, destacamos também a restauração de duas importantes esculturas de arte funerária que pertenciam à monumentos tumulares do Cemitério São José II e que foram mantidas nos empreendimentos da administradora após a desocupação dos túmulos. Estas esculturas sofreram dissociação, pois ao serem retiradas

[41] RED IBEROAMERICANA DE CEMENTERIOS PATRIMONIALES; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS. **Carta pela preservação dos Cemitérios São José I e II**. Piracicaba, 2010.
[42] MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inquérito Civil 00833.00069/2010: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. **Apurar deterioração do acervo cultural inserido nos Cemitérios São José I e II**.
[43] TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, Porto Alegre, 26 de janeiro de 2016. In: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inquérito Civil 00833.00069/2010: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. **Apurar deterioração do acervo cultural inserido nos Cemitérios São José I e II**.

ISBN 978-85-92902-01-8

de seus monumentos de origem se tornaram obras "soltas" e sem referência de sua procedência, o que poderia resultar na perda total de sua história.

A partir de nossa pesquisa, apuramos o histórico das obras. A primeira trata-se de uma escultura em bronze, que representa Jesus Cristo ajoelhado no Horto (Figura 01). Essa escultura, de acordo com Prof. Arnoldo Doberstein é de autoria do escultor alemão Alfred Adloff.[44] O Cristo no Horto, é proveniente do Monumento Funerário Schramm, curiosamente o primeiro dos jazigos a ser desocupado para abrir o estacionamento no Cemitério São José II[45]. Esta escultura se encontra no próprio Cemitério São José II, em um espaço denominado *Jardim in Memoriam*, que abriga partes de monumentos funerários desocupados e os restos mortais daqueles que participaram ativamente da história da Comunidade São José e do próprio cemitério.

A escultura Cristo no Horto se encontrava em más condições que comprometiam sua durabilidade e sua conservação. Estava colocada sob árvores já comprometidas pela ação de insetos xilófagos, apoiada em uma pedra sem nenhum tipo de fixação, e conforme foi constatado durante a intervenção de restauração[46], sua sustentação estava garantida também por uma parte enterrada no solo (Figuras 01, 02, 03). O Cristo possui um manto drapeado que se estende ao lado dos pés, e que estava enterrado para sustentar a escultura de pé. Além de comprometer a apreciação da obra, o fato mais grave era a sua conservação, pois caso não tivesse sofrido a intervenção, em breve a obra teria sido afetada pela oxidação e corrosão de forma irreversível, ocasionando na perda parcial de material e de informação.

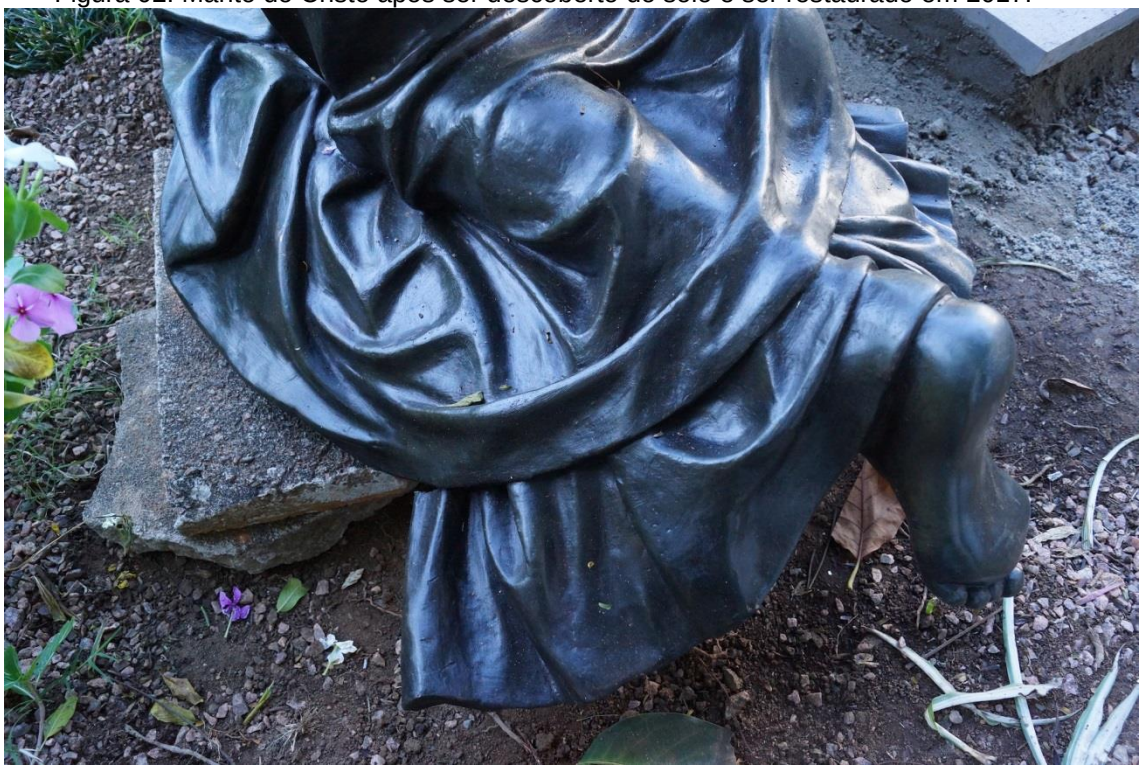
[44] DOBERSTEIN, Arnoldo Walter. **Estatuários, catolicismo e gauchismo.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.291.
[45] **OS SINOS DE SÃO JOSÉ**, janeiro/fevereiro de 2004.
[46] A intervenção de restauração foi realizada pela Conservadora e Restauradora Isabel Halfen Torino em abril de 2017.

ISBN 978-85-92902-01-8

Figura 01: Cristo no Horto proveniente do Monumento Funerário Schramm, no Jardim in Memoriam.

Fotografia da autora, 2011.

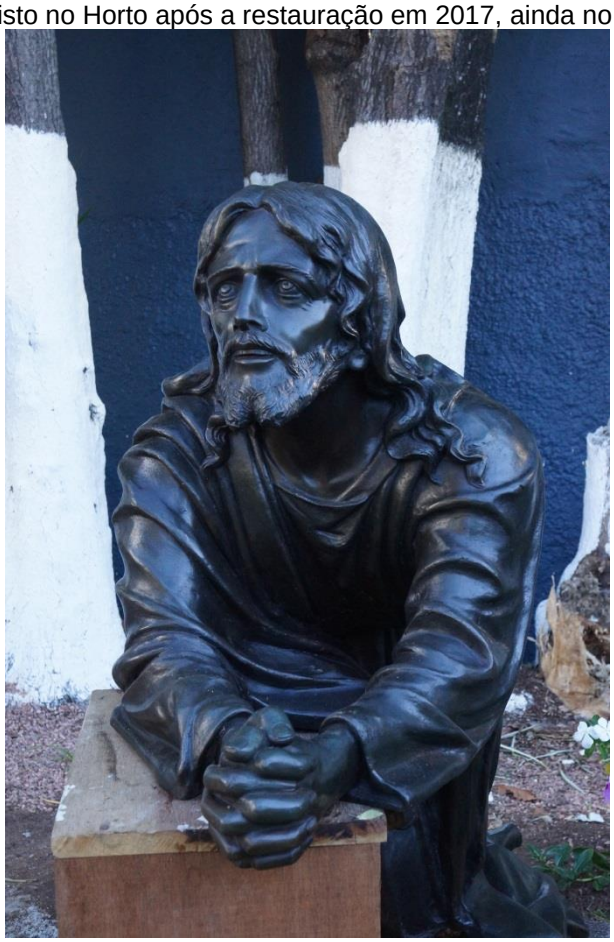
Figura 02: Manto do Cristo após ser descoberto do solo e ser restaurado em 2017.



Fotografia da autora, 2017.

ISBN 978-85-92902-01-8

Figura 03: O Cristo no Horto após a restauração em 2017, ainda no Jardim in Memoriam.



Fotografia da autora, 2017.

A segunda obra foi uma verdadeira surpresa quando a encontramos no ano de 2012. Em nossa pesquisa, privilegiamos a análise da Capela Funerária de Jacob Aloys Friederichs (Figura 04), marmorista proprietário da Marmoraria Casa Aloys, que adornou boa parte dos cemitérios da Comunidade São José. Sua capela foi entregue pela família à administração no ano de 2004 e no ano de 2005 já havia sido removida do Cemitério São José II, onde estava localizada. A capela era constituída de arenito, rocha conhecida também pelo nome de “pedra grês”. Possuía grandes dimensões e era cercada por uma mureta com gradís e fechada com um portão em metal. A porta da capela também era de metal e ladeada por duas colunas. Encimando o frontão da capela havia uma escultura, de um homem agarrado em uma cruz.

ISBN 978-85-92902-01-8

Figura 04: Capela Funerária de Jacob Aloys Friederichs no Cemitério São José II.

Reprodução digital de fotografia tirada por Maria Elizia Borges, 2003.

Além de um medalhão com a efígie do falecido, encontrada sobre sua nova sepultura no Jardim in Memoriam não havia outros vestígios de sua capela funerária. Durante o trabalho de inventário, ao conhecermos outros empreendimentos da administradora, encontramos a escultura da capela no centro de um lago ornamental, no Crematório Saint Hilaire, na cidade de Viamão[47].

Por estar colocada no centro de um lago, sobre um aglomerado de pedras a escultura de Aloys Friederichs absorvia muita água. O material da escultura é uma pedra muito porosa (arenito), portanto sua conservação e sua durabilidade estavam severamente comprometidas. A absorção da água ocasionou um alto teor de salinização na escultura e enquanto estava neste lago, ela desenvolveu um filme biológico de algas verdes, resultado da umidade.

[47] A cidade de Viamão está localizada à 25 quilômetros da capital Porto Alegre e a escultura de Aloys Friederichs foi levada do Cemitério São José II até lá.

ISBN 978-85-92902-01-8

Figura 05: Escultura Jacob Aloys Friederichs em um lago no Crematório Saint Hilaire em Viamão/RS.

Fotografia da autora, 2012.

Não sabemos ao certo por quantos anos a escultura permaneceu neste lago, mas calculamos que tenha sido cerca de uma década ou mais. A retirada da escultura Aloys Friederichs do lago no Crematório Saint Hilaire nos preocupava muito. Felizmente no TAC firmado em 2016 garantimos o retorno da escultura ao Cemitério São José II[48] e hoje ela já se encontra seca e sem o filme biológico, todavia a salinização da pedra é um problema evidente e que teremos de sanar. A obra receberá intervenção de restauro prevista para o segundo semestre de 2017[49].

[48] A escultura retornou ao Cemitério São José II em 2016.
[49] A intervenção de restauro será realizada por meio de um projeto de extensão do Curso de Conservação e Restauração da UFPel em parceria com a administradora dos Cemitérios São José.

ISBN 978-85-92902-01-8

Figure 6: A escultura Aloys Friederichs antes (em 2012 no Crematório Saint Hilaire) e depois (em 2016 no Cemitério São José II).

Fotografia da autora, 2012 e 2016.

Apresentamos aqui algumas das ações que tem garantido a preservação da arte funerária dos Cemitérios São José I e II. Estas ações estão preparando o cemitério para sediar um memorial de arte cemiterial, que deverá oferecer as condições necessárias para a conservação das obras e fomentar a pesquisa e a divulgação da arte funerária do Rio Grande do Sul. Inicialmente, todo o cemitério é e tem a função de um memorial, mas no caso dos Cemitérios São José este conceito de memorial está ligado à sua história e à uma possível musealização, pois as mudanças que estas necrópoles sofreram fazem parte de sua história e devem ser incorporadas ao seu entendimento e apresentação.

Estes cemitérios são um laboratório de estudos para pesquisa e para conservação de arte funerária, bem como as ações que garantiram sua permanência, com o apoio do Ministério Público são pioneiras no caso de necrópoles brasileiras. Recentemente o Cemitério Espanhol de Porto Alegre foi completamente apagado da história da cidade com a construção de um crematório. O Cemitério Espanhol se encontrava esquecido, provavelmente muitos dos familiares dos sepultados também já não se encontravam em vida e lamentavelmente esta necrópole foi perdida. Não sabemos se houve inventário da mesma.

ISBN 978-85-92902-01-8

A ausência dos inventários, o custo das taxas de anuidades, o falecimento dos proprietários ou dos arrendatários dos jazigos, a falta de manutenção dos túmulos que sofrem todo tipo de degradação proveniente da intempérie e muitas vezes do vandalismo ocasionam o apagamento da arte funerária. Além desses fatores, há ainda a obsolescência, pois o sepultamento e o túmulo pertencem aos costumes de outra época. Com o aumento das cidades, com a dinamização do tempo e do espaço, principalmente virtual, para uma sociedade que busca cada vez mais a longevidade e a juventude, os cemitérios deixaram de ser um lugar de frequência e de homenagens. Hoje os cemitérios artísticos são lugares que exigem uma outra forma de entendimento e de postura. Eles estão muito mais para espaços artísticos e culturais do que para espaços de lamento, de resguardo e de sofrimento.

Uma das expressões mais usadas ao se referenciar os cemitérios artísticos é a de "museu a céu aberto". Entretanto devemos rever criticamente o sentido de chamarmos cemitérios de museus, pois infelizmente ainda não o são. Museus pressupõem de identificação das obras e dos artistas, de coleções, de inventários, de ordenamento, de reserva técnica, de uma equipe com profissionais nas áreas de conservação e restauração, de museologia e de artes. Além de um plano estruturado de atividades educativas, de divulgação e de comunicação. Infelizmente nem mesmo cemitérios representativos estão organizados nesse sentido. Ao visitarmos vários cemitérios no Brasil e no mundo, poucos foram os que nos ofereceram algum material além de um mapa. Mesmo um catálogo ou a presença de placas de identificação dos monumentos funerários mais emblemáticos ainda são ausentes na grande maioria. Bibliotecas nos cemitérios e arquivos organizados com projetos, notícias e informações sobre os túmulos também são bastante singulares, assim como um servidor que cuide dessas questões.

Nesse sentido podemos citar algumas iniciativas: no Cemitério de Staglieno, em Gênova, encontramos a publicação de livretos impressos em quadricromia, com belas fotografias e informações sobre as obras e os percursos no cemitério; Em Milão há na administração do Cemitério Monumental um arquivo com pastas que trazem desenhos, projetos e fotografias dos túmulos que lá se encontram; Em Barcelona, os vários cemitérios da cidade são administrados por uma empresa e dispõem inclusive de uma biblioteca especializada na pesquisa sobre o tema dos rituais de sepultamento.[50] Encontramos também a publicação de um livro sobre a história do Cemitério de Poblenau. Este cemitério sofre problemas de conservação irremediáveis pela sua exposição à maresia[51], mas possui um organizado programa de visitação, inclusive de visitação noturna, onde todo o percurso é

[50] CEMINTIRES DE BARCELONA. Disponível em: <http://www.cbsa.cat/?lang=en>. Acesso em: 21 mai. 2017.
[51] O cemitério fica a cerca de 1 km da Platja de Bogatell.

ISBN 978-85-92902-01-8

sinalizado, permitindo inclusive que o visitante o faça de forma independente. A cidade conta ainda com um museu de carruagens fúnebres.

No Brasil estamos no início da organização de uma política cultural de valoração dos cemitérios. Alguns casos estão se delineando além do dos Cemitérios São José, como sabemos, há também iniciativas do Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre e ainda o Memorial Mathias Haas na cidade de Blumenau[52], que indica ser um dos mais prósperos arquivos sobre o ofício marmorista, cuja técnica hoje é um labor perdido e a documentação é raríssima.

São tempos muito difíceis para preservação da arte funerária e da escultura pública. O furto do bronze tem crescido com voracidade. Na capital gaúcha, várias esculturas públicas tiveram partes em bronze literalmente recortadas dos monumentos. O mesmo tem acontecido no Cemitério da Consolação em São Paulo, vários monumentos perderam placas, adornos e portões. Infelizmente o furto do bronze também tem acontecido no Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre, que até pouco tempo ainda se mantinha sem um ataque significativo das peças.

CONSIDERAÇÕES

Cada vez mais precisamos pensar nos cemitérios particulares como lugares de arte e que podem oferecer segurança para as obras, pois costumam possuir vigilância e um maior controle de seus espaços. Muitos monumentos funerários seguem a estética dos monumentos públicos encontrados nas praças, com o mesmo tipo de discurso (homenagem), organização formal e materiais, como a estrutura em granito e os adornos em bronze. Dentro de alguns anos, estes cemitérios particulares (monitorados por segurança) serão os únicos locais que permitirão acesso à essa tipologia de obras.

Os Cemitérios São José, que são cemitérios particulares, sofreram a descaracterização de seu acervo, evidenciando a ausência de uma política patrimonial que incentive a preservação. O ocorrido com estes cemitérios aponta para a necessidade de divulgação e de educação patrimonial, principalmente das administradoras, que podem oferecer acesso e inclusive atividades relacionadas à valorização de seus acervos. É um

[52] Para saber mais sobre Mathias Haas e sua marmoraria ver CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz uma morte:** atitudes fúnebres na trajetória da empresa funerária da Família Hass de Blumenau. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. 2013, 399 f. Tese (Doutorado em História), Santa Catarina: PPGH/UFSC, 2013. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107130/318633.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 fev. 2014.

ISBN 978-85-92902-01-8

trabalho bastante difícil, pois os municípios não dispõem de equipes ou de profissionais incumbidos de inventariar, conhecer e supervisionar a permanência das obras de arte funerária. Devemos ter em consideração também que os jazigos são de propriedade particular. Os familiares podem decidir o que querem fazer com os túmulos e com suas benfeitorias.

O trabalho desenvolvido nos Cemitérios São José deve garantir a permanência das obras colocadas pela Marmoraria Casa Aloys[53] e dos jazigos de sepultados ilustres, como os dos artistas aqui citados anteriormente. A ação nos permite intervir pela preservação de acervos funerários. A partir de nosso trabalho a administração tem colaborado para manter as obras nos cemitérios e tem fornecido acesso à esses bens culturais. Atualmente se prepara para iniciar o plano de implementação do Memorial de Arte Cemiterial em 2018 e para oferecer atividades de divulgação e de educação patrimonial para o público.

Elaborar programas para preservação da arte tumular é um verdadeiro desafio, pois não há uma metodologia de inventario e de conhecimento das necrópoles, nem de conservação tumular adequada e acessível (cada cemitério possui problemas específicos que devem ser considerados antes de qualquer intervenção de restauração em seus túmulos). E dentro dos cemitérios as ações de preservação precisam desenvolver um programa de educação patrimonial para os administradores das necrópoles virem a conhecer os seus próprios acervos para melhor geri-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. *História e Arte Funerária dos Cemitérios São José I e II em Porto Alegre* (1888-2014). 2015. 539 f. Tese (Doutorado em Artes Visuais). Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, UFRGS, Porto Alegre, 2015.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz uma morte:** atitudes fúnebres na trajetória da empresa funerária da Família Hass de Blumenau. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. 2013, 399 f. Tese (Doutorado em História), Santa Catarina: PPGH/UFSC, 2013. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107130/318633.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 fev. 2014.

CEMINTIRES DE BARCELONA. Disponível em: <http://www.cbsa.cat/?lang=en>. Acesso em: 21 mai. 2017.

DOBERSTEIN, Arnoldo Walter. **Estatuários, catolicismo e gauchismo.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p.291.

[53] A Marmoraria Casa Aloys foi bastante atuante no Rio Grande do Sul e colocou obras nos cemitérios mais importantes do estado, bem como diversos monumentos públicos e altares e santos em igrejas. A Casa Aloys era uma referência, tanto que Mathias Haas, ao expandir seus negócios como marmorista em Blumenau, visitou a Casa Aloys e registrou essa visita com escritos e com fotografias (CASTRO, 2013).

ISBN 978-85-92902-01-8

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inquérito Civil 00833.00069/2010: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. **Apurar deterioração do acervo cultural inserido nos Cemitérios São José I e II**.

OS SINOS DE SÃO JOSÉ, janeiro/fevereiro de 2004.

RED IBEROAMERICANA DE CEMENTERIOS PATRIMONIALES; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS. **Carta pela preservação dos Cemitérios São José I e II**. Piracicaba, 2010.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, Porto Alegre, 26 de janeiro de 2016. In: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Inquérito Civil 00833.00069/2010: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. **Apurar deterioração do acervo cultural inserido nos Cemitérios São José I e II**.

TORINO, Isabel Halfen. **Consultoria sobre a Restauração do Cristo no Horto do Cemitério São José II em Porto Alegre**, prestada à Luiza Fabiana Neitzke de Carvalho. Pelotas, 01 de março de 2017. Arquivo pessoal da autora.

ISBN 978-85-92902-01-8

(RE)criando histórias: O cemitério da Associação Cemitério Bonfim e a malha urbana em Cacoal, RO

ANDRESSA ZAMPOLI
UNESC
angressazampoli@hotmail.com

JAMILLE COELHO BARBOSA
UNESC
jamillecbarbosa@gmail.com

Resumo
O presente trabalho busca através de uma pesquisa de campo compreender como a designação dos cemitérios da cidade de Cacoal influenciou a configuração da atual malha urbana da cidade. Ademais, busca-se remontar a época de criação da cidade e sua relação com os cemitérios que fizeram parte de sua história, desde sua emancipação de Porto Velho em 1977.

Palavras-chave: cemitérios luteranos, patrimônio cultural, região norte.

1. Introdução

> [...] estudar um cemitério é quase sempre falar de memória, de ancestralidade, enfim, é se aproximar de uma história cercada de representações e sentimentalidade. Mas esse campo de diferentes crenças, muitas vezes é cenário de intervenções e ações que nem sempre ligam-se aos diversos sentidos sagrados e pensados para esse espaço. (CASTRO, 2004, p. 1).

Conforme enunciado por Elisiana Trilha Castro um dos aspectos relevantes ao estudo dos cemitérios reside na importância de se manter viva a memória. Por conseguinte, esse equipamento urbano (SANTOS, N. 1965 apud BARBOSA, 2015) mantém viva a história de uma cidade. Ademais, considerando a afirmativa "(...) os primeiros séculos de povoamento e urbanização no Brasil não podem ser compreendidos sem que prestemos atenção à geografia da morte." (Cymbalista, 2002 apud Castro, 2004), até mesmo em cidades cuja formação ocorreu durante o século XX, como no caso da cidade de Cacoal, em Rondônia, o estudo desse equipamento é de extrema relevância, já que é possível analisar a expansão da malha urbana, uma vez implantado o equipamento.

Com o objetivo de relacionar à expansão da malha urbana à designação dos cemitérios de Cacoal, o presente trabalho compila dados de uma pesquisa ainda em

ISBN 978-85-92902-01-8

desenvolvimento. Assim como em outras cidades do Brasil, o acesso às informações referentes aos cemitérios é difícil e moroso. Seja pela falta de documentação ou pela informação esparsa, a pesquisa cemiterial requer tempo e perseverança. O acesso à documentação que remonte o momento de implantação/ criação dos cemitérios públicos e privados de Cacoal não foge a regra de outras cidades brasileiras: além da inexistência de informação, o poder público não possui um mecanismo de gestão sobre esses equipamentos, nem tão pouco sobre sua informação.

Então, teve início uma pesquisa de campo que, através de entrevistas com moradores antigos da região, pouco a pouco está remontando a época de designação dos cemitérios e da cidade. Cacoal é uma cidade jovem: foi elevada a distrito de Porto Velho no ano de 1975 e sua emancipação se deu em no ano de 1977. Com o intuito de identificar o primeiro cemitério ou local de sepultamento[54] na cidade de Cacoal, o recorte temporal da pesquisa nos leva à chegada dos migrantes pomeranos luteranos à Rondônia, no ano de 1967.

Os cemitérios da jovem cidade possuem os mesmos problemas de muitos municípios: abandonados, depredados e extremamente degradados. Por se tratar de uma cidade jovem, a dificuldade de identificar o patrimônio cultural material e imaterial é evidente. A depreciação desse equipamento público é no mínimo angustiante, pois, as informações até então levantadas nos mostram que devido ao péssimo estado de conservação desses cemitérios, não é possível identificar diversas sepultura, fazendo com que muita informação se perca. Diante da corrente dificuldade de identificar o patrimônio cultural contemporâneo, ainda mais em uma cidade de formação recente, há o risco de perder a referência de patrimônio mais evidente na jovem Cacoal: o patrimônio funerário.

Não existem fontes bibliográficas ligadas diretamente à pesquisa. Dessa forma, a informação foi obtida através de entrevistas com moradores e visitas de campo.

2. O Estado de Rondônia e a cidade de Cacoal

2.1. Estado de Rondônia

O estado de Rondônia, localizado na parte oeste da região norte do Brasil, tem como capital a cidade de Porto Velho. O estado tem uma superfície de

[54] Essa diferenciação foi apresentada por NASCIMENTO, 2008, p.3 apud BARBOSA, 2015, p.34.

ISBN 978-85-92902-01-8

237.765,376km² (IBGE, 2010) e faz limite com o Estado do Amazonas ao leste, ao sudeste com o Estado de Mato Grosso, ao oeste com a República da Bolívia e a noroeste com os Estados do Amazonas e Acre. Sua população é de 1.562,409 habitantes, com densidade demográfica de 6,58 habitantes por km² (IBGE, 2010).

No ano de sua criação, o Estado de Rondônia era formado por 13 municípios, sendo eles: Porto Velho, Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Cacoal, Espigão do Oeste, Pimenta Bueno, Vilhena, Ariquemes, Colorado do Oeste e Costa Marques.

Hoje já são 52 municípios no total, entre eles estão: Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Porto Velho, Candeias do Jamary, Itapuã do Oeste, Alto Paraíso, Monte Negro, Buritis, Campo Novo de Rondônia, Rio Crespo, Cujubim, Ariquemes, Cacaulândia, Machadinho do Oeste, Vale do Anari, Theobroma, Governador Jorge Teixeira, Jaru, Vale do Paraíso, Nova União, Mirante da Serra, Teixeirópolis, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Urupá, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé, Costa Marques, Nova Brasilândia do Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Castanheiras, Alta Floresta do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Santa Luzia do Oeste, Rolim de Moura, Ministro Andreazza, Cacoal, Espigão do Oeste, Primavera de Rondônia, São Felipe d'Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste, Cabixi e Vilhena (IBGE 2010).

No passado essas terras pertenciam aos estados de Mato Grosso e Amazonas. O Estado de Rondônia teve seu início datado no ano de 1943, em homenagem a Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. O território era conhecido como Território Federal do Guaporé, e posteriormente foi alterado para Rondônia através da lei n.° 21.731, de 17 de fevereiro de 1956. Diversos fatores corroboraram para o desenvolvimento da região, dos quais se destaca:

> Para Oliveira (2001, p.09) diversas foram as fases de desenvolvimento nesta região; entre elas a descoberta de ouro no Rio Corumbiara, no século XVIII; a conquista e o povoamento dos vales do Guaporé, Mamoré e Madeira; a construção do Real Forte Príncipe da Beira, no período colonial; o primeiro e o segundo ciclo de látex (borracha); a construção da estrada de ferro Madeira Mamoré [...]. Mas foi com a abertura da BR-364, na década de 60, que se iniciou a real colonização do então território Federal de Rondônia.

O Estado de formação recente possui poucas referências patrimoniais. O Real Forte Príncipe da Beira é o mais antigo monumento histórico do Estado de Rondônia, e foi tombado como patrimônio histórico em 30 de novembro de 1937.

ISBN 978-85-92902-01-8

Sua construção teve inicio no ano de 1776 e a finalização ocorreu no ano de 1783. Localizado a 15 km da cidade de Costa Marquês, às margens do grandioso rio Guaporé, o forte possui 970 metros de perímetro, sendo cercado por muralhas de 10 metros de altura (IFHAN).

2.2. Cacoal

A cidade de Cacoal está localizada no estado de Rondônia, norte do Brasil, e tem uma população estimada em aproximadamente 78.574 habitantes. A área territorial do município de 3.792,948 (IBGE, 2010).

Cacoal tem como cidades vizinhas Ministro Andreazza, Presidente Médico, Pimenta Bueno, Rolim de Moura e Espigão d'Oeste, e está localizada a 480km de distância de Porto Velho, capital do estado de Rondônia.

De acordo com o Sr. Irineu Zampoli[55], que migrou do estado de Santa Catarina para Rondônia no ano de 1977, Cacoal no inicio de sua colonização era conhecida como Nova Cassilândia, na década de 70. Os migrantes que vinham da região sul e sudestes acampavam próximos ao rio Ribeirão Pirarara e à BR 364, lugar de uma grande plantação de pés de Cacau nativos da região. Essa grande plantação levou o senhor Anízio Serrão de Carvalho, uns dos primeiros moradores do vilarejo, nomear a cidade de Cacoal.

> A maior parte dos migrantes que chegaram a Rondônia não conseguiu lotes nem no primeiro, nem no segundo ano. Outros ganharam lotes em áreas sem qualquer tipo de acesso, distantes mais de 100km das estradas. Tanto num caso como no outro, estes camponeses se instalaram nos lotes já produtivos de parentes ou amigos na qualidade de agregados ou meeiros. Estas relações de agregados e meeiros são muito importantes, porque são a base do trabalho e das diferenças que se estabeleceram (MINC, 1985 apud OLIVEIRA, 1990, p.44-45).

Somente em 11 de outubro de 1977 o município foi criado pelo art. 47º da lei nº 6.448, com área desmembrada do Município de Porto Velho.

A economia do município de Cacoal é uma das mais aquecidas do estado e tem como base principal a agropecuária e agricultura. Em plena expansão, a agricultura se destaca pela produção de café, uma das maiores do estado.

[55] ZAMPOLI, Irineu. Entrevista, abril 2017.

ISBN 978-85-92902-01-8

Figura 01: Vista aérea da cidade de Cacoal. Fonte: Prefeitura Municipal de Cacoal.

3. Os luteranos em Cacoal

Segundo LINK[56] (2004, p.17) em 1967 ocorreu à migração dos pomeranos[57] luteranos para o Estado de Rondônia. As famílias Hollander e Braun, foram às pioneiras e provenientes do Espírito Santo acamparam às margens do rio Barão do Melgaço em Pimenta Bueno (HOLLANDER; BRAUN H.; BRAUN C., 2001 APUD LINK, 2004, p.18). Link ainda salienta que a migração dos luteranos sulistas era ocasional, sendo predominantes os descendentes provenientes do Espírito Santo e, que a vinda família Braun facilitou a chegada de outros pomeranos na região (BOONE, 2001 apud LINK, 2004).

Ao chegar a Rondônia, os pomeranos encontraram os povos suruí, zoró e cinta larga, cujas terras correspondem aos locais de fundação das cidades de Espigão do Oeste, Cacoal e Pimenta Bueno (LINK, 2004, p.23). Além dos

[56] LINK, Rogério Sávio. **Luteranos em Rondônia:** o processo migratório e o acompanhamento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (1967-1987). Dissertação de mestrado. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, 2004.

[57] Pomeranos é o nome dado a descendentes germânicos que habitavam região situada na costa do Mar Báltico, entre as atuais Polônia e Alemanha e os países escandinavos (SCHMIDT,A., 2015). Conforme ressaltado por LINK (2004), possuem língua e cultura distintas dos demais povos germânicos.

ISBN 978-85-92902-01-8

descendentes indígenas, Link (2004, p.20) afirma que havia também uma cultura cabocla. Os pomeranos que chegaram a Rondônia "pertenciam à quarta geração dos pomeranos que imigraram para o Brasil" (LINK, 2004, p.51) e tinham uma cultura fortemente marcada pela migração (LINK, 2004, p.52). Ainda segundo LINK (2004):

> Pode-se afirmar, portanto, que a migração é um elemento constante no meio pomerano. Isso se explica pela compreensão cultural de que, para ser um pomerano, é necessário, entre outras coisas, ser camponês, ter religião (luterana) e possuir laços étnicos com o grupo. Para este momento, destaca-se a primeira necessidade, ou, como Bahia também define, trabalhar numa terra (land). Nesse sentido, ela diz que a cultura pomerana possui estratégias de manutenção do etos camponês. A mais importante dessas estratégias é a questão da herança. Ela possui uma lógica própria do mundo camponês, que entra em conflito com o sistema jurídico brasileiro, mas que tem como objetivo evitar a excessiva fragmentação das pequenas propriedades (BAHIA, 2000 APUD LINK,2004, p.52).

A presença da Igreja favoreceu a chegada de grande parte dos pomeranos em 1973 (BOONE, 2001 apud LINK, 2004, p.54). Eles eram pequenos produtores com produção baseada na agricultura familiar (LINK, 2004, p. 54). Os migrantes luteranos procuraram comprar terras ao chegarem a Rondônia, não esperando o assentamento do INCRA (LAUVERS; BINOW, 2001 apud LINK, 2004). LINK (2004) afirma que os migrantes que integram a IECLB em Rondônia perderam suas terras durante o processo de modernização e mecanização da agricultura, que foi fomentado pelo governo com o objetivo de gerar renda e favorecer a industrialização no país (LINK, 2004, p.55).

Foram inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos migrantes na região amazônica, conforme podemos observar no trecho a baixo:

> Enquanto a falta de terra representava o maior problema para a grande maioria dos migrantes antes de sua chegada em Rondônia (36,17%), outros tornaram-se agora mais relevantes. A doença passou a ser o principal deles, seguindo-se a ausência de transporte, o baixo preço dos produtos agrícolas e, em 4º lugar, aparece novamente a falta de terra como sendo o principal problema para 12,47% dos entrevistados. (BASSEGIO apud LINK, 2004 p. 56).

O acesso à terra, a *land*[58], era uma questão de extrema importância para os migrantes e relacionava-se a quase todos os conflitos que terminavam em morte (LINK,p.56, 2004). A maioria desses conflitos eram resolvidos por pistoleiros e, a única coisa que garantia a posse de terra era uma arma de fogo, sendo muito

[58] "designa a unidade familiar como unidade de produção e consumo, juntamente com a propriedade, os animais, objetos e valores que constituem seu modo de vida". (BAHIA, p.26 APUD LINK, P. 52, 2004).

ISBN 978-85-92902-01-8

comum o uso das expressões “segurar a costela” ou “eu não tenho costela pra bala”[59]. Nas palavras de Geraldo Schach, primeiro pastor em Rondônia, “A cobiça pela terra era a maior doença que há em RO” (SCHACH, 1972 apud LINK, 2004, p.57). Segundo LINK (2004) outro motivo de morte eram as doenças como “a malária, a hepatite, desidratação e verminose” [60].

Diante de todas essas dificuldades, a busca espiritual se fez necessária: "Embrenhados no meio da mata, sem nenhuma condição de socorro, a única coisa que lhes dava segurança era pensar que seus destinos estavam entregues nas mãos de Deus" (LINK, 2004, p. 62). Além disso, “batizar um filho ou confirmá-lo podem ser tarefas de um leigo, mas casar e morrer cabe ao pastor executá-las” (LINK, 2004, p. 64). Dessa forma, a presença do pastor e da igreja era fundamental para a espiritualidade dos pomeranos do Espírito Santo, inclusive no rito de morte:

> Um leigo que pronuncie um desses ritos é mal visto juntamente com o pastor ausente, resultando num sentimento de mal-estar e ressentimentos na comunidade. O leigo não possui a legitimidade e nem domina a linguagem autorizada da instituição religiosa e nem o uso dos símbolos religiosos, lugares e objetos consagrados (...), não sendo, portanto, reconhecido como porta-voz da palavra sagrada (BAHIA, 2000 apud LINK,2004, p.54).

Devido aos fatos supracitados, Link (2004) atribui aos migrantes pomeranos o mérito de hoje existirem comunidades filiadas a IECLB em Rondônia: os próprios migrantes organizavam as comunidades e tentavam sensibilizar a igreja para enviar pastores que os acompanhasse espiritualmente (LINK, 2004, p. 65-66). Após algumas solicitações que não foram atendidas, em 10 de junho de 1972, Geraldo Schach foi nomeado como primeiro pastor efetivo da Comunidade Evangélica Luterana de Pimenta Bueno (SCHACH, 1972 apud LINK, 2004, p.73).

Durante o pastorado de Geraldo Schach surgiu à cidade de Cacoal e também a comunidade local da IECLB:

> Cacoal não existia em junho de 1972 e em julho, de repente, uma enormidade de barracas de lonas foram montadas na beira da BR 364. (...) E as árvores iam caindo e a vila foi se formando, assim da noite para o dia. Em questão de dois, três meses, o pessoal já dizia: “O pastor tem que ir a Cacoal, porque está surgindo uma nova comunidade, uma nova vila. Tem que ir lá, tem luteranos também lá”. E lá fomos nós. Pegamos um Toyota [caminhonete] emprestado dum camarada e fomos lá. E já começou o primeiro culto em Cacoal, também, no mesmo ano de 1972, na beira da BR (SCHACH, 1972 apud LINK, 2004, p.76).

[59] HOLLANDER; BRAUN H.; BRAUN C.; 2001 APUD LINK, 2004, p.56.
[60] LINK, op.cit., p.57.

ISBN 978-85-92902-01-8

Em novembro de 1972 foram contabilizadas 150 famílias que pertenciam às comunidades de Pimenta Bueno, Melgaço, Espigão do Oeste, Cacoal e Ji-Paraná (antiga Vila Rondônia) (BRAUN, R.; BRAU, A.G., 2001 apud LINK, 2004, p. 76). Conforme essas comunidades foram crescendo, Schach organizou-as em uma paróquia com a seguinte configuração: "Pimenta Bueno, Espigão D'Oeste, Baixo Melgaço, Cacoal, Vila Rondônia, mais os pontos de pregação: Vila Rondônia, Km 4, Vista legre, Melgaço Km 37, Alto Melgaço e Igarapé Felise Freira" (ATA PARA INSTITUIÇÃO DA PARÓQUIA DE PIMENTA BUENO, 1973 apud LINK, 2004, p.76-77).

Posteriormente, os pontos de pregação foram crescendo. No caso de Cacoal, já haviam nas linhas do INCRA (Linha 11, Linha 10, Linha, 9, Linha 8, Linha 7 e Linha 5) em 1975 (SCHACH, 2001 apud LINK, 2004, p.77). Em seguida, devido a pouca fertilidade de algumas terras como no caso de Pimenta Bueno e Melgaço, alguns pontos de pregação e membros de comunidades foram em direção à Espigão do Oeste e Cacoal, pois, "descobriam terras férteis com bonitas árvores, madeira de lei, foram se localizando naquelas colonizações mais adiante" (SCHACH, 2001 apud LINK, 2004, p.77).

Em 29 de agosto de 1974 Schach envia um relatório à direção da IECLB sugerindo a criação de um segundo pastorado em Rondônia, pois, não era mais possível atender à todas as comunidades existentes, propondo duas divisões: Pimenta Bueno e Cacoal ou Espigão do Oeste (SCHACH, 1974 apud LINK, 2004, p. 78).

Dessa forma, em 9 de novembro de 1975, ocorreu a fundação de uma nova paróquia em Cacoal, assumida por João Artur Müller da Silva, que atuou de 01/1976 a 07/1978 (LINK, 2004, p.78-79).

O trabalho desenvolvido pelo pastor Silva configurou uma experiência inédita na IECLB, articulando um trabalho em equipe, em um projeto conhecido como UMA: "Além do pastor, contava-se com um técnico agrícola, Adolfo Büttow (1974 – 1983?), e uma agente de saúde, Lenir Büttow (1976-1979)" (LINK,2004, p.79) . Após a saída do pastor Silva a paróquia foi assumida por Valdir Frank até 14 de janeiro de 1988 (LINK,2004, p.79).

Nesse contexto, é importante ressaltar que na cidade não havia comunidade e que os membros das paróquias eram pomeranos que viviam nas linhas (SASS,

ISBN 978-85-92902-01-8

1999 apud LINK, 2204, p. 81) e que, além disso, a paróquia de Cacoal era a segunda maior em número de membros (LINK, 2004, p.79).

4. Os cemitérios de Cacoal

"Aos primeiros, a morte; aos segundos, a miséria; aos terceiros, o pão"
(BAHIA, 2000 APUD LINK, 2004)

Atualmente cidade de Cacoal possui um total de 2 cemitérios públicos: o Cemitério Santo Antônio e o Cemitério da Saudade. Até o presente momento foram levantados 03 cemitérios privados, a saber: Cemitério Parque Alto da Paz e os seguintes cemitérios luteranos nas linhas do INCRA: Cemitério da Associação Cemitério Bonfim, na Linha 6 e o Cemitério Bonfim, na Linha 9.

O Cemitério Santo Antônio foi criado em 1975 devido à lotação de um antigo cemitério público localizado às margens da BR 364. Devido à lotação desse cemitério, e segundo relato do Sr. Júlio[61], atual administrador e proprietário da funerária PAX Inalice, primeira funerária de Cacoal, os restos mortais foram traslados do antigo cemitério para o cemitério público Santo Antônio.

Este cemitério possui jazigos, alguns monumentos funerários e poucas gavetas. Verifica-se também em alguns jazigos ou monumentos funerários a assinatura de alguns construtores, costume comum em cidades do interior (CYMBALISTA, 2001).

Conforme pesquisa de campo e entrevista realizada com o Sr. Marcelo[62], primeiro coveiro concursado do município, o cemitério da Saudade foi criado para atender aos indigentes e à pessoas que não tinham condições financeiras de comprar uma sepultura no Cemitério Santo Antônio. A distribuição espacial desse cemitério fica a cargo dos próprios coveiros, um total de 3, e embora exista um plano de ordenamento para as quadras, conforme o relado do próprio coveiro, esse não foi seguido nem respeitado.

Ainda conforme relado do senhor Marcelo até 2013 as inumações eram feitas diretamente na terra. Somente com a publicação da Lei Municipal 3231/PCM/13, é que passou a ser feita a concretagem da sepultura, fato que ainda encontra resistência de muitas famílias, quer seja por motivos religiosos ou crenças que

[61] INALICE, Júlio. Entrevista, março 2017.
[62] FRANCISCO, Marcelo Tenório. Entrevista, março 2017.

ISBN 978-85-92902-01-8

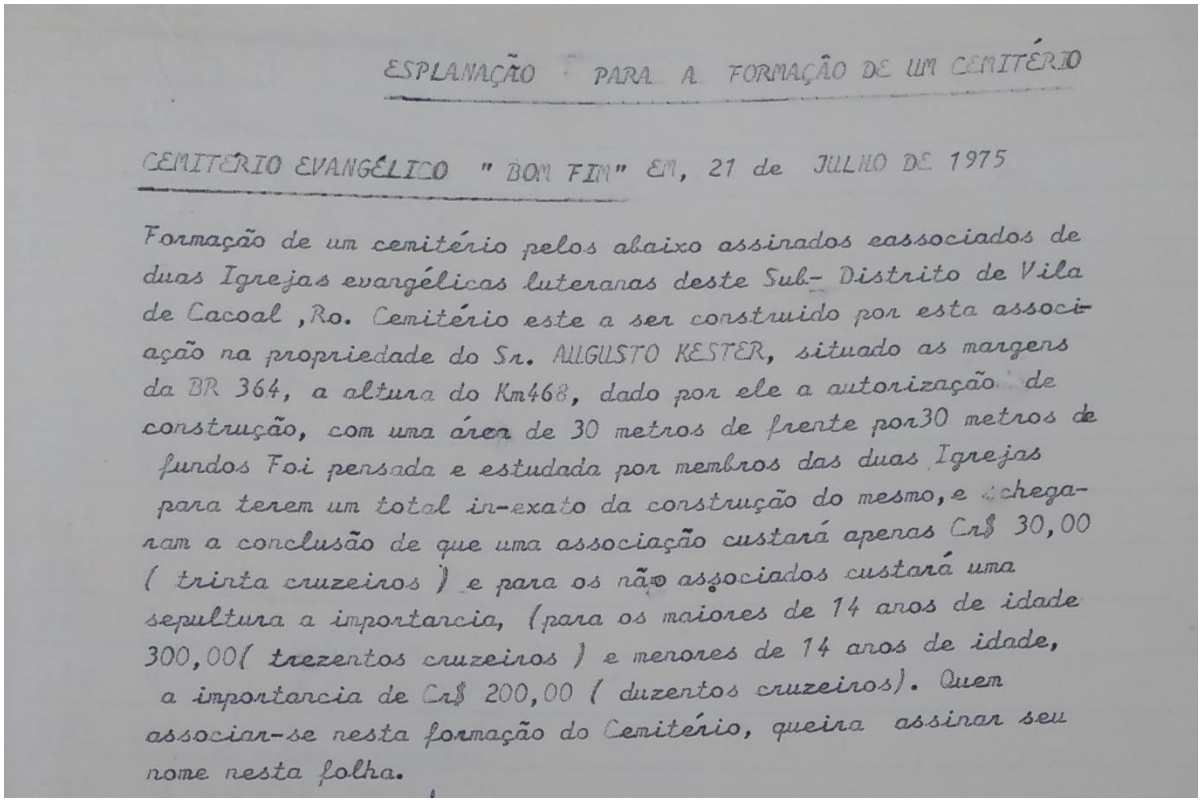
acreditam no contato direto com a terra. O cemitério possui sepulturas e alguns jazigos cuja construção também ficam à cargo de um construtor.

O cemitério Parque Alto da Paz, mais recente de Cacoal, foi criado em 02 de dezembro de 2008. Este cemitério segue o modelo americano de “negação da morte” (ARIÉS, 1981): é um cemitério tipo parque.

Já o Cemitério Bonfim, tem sua fundação datada em 1979. Este cemitério possui aproximadamente 25% de sua superfície ocupada por jazigos, sepulturas e poucos mausoléus, estando o restante de sua superfície livre.

O Cemitério da Associação Cemitério Bonfim é mantido pela Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), que juntas formam a Associação Cemitério Bonfim. A associação mantém o funcionamento e gestão do equipamento. Assim como o outro cemitério luterano, por pertencer a uma associação religiosa, o município não arrecada nenhum imposto relativo à essa atividade, sendo de sua competência o licenciamento ambiental municipal da atividade.

Até o presente momento a pesquisa apontou que esse cemitério é o mais antigo existente na cidade. Conforme o documento a baixo.



ESPLANAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE UM CEMITÉRIO

CEMITÉRIO EVANGÉLICO "BOM FIM" EM, 21 de JULHO DE 1975

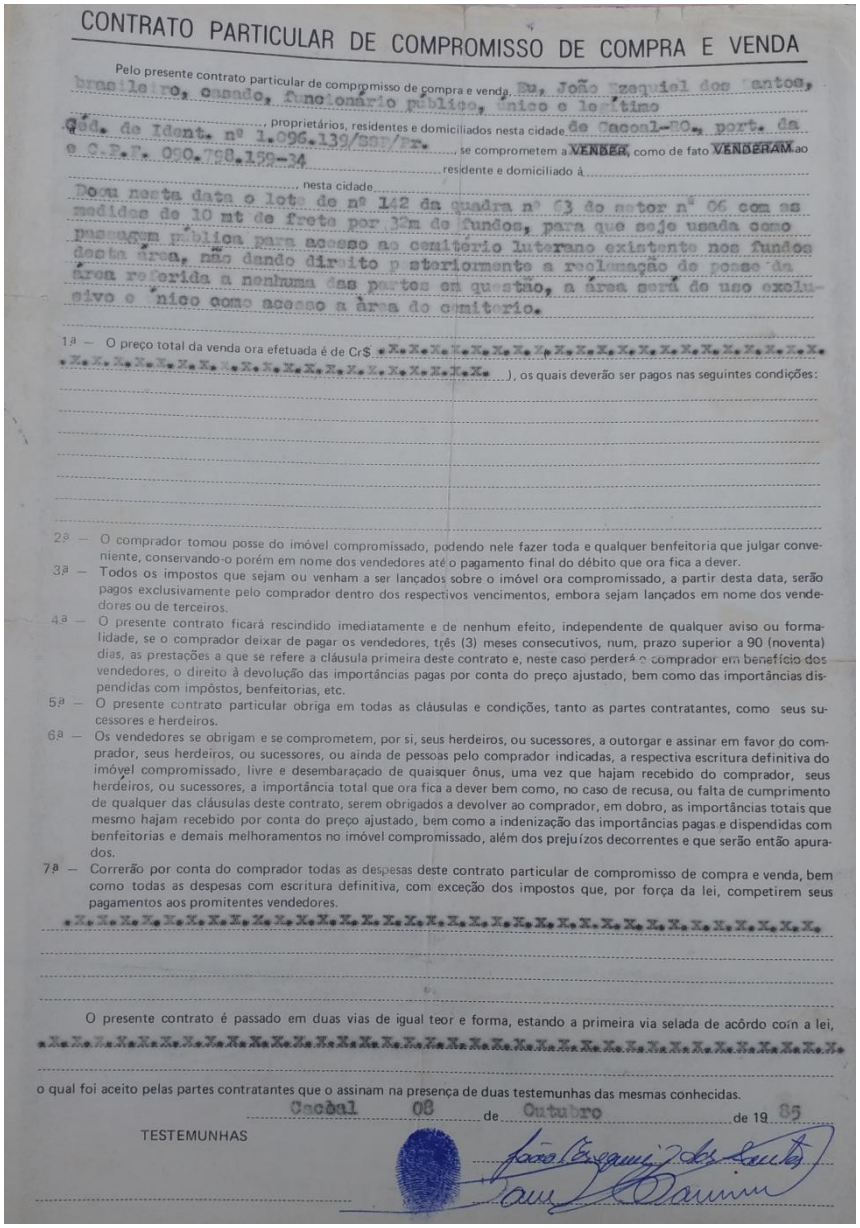
Formação de um cemitério pelos abaixo assinados associados de duas Igrejas evangélicas luteranas deste Sub- Distrito de Vila de Cacoal, Ro. Cemitério este a ser construido por esta associação na propriedade do Sr. AUGUSTO KESTER, situado as margens da BR 364, a altura do Km468, dado por ele a autorização de construção, com uma área de 30 metros de frente por30 metros de fundos Foi pensada e estudada por membros das duas Igrejas para terem um total in-exato da construção do mesmo, e chegaram a conclusão de que uma associação custará apenas Cr$ 30,00 (trinta cruzeiros) e para os não associados custará uma sepultura a importancia, (para os maiores de 14 anos de idade 300,00(trezentos cruzeiros) e menores de 14 anos de idade, a importancia de Cr$ 200,00 (duzentos cruzeiros). Quem associar-se nesta formação do Cemitério, queira assinar seu nome nesta folha.

Figura 02: Esplanação para a formação de um cemitério. Fonte. Arquivo da Associação Cemitério do Bonfim, 1975.

ISBN 978-85-92902-01-8

A análise do documento sugere que a criação do cemitério ocorreu no ano de 1975. Entretanto, conforme entrevista realizada com o Sr. Belmiro Strey[63], 58 anos, morador da cidade desde o ano de 1975 e atual vice-diretor do cemitério da associação, é possível que outras doações tenham antecedido a doação de 1975. Belmiro acredita que esse cemitério tenha iniciado suas atividades no ano de 1972, mesmo ano da criação da paróquia de Cacoal.

Posteriormente, uma segunda e última doação, no ano de 1985, levou o cemitério a sua configuração atual.



CONTRATO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA

Pelo presente contrato particular de compromisso de compra e venda, Eu, João Ezequiel dos Santos, brasileiro, casado, funcionário público, único e legítimo proprietário, residentes e domiciliados nesta cidade de Cacoal-RO, port. da Cid. de Ident. nº 1.096.139/SSP/RR, se comprometem a VENDER, como de fato VENDERAM ao residente e domiciliado à, nesta cidade.

Doou nesta data o lote de nº 142 da quadra nº 03 do setor nº 06 com as medidas de 10 mt de frete por 32m de fundos, para que seja usada como passagem pública para acesso ao cemitério luterano existente nos fundos desta área, não dando direito posteriormente a reclamação de posse da área referida a nenhuma das partes em questão, a área será de uso exclusivo e único como acesso a área do cemitério.

1ª — O preço total da venda ora efetuada é de Cr$ ( ), os quais deverão ser pagos nas seguintes condições:

2ª — O comprador tomou posse do imóvel compromissado, podendo nele fazer toda e qualquer benfeitoria que julgar conveniente, conservando-o porém em nome dos vendedores até o pagamento final do débito que ora fica a dever.

3ª — Todos os impostos que sejam ou venham a ser lançados sobre o imóvel ora compromissado, a partir desta data, serão pagos exclusivamente pelo comprador dentro dos respectivos vencimentos, embora sejam lançados em nome dos vendedores ou de terceiros.

4ª — O presente contrato ficará rescindido imediatamente e de nenhum efeito, independente de qualquer aviso ou formalidade, se o comprador deixar de pagar os vendedores, três (3) meses consecutivos, num, prazo superior a 90 (noventa) dias, as prestações a que se refere a cláusula primeira deste contrato e, neste caso perderá o comprador em benefício dos vendedores, o direito à devolução das importâncias pagas por conta do preço ajustado, bem como das importâncias dispendidas com impôstos, benfeitorias, etc.

5ª — O presente contrato particular obriga em todas as cláusulas e condições, tanto as partes contratantes, como seus sucessores e herdeiros.

6ª — Os vendedores se obrigam e se comprometem, por si, seus herdeiros, ou sucessores, a outorgar e assinar em favor do comprador, seus herdeiros, ou sucessores, ou ainda de pessoas pelo comprador indicadas, a respectiva escritura definitiva do imóvel compromissado, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, uma vez que hajam recebido do comprador, seus herdeiros, ou sucessores, a importância total que ora fica a dever bem como, no caso de recusa, ou falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, serem obrigados a devolver ao comprador, em dobro, as importâncias totais que mesmo hajam recebido por conta do preço ajustado, bem como a indenização das importâncias pagas e dispendidas com benfeitorias e demais melhoramentos no imóvel compromissado, além dos prejuízos decorrentes e que serão então apurados.

7ª — Correrão por conta do comprador todas as despesas deste contrato particular de compromisso de compra e venda, bem como todas as despesas com escritura definitiva, com exceção dos impostos que, por força da lei, competirem seus pagamentos aos promitentes vendedores.

O presente contrato é passado em duas vias de igual teor e forma, estando a primeira via selada de acôrdo com a lei, o qual foi aceito pelas partes contratantes que o assinam na presença de duas testemunhas das mesmas conhecidas.

Cacoal 08 de Outubro de 19 85

TESTEMUNHAS

Figura 03: Contrato particular de compromisso de compra e venda. Fonte. Arquivo da Associação Cemitério do Bonfim, 1975.

[63] STREY, Belmiro. Entrevista, abril 2017.

ISBN 978-85-92902-01-8

Os cemitérios públicos e privados listados por essa pesquisa tiveram suas localidades mapeadas conforme o mapa a baixo.

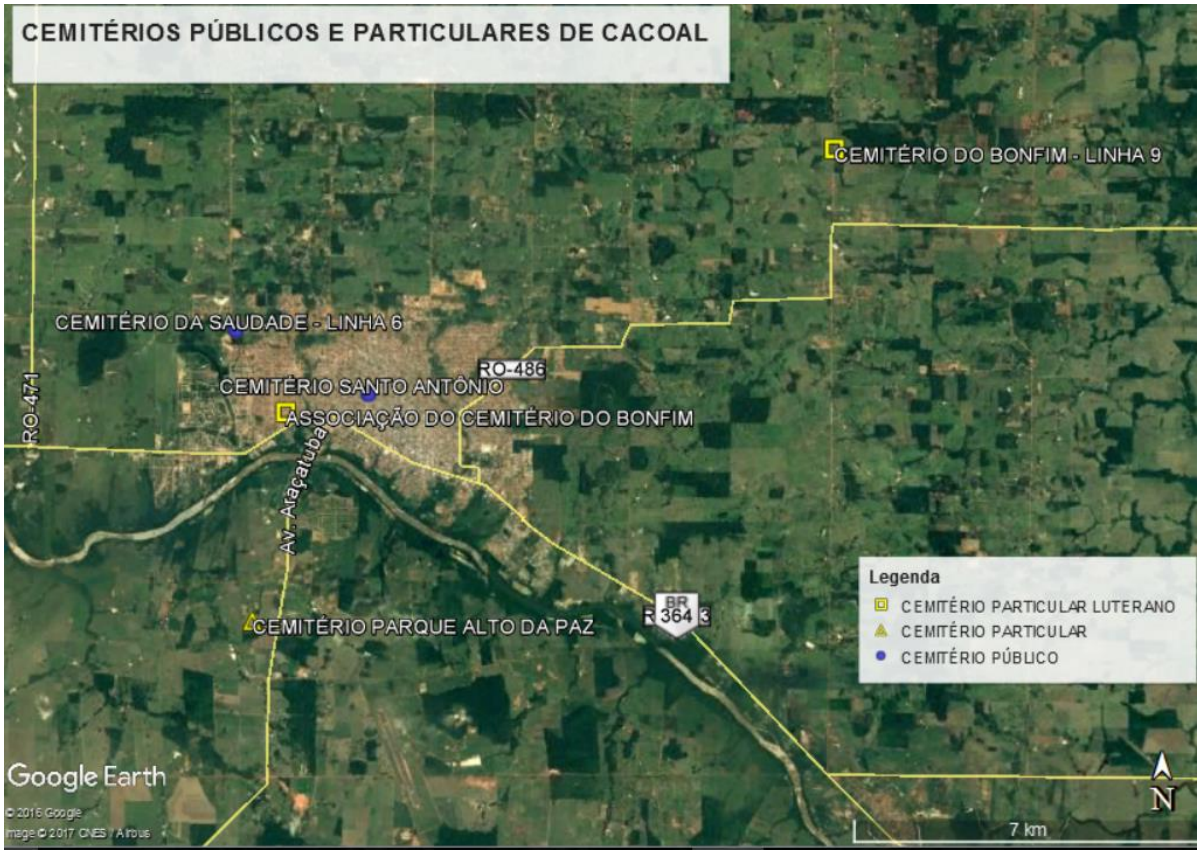


Figura 04: Mapa da cidade de Cacoal e cemitérios e existentes. Fonte: Elaborado pelas autoras

Na figura 05, o polígono marrom corresponde à mancha urbana da cidade de Cacoal no ano de 1984, ano em que a cidade já estava emancipada de Porto Velho. Dentro dessa mancha observamos que apenas os cemitérios Santo Antônio e da Associação Cemitério Bonfim estavam contidos na malha urbana da cidade. Já os outros cemitérios encontravam-se inseridos na Zona rural.

A urbanização de Cacoal é extremamente rarefeita. Mesmo no perímetro urbano, a quantidade de lotes livres e distribuídos de maneira irregular é evidente. Este processo é análogo ao caso já estudado na Freguesia de Irajá (BARBOSA, 2015) em que observamos:

> Antes o que tínhamos era a expansão de uma malha contínua a se espraiar e estender a partir do que conhecíamos enquanto cidade sobre o espaço "natural", hoje esta disseminação dá-se de forma difusa e segmentada sem que haja necessariamente uma continuidade e contigüidade física entre os aglomerados e emerge em diversos pontos e manchas (LIMONAD, 2005 apud BARBOSA, 2015, p.133).

ISBN 978-85-92902-01-8

Já a mancha azul representa a malha urbana no ano de 2017. Nela observa-se que dois cemitérios particulares ainda permanecem fora do perímetro urbano da cidade: O Cemitério Bonfim e o Cemitério Parque Alto da Paz.

Observa-se também, através da análise da figura 05, que o cemitério da Saudade, localizado na linha 06, foi fagocitado[64] pela expansão da malha urbana (BARBOSA, 2015, p.136).

Até o presente momento não foram encontrados ortofotos ou aerofotogramétricos com a malha urbana da cidade anterior ao ano de 1984, o que indica um próximo passo para essa pesquisa.

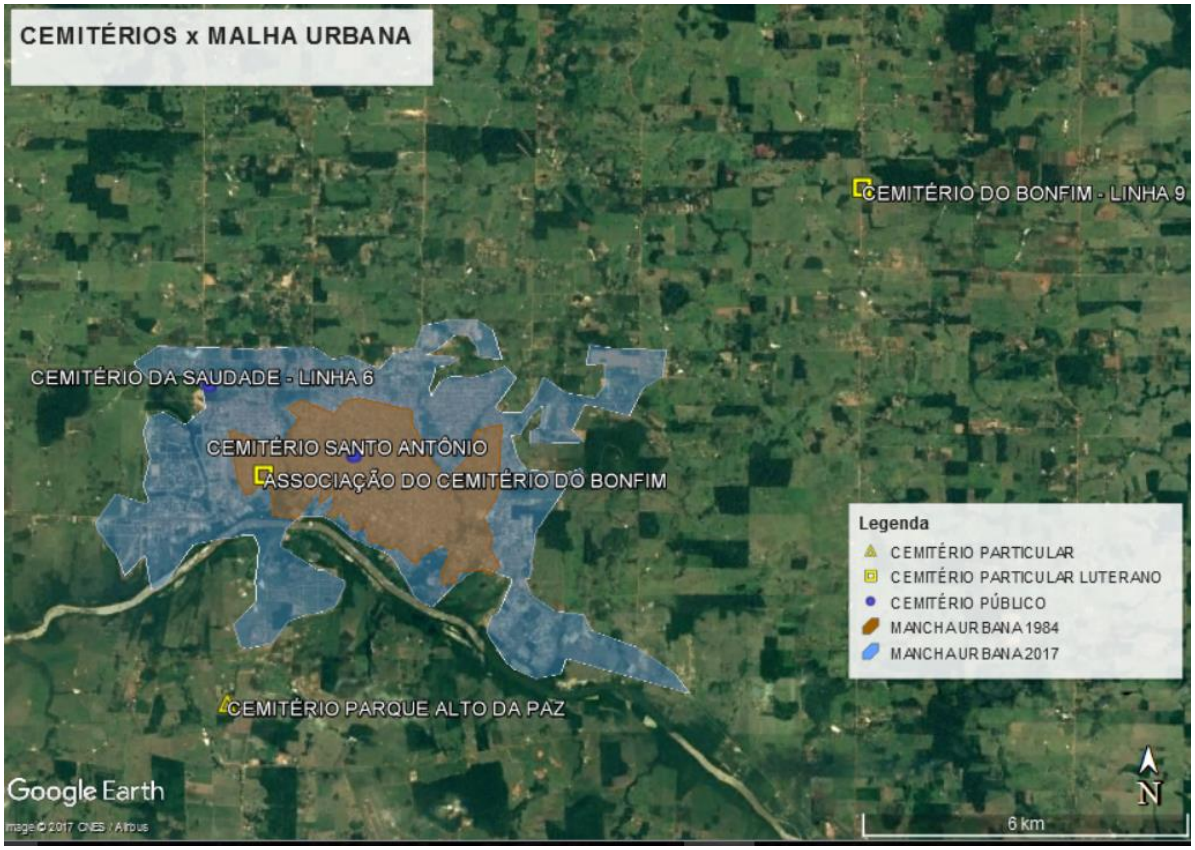


Figura 05: Cemitérios x Malha urbana. Fonte: Elaborado pelas autoras.

[64] Para maiores considerações sobre o conceito de fagocitose urbana ver BARBOSA, 2015.

ISBN 978-85-92902-01-8

FIGURA 06: Interior do Cemitério da Associação Cemitério do Bonfim. Fonte: do autor.

5. Conclusões Parciais.

As possibilidades dessa pesquisa não se esgotam com este trabalho. Ele constitui apenas um começo. Conforme apontado por esta pesquisa, o cemitério mantido pela Associação Cemitério Bonfim existe em Cacoal desde o seu reconhecimento como cidade, e constitui um referencial simbólico não só à comunidade pomerana luterana, mas também, à população em geral.

Dessa forma, um desdobramento possível à essa pesquisa é o acesso às atas e outros documentos que constam no arquivo da IECLB em Porto Alegre. Conforme já levantando por LINK (2004), que ao estabelecer a origem da Comunidade pomerana luterana de Rondônia, mostrou a importância e a necessidade que os migrantes atribuíam aos pastores luteranos na condução dos ritos de morte, assim como também apontado por pesquisadores que tratam da questão da morte e sua secularização (RODRIGUES, C., 1997, 2005; SANTOS, A., 2011; SILVA. D.J.da, 2012).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Phillipe. **O homem diante da morte.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2 v, 1981.
BARBOSA, J.C. **Necrópole X Metrópole:** os cemitérios no ordenamento urbano do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2015.
BINSZTOK, Jacob. **Cacoal-RO:** A constituição de um campesinato na fronteira agrícola da Amazônia Meridional. UFF. Universidade Federal Fluminense. GEOgraphia, ano V, 10 v , 2013.

ISBN 978-85-92902-01-8

Fontes do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a cidade de Cacoal. Disponível em: <http:// cod.ibge.gov.br/3QL>. Acesso em 01 mai 2017.
CYMBALISTA, Renato. **Cidade dos vivos**. Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo. Annablume, São Paulo; 1 ed, 2001.
IFRO. **Instituto Federal De Rondônia**. CABRAL, Josélia Fontenele B.; CASTRO, Gisele Renata de; INÁCIO, Heder Souza; PENHA, Maranei Rohers; GOMES, Sandra Monteiro. Rondônia: história, geografia e educação ambiental. Disponível em: < http://www.ifro.edu.br/proex/anais/wp-content/uploads/2014/03/Rond%C3%B4nia-Hist%C3%B3ria-Geografia-e-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2017.
IPHAN, **Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional** (IPHAN). Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/ro>. Acesso em: 10 mai. 2017.
LINK, Rogério Sávio. **Luteranos em Rondônia:** o processo migratório e o acompanhamento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (1967-1987). Dissertação de mestrado. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, 2004.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL (PMC). Prefeitura da Cidade DE Cacoal. Disponível em: < http://www.cacoal.ro.gov.br/ >. Acesso em: 20 abr. 2017.
RODRIGUES, Claudia. Lugares dos mortos nas cidades dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.
SANTOS, Alcinéia Rodrigues dos. O Processo de Dessacralização da Morte e a Instalação de Cemitérios no Seridó, Séculos XIX e XX. Tese (doutorado). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2011.
SILVA, Deuzair José da. A (RE)INVENÇÃO DO FIM: lugares, ritos e secularização da morte em Goiás no século XIX. Tese (Doutorado)¬ – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás. Goiáis, 2012.

Entrevistas

FRANCISCO, Marcelo Tenório. Entrevista, março 2017.

INALICE, Júlio. Entrevista, março 2017.

STREY, Belmiro. Entrevista, abril 2017

ZAMPOLI, Irineu. Entrevista, abril 2017.

.

ISBN 978-85-92902-01-8

SÃO MARTINS:
UM CEMITÉRIO PERIFÉRICO, (DES) CONHECIDO NA CIDADE DE BAGÉ-RS

ELAINE MARIA TONINI BASTIANELLO
Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela UFPel

FÁBIO VERGARA CERQUEIRA
Professor do Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural UFPel.

Resumo:

Este artigo tem por pressuposto realizar um registro do espaço funerário de São Martins, numa tentativa de compreender a cronologia das edificações tumulares desse cemitério que está situado na periferia da cidade de Bagé/RS. Considerando que os espaços de enterramento, refletem o mundo dos vivos, procuraremos entender essa necrópole como outro local, no qual as classes econômicas não abastadas enterravam seus mortos e, ao mesmo tempo, se identificavam. Constata-se que, nesse ambiente, os túmulos produzem espaços de separações entre os mortos, tal como nos espaços dos vivos, e merecem ter visibilidade para serem preservados como um bem patrimonial.
Palavras-chave: Cemitério. Patrimônio. Jazigo-capela.

Introdução

O Cemitério de São Martins[65], situado na periferia da cidade de Bagé, no bairro de mesmo nome, foi até o momento objeto de poucos estudos, ou talvez até de nenhum. Isto provoca invisibilidade daquilo que é particular a esta necrópole, assim como dos indivíduos e famílias cuja memória se conserva em seus túmulos. Não obstante seja um cemitério de municipal e seja o campo santo que foi escolhido, ao longo de sua história, para a inumação de milhares de bageenses, prevalece enorme deficiência quanto a registros históricos e documentais[66]. Esta situação exige do pesquisador dois procedimentos metodológicos: o recurso a

[65] São Martins, conhecido como Martinho de Tours, nasceu na província romana da Panônia (atual Hungria), em 313 d.C., tendo recebido uma educação cristã, apesar de sua família seguir religiosidades tradicionais politeístas. Serviu no exército romano, até 337, quando, aos 24 anos de idade, converteu-se definitivamente ao cristianismo e abandonou as armas. Veio a se tornar bispo influente na Gália, na cidade de Tours, tendo tido um papel decisivo na cristianização desta região, ao ponto de ter sido conhecido como "bispo da Gália". Faleceu em 397. Por sua biografia, está relacionado à questão militar, o que pode ter contribuído para o desenvolvimento de sua devoção em Bagé, cidade marcada em sua história pelo militarismo.

[66] Vinculado ao município, sua administração foi confiada há muito tempo à comunidade de São Martins, que se desenvolveu no entorno da Igreja de São Martins, construída em 1920. Destaque-se que este templo já empregava um revestimento de argamasse raspada, que veio mais tarde a se tornar comum neste cemitério. No interior desta igreja, encontra-se uma escultura em madeira, de notável qualidade, representando o famoso episódio do manto, que marca a conversão de São Martins ao cristianismo, após a relatada aparição de Jesus em sonho, em razão de ter dado parte de seu manto a um mendigo.

ISBN 978-85-92902-01-8

fontes orais e a observação da materialidade, no que tange aos túmulos, considerando-se as tipologias e materiais empregados nas edificações e ornamentos, assim como à organização do espaço funerário, levando-se em conta a distribuição dos monumentos e organização da circulação interna.

A caracterização tipológica dos túmulos, bem como sua organização em conjuntos coerentes espalhados em setores distintos na necrópole, permitem propor uma cronologia, baseada sobre tudo na tipologia e materiais, ao passo que a memória oral ajudou a se conhecerem aspectos socioeconômicos atinentes aos sepultados e seus familiares.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi fundamental o depoimento do Sr. Cedenir da Rocha Chaves, conhecido como Sabugo[67], administrador-zelador, que trabalha neste cemitério há mais de vinte anos, o qual, entre outros dados relevantes, nos informou sua estimativa de aproximadamente trinta mil corpos enterrados[68]. Também nos passou alguns aspectos sobre a evolução e transformação da área física, comentando que houve o deslocamento do cruzeiro, que antes estava localizada na parte antiga (baixa) do cemitério, mas que, devido ao seu crescimento, foi preciso transferi-lo para a parte mais nova (mais alta).

No que se refere à observação geral de sua organização física, como indicado logo acima, o cemitério possui uma parte mais antiga, localizada mais abaixo e mais ao fundo, e uma mais nova, em posição mais alta e mais próxima à entrada, onde estão, por exemplo, as gavetas. Não se verifica um sistema quadriculado, com avenidas principais, com cruzamento perpendicular e vielas secundárias, como costuma ocorrer em cemitérios mais bem organizados, como o caso do *CSCCB*. Há uma alameda principal, que corta o espaço, conhecida como Sete de Setembro, e haveria duas vias paralelas, as quais, porém dificilmente se consegue discernir, pois os túmulos se distribuem de forma desordenada, não havendo assim vielas secundárias bem para a circulação.

O aspecto atual proporciona, à distância, uma vista alegre, no contraste

[67] Por falta de fontes escritas, os autores partiram para a oralidade, assim entrevistaram o zelador, que supõe que este espaço de enterramento já tenha acolhido aproximadamente trinta mil corpos. Comentou, também, quanto ao deslocamento do cruzeiro, que antes estava localizada na parte antiga (mais baixa) do cemitério, mas que, devido ao crescimento, foi preciso transferi-lo para a parte mais alta do cemitério.

[68] A princípio o número nos parece exagerado. No entanto, considerando um século de uso do cemitério, ele indica ser sim um cemitério que conserva um número elevadíssimo de despojos mortais de falecidos bageenses, o que justifica a necessidade de maior atenção em termos de pesquisa e preservação.

ISBN 978-85-92902-01-8

entre o branco predominante dos monumentos caiados e nas cores do cirex pigmentado ou de pinturas recentes, e na cadência da distribuição desordenada seguindo a ondulação do relevo local (Fig. 01).

Figura 01: Vista do Cemitério de São Martins.
Fotografia: Cerqueira, 2017.

É também por meio das informações reveladas pela materialidade que podemos fazer inferências relativas à cronologia. De acordo com as lápides, constatamos que os sepulcros mais antigos remontam ao início do século XX, portanto em torno de cinco décadas após os primeiros monumentos funerários do *CSCCB*.

Outro viés relevante de análise consiste no cotejamento entre as características do Cemitério de São Martins e o *CSCCB*, posto que interpretar as diferenças entre estas cidades dos mortos enseja pensar as diferenças da cidade dos vivos. O Cemitério São Martins, em que estão enterrados indivíduos pertencentes a famílias com menos posses, apresenta um contraponto socioeconômico com relação ao *CSCCB*, localizado mais próximo da área urbana e que concentra, sobretudo na *Primeira Divisão*, túmulos mais identificados com os setores elitários locais, de modo que observar um e outro permite se observarem contrastes sociais do passado.

O menor cuidado com as instalações e estrutura física no caso de São

ISBN 978-85-92902-01-8

Martins reflete o trato menos atento conferido, historicamente, aos setores menos favorecidos, pelas administrações municipais, mais ocupadas ao longo de décadas com os interesses elitários. De outro lado, o pouco interesse por este cemitério por parte de pesquisadores acabou por reforçar a invisibilidade histórica destes sujeitos e famílias, que não ocupam os postos de liderança econômica e política na cidade. Contudo, os pequenos cuidados verificados nos túmulos e a sutil beleza das opções arquitetônicas, mesmo que de modo que se possa julgar como materialmente limitado, apontam para a afirmação de autoestima destes grupos menos alquinhoados da sociedade, e que, ao mesmo tempo, expressam uma identidade social de conjunto, de grupos médios humildes ou os chamados "remediados"[69]. É assim que, mesmo opondo-se à suntuosidade dos túmulos da *Primeira Divisão* do *CSCCB*, nem por isso suas sepulturas deixam de manifestar o belo, expresso de forma mais singela e talvez mais homogênea.

São Martins: um cemitério sem muros

> Aconteceu, no mundo inteiro, um fenômeno curioso bem no meado dos Oitocentos. Por medida sanitária os sepultamentos deixaram de ser no chão e nos pátios das igrejas e passaram a realizar-se em área aberta, nos chamados campos-santos ou cemitérios secularizados. (VALLADARES, 1972, p.279).

Na cidade de Bagé, as coisas não aconteceram diferente das tendências da época, pois, tanto na cidade quanto na periferia, foram criados os cemitérios em áreas abertas, longe das igrejas e da área urbana, para aí sepultarem os seus mortos.

Examinando a singularidade dos espaços funerários, percebemos que o território dos mortos apresenta em suas edificações formas distintas de homenagear seus falecidos, apresentando simbologia e disposição espacial diferenciadas, conferindo a estes espaços póstumos o valor cultural próprio, que merecem a atenção do pesquisador. Estas separações e diferenças existentes nos cemitérios (ou na comparação entre diferentes cemitérios de uma mesma localidade), assim como acontece no mundo dos vivos, estão articuladas a questões de ordem social, religiosa, econômica ou mesmo racial, dependendo da cultura e história de cada município, estado, país ou continente onde estejam

[69] Termo consagrado no Brasil para se referir a grupos populares, menos favorecidos, mas com acesso a alguns bens ou com meios suficientes de subsistência.

ISBN 978-85-92902-01-8

inseridos. Cabe-nos aqui observar e interpretar as singularidades desta necrópole da periferia urbana de Bagé.

O cemitério de São Martins não possuiu muros no seu entorno, nem foi planejado em quadras. Sua circulação é de certa forma dificultosa, pois o traçado quadriculado das alamedas e vielas, comum nos cemitérios mais organizados e que representam espaços funerários das elites e setores médios elevados, é substituído por um espaço menos ordenado. Isto não significa que não houvesse cuidados individualizados com cada monumento. Os túmulos, por exemplo, apresentam a nomeação do inumado, garantindo a sua identidade para a posteridade. Em muitos jazigos-capela, o primeiro sepultado, o patriarca, está identificado por suas iniciais.

A cultura material revela, contudo, as diferenças sociais. Nesse campo-santo não encontramos sequer uma escultura em mármore que espetacularize a memória do enterrado, como no *Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé*[70], localizado na parte Sul da Cidade. Em todo ele, há uma única imagem de maiores proporções, de cimento, representando uma alegoria com uma coroa de folhas na mão. Tampouco possui um belo portão na sua entrada principal. Pelo contrário, sua entrada é balizada por uma rústica porteira de trama. A simplicidade, presente nos túmulos e no conjunto do espaço funerário deste cemitério, expressa o perfil socioeconômico das famílias que o escolhiam para seus familiares falecidos. Mas há também uma homogeneidade geral, antípoda da individuação dos túmulos do *CSCCB*, no qual cada família se esmera em fazer um túmulo mais belo que o outro, como expressão de riqueza, distinção e cultura. Esta homogeneidade, sem dúvida, estimula o pesquisador a compreender os simbolismos culturais e significados sociais presentes neste cemitério.

De modo geral, constata-se que o Cemitério de São Martins recebeu ao longo do tempo menos investimento, talvez pelo fato de, em sendo municipal, e em sendo destinado a setores menos favorecidos da sociedade, se entendesse que não tivesse necessidade de uma melhor estrutura, refletindo falta de compromisso político com os setores sociais mais desprovidos de recursos. Uma evidência deste aspecto é a falta de pavimentação nas vias de circulação interna, o que traz prejuízos inclusive aos funerais.

[70] A partir de agora, sob a forma abreviada: *CSCCB*.

ISBN 978-85-92902-01-8

O administrador-zelador Sr. Cedenir da Rocha Alves, em relato aos autores, colocou que, em função da falta de pavimentação e por ser o terreno em aclive, o caixão obrigatoriamente dá uma parada para descanso no cruzeiro, e, dali, segue o cortejo, sendo carregado o esquife até o local de inumação, obstaculizando o uso de carrinhos para deslocar o corpo do inumado.

Em novembro de 2013, a autora Bastianello presenciou um enterramento nesse campo santo e ficou extremamente consternada com a falta de estrutura para realizar o sepultamento. Esse cemitério não apresenta pavimentação, consequentemente, não possui carrinho para o translado da capela mortuária até o túmulo, sendo necessário parar para descansar. Observa-se o improviso. Nesse caso, o caixão foi colocado em cima de uma pilha de tijolos e mais adiante, numa tentativa de amenizar o cansaço, o caixão foi transportado por um carrinho de mão que, devido ao aclive do terreno, tornava tudo muito cinematográfico.

Conforme relato do administrador, a alameda principal desse cemitério é denominada Avenida Sete de Setembro, em razão de desembocar na principal avenida da cidade, a “Sete”. Na percepção do Sr. Cedenir, sua denominação ocorre como fosse um prolongamento da mesma, de modo que, tal como na cidade, a avenida Sete do cemitério seria ladeada pelas avenidas Marechal Floriano e General Osório. Implícito neste relato está a noção de que na cidade dos mortos encontre seu fim as ruas principais da cidade dos vivos, como se o lugar dos mortos prolongasse o lugar dos vivos.

A alameda Sete, apesar do padrão mais simples se comparado ao *CSCCB*, surpreende-nos em sua arquitetura. Nela vemos, de cada lado, uma sequência de jazigos-capela, que compõem um conjunto coerente. Esta característica de unidade arquitetônica, em fita, é singular, pois como conjunto não se verifica nos demais cemitérios de Bagé (Fig.02). Seguindo a mesma morfologia, em que se constatam as linhas do Art-Déco, têm em comum ainda o revestimento de fachada com “cirex”, uma massa raspada com mica, cujo uso remonta aos anos 1930-1960, e cujas variações recebem outras denominações, como “cimento penteado”, “pedra fingida” ou “simili-granito”.

ISBN 978-85-92902-01-8

Figura 02: Parte da avenida de jazigos-capela, iniciando no alto, onde se encontra o cruzeiro.
Fotografia: Bastianello, 2014.

Segundo o arquiteto José Eduardo Lucena Tinoco, o "cirex" é um tipo de revestimento arquitetônico, também conhecido como "argamassa raspada" (TINOCO, 2013). A arquiteta Débora Magalhães da Costa explica que consiste em "uma massa que funciona como reboco, mas é mais fina e tem em sua composição a mica, mineral que confere brilho semelhante ao da superfície de uma pedra"[71]. Dada a importância da mica na sua composição, os prédios com este revestimento foram conhecidos também como "arquitetura da mica", marcando uma época em que as tendências arquitetônicas predominantes sofriam forte influência do Déco. Em alguns casos, acrescia-se pigmentação à argamassa raspada, resultando numa fachada de coloração rosa ou verde, como se pode verificar em alguns jazigos-capela de São Martins.

A forma de arquitetura funerária do jazigo-capela consistiu em uma permanência na mudança[72]. Interditado o enterramento em espaço fechado e eclesiástico, os túmulos instalaram-se então, em meados do séc. XIX, no espaço aberto, em que foi limitada a interferência da igreja. No entanto, a tipologia do jazigo-capela veio a permitir reatar a vinculação simbólica com o espaço eclesiástico dos enterramentos de outrora. Por meio dos jazigos-capela, as famílias edificam assim suas pequenas igrejas para o enterramento de seus familiares. Fernando Catroga (2002, p.18) afirma que o jazigo-capela, como "habitação do

---

[71] Cit. in: "Patrimônio arquitetônico conta a história do 4º Distrito de Porto Alegre", *Revista do ZAP*, 16.05.2011. Extraído em 30.04.2017: https://revista.zapimoveis.com.br/patrimonio-arquitetonico-conta-a-historia-do-4-distrito-de-porto-alegre-3310052-sc/

[72] Para saber mais sobre os jazigos-capela, ver BASTIANELLO, 2016.

ISBN 978-85-92902-01-8

morto, (...) se tenha arquitetonicamente materializado não só como sucessora e sucedânea do 'teto eclesiástico' (...), mas também como 'casa da família' (dos pais, dos avós)". Entende-se que o teto eclesiástico mencionado por F. Catroga nada mais seja do que um ato de fé, materializado em forma de capela. A edificação desses jazigos-capela, no São Martins, significa o comprometimento e, ao mesmo tempo, a necessidade de levar ao espaço funerário a sua devoção católica, mesmo se tratando de um espaço público municipal, supostamente laico. É a religiosidade do povo dessa cidade ganhando visibilidade nesse recinto.

A observação geral dos túmulos de São Martins, diferentemente da *Primeira Divisão* do *CSCCB*, nos permite classificar sua arquitetura como vernacular, definida por Charles Orser (1992, p.35), como "estilos que refletem a tradição cultural mais do que formas arquitetônicas puras", expressando "as verdadeiras atitudes e crenças de um povo de maneira mais clara do que a arquitetura acadêmica". Pela simplicidade apresentada nesse espaço de sepultamento, típica do uso de arquitetura vernacular, reforça que ali estão enterradas as classes menos favorecidas dessa cidade, pois em São Martins sequer foi construído um jazigo em mármore enaltecido por grades em ferro fundido[73].

O depoimento Sr. Cedenir da Rocha Chaves esclarece sobre as condições para se ter um túmulo neste cemitério:

> para ser enterrado ali, é necessário que a família do morto já tenha adquirido um terreno junto à prefeitura de Bagé. Sendo dono de um terreninho, se manda fazer o túmulo, e não existe nenhuma taxa adicional de manutenção ou contribuição. Só se enterra se tiver o espaço comprado.

Com base na observação, registro, exploração e interrogação da "cultura material funerária"[74] conservada em São Martins, se buscou entender a evolução cronológica da morfologia arquitetônica. É necessário salientar que essas datas não são exatas, podendo haver uma diminuta flexibilidade quanto à sua especificação. Conforme os dados encontrados, foi possível periodizar a evolução morfológica dos sepulcros em quatro fases.

---

[73] Para M.E. Borges (2002, p.215), "as grades colocadas em torno do túmulo e do jazigo-capela, são a maneira encontrada para resguardar o espaço individual, além de protegê-lo contra invasores. Havia também uma intenção eminentemente decorativa".

[74] Sobre o conceito "cultura material funerária", os autores afirmam que "não se trata tampouco de considerar estes monumentos apenas do ponto de vista artístico, do valor individual da obra de arte, do artista, do estilo. Sem desconsiderar o valor técnico imprescindível destas informações, intrínsecas à tecnicidade do material, trata-se, outrossim, de compreender estes monumentos e seu espaço como uma configuração material por meio da qual a sociedade se expressa, compondo assim o que denominamos 'cultura material funerária'." (CERQUEIRA, BASTIANELLO, 2012, p.300-301).

ISBN 978-85-92902-01-8

A primeira fase: catacumbas de inspiração neoclássica com tratamento caiado

Corresponde aos anos de 1900 a 1930. Datam deste contexto os primeiros enterramentos, os quais, apontam-nos os indícios, deram-se nos anos iniciais em cova rasa, algumas poucas ainda identificáveis pela cruz em metal fincada no solo, opção que rapidamente cedeu lugar a monumentos erguidos do chão, alguns deles ganhando lápides que asseguram a memória da individualidade do sepultado. O tratamento do morto em um túmulo em cova rosa privava-lhe da posteridade, prendia-o ao anonimato que talvez se pudesse julgar adequado aos subalternos na sociedade. Mas, por meio de catacumbas erguidas do chão (que mais tarde vieram a ser substituídas por jazigos-capela), rejeitam esta condição e reivindicam não somente sua individualidade, mas também visibilidade, como bem analisa Antônio Motta (2008, p.75), quanto ao comportamento das camadas mais humildes em relação a seus sepultamentos:

> é compreensível que desejassem ter na morte o que lhes faltara em vida e, por isso, buscassem romper com o anonimato das formas de enterramentos a que se viam submetidas quando depois de mortas. Por isso, reivindicavam para si, ainda em vida, o direito à individualidade do corpo, através da conservação dos restos mortais em túmulo individual.

Assim a sepultura individual cumpria a sua função de proporcionar ao corpo morto uma identificação póstuma, com a inscrição do nome, a data de nascimento e de morte, enfim algo que lhes proporcionasse a sua rememoração por parte de seus parentes vivos e círculo de amizades.

A primeira fase da arquitetura funerária de São Martins se concentrou, conforme os vestígios conservados, na parte mais baixa, ao fundo do terreno, onde atualmente poderíamos dizer que seria o final do cemitério, área em que se encontram as lápides com as datas mais recuadas de falecimento, do início do século passado. Muito embora sejam monumentos de arquitetura mais simples que aqueles verificados no *CSCCB*, o cuidado nas escolhas e o acabamento anunciam influências neoclássicas comuns ao período. Trata-se de túmulos erguidos do chão, a maioria com pouca verticalidade, em forma de catacumbas, ornados com colunas ou colunatas estilizadas adossadas à fachada, com cimalha, e com frequência frontão em forma de arco, acompanhando a forma de arco das gavetas destas

ISBN 978-85-92902-01-8

catacumbas, cujo número aumenta conforme a altura do monumento (Fig.03). Quanto ao aspecto material, uma marca recorrente é a fachada caiada como tratamento de superfície.

Figura 03: Túmulos no chão, da família Oliveira.
Fotografia: Cerqueira, 2017.

Uma característica frequente, combinada a estas sepulturas, são as lápides em mármore trabalhadas com a gravação em risca de pedra, acompanhando tendências de cemitérios contemporâneos. Sobre essa técnica, Maria Elízia Borges (2002, p.210) assevera, quanto método:

> realizado pelos riscadores de pedra em uma superfície limita-se ao simples desenho praticado com material cortante incisivo sobre a superfície plana da pedra polida, tal como se desenhasse em papel. Os efeitos de claro-escuro resultam de áreas polidas em contrastes com outras picotadas.

A segunda fase: sepulturas caiadas com fachada em forma de templo com frontão encimado por cruz

Corresponde a um período de transição que seria aproximadamente entre 1930 a 1950. Nesse período intermediário, a estrutura do frontão evolui para a forma triangular (Fig.04 e Fig.05), de orientação mais neoclássica, porém com tendências mais proto-modernas no conjunto, sendo mais simplificado e retilíneo. Guarda algo de neoclássico, antevendo porém, em sua forma de templo, os jazigos-capela em Déco que advirão na fase seguinte.

Percebe-se que, nessa fase, o túmulo apresenta o mesmo fundamento da sepultura anterior, mas, a ele, é acrescida uma maior verticalização da estrutura, finalizada com um frontão em forma de tímpano, que nos remete ao templo clássico,

ISBN 978-85-92902-01-8

característica reforçada pela incorporação de colunas nas laterais, verificadas em alguns monumentos (Fig.05).

Figura 04: Túmulos capela.
Fotografia: Bastianello, 2014.

Figura 05: Túmulo vertical, da família Fernandes.
Fotografia: Cerqueira, 2012.

Nessa etapa, deparamos com uma diversidade de cruzes[75], feitas basicamente de ferro, colocadas no topo das sepulturas, anunciando-se o componente cristão que se acentuará na fase seguinte.

Nessa mesma fase no *CSCCB,* em sua parte mais antiga, ainda se empregava o mármore, que, aos poucos, neste período, vinha sendo substituído por uma nova combinação de materiais: monumentos em granito combinados ao bronze. Sobre esse assunto, Bastianello (2010, p.152) comenta que:

> a partir de 1930 e 1940, na maioria dos cemitérios brasileiros, a sepultura, antes branca, marmórea, muda sua estrutura física se tornando mais sólida, pesada e escura através do emprego do granito. Devido à rigidez deste material, seu manuseio simplifica a edificação tumular, tornando-a mais reta, com mais durabilidade em relação ao mármore, o qual, devido a sua "maciez", muitas vezes encanoa ou até mesmo dilata.

Já no Cemitério de São Martins, voltado a setores não elitários, em vez da entrada do bronze e do granito, tem-se o predomínio de túmulos de alvenaria com revestimento que aos poucos, no final deste período, passa do caiado ao cirex. A adoção do cirex, em túmulos datados do final da década de 1940, sinaliza para o advento de uma nova fase na tipologia tumular, com a introdução progressiva do jazigo-capela. Curioso observar que, neste realinhamento arquitetônico, o

[75] Para M.E. Borges (2002, p.299), "a cruz latina simboliza a paixão de Cristo. (...) muito usada em todos os tipos de túmulos, é atributo de inúmeros santos como Santa Helena, Santa Úrsula, São Jorge, São João Batista".

ISBN 978-85-92902-01-8

componente laico insinuado pelo legado neoclássico cede lugar a uma forte afirmação de identidade religiosa católica.

A terceira fase: **os jazigos-capela de influência Déco com revestimento em cirex**

Essa fase ocorre aproximadamente entre 1950 e estende-se até 1970, correspondendo a um novo modelo, que se caracteriza por abandonar o padrão clássico, na medida em que o frontão perde aspecto de frontão greco-romano, de templo ou estela clássica, e adota outros conceitos para sua edificação funerária, no qual a nova tendência passa a apresentar o jazigo-capela, como se fosse a miniatura de uma igreja, a qual representava ao mesmo tempo a projeção de uma "casa da família" no além-túmulo, de modo que esta ambiguidade ("igreja" vs. "casa da família") se faz presente na forma como cada monumento expressa as atitudes e pensamentos próprios de cada família. A. Motta (2008, p.134), com referência a construções de miniaturas de igrejas dentro dos cemitérios, observa:

> quanto menor era a inspiração religiosa em seu traçado arquitetônico maior semelhança do jazigo de família com o espaço doméstico de seus proprietários, e vice-versa. Em muitos casos, a depender do grau de religiosidade da família, o que se observará é uma verdadeira transposição da igreja ou catedral - em sua forma miniaturizada – para dentro dos cemitérios.

Assim ocorreu em São Martins. Temos uma avenida de túmulos em forma de capelas miniaturizadas (Fig.02), em que predomina a repetição do estilo arquitetônico, basicamente em série. O padrão regular destas construções tumulares reflete-se na calculada repetição dos nichos, sempre em número de três, dispostos de forma padronizada, dois flanqueando a porta e um acima dela. Estes nichos tinham por função abrigar a imagem sacra, de Cristo, de Nossa Senhora ou do santo da família do morto – ou a preferência do próprio inumado. Por via de regra, o nicho acima da porta, levemente maior do que o par inferior, acolhia a imagem de Cristo ou do santo que recebia a devoção familiar. Já os nichos laterais, podiam receber a imagem de santos, principalmente quando Cristo era colocado no nicho superior, ou vasos. As diversas imagens de santos encontradas nesses pequenos nichos reforçam a multiplicidade de devoção das famílias, que pediam assim a continuidade da proteção destes santos após a morte. Do ponto de vista estilístico, outra particularidade dos jazigos-capela de São Martins é o formato em arcada gótica

ISBN 978-85-92902-01-8

destes nichos (Fig.08). Além do depósito das imagens de santos, ocorrem variações, como deposição de vasos, de terracota, louça ou mesmo delicado biscuit, destinados ao depósito de oferendas de flores plásticas ou de pano, ao mesmo tempo em que são um objeto cuja simbologia funerária remonta à Antiguidade.

Do mesmo modo como nos túmulos da segunda fase, os jazigos-capela da terceira fase, localizados na alameda central, apresentam todos, em seu topo, uma cruz. A diferença com relação à segunda fase está no material: antes produzidas em ferro, passam agora a ser confeccionadas em cimento, seguindo uma tendência construtiva da época, principalmente combinadas aos monumentos revestidos com cirex. Tendem a ser mais simples do que aquelas usadas na segunda fase, uma vez que o uso do metal permitia maior variabilidade ornamental (Fig.05).

Apesar da aparente homogeneidade do conjunto, alguns jazigos-capela podem apresentar variações e peculiaridades. Em um deles, o ângulo de sua fachada frontal se caracteriza pela concavidade, fugindo do arquétipo predominante nesse espaço, que era até então a fachada retilínea (Fig.06). A datação dos monumentos com esta característica concentra-se na segunda metade da década de 1960, de modo que nos indica uma vontade de renovação, nos anos finais desta fase construtiva.

O exame atento de cada exemplar de sepultamento em alguns casos nos surpreende por seus detalhes. Em dois casos, é nos nichos que constatamos sua singularidade. O primeiro caso apresenta em seu nicho superior uma estátua cujo simbolismo é político e não religioso, ao representar a memória pública, indicando que estes monumentos, apesar da forma geral carregar um sentido cristão, podem incluir outras significações – neste caso, trata-se de identidade política. Referimo-nos a uma estatueta do presidente da República, o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas (Fig.07), que se encontra no nicho superior/principal da edificação, no cemitério de São Martins. A presença desta imagem claramente informa a filiação política da família, alinhada ao trabalhismo. Observe-se que a imagem de significado político está acima das imagens religiosas, de santos, colocadas nos nichos laterais, de certo modo transgredindo a ortodoxia religiosa e, ao mesmo tempo, divinizando a memória política de Getúlio, o que é revelador do imaginário da época frente à figura do “Pai dos Pobres”.

ISBN 978-85-92902-01-8

Figura 06: Túmulo, datado de 1969.
Fotografia: Bastianello, 2017.

Figura 07: Túmulo
Fotografia: Cerqueira, 2017.

Em um segundo jazigo-capela, ficamos admirados em razão dos vasos funerários depositados nos nichos que flanqueiam a porta de entrada do jazigo (Fig.08). Trata-se de vasos em terracota expressamente confeccionados para fins funerários, como evidencia a sua iconografia em relevo, com uma cruz, entre duas folhas de palma, símbolos do catolicismo.

Figura 08: Jazigo-capela em cirex rosa com nicho e vaso funerário.
Fotografia: Bastianello, 2012.

Para entendermos melhor o relevo desse vaso do São Martins, servimo-nos das palavras de M.E. Borges (2002, p.300):

> para os romanos: símbolo de vitória; para os cristãos: símbolo de glorificação celestial, representa o triunfo dos mártires sobre a morte. Quando Cristo segura um ramo de palmeira significa seu triunfo sobre o

ISBN 978-85-92902-01-8

pecado e a morte. Na arte funerária, é comum a palma aparecer junto com outros elementos, como a cruz e a âncora.

Esses jazigos-capela podem ser entendidos como espaços de recolhimento e de meditação para os familiares do morto, já que estas capelas em seu interior apresentam altares. A abertura para depositar o caixão no interior da sepultura se dava pela parte posterior da edificação, de modo que, para se localizarem as lápides originais, não basta olhar a fachada principal do monumento. Destinavam-se ao sepultamento do núcleo familiar[76], com respectivas inscrições lapidárias que indicam o nome, a data de nascimento e morte do morto, destacando-se a lápide do patriarca dessa família[77]. Geralmente são cultuadas as fotografias de seus mortos, impressas em medalhões de louça, adornados de guirlandas de plástico, combinados a vasos, porta-retratos, imagens dos santos que a família aprecia e até flores de lata (guirlandas)[78], que se banalizaram ao serem substituídas pelas de plástico, que ao mesmo tempo era mais barata e significava algo mais moderno.

O significado do jazigo-capela se plenifica no momento em que o patriarca do túmulo consegue reunir na sepultura os membros de sua família, o que de certa forma transfere para o cemitério, através do túmulo, a unidade familiar para o post mortem. Assim, esses jazigos-capela, repletos de altares e adornos que servem para meditar e rememorar seus mortos, repetem-se, um após outro, como se fossem construídos em série, contribuindo para dar ainda mais força a este espaço póstumo. Esta homogeneidade que prevalece é própria de um cemitério relacionado aos grupos remediados – populares com situação estável e uma classe média mais humilde. Populares, mas com autoestima social consolidada. A contemporaneidade com a ideologia política trabalhista indica o quanto um cemitério com administração pública pode revelar uma outra ideologia da morte, distinta daquela presente na *Primeira Divisão* do *CSCCB*, na qual predomina o sentido de hierarquia social,

[76] Para A. Mota (2008, p.120), no interior de um túmulo de família, na sua maioria era orientada pelo princípio de filiação, podendo nele se reunir os ascendentes e os descendentes (pai, mãe, filhos, avô e netos). A depender do caso, é possível encontrar alguns afins ou aliados.

[77] Na sua tese, Elisiana Trilha Castro (2013, p.89) estabelece relação entre casa e túmulo como moradia da família: “Com a criação dos cemitérios foi possível eternizar a família em túmulos como faziam em suas próprias casas. É o cemitério, então, que permitiu por meio dos túmulos, o surgimento de mais um bem de família. Na concepção de seu espaço, eles deveriam ser lugares aprazíveis à visitação, além de guardar os entes queridos e, mais do que um lugar de sepultamento”.

[78] Ainda é possível encontrar guirlandas feitas de biscuit em alguns túmulos-capela no *CSCCB.* Estas foram sendo substituídas por outras mais simples, de lata. Já o Cemitério de São Martins apresenta uma variedade de guirlandas, confeccionadas em material mais barato. A lata e as guirlandas contêm uma variedade de modelos e cores, demonstrando o gosto popular.

ISBN 978-85-92902-01-8

aristocrática e burguesa, plena de simbolismos que afirmam o status elitário – político, econômico e cultural – das famílias que podem enterrar seus falecidos neste cemitério. A homogeneidade da alameda de jazigos-capela do São Martins dos anos 1950 a 1970 ainda não apresenta o tratamento dos mortos de uma sociedade de massas, pois, mesmo populares, suas famílias estão individuadas em túmulos próprios.

A quarta fase: as gavetas e a sociedade de massas

A prática de enterramentos em túmulos-capela ou em túmulos individualizantes no chão é raramente utilizada em nossos dias, devido sem dúvida ao seu valor monetário, mas não somente por esta razão. A necrópole, como sabemos, é a cidade dos mortos, cuja forma reflete a cidade dos vivos. A cada dia, os cemitérios vêm passando por mudanças radicais, acompanhando as tendências da malha urbana. Assim, se verticalizaram, adotando soluções mais econômicas para atender à demanda de novos sepultamentos.

Em São Martins a maioria dos túmulos pertencem ainda a famílias que são proprietárias dos espaços perpétuos, mas existem edificações tumulares mais recentes, em que se sepultam os mortos em os lóculos individualizantes, as gavetas, em que o morto é uma unidade em uma massa. As gavetas são ainda uma minoria dos sepulcros deste cemitério, localizados junto à entrada, mas tendem a se expandir com o tempo.

Embora as gavetas, sejam túmulos atuais de linguagens contemporâneas, elas não dialogam com as diferentes fases da morfologia funerária aqui existente. Essas são a forma mais banalizada para os sepultamentos nos dias atuais. As gavetas são a forma popular que espelha a sociedade de massas, de um mundo em que se dissolvem os laços de solidariedade familiar tradicionais.

No *CSCCB,* existe apenas um túmulo de edificação[79] recente que pode ser identificado como um exemplar elaborado de arquitetura contemporânea, que foi construído com objetivo de abrigar todos os membros de uma família, o que, mesmo continuando a ser feito em casos mais raros, não caracteriza o comportamento da época atual no trato dos mortos. Representando esta situação de exceção, este túmulo está localizado numa parte mais recôndita do cemitério. Ora, a preocupação de reunir o núcleo familiar em um túmulo coletivo ou num

[79] Projeto do arquiteto Alexandre Santana (não identificado por rubrica, mas por informação oral).

ISBN 978-85-92902-01-8

jazigo-capela, pode-se dizer, já faz parte de um passado, mesmo que recente.

Na hipermodernidade, até mesmo as gavetas passam pouco a pouco a virar uma alternativa do passado, mesmo que de um passado próximo, pois a cremação – tradição heroica que remonta à Antiguidade – ganha ares de modernidade, sendo cada vez mais solicitada em vida, por agradar a uma lógica de vida moderna (higiênica, rápida, não ocupa espaço, não precisa ser administrada pela posteridade, etc.). Talvez por seus elevados custos e tendência à "gourmetização", não parece exercer muito apelo sobre grupos populares, para os quais as gavetas seguem sendo uma opção mais viável. Sobre a cremação, José Luiz de Souza Maranhão (1992, p.18) destaca "que esta prática representa, igualmente, a abolição oficial das peregrinações ao cemitério, do culto às sepulturas, dos epitáfios, do retrato esmaltado. E, por assim dizer, da própria morte*".* Nesse âmbito, a cremação pode ser considerada como a finitude do ser, do indivíduo, e como a possibilidade do fim dos cemitérios, das necrópoles na forma como conhecemos esta instituição do mundo moderno.

Considerações Finais

Estudar o Cemitério de São Martins é gratificante pela oportunidade de contribuir para a valorização deste conjunto funerário, seja do ponto de vista historiográfico ou patrimonial, por assim podermos colaborar para reverter a invisibilidade à qual são condenados os grupos subalternos da sociedade. No que se refere aos estudos cemiteriais, nossa tendência é dedicarmos maior atenção, devido à riqueza artística e materiais nobres empregados, aos cemitérios em que estão enterrados indivíduos e famílias provenientes das elites, assim reforçando involuntariamente o apagamento de memória dos setores populares, e potencializando sua invisibilidade historiográfica.

Neste sentido, o estudo de São Martins também contribui para reverter a invisibilidade a que com frequência os negros são relegados nos estudos cemiteriais. No São Martins são encontrados inúmeras sepulturas de negros, identificáveis pelas fotografias, impressas na louça e cuidadosamente colocadas nas lápides ou na fachada dos monumentos. Algumas famílias de negros praticam enterramentos de seus familiares nestes monumentos desde o início do século XX. São fotografias elaboradas com muito esmero. Em alguns casos, quando a esposa "reencontra" seu falecido marido na morte, imprime-se sobre a louça uma

ISBN 978-85-92902-01-8

composição de duas fotos, em que se vê ele mais jovem e ela mais velha, ou se coloca uma fotografia da época do casamento, jovens, mesmo os dois tendo falecido muitas décadas mais tarde. Evidencia-se o cuidado com a memória e a autoestima destes grupos com frequência condenados ao esquecimento.

Ao examinarmos com atenção essa necrópole da periferia urbana de Bagé, seja na sua visão de conjunto, seja na observação dos detalhes de cada túmulo, percebemos o que poderíamos chamar de uma outra ideologia da morte, uma vez que a simplicidade e o tratamento mais homogêneo, para além de resultado de condicionantes econômicas, retratam também outra percepção social, oposta ao espírito de emulação e competição por status próprio ao espaço elitário da *Primeira Divisão* do *CSCCB*. A análise da cultura material funerária evidenciada nesta necrópole permitiu estabelecer uma cronologia, com períodos que apresentam características coerentes, baseados na combinação entre tipologia do monumento, escolha de materiais, simplicidade estética e homogeneidade estilística. Mesmo em um espaço desprovido de maior ordenamento cartesiano na distribuição de quadras e vias de circulação interna, há uma ordem na homogeneidade, sobretudo na fase dos jazigos-capela em cirex, que prevaleceu nas décadas de 1950 e 1960, combinando a afirmação de identidade religiosa, a autoestima da unidade familiar popular e um sentido de meio termo, de simplicidade, que, mesmo que revelado diretamente em apenas um jazigo, revela a influência da ideologia política do trabalhismo, que reconfigura o valor do trabalhador e dos setores populares na cultura nacional.

Referências bibliográficas

BASTIANELLO, E. T. *Os monumentos funerários do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé e seus significados culturais:* memória pública, étnica e artefactual. Pelotas, Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, 2010 (dissertação).

BASTIANELLO, E. T. *A memória retida na pedra.* A história de Bagé inscrita nos monumentos funerários (1858-1950). Santa Maria: Pallotti, 2016.

BORGES, M. E*. Arte Funerária no Brasil.(1890-1930).* Ofício de Marmoristas Italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

CATROGA, F. "*Recordar e comemorar*. A raiz tanatológica dos ritos comemorativos",

Mimesis/Ciências Humanas, 23, 2, p. 13-47, 2002.

CARVALHO, L. F. "*Os Cemitérios como Índice de Modernidade Urbana*", Habitus, 10, 1, p. 39-51, 2012.

ISBN 978-85-92902-01-8

CASTRO, E. T. *Aqui jaz uma morte:* Atitudes fúnebres na trajetória da empresa funerária família Haas de Blumenau. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2013 (tese).

CERQUEIRA, F.V.; BASTIANELLO, E. M. T. "*Representações das etnias na cultura material funerária no Cemitério da Santa Casa de Caridade, Bagé-RS* (descendentes de portugueses, espanhóis e italianos)", Dimensões, 28, p. 296-314, 2012.

MARANHÃO, J. L. de S. *O Que é Morte*. 4º ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

MOTTA, A. *À flor da pedra*. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2008.

ORSER, C. *Introdução a Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1992.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena, "*Argamassa raspada. Simili-granito, pedra fingida e cirex",* Boas Práticas. Gestão de Restauro, 2, 2013. Extraído em 30.04.2017:

https://www.google.com.br/search?q=revestimento+em+sirex&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b&gws_rd=cr&ei=2TIGWd3aCYz6wQS-3Jd4

VALLADARES, C. do P*. Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros***.** Brasília: MEC, 1972.

ISBN 978-85-92902-01-8

A MORTE E O MORRER SOB A PERSPECTIVA DA GESTÃO PÚBLICA: O DIFÍCIL DIÁLOGO ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO NO ESPÍRITO SANTO DO SÉCULO XIX

Júlia Freire Perini- Doutoranda- Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal do Espírito Santo
juliafreireperini@gmail.com

O presente trabalho busca analisar as divergências surgidas no imaginário popular com o início de uma discussão a respeito da construção de um cemitério público extramuros na cidade de Vitória durante a segunda metade do século XIX. Longe de ter sido algo consensual e linear, várias divergências afloraram e constituíram-se em obstáculos às transformações dos hábitos fúnebres na província do Espírito Santo ao longo daquele período. Visamos compreender, portanto, como do âmbito do sagrado e do particular, a morte passou a ser entendida pelas camadas dirigentes locais como uma responsabilidade da esfera pública, passando a ser padronizada e submetida ao escrutínio de especialistas em sua gestão sobretudo durante as últimas décadas do Oitocentos.

PALAVRAS CHAVE: MORTE, TRADIÇÕES FÚNEBRES, MODERNIDADE CAPIXABA

Ao longo de toda a segunda metade do século XIX, a preocupação com o bem-estar e com a saúde pública afastava de forma considerável a temática da morte de crenças e simbologias particulares para convertê-la em um assunto de interesse coletivo. A ideia de que a morte deveria ser gerida de acordo com os cânones dos saberes modernos tornava-se um norte a ser seguido principalmente entre os homens que durante o Oitocentos foram os principais responsáveis por decidir os rumos da política e da administração pública capixabas.

Nas falas dos presidentes de província, dos presidentes de câmara de vereadores, dos deputados provinciais do Espírito Santo e de componentes do corpo administrativo local deste período é possível compreender como esse grupo dirigente aos poucos passou a pensar em estratégias de alteração dos rituais funerários de modo a harmonizá-los com aquilo que acreditavam ser a forma mais civilizada de trato com o além-vida. Assim como no caso do advento das novas sensibilidades, administrar o morrer significava lidar com os delicados valores associados à tradição cristã, de modo que em seus relatórios e documentos oficiais, os políticos capixabas buscavam a todo tempo conciliar antigas concepções com as novas demandas e necessidades da vida pública moderna.

A complexidade deste processo pode ser percebida ainda antes da proibição dos enterramentos nas igrejas em 1856, quando seis anos antes, o presidente de

ISBN 978-85-92902-01-8

província Filippe José Pereira Leal[80] clamava por um cemitério que deveria ser construído fora da cidade e dentro dos padrões de higiene estabelecidos pela ciência da época. O autor do pedido direcionava a sua fala para os profissionais que cuidavam da salubridade do espaço público e da saúde dos moradores da província, para religiosos, e principalmente para os políticos que ocupavam as cadeiras da Assembleia Legislativa local:

> É ainda debaixo da mais dolorosa impressão, vendo o luto e a tristeza derramados por toda esta cidade, sinal do sentimento das perdas irreparáveis por que cada um passou, narrando-vos com o coração apertado, os males, que ainda lastima esta capital, que em nome da religião dos vivos, e salubridade pública, vos peço, e proponho uma medida, que reputo das mais vitais, e urgentes para esta capital, falo-vos da criação de um cemitério afastado do seu centro.
> Demonstrar a utilidade, e conveniência de medida tão reconhecidamente salutar, e religiosa, seria ofender o bom senso, e ilustração dos escolhidos da província, e fazer chegar ao vosso conhecimento os males, e abusos, que resultam dos enterramentos nas igrejas (...) (Relatório com que Felippe José Pereira Leal, presidente da Província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa, no dia 23 de maio do corrente ano. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1851. p. 15.)

O tom de apelo "ao bom senso" da população demonstrava a tentativa por parte do presidente da província, de convencer e sensibilizar alguns setores da sociedade e os seus pares na política para a necessidade de mudanças dos rituais funerário com o intuito de melhorar as condições de salubridade da população.

Na esteira da conquista do imaginário dos grupos obstantes à proibição dos sepultamentos nos templos católicos, Pereira Leal traçava uma relação direta entre o cuidado com a higiene desses espaços, a saúde dos vivos e o respeito que a religião deveria ter em relação aos que eram ameaçados pela prática das inumações nas igrejas. Aos poucos, construía-se o argumento de que alterar a localização dos enterramentos era parte da boa conduta religiosa que devia tratar com reverência seus mortos, lhes fornecendo um local digno, sem práticas abusivas do ponto de vista higiênico.

No mesmo relatório, Pereira Leal continua sua argumentação no sentido de convocar os seus pares a tomarem a direção do problema envolvendo os sepultamentos dentro das igrejas, inclusive propondo soluções para os possíveis impasses envolvendo a criação do cemitério público:

[80] Filippe José Pereira Leal foi um político e diplomata brasileiro. Presidiu a província do Espírito Santo entre os anos de 1849 e 1851.

ISBN 978-85-92902-01-8

> Esta medida, [o estabelecimento de um cemitério com seções separadas para cada confraria] que reclama a religião, e a civilização, há sido adotada em quase todas as províncias, que, em virtude de leis confeccionadas por suas respectivas assembleias, tratam de edificar seus cemitérios.
> Legislai, senhores, neste sentido, e deixai que o governo, por meios persuasivos, vença os preconceitos do povo, fazendo-lhe conhecer os perigos que resultam das inumações nos templos (...) (Relatório com que Felippe José Pereira Leal, presidente da Província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa, no dia 23 de maio do corrente ano. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1851. p. 15.)

Além dos cuidados com a conservação, a fala do presidente de província, com sua preocupação em superar "os preconceitos do povo"[81], demonstra o nível de dificuldade que o debate sobre a proibição dos enterramentos dentro das igrejas poderia possuir naquela sociedade. Os obstáculos e eventuais resistências às transformações da maneira de lidar com os rituais funerários eram considerados pelo político que, em nome da "ilustração", almejava racionalizar a antiga prática funerária da população.

A razão deveria ser usada inclusive como modo de combater as inúmeras epidemias que por todo o Império Brasileiro passavam a vitimar um número cada vez maior de pessoas[82]. No caso capixaba, Pereira Leal certamente se referia aos surtos epidêmicos de febre amarela enfrentados pela província na década de 1850[83]. Pouco tempo antes, a varíola também havia feito vítimas fatais em toda a

[81] Os preconceitos do povo a que se refere Fellipe José Pereira Leal estão diretamente relacionados ao afastamento dos mortos das redondezas da igreja. Tal fato se dava por diversas razões. A primeira delas decorria do fato de que o local onde indivíduo fosse enterrado, poderia interferir nas suas chances de salvação e de triunfo no dia da ressureição. A proximidade física com o altar, que representava o núcleo principal da igreja, influenciava a percepção espiritual acerca do além-vida. As igrejas, segundo a interpretação de João José Reis eram a Casa de Deus, e em meio as imagens de santos e anjos, esses locais davam abrigo aos mortos até o dia da tão esperada ressurreição do fim dos tempos prometida aos cristãos católicos. A proximidade geográfica entre o cadáver e todo o aparato religioso que compunha a decoração dos templos representava o que Reis denominou ser um modelo da contiguidade espiritual que os fiéis ansiavam quando chegassem em outra dimensão espiritual, no caso o céu, entre as almas e as divindades. Em outras palavras, a igreja era um caminho que dava acesso ao paraíso prometido por Deus (REIS, 2012, p. 171).

[82] O político possivelmente soube o que se passou na província vizinha, o Rio de Janeiro, no que se refere ao ataque da febre. Por lá, o surto da doença ocorreu de forma bem mais agressivo ao longo da década de 1850. De acordo com José Pereira Rego, entre os cariocas, a febre chegou a acometer 90.658 pessoas em uma população de cerca de 226 mil habitantes, causando 4.160 mortes, aproximadamente, o que representava 1,5% de mortos pela enfermidade. (Lobo, 1978, p. 225-6 *apud* Rodrigues, 1999).

[83] No Espírito Santo, estimou-se que cerca de duzentas pessoas morreram em decorrência da febre amarela. Relatório com que Felippe José Pereira Leal, presidente da Província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa, no dia de 25 de julho do corrente ano. Victoria: Typographia Capitaniense de P.A. d'Azeredo, 1850.

ISBN 978-85-92902-01-8

localidade, resultando em uma redução demográfica considerável naquele período (TEIXEIRA, 2008, p. 368-369)[84].

O "choro e a tristeza" a que se referia F. J. Pereira Leal ocorreria novamente na província, mas, dessa vez, ficaria por conta de um o surto de cólera que se manifestaria na mesma década[85]. Entre os efeitos negativos do surto colérico, podemos citar a redução do número de trabalhadores que, consequentemente, alterou a dinâmica produtiva da província (FRANCO, 2014, p. 124).

Esses surtos epidêmicos da década de 1850 resultaram em um amplo debate a respeito da necessidade de eliminação dos focos de contágio de doenças na cidade de Vitória. Por terem durante séculos funcionado como local de enterramentos, os templos religiosos passaram a ser vistos sob o crivo crítico dos especialistas. Segundo estes, as instalações escuras e mal ventiladas das igrejas contribuíam para a retenção dos odores considerados maléficos para a saúde humana e, em razão disso, o hábito de sepultar dentro dos templos passou a ser alvo do discurso não só de médicos, como de políticos, tão logo as epidemias começaram a atormentar a vivência citadina.

Conforme percebido em muitos relatórios e documentos oficiais produzidos no período, apesar de tratar-se de um assunto delicado em termos religiosos, o perigo das epidemias foi capaz de gerar um considerável consenso entre a classe política capixaba nos anos 1850. Independente das origens ou classes sociais, as igrejas não poderiam mais servir como local de enterramento dos corpos dos cidadãos da província. Assim, em 24 de julho de 1854, a lei provincial nº9 determinava a construção de um cemitério público na capital. Em 1856, como visto, uma nova decisão das autoridades locais seria posta em prática: os enterramentos foram proibidos de acontecer dentro dos templos.

Tomada a decisão definitiva de se proibir os enterramentos nos templos naquele ano, caberia agora decidir uma outra etapa desta discussão: afinal, em qual local e sob quais condições o novo cemitério deveria ser construído? Deveria a nova necrópole afastar-se em definitivo do centro da cidade e, por conseguinte dos

[84] A estimativa da população total da província capixaba no ano de 1855[84] era de 49000 habitantes (DAEMON, 2010), tendo 0,4% das pessoas atingidas pelo flagelo sido vitimadas fatalmente. O presidente da província à época considerou esse número bastante modesto, mas mesmo assim, é plausível pensar que ele tenha demonstrado preocupação em evitar um quadro sanitário como o de outras partes do império brasileiro.

[85] Somente no ano de 1855, cerca de 1700 pessoas foram vítimas fatais do *colhera morbus* no Espírito Santo. Considerando a estimativa populacional do período, podemos afirmar que essa moléstia atingiu fatalmente 3,5% o número de contagiados (FRANCO, 2014, p.124)

ISBN 978-85-92902-01-8

principais templos religiosos? Deveria o cemitério adquirir o caráter secular ou preservar ao menos algumas de suas antigas características religiosas?

Essas dúvidas se estenderiam até o final do século, mas passariam a encontrar ainda nos anos 1850 algumas de suas resoluções fundamentais. No que dizia respeito à localidade da necrópole, por exemplo, já em 1857 havia se decidido que ela se situaria ainda na região central da cidade, nas imediações do Convento de São Francisco (PIVA; SIQUEIRA, 2005, p. 17). Pelo menos, por ora, esse impasse teria sido resolvido:

> Proibi os enterramentos nas igrejas, à vista da representação que me dirigiu o Dr. chefe de polícia; a princípio sepultaram-se os corpos no cemitério da Santa Casa de Misericórdia, mas sendo julgado insuficiente, criou-se provisoriamente um outro em terreno do Convento de São Francisco que até está servindo. A carência de um cemitério geral é urgentíssima nesta capital, e tenho toda convicção de que V. Ex. tomará em consideração esta necessidade. (Relatório com que o Exmo Sr. Barão de Itapemirim[86], vice-presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração ao Exm. Sr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, no dia 8 de março de 1856. Victória, Typographia Capitaniense de P. A. Azeredo, 1856, p. 6)

Entretanto, mesmo com a escolha do local definida, as querelas em torno da localização da necrópole permaneceram como tema de litígio nas décadas seguintes. Ademais, novas questões surgiram, pois, a adaptação dos costumes funerários que buscavam se adequar a preceitos modernizadores de higiene desembocaram em outras questões: como acomodar todas as devoções em um só local?

> Trata-se de reparar e concluir a capela, onde se devem prestar os últimos ofícios aos finados, e de arrasar a colina em que se começou o cemitério, de sorte que os jazigos fiquem no mesmo nível passando-se depois a conclusão dos muros.
> É uma obra de grandes proporções, e cujos defeitos começaram com a má escolha do local.
> Diversas confrarias tem requerido terrenos para jazigos de seus irmãos existindo já os do Santíssimo Sacramento, e os de N. S. dos Remédios.
> Quanto aos demais cemitérios das diversas paróquias da província acham no mesmo estado que vos expôs no meu relatório do ano próximo passado. (Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espirito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior. Vitória, Typ. Capitaniense de Pedro Antônio D'Azeredo, 1862, p. 28-29)

[86] Barão de Itapemirim chamava-se Joaquim Marcelino da Silva Lima. Nascido em São Paulo em 1779, veio para o Espírito Santo após o casamento com Leocádia Tavares da Silva, filha do capitão José Tavares de Brun, outro grande fazendeiro da região. Estabeleceu-se como grande fazendeiro produtor de café em Itapemirim, cidade localizada no sul do ES. Joaquim Marcellino da Silva Lima atuou algumas vezes como vice-presidente de província, sendo também eleito deputado provincial.

ISBN 978-85-92902-01-8

Apesar das ressalvas e reclamações a respeito da construção da necrópole, no documento, o presidente de província fornecia alguns detalhes a respeito da estrutura do novo cemitério que estava sendo erigido na cidade, assim como pistas para resolver os impasses envolvendo onde cada confraria deveria sepultar os seus integrantes. É válido ressaltar que mesmo sendo um "bem público" o novo local contaria com uma capela, onde os "últimos ofícios aos finados" deveriam ser realizados, afinal àquela época, "não obstante serem públicos, os cemitérios eram destinados exclusivamente ao público católico" (RODRIGUES, 2005, p. 153)[87].

Dois anos mais tarde, o debate a respeito do local escolhido para a construção do cemitério continuava a gerar polêmicas entre os políticos e gestores públicos capixabas. Desta vez, caberia ao poder legislativo, na voz do vice-presidente da assembleia provincial, Eduardo Pindahiba, mencionar o seu descontentamento em relação às condições de higiene do Convento de São Francisco:

> Situado na colina em que se acha o Convento São Francisco e contíguo a este, parece-me apropriado o lugar, e suficiente o terreno para ele destinado, entretanto o seu recinto não está todo convenientemente defendido da invasão de animais. (...) Contrista ver-se ofendida a memória dos mortos expostos seus restos a serem pisados pelos brutos. (Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 pelo 1o vicepresidente, Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos. Victoria, Typ. Liberal do Jornal da Victoria, 1864, p. 45.)

Apesar dos preceitos higienistas tratarem da importância da realização de enterramentos em locais afastados do perímetro urbano, na capital da província o cemitério continuava a permanecer de forma destacada no centro da cidade. Este fato incomodava não apenas a Pindahiba de Mattos, como a muitos de seus colegas no campo da política e da higiene pública[88].

[87] Tal fato se dava, pois naquele momento, a igreja católica encontrava-se ligada ao império brasileiro sob o regime de padroado, isto é, o "bem público" era definido a partir da união entre a igreja e o Estado, em um momento em que a ideia de secularização não encontrava muito respaldo no debate público.

[88] Parte dos médicos da capital não concordavam que o terreno do convento tivesse uma composição de solo adequada para o armazenamento dos corpos. Esse era o caso de Manoel Goulart de Souza que passou, duas décadas (1870 e 1880) reclamando das condições sanitárias da capital e afirmando que as necrópoles situadas no centro da cidade seriam "focos-fermente de moléstias". A posição e as condições de conservação de alguns cemitérios, dentre eles o de São Francisco, incomodava muito, pois os médicos sanitaristas defendiam que as necrópoles poderiam espalhar miasmas pútridos pela cidade em dias de vento muito forte e infectar fontes de água que abasteciam a população (PIVA, 2005, p. 122). Como veremos em nosso próximo capítulo, as posições da classe médica a respeito dessa temática certamente foram capazes de influenciar políticos e gestores públicos a respeito da localização e das condições do novo cemitério.

ISBN 978-85-92902-01-8

Já no início da década seguinte, Francisco Ferreira Correa[89] continuava a expor o descontentamento de parte da classe política capixaba em relação à localização dos cemitérios da capital e ao seu estado de conservação:

> Os cemitérios, mesmo na capital, não estão nas condições exigidas pela ciência, com referência à salubridade pública. Um ou outro delas se aproxima e todos estão fora das leis de higiene, pela posição em que se acham situados.
> [...] O da câmara municipal com o qual outrora tantos contos de reis se despenderam, em que estado se acha? Com uma dúzia de carneiras, de má construção, com uma capela começada e não concluída, que tem sofrido alguns reparos e um gradil de ferro com pilastras levado até certo ponto, com um dos lados e parte dos fundos abertos, carecendo de imensas e custosas obras para concluir-se, visto como é mister fazer um grande corte no monte para que possa nivelar sua área. Não tem este cemitério ainda, segundo as ordens em vigor, uma área reservada para os enterramentos dos que professarem qualquer culto dissidente.
> Fora da capital, sabeis perfeitamente o que são os cemitérios: em geral contíguos às matrizes, muitos até cobertos de mato e pouco deles com cercas que resguardam de qualquer profanação a morada dos mortos. (Relatório lido no paço da Assembleia Legislativa da província do Espírito-Santo pelo presidente, o exm. senhor. doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária no ano de 1871. Victoria, Typ. do Correio da Victoria, 1872, p. 49)

A câmara municipal de Vitória permanecia sendo criticada e de certa forma cobrada, pois cabia a ela responsabilidade pela manutenção do cemitério público da capital. Ademais, Ferreira Correa se queixava em relação à ausência de espaços adequados para o acolhimento dos corpos dos não-católicos. Além de cumprir com a sua obrigação de gerir o repasse de verbas para a construção do cemitério, caberia ao poder público municipal viabilizar – em conformidade com os ditames da gestão pública – o enterramento de praticantes de outros credos, para além da religião católica.

Além disso, mais uma vez, o presidente de província apelava à responsabilidade administrativa das autoridades locais, destacando suas incumbências e o seu papel como gestores públicos:

> Pela legislação vigente está a cargo das câmaras municipais a administração e custeio dos cemitérios público; continuando a cargo das irmandades, confrarias e ordens terceiras, os privativos ou particulares que a estas pertencem.
> No intuito de regular o serviço, corrigir abusos e evitar até que o desleixo de muitos prejudicasse a salubridade pública, pela resolução nº 127 de 25 de julho deste ano, em execução da lei nº 17 de 1866 e art. 6º da de nº 13 de 1859, mandei observar um novo regulamento para os cemitérios da província. (Relatório lido no paço da Assembleia Legislativa da província do Espírito-Santo pelo presidente, o exm. senhor. doutor Francisco Ferreira Correa na sessão ordinária no ano de 1871. Victoria, Typ. do Correio da Victoria, 1872, p. 49-50)

[89] Francisco Ferreira Correia nasceu em Paranaguá localizado no estado do Paraná em 1834, foi político brasileiro no período imperial. Foi designado para o cargo de presidente de província em Santa Catarina, em 1810-1871 e no Espírito Santo, em 1871-1872.

ISBN 978-85-92902-01-8

Os presidentes pressionavam, portanto, os seus pares a assumirem a postura de gestores dos espaços destinados aos mortos. Havia, deste modo, o posicionamento por parte de alguns presidentes de província cada vez mais no sentido de regulamentar os cemitérios de acordo com a lógica racional e científica do período. Francisco F. Correa inclusive cobrava a aprovação de um regulamento que redefinia posturas para os indivíduos e determinava os papeis de cada instância do poder público:

> N.127, Resolução- O presidente da província do Espírito Santo, em execução do disposto no art. 1 da lei n. 17 de 1866 e autorizado pelo art. 6 da lei n. 13 de 1859, resolve mandar que se observe o seguinte:
> Regulamento para os cemitérios da província
> Capítulo 4
> Disposições Gerais
> Art. 37- As câmaras tendo em vista os réditos dos cemitérios dos cemitérios dos respectivos munícipios, arbitrarão provisoriamente uma gratificação aos administradores que houverem de nomear propondo oportunamente a assembleia provincial as providências que entenderem necessárias.
> Art. 38- As câmaras organizarão instruções para o serviço interno dos cemitérios públicos, regulando asseio, aformoseamento, conservação e melhoramento destes, e tudo mais que convier a regularidade do serviço e correspondência dos administradores com as mesmas câmaras, e escrituração dos livros de óbitos. Tais instruções serão submetidas a aprovação da assembleia provincial, ou provisoriamente ao presidente da província. [...]
> Art. 41- Em tudo que for concernente à jurisdição do poder eclesiástico, será restritamente observado o que se achar determinado
> Palácio do governo do Espírito Santo, 25 de julho de 1871- Francisco Ferreira Correa. (CORREIO DA VICTÓRIA, 1871, ed. 59)

A necessidade de se estabelecer um espaço para aqueles que não professavam a religião do Estado (a fé católica) continuava a ser debatida, além de se reiterar a necessidade de se respeitar “a jurisdição do poder eclesiástico” conforme cada situação particular. Tais medidas visavam a regulamentação das práticas funerárias sem que houvesse uma agressão ou rupturas traumáticas com os costumes religiosos da população. Do mesmo modo, o regulamento que Francisco F. Correa queria aprovar também não mencionava a criação de um cemitério extra-muros (fora do perímetro urbano), tampouco a compreensão de que o lugar de sepultamento dos mortos deveria perder seu caráter religioso. Havia na realidade uma tentativa de mesclar a tradição católica de enterramentos, com a perspectiva moderna de administração da morte, já que acima de crenças ou devoções individuais deveria prevalecer a necessidade de preservação de uma cada vez mais consolidada noção de bem público.

ISBN 978-85-92902-01-8

Esse tipo de preocupação específica, e as questões mais gerais a respeito do estado de conservação dos cemitérios, da gestão de suas obras e da dificuldade posta pelas instâncias administrativas em assumir suas responsabilidades de gestão continuariam a ocorrer ao longo de toda a década de 1870.

Várias dificuldades foram interpostas entre as responsabilidades administrativas, as questões de higiene e a tradição religiosa. Mas, nenhuma delas foi tão difícil de ser transposta quanto a da criação de um cemitério fora dos muros da capital, ou seja, para longe dos terrenos contíguos às igrejas. Tal fato se deu devido à relação estabelecida entre a localização do enterramento e a salvação da alma no pós-morte, já que se acreditava àquela época que quanto mais próximo do altar e da casa de Deus o indivíduo fosse inumado, maior seriam suas chances de salvação e de triunfo no dia da ressureição (REIS, 2012, p. 171).

Por isso, mesmo com a consolidação dos padrões de higiene, a retirada dos cemitérios do centro da cidade foi um processo que ocorreu de forma lenta, gradual e com diversas polêmicas na cidade de Vitória. De todo modo, com o avanço do século tal prática se tornava cada vez mais insustentável, de forma que para maioria dos administradores os cemitérios deveriam ser retirados do centro da urbe. Os cemitérios, portanto, eram bastante criticados e avaliados de acordo com as suas condições de higiene e principalmente a partir de sua proximidade em relação à morada dos vivos. Quanto mais higienizado e isolado do centro da cidade, em melhores condições e em respeito aos mortos encontrar-se-ia a necrópole.

Essas críticas tornavam-se cada vez mais enfáticas com o avançar dos Oitocentos, sendo os deputados locais diretamente responsabilizados pelos problemas da construção e manutenção dos cemitérios vitorienses:

> Cemitério- Os que a província tem não merecem este nome. A maior parte dos cemitérios públicos são antes cercados, levantados sem prévia consulta das condições higiênicas, falta de segurança, e em verdadeiro contraste com a veneração devida aos mortos.
> A edificação de um cemitério debaixo de todas as regras artísticas e higiênicas é uma necessidade, cuja satisfação não pode ser adiada por mais tempo, e muito convém atender.
> O da capital, além de acanhado e mal colocado, jaz em completo abandono. Suas obras acham-se paradas: ele é hoje o que era talvez há 15 anos!

ISBN 978-85-92902-01-8

> Dignai-vos srs. deputados provinciais, lançar as vossas vistas para este ponto, que reclama toda a vossa atenção. (Relatório do vice-presidente da província do Espirito Santo, Coitinho Mascarenhas[90] apresentado no 1º dia de setembro de 1874, p. 12)

Atender às demandas "artísticas e higiênicas" era a condição necessária para se prestar a devida homenagem e respeito aos mortos. Mais uma vez, de igual modo, o vice-presidente de província reclamava da "má colocação" do cemitério público e reiterava para o atraso de suas condições em relação ao que se era esperado em termos ideais.

Quatro anos mais tarde o assunto continuava em voga na Assembleia Provincial, de modo que argumento de uma necessária separação entre o mundo dos vivos e dos mortos ganhava novos contornos:

> Não é o bastante ter proibido os enterramentos nos templos, força é proibi-los nos centros populosos.
> Como se não bastassem as causas apresentadas para tornarem menos salubre esta cidade, a cavalheiro dela- e no meio dos vivos colocou-se a morada dos mortos.
> Escuso-me de demonstrar-vos as consequências funestas desse erro gravíssimo- que nem ao menos pode ser apadrinhado pelo espírito religioso.
> [...] Farei um dos melhores serviços a esta cidade se resolverdes a criação de um cemitério público - extra-muros – em lugar apropriado e espaçoso.
> [...] Como em outras províncias, poder-se-á conceder o privilégio desse serviço à Santa Casa de Misericórdia, ou a outra irmandade ou confraria, que pretenda e que lhe será uma boa fonte de renda.
> Como quer que delibereis, é intuitivo que não deveis continuar a permitir que estejam às portas das casas desta capital esses focos de enfermidades, que poderão fazer de toda ela uma vasta necrópole quando uma intensa epidemia venha flagelar.
> Recomendo-vos, a este respeito, a leitura do distinto Dr. Inspetor de Saúde. (Relatorio apresentado pelo exm. sr. dr. Manoel da Silva Mafr[a][91] a Assembléa Legislativa Provincia[l] do Espirito-Santo no dia 22 de outubro de 1878. Victoria, Typ. da Actualidade, 1878, p. 17)

Em que pese o espírito religioso de outrora e suas disputas pela manutenção do seu lugar no imaginário das camadas dirigentes, o medo das epidemias e os assuntos relacionados às questões de salubridade passaram a falar mais alto do que a necessidade de outros tempos de ser inumado próximo à casa de Deus. Nem mesmo o "espírito religioso" poderia mais apadrinhar a afronta de se situar a morada dos mortos no meio dos vivos. Da mesma forma, além de afastar o perigo das epidemias, o novo empreendimento poderia gerar a possibilidade de renda às

[90] Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas foi um político capixaba do período imperial que assumiu o cargo de vice-presidente da província do Espírito Santo em diversos momentos entre os anos de 1873 e 1889.
[91] Manuel da Silva Mafra, o Conselheiro Mafra, nasceu em Florianópolis em 12 de outubro de 1831 e faleceu em Niterói em 11 de março de 1907. Foi um advogado e político brasileiro. Assumiu ao longo de sua carreira vários cargos legislativos a nível provincial e imperial. Foi ministro da justiça no gabinete liberal em 1882 e também membro da Academia Catarinense de Letras.

ISBN 978-85-92902-01-8

irmandades religiosas que, além de deverem mudar seus costumes pela causa da saúde pública, poderiam ainda dela retirar um rentável proveito financeiro.

A insistente permanência de antigas práticas ao longo das décadas e a necessidade de convencimento da população tornava o debate mais complexo e munido de novas estratégias e recursos retóricos entre os políticos e administradores públicos capixabas.

O nível de complexidade dessas discussões é perfeitamente demonstrável se percebermos que ainda em idos da década de 1880, os cânones científicos que norteavam essas querelas permaneciam longe de quaisquer consensos absolutos. Sobretudo no que se refere à questão do afastamento dos cemitérios do centro, ainda havia aqueles que discordassem de seus pares e em nome de uma crença – cada vez mais enviesada pelos rumos do saber secular – defendiam o ponto de vista em maior conformidade com a tradição católica.

Esse foi o caso de Antônio Athayde[92] que escreveu no ano de 1883 uma série de textos enviados ao jornal conservador "O Espírito-Santense". Nesses escritos- ao todo foram cinco publicações[93]-, Athayde defendia que os cemitérios não deveriam ser removidos para fora do perímetro urbano:

> A primeira hipótese nos merece duas reflexões. Em primeiro lugar lamentamos de coração, a indisciplina do sentimento destes homens. Parece-nos que não são mais pais, nem filhos! Desterrar da nossa sociedade, da nossa vida e trabalho, negar a poderosíssima influência sobre nós, dos mortos entre os vivos, para edificar, talvez, neste mesmo lugar, a casa do crime!
> Somente podemos atribuir a esta indiscrição, a ignorância do caráter da nossa vida social. [...]
> Por isto, reflitamos: se os mortos exercem uma influência incontestável sobre os vivos; se o culto dos mortos aperfeiçoa a nossa natureza continuamente; se a adoração constante do túmulo da família, regenera o filho, se o cemitério distanciado da cidade, é um empecilho ao proletariado, ele é um interesse cívico de primeira ordem, e por consequência não pode sair fora da cidade.
> [...] Mas além disto, o positivismo sanciona a grande inspiração que tem feito do túmulo não somente uma instituição pessoal ou de família, mas também uma instituição social, pela fundação do cemitério, que dá um caráter coletivo.

[92] Antonio Francisco Athayde nasceu no Espírito Santo em 1860. Era filho do comendador Antonio Francisco de Athayde e de D. Luiza Maria Siqueira de Athayde. Estudou na antiga Escola Politécnica de e em abril de 1884 saiu dessa instituição formado engenheiro civil. Em 1884, fez parte do o corpo docente da Escola Normal "Pedro II", ministrando aulas de Pedagogia. Em 1885, foi nomeado Inspetor Geral de Obras da Província; em 1887, Antônio Athayde, como engenheiro ajudante da Comissão de Terras e Colonização de Santa Leopoldina, prestou serviços nos núcleos Conde d'Eu e Senador Antônio Prado. Em 1889, passou a desempenhar a chefia da referida Comissão. Consta em seu currículo também a profissão de político e a atuação como historiador. Foi membro do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo. Ver mais em: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Nº 21, 1961.

[93] O texto de Athayde aparece publicado nas edições 8, 9, 10, 11 e 13 do jornal "O Espírito-Santense".

ISBN 978-85-92902-01-8

> O cemitério dever ser em cada cidade conservado e aperfeiçoado, como instituição fundamental, indispensável ao melhoramento intelectual dos membros da sociedade.
> O cemitério deve ser, pois, instituído na cidade, de maneira a permitir aí o culto dos mortos, que é de interesse cívico de primeira ordem, é preciso fazer os esforços e as despesas necessárias para satisfazer a esta condição indispensável.
> O túmulo prolonga a ação moralizadora da família, além da existência objetiva dos seres que tem feito parte.
> Eis, dignos comprovincianos, como a iminência comprovincianos, como a eminência científica, sr. Pierre Laffitte e nós apreciamos a influência moralizadora do cemitério dentro da cidade.
> Não há vivos sem mortos.
> Não há cidade sem cemitério.
> Vitória, 2 de Homero de 95 (30 de janeiro de 1883.) Antônio Athayde.
> (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1883, ed. 09)

Em um primeiro momento, Athayde preocupa-se com a defesa da permanência dos cemitérios na parte central de Vitória, pois a seu ver, este seria um elemento moralizante, que evocaria as memórias antepassadas, de coesão à sociedade. Estas também contribuiriam para a manutenção da ordem social vigente, influenciando na permanência e solidificação dos costumes locais. Embebido no pensamento de Augusto Comte, Athayde ressaltava que o culto aos mortos seria uma forma de manifestar a subjetividade, característica bastante própria do ser humano que nos diferenciaria dos demais seres vivos e que nos colocaria em um patamar mais elevado[94]. Ele acreditava, inclusive, que o exercício de homenagear e rememorar os entes queridos poderia elevar o padrão intelectual da comunidade, de modo que a manutenção dos corpos dos mortos em meio ao espaço dos vivos seria uma forma de aprimorar o espírito da sociedade capixaba.

Determinado a sustentar o seu ponto, Athayde se propunha inclusive a deslegitimar, por meio da filosofia comteana, a argumentação do *mainstream* acadêmico capixaba, propondo uma reflexão científica alternativa a respeito das matérias e vapores oriundos das necrópoles:

> [...] Ultimamente filósofos, químicos, médicos de Paris reagiram contra este atendado calamitoso e os acadêmicos não poderão mas se defender.
> Demonstra-se facilmente por meio da química que as matérias que os cemitérios exalam não são nocivas à saúde. Temos em nossa mesa de estudos, um resumo monumental sobre esta questão, do eminente médico Sr. Dr. Robinet que muito recomendamos a leitura, por trazer notas de todas as observações e experiências

[94] O autor - sendo coerente com as ideias comteanas - ainda defendia o culto aos objetos icônicos que tinham apelo extra-discursivo para manifestar seu desejo de organização da sociedade, isto é, que privilegiava a marcha rumo ao progresso, com forte anseio cientificista e utópico (CARVALHO, 1990).

ISBN 978-85-92902-01-8

> que tem feito sobre as matérias exaladas dos cemitérios. Esta notabilidade médica provou cientificamente em seus trabalhos, que – os cemitérios não são focos de infecções – como alguns supunham.
> O ilustre filósofo Sr. Pierre Laffiitte demonstrou moralmente na sua obra, sobre os cemitérios de Paris que a habitação dos mortos não deve ser fora da cidade. [...] (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1883, ed. 8)

O que se segue a essa argumentação é a explicação sobre as propriedades de cada um dos componentes que ele considera fazer parte do ar atmosférico, até o momento que ele relaciona essa explanação à decomposição dos mortos e sua influência na saúde da população:

> A decomposição dos cadáveres enterrados é uma verdadeira combustão orgânica, com todos os produtos perfeitamente reconhecidos.
> O mais importante gás carbono contido em toda matéria organizada, vegetal ou animal. Na atmosfera imediata que circunda o cadáver em decomposição nas covas mortuárias, a química de um modo preciso e completo em suas pesquisas, descobriu dois gases tóxicos- o amoníaco e o hidrogênio sulfurado, cuja combinação dá o composto- sulfidrato de amoníaco.
> Estabelecidos os resultados, foram os químicos entre eles o distinto M. Delaunay, por uma série de experiências memoráveis, a provar que as emanações não chegam no estado atual, das covas à superfície do solo. [...]
> Finalmente estas incontestáveis experiências e outras menos importantes atestaram cientificamente que cemitérios não viciam o ar atmosférico, que o gás carbônico que eles depositam-no é infinitesimal.
> Ora, cada pessoa exala cerca de 24 litros de gás carbônico por hora e neste mesmo espaço, um bico de gás produz proximamente 128 litros. Agora, procure-se saber o número de pessoas existentes aqui, casas, hospitais, bicos de gás, fogões, esgotos, praias, e tantos outros focos que se ficará atemorizado com a enorme quantidade de gás carbônico que nossa capital mimoseia todos os dias a atmosfera. (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1883, ed. 11)

Em seus textos, Athayde estava disposto a convencer os seus pares de que as necrópoles não deveriam ser removidas do centro urbano. Entretanto, sua argumentação não se baseava na retórica religiosa ou na defesa apaixonada de antigos costumes, mas em um discurso científico, referenciado naquilo que de mais recente o velho mundo havia produzido em termos de reflexão racional. Para o engenheiro, bastariam algumas medidas específicas e pontuais para reverter os possíveis incômodos advindos da presença dos campos santos nas urbes:

> Em vista do que conseguimos demonstrar, um governo sensato e refletido, procede do modo seguinte:
> 1º-Pedir as corporações religiosas que melhorem as condições estéticas dos seus cemitérios onde estão, ou se se julgar necessário remover alguns deles, em virtude da área limitada do solo, que se dê na cidade, desde que está evidentemente provado que eles não são nocivos à salubridade púbica, e por maioria de razão representam interesses cívicos de primeira ordem. (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1883, ed. 13)

ISBN 978-85-92902-01-8

O ponto de vista de Athayde é bastante dissidente em relação aos seus contemporâneos que se manifestaram nos jornais e documentos oficiais da província na segunda metade do século XIX. Os ideais positivistas orientavam as suas ideias e produziam representações acerca do campo santo a partir de outra perspectiva que valorizava o cemitério enquanto um local de culto cívico, moralizador, estruturante da sociedade a qual ele pertencia. O cemitério bem conservado, a seu ver, concorria para o progresso intelectual e moral da sociedade que o mantinha em boas condições.

Apesar de não abandonar totalmente os argumentos subjetivos e a relação emotiva que estabelecia com as necrópoles, a fala de Athayde se dava quase que por inteiro no campo do saber científico objetivo. Afinal, mesmo entendendo o cemitério como parte da memória coletiva e individual, considerando a composição sentimental (dimensão não-pragmática) e subjetiva do indivíduo em sua relação com seus antepassados, o engenheiro defendia uma solução cientificista e pragmática para a querela sobre o local de construção das necrópoles em Vitória.

De todo modo, é significativa a sua defesa da ideia de que o governo devesse respeitar as decisões tomadas pelas irmandades em relação aos seus cemitérios, os quais eram propriedade privada: “As áreas dos cemitérios são propriedades particulares das irmandades religiosas. O governo não pode, por uma mera ostentação metafísica, impor a mudança dos cemitérios desde que as ciências superiores dizem que eles devem ficar nas cidades” (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1883, ed. 10).

Seria, portanto, a fala de Athayde uma tentativa de, por meio do discurso científico, defender uma antiga crença e as tradicionais práticas religiosas do Catolicismo? Nada nos permite inferir de forma segura que o personagem em questão endossasse as fileiras daqueles que, por convicção religiosa, viam com maus olhos a mudança no local dos enterramentos na cidade. Entretanto, o seu ímpeto em colocar-se na contramão do consenso produzido pela classe de políticos e de homens de letras de sua época é a prova cabal de que o significado da morte e dos rituais a ela associados era um tema nada consensual em terras capixabas.

Tanto que, após a publicação do polêmico texto de Athayde, seriam necessárias ainda três décadas para que fosse colocado em prática o tão defendido deslocamento do cemitério público em Vitória. Esta discussão ganharia um novo impulso “modernizador” após a proclamação da República em novembro de 1889.

ISBN 978-85-92902-01-8

Bibliografia

CORBAIN, Alain. **Saberes e odores:** o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

FERREIRA, Gilton Luis. **Um desejo chamado metrópole**: a modernização urbana de Vitória no limiar do século XX. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2009

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Pânico e terror**: a presença da cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856). Almanack, Vol. Maio/ 2014, nº7, p. 117-136, 2014.

HEES, Regina; FRANCO, Sebastião. **A República e o Espírito Santo.** 3ª ed. Vitória: Multiplicidade, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Vitória no começo do século XX: modernidade e modernização na construção da capital capixaba. **Revista de História *Saeculum***, João Pessoa, v. 1, jan./jun., p. 94-106, 2006.

PIVA, Izabel Maria da Penha. **Sob o estigma da pobreza:** criação da Irmandade no atendimento à pobreza em Vitória (1850-1889). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além:** a secularização da morte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A cidade republicana na Belle Époque capixaba**: espaço urbano, poder e sociedade. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCOLFORO, Jória Motta. **O último grão de areia na ampulheta da vida**: poder, política e falecimentos nos periódicos "Correio da Victoria", "Jornal da Victoria" e "O Espírito - Santense". Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

ISBN 978-85-92902-01-8

A configuração dos espaços destinados ao enterramento: o campo da forca na Cidade de Goiás, século XIX

Ludimília Justino de Melo Vaz, PUC GOIÁS – ludimilia@hotmail.com
Samuel Campos Vaz, CEAC – samuvaz@hotmail.com

Este trabalho apresenta a configuração dos espaços destinados aos mortos na Cidade de Goiás, entre a primeira e a segunda metade do século XIX, que se caracteriza como momento de transição entre as antigas tradições coloniais e as novas necessidades advindas do processo de independência. Em um primeiro momento os sepultamentos em igrejas e a condenação à morte pela forca caracterizam espaços e comportamentos conduzidos pela dramatização e a exibição. As referências sobre o campo da forca dentro do espaço da morte apresentam lacunas, especialmente considerando que o espaço foi totalmente descaracterizado ao longo do tempo. Posteriormente, a proibição dos sepultamentos em igrejas uniu-se à necessidade de promover o saneamento urbano, assim é construído o cemitério São Miguel. Nosso propósito foi identificar os espaços destinados aos mortos no século XIX os quais contribuem para elucidar a história da Cidade de Goiás que hoje é Patrimônio Cultural da Humanidade.

Palavras chaves: Campo da Forca. Cemitério. História.

Por sua representatividade histórica e arquitetônica, a Cidade de Goiás, antiga Vila Boa, é hoje patrimônio da humanidade, percorrendo um processo que objetivou a preservação de bens arquitetônicos que caracterizam a cidade. O primeiro deles aconteceu em 1950, com o IPHAN patrimonializando a Casa de Câmara e Cadeia, o Palácio Conde dos Arcos, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, entre outros. Em 1978 ocorreu a segunda intervenção, quando foi delimitado um polígono urbano que abrange o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás. O terceiro momento ocorreu no ano de 2001, quando a antiga capital goiana recebeu o título de Patrimônio da Humanidade. Há ainda outro processo que se deu no ano de 2004, quando ocorreu o tombamento pelo Ministério da Cultura do entorno da área já patrimonializada.

Todo esse processo se justifica pela preservação de uma arquitetura nos moldes colonial e eclético que remonta aos séculos XVIII e XIX. Nascida da busca pelo ouro, a cidade teve seu momento de apogeu ainda no século XVIII quando portugueses e paulistanos, muitos deles representantes da coroa, ali se estabeleceram imbuídos de seu espírito aventureiro e provisório, já que pretendiam enricar e retornar à terra de origem. Essa é apenas uma das contradições presentes nesse aglomerado urbano que aflorava.

ISBN 978-85-92902-01-8

A presença do negro em Goiás foi marcante e sua força de trabalho permaneceu constante desde a ocupação da Capitania. O censo de 1804 mostra que os brancos correspondiam a 1.222 indivíduos; os pardos e pretos livres somavam 3.823 indivíduos, enquanto que o número de escravos era de 4.432 pessoas (SILVA e SOUZA. 1967 *apud* COELHO, 2001a, p. 162).

Dados estatísticos mostram que em 1832 havia 3.023 cativos em Vila Boa, número que começava a declinar por causa da queda do ouro (SALLES, 1992, p. 234). Para o controle dessa população existiam leis severas, cuja condenação máxima era a pena de morte com execução por enforcamento.

A população era composta pela burguesia, trabalhadores livres e escravos. As diferenças sociais, no entanto, eram demarcadas por irmandades, que tinham obrigações frente a seus membros, fossem esses ricos ou desprovidos.

As relações hierarquizadas entre negros e brancos fez com que, de maneira criativa, o negro utilizasse alguns dos procedimentos funerários da sociedade dominante associado às próprias crenças e divindades. Poderíamos dizer que, as irmandades constituíam o mecanismo que permitiria a convivência de servos e senhores, apesar das condições de desigualdade. Segundo Soares, o ingresso às irmandades trazia distinção àqueles cuja vida era árdua e que, através das igrejas, buscavam alívio e mudança de vida. Acrescenta-se ainda que a associação às irmandades garantia um lugar para o sepultamento e as honras de um funeral cristão (SOARES, 2000 *apud* PEREIRA, 2007).

Foi durante o crescimento urbano da vila entre 1730 a 1740, junto ao crescimento populacional, que a Capela de Sant'Anna foi implantada, posteriormente reedificada como Igreja Matriz, e da construção da Igreja da Nossa Senhora do Rosário, da irmandade dos pretos (COELHO, 2001a).

A Igreja São Francisco foi a terceira igreja a ser construída em Vila boa no ano de 176. Ainda que com a derrocada do ouro, entre os anos de 1770 e 1780 ocorreu mais uma fase de desenvolvimento urbano em Villa Boa caracterizada pelo impulso das atividades comerciais (COELHO, 2001a, p. 182). Apesar do início da crise do ouro, ocorre a construção das Igrejas da Boa Morte, do Carmo e da Abadia.

ISBN 978-85-92902-01-8

Na área rural, onde eram implantadas as sedes fazendeiras destinadas ao garimpo e/ou à agricultura e criação de gado para a subsistência, os negros eram enterrados em terreno separado daqueles reservado aos senhores[95].

O Campo da Forca era o local onde os condenados eram executados e seus corpos, frequentemente, abandonados até a putrefação. Compreende-se aqui, que este espaço destinado aos mortos por condenação foi mantido até o fim do uso da pena de morte por volta de 1857 (AL-ALAM, 2010).

A topografia da cidade é fortemente marcada pela presença do rio Vermelho, em torno do qual se constituiu o aglomerado urbano. Porém, essa distribuição se deu de forma diferenciada, segundo Tamaso (2007), a margem direita foi “lugar do impuro”. O campo da forca foi implantado na margem direita de Vila, do mesmo lado em que se encontrava o Hospital São Pedro de Alcântara, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos negro e, posteriormente, onde também seria implantado o cemitério São Miguel.

A historiadora Gislaine de Lima Tedesco (2009) reforça a ideia da configuração do espaço urbano de Vila Boa vista como fronteiras entre a população livre, escrava e forra. Para a confirmação destes espaços ela usa a cultura material resgatada em salvamento arqueológico nas ruas e quintais. Os utensílios cerâmicos de uso domésticos da população livre são caracterizados pela louça importada e a cerâmica simples produzida pela população escrava.

Segundo Tedesco, a preocupação em ordenar os espaços urbanos no século XVIII “esteve vinculada aos conflitos e mediações de seus diferentes grupos de moradores para estabelecer uma convivência possível neste espaço urbano” (TEDESCO, 2009, p. 3). Os elementos simbólicos da cerâmica produzida pela população escrava podem materializar a etnicidade, constituindo-se em agente de manutenção de fronteiras.

As deficiências no planejamento urbano, na infra-estrutura e no saneamento acarretaram problemas de saúde pública levando à disseminação de doenças.

[95] O registro arqueológico de cemitérios em área rural foi mencionado por Martins (2004) em projeto de salvamento arqueológico nas imediações do rio Corumbá. A Fazenda São Bernardo, implantada no século XIX, apresentou estruturas destruídas destinadas a acomodação de escravos - a senzala. A prospecção arqueológica identificou dois cemitérios, um de população infantil localizado próximo à sede da fazenda, e outro de adultos, em posição mais afastada da sede (MARTINS, 2004, p.). Em depoimento oral, foi indicada a ocorrência de um espaço destinado ao sepultamento de escravos, onde as covas eram sinalizadas por pedras, porém o registro não foi encontrado (Acervo documental do PA-SALV-C/IV, UFG/MA/Labarq).

ISBN 978-85-92902-01-8

Algumas doenças epidêmicas tinham origem africana e foram trazidas pelo tráfego de escravos (MORAES, 1999). O tema da saúde na Província de Goyas do século XIX já foi densamente tratado e mostra, especialmente, a atuação decisiva do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara no estabelecimento de medidas de saneamento na capital da província (FREITAS, 1999).

Os maus hábitos e a sujeira tornavam a atmosfera da cidade pouco saudável. As práticas que traziam o mau cheiro e a podridão não se limitavam a jogar o lixo no rio ou abandoná-lo nas ruas, havia também os enforcamentos no Campo da Forca.

A estrutura jurídica do século XIX, conforme o procurador de justiça Sérgio da Costa Franco (2004), estava normatizada no Livro das Ordenações Filipinas. No período colonial e imperial a pena de morte era aplicada em diversas circunstâncias como pena para as faltas chamadas de crimes graves. As condenações eram principalmente destinadas aos escravos; aqueles que assassinassem seu senhor, a pena vinha acompanhada de tortura, além de lhe tirar o direito à sepultura.

Os presos condenados ao enforcamento eram executados em praça pública. Para Norton Naujorks (2001 apud Al-Alam, 2010, p. 8) a ameaça à pena de morte tinha a intenção de exercer um forte controle social, reprimindo os desvios da conduta moral.

Em 16/12/1830 é promulgado o primeiro Código Criminal, nesse novo documento a pena de morte é ainda amplamente utilizada. Segundo o autor citado a condenação se aplicava por morte na forca.

O historiador Caiuá Cardoso Al-Alam (2010) fixa o fim da pena de morte, primeiro aos homens livres, em 1855. O emprego da pena é desautorizado em virtude da execução de um condenado supostamente inocente. Aos escravos a liberação da condenação veio um pouco mais tarde, inicialmente as penas passaram a ser mais moderadas. A partir de 1857 a pena de morte foi substituída pela condenação de “galés perpétuas, onde o condenado, preso a correntes era colocado a fazer trabalhos em obras públicas, virando uma propriedade do Estado” (Al-Alam, 2010, p. 8). A extinção da pena capital, definitivamente, acontece com a proclamação da República.

Apesar da escassa documentação a respeito do campo da forca da antiga Vila Boa de Goiás, a crônica de Cora Coralina denominada “‘Correio Oficial de Goiás’ Quarta-feira, 1.º de maio de 1839” é uma fonte rica em detalhes. Nesta crônica Coralina narra os pormenores do enforcamento. Explicando desde o crime

ISBN 978-85-92902-01-8

cometido, a condenação do criminoso, até o dia em que deu seus últimos passos em direção à forca. Essa mesma crónica ressalta a importância dos sinos como transformador da paisagem local, que enquanto soa, anuncia a morte e convoca a população para seguir em procissão atrás do condenado (SILVA, 2017).

Voltando ao cenário da cidade de Goiás, a historiadora Cristina de Cássia Pereira Moraes (1999, p. 146), em seu texto "O Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara e os trabalhadores na cidade de Goiás (1830-1860), menciona o Campo da Forca, como sendo a praça de execução dos criminosos que eram abandonados até a putrefação dos corpos. Nas citações de Moraes encontramos a preocupação corrente na época com o ar puro, acreditando-se que as ameaças à saúde vinham pelo mau cheiro e a necessidade da construção de um cemitério.

> Uma vez que o ar puro constituía-se na maior preocupação da política sanitária, as emanações que se elevavam dos corpos em decomposição dos executados no Campo de Forca, de onde não eram removidos, eram vistas como ameaça pútrida, pestilencial e perigosa. Na falta de um cemitério público, o presidente da província, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, pede, em 1842, a quantia de duzentos mil réis para construir um cemitério que ficaria a cargo do Hospital de Caridade (MORAES, 1999. p. 146).

A prática do enterramento em covas rasas e abandono de cadáveres estão também ligadas à negação dos sacramentos à alma do condenado. Este mesmo tratamento era igualmente dispensado aos "pretos novos", recém chegados da África, mas que não resistiam à viagem. O historiador Júlio César M. da Silva Pereira (2007) destaca a ausência das encomendas fúnebres aos "pretos novos" que não tinha tido tempo de se converter ao catolicismo.

Os cuidados com a purificação do ar adentram também o espaço cemiterial. Acreditava-se que o odor da decomposição trazia consequências à saúde dos vivos, por causa disso estabeleceu-se uma divisão social dentro do cemitério, que conforme Reis Filho configura-se na "geografia social da morte" (REIS FILHO *apud* MORAES, 1999, p. 148).

Os cemitérios como locais de representação social vêm sendo objeto de diversas pesquisas, neles os vestígios mortuários são interpretados sob a mesma lógica em que a sociedade está organizada, como um reflexo da organização da sociedade que o produziu (RIBEIRO, 2007, p. 153). Os jazigos familiares, túmulos e imagens podem indicar qual o papel do morto na sociedade, o status social e a

ISBN 978-85-92902-01-8

criação e manutenção dos sentidos simbólicos resultantes da interação dos vivos com os mortos (LIMA, 1994; BORGES, 2002).

A estrutura do cemitério, dividida em jazigos familiares, fixa certos valores tradicionais das gerações antecessoras, identificando a família e demonstrando seu status social. Esses estão representados nos adornos acrescentados aos jazigos, que caracterizam os padrões burgueses e de gosto (BORGES, 2002). O Cemitério São Miguel da cidade de Goiás oferece considerável material para uma análise nesse nível, há uma diversidade de elementos propícios ao estudo tipológico e classificatório que caracterizam não só a identidade do morto e sua ascendência, mas algumas vezes a convicção religiosa, política ou social.

Foto: Samuel Vaz

Fig. 1: Jazigo perpétuo de 1870, Cemitério São Miguel da cidade de Goiás.

Foto: Samuel Vaz

Fig. 2: Monumento tumular de sepultura perpétua, 1894. Cemitério São Miguel da cidade de Goiás.

Reportando ao século XIX, momento de surgimento dos cemitérios no Brasil, veremos que nestes espaços cemiteriais, estão também representadas as diferenças e hierarquias sociais, que podem ser identificadas não só pelo investimento de trabalho no túmulo do morto, como também, por seu conteúdo simbólico. A sociedade brasileira foi formada por matrizes culturais múltiplas, apesar das condições adversas sofridas especialmente por negros e índios, estes buscaram se adaptar, seja em condições de submissão ou de resistência, ao novo contexto, elaborando estratégias de construção de identidades religiosas e culturais.

ISBN 978-85-92902-01-8

A construção de cemitérios substituindo os enterramentos dentro das igrejas foi um fenômeno que aconteceu inicialmente na Europa e posteriormente no Brasil. Essa mudança ocorrida no século XIX intenta contra práticas mortuárias arraigadas e que, possivelmente, motivou revoltas e descontentamentos (RIBEIRO, 2007, p.145).

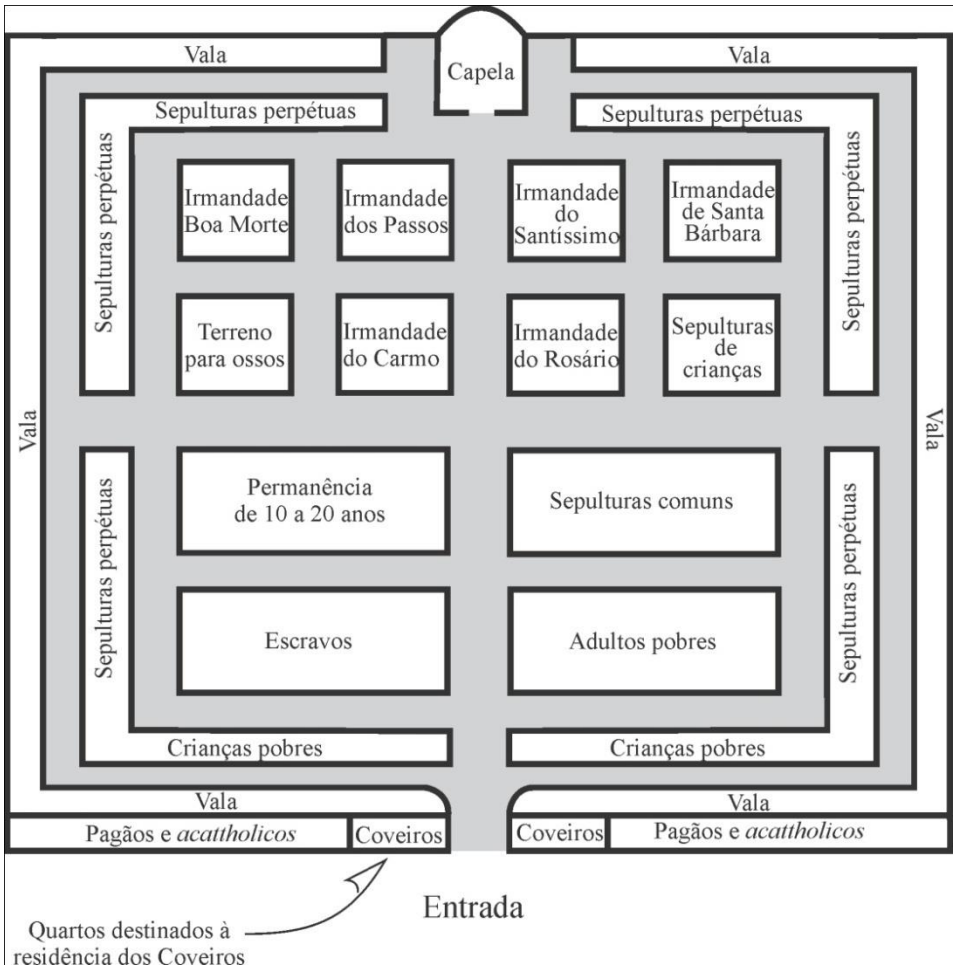
Sob a ótica da não aceitação da mudança dos enterramentos nas igrejas para o cemitério é que João José Reis (1995) investiga a revolta que aconteceu na Bahia do século XIX, que foi chamada de Cemiterada. A rebelião em Salvador levou os populares a destruir o escritório do empreendedor e o novo cemitério, sendo mantida apenas a capela (REIS, 1995 *apud* RIBEIRO, 2007, p. 145).

O cemitério tem sua dinâmica própria, ao longo do tempo novos enterramentos vão sendo acrescentados e antigos restos são exumados para dar lugar a outros. Essa dinâmica na população dos mortos é acompanhada por elementos da cultura material que caracterizam seu tempo e sua cultura. Adornos tumulares podem indicar a identidade do morto, seu status na sociedade e registra a ascendência da família. Os registros iconográficos podem também contribuir para argumentação estética e de gosto da época (BORGES, 2002).

A construção do Cemitério São Miguel da cidade de Goiás não é um episódio isolado, primeiro porque é decorrente da proibição de sepultamentos em igrejas e da necessidade de saneamento urbano. Sua construção modifica as manifestações fúnebres e as representações sociais.

No entanto, a divisão do terreno do Cemitério São Miguel buscou reproduzir a estrutura social da época, conforme pode ser observado na planta original apresentada no relatório do zelador do cemitério da cidade de Goiás (Fig. 4). No contexto da morte ficaram representadas as diversidades etárias, sociais, culturais, hierárquicas, além da camada dos socialmente excluídos.

ISBN 978-85-92902-01-8



Fonte: Adaptado de MORAES, 1999.

Fig. 4: Planta do Cemitério São Miguel, conforme proposta da distribuição do terreno apresentada no relatório do zelador.

A área interna foi dividida para atender aos diferentes seguimentos da sociedade estando o terreno central destinado às covas das irmandades. Próximo à entrada do cemitério o espaço estava destinado ao sepultamento de crianças pobres, escravos, adultos pobres e ainda sepulturas perpétuas e sepultura de 10 a 20 anos. Pagãos e não católicos seriam enterrados no perímetro do cemitério junto à entrada.

A distribuição do terreno em si demonstra a existência de uma sociedade hierarquizada e excludente, por trás da intenção de saneamento e organização do espaço social. Mas é preciso aqui compreender este palco da morte entendendo a sociedade que o produziu, considerando a diversidade das categorias sociais presentes na planta do cemitério.

É fato que, a sociedade dentro da tradição religiosa busca manter a memória do morto para prestar-lhe reverência e trazer à tona seus feitos, integrando-o de volta ao seio social, mas nem todos são dignos de serem lembrados. A identificação

ISBN 978-85-92902-01-8

da área onde se localizava o Campo da Forca, bem como dos registros documentais dos condenados e de seus crimes, são informações ainda pouco exploradas. As questões relativas aos maus tratos aos escravos foram lembranças traumatizantes para muitos, possivelmente muitos membros da sociedade, entre estes os próprios escravos, não conseguiriam conviver com as lembranças dos castigos e das injustiças. Por isso, elas foram esquecidas.

A partir dos enterramentos no cemitério, foi necessário criar novas formas de representação, possivelmente imagens e outros símbolos foram trazidos para aproximar os mortos das igrejas. Considerando que o cemitério é um espaço onde os registros de cada época vão se acumulando ao longo do tempo, é preciso dar visibilidade para os túmulos, lápides, monumentos, estátuas, entre outros, que remetem à fase inicial de ocupação do espaço cemiterial.

O esquadrinhamento da morte em Vila Boa presente no cemitério demonstra espaços bem delimitados aos mortos na planta original do Cemitério São Miguel, motivando os mapeamentos dos “lugares” da morte da primeira metade do século XIX, para que assim possam ser intendidos seus significados dentro da sociedade.

Bibliografia

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **Questões acerca dos enforcamentos de escravos em Pelotas-RS** http://www.labhstc.ufsc.br/poa2005/12.pdf acessado em 05/09/2010.

BORGES, Maria Elízia. **Arte Funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto**. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

BORGES, Maria Elízia, SANTOS, Alcineia R. dos; GOMES, Larissa T. Silva (org.). **Estudos Cemiteriais no Brasil: catálogo de livros, teses, dissertações e artigos.** Goiânia: UFG/FAV/Ciar/FUNAPE, 2010.

COELHO, Gustavo Neiva. **O Espaço Urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001a.

COELHO, Gustavo Neiva; VALVA, Milena d’Ayala. **Patrimônio Cultural Edificado**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001b.

FRANCO, Sério da Costa - **A pena de morte na legislação criminal comum do Brasil - o caso Motta Coqueiro e sua repercussão.** Acessado em 02/08/2010: **http://**jrs.jus.br/institu/memorial/RevistaJH/.../01_**Sergio**_%20**Franco**.pdf

FREITAS, Lena Castelo Branco F. de F. (Org.) - **Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível: uma contribuição para a história da medicina em Goiás.** Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

LIMA, Tania Andrade. De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). Anais do Museu Paulista. N.Ser, V. 2, p. 87-150. Jan/dez 1994.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira de - O Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara e os trabalhadores na cidade de Goiás – 1830-1860. In: FREITAS, Lena Castelo Branco F. de F. **Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível: uma contribuição para a história da medicina em Goiás.** Goiânia: Ed. da UFG, 1999, p. 129-168.

NAUJORKS, N. **Aplicação da lei penal na Província de São Pedro**. (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo: UNISINOS. 2001.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À Flor da Terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

RIBEIRO, Marily Simões. **Arqueologia das práticas mortuárias: uma abordagem historiográfica**. São Paulo: Alameda, 2007.

ISBN 978-85-92902-01-8

SALLES, Gilka V.F. de **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992. (Coleção Documentos Goianos, 24)

SILVA, Lucas Renan Lobato Lima da. Forca, Arqueologia da Paisagem e Fenomenologia: Analisando a narrativa de um enforcamento de 1839 na Cidade de Goiás (Trabalho de Conclusão de Curso). Goiânia: PUC Goiás, 2017.

TAMASO, Izabela. Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás (Tese de Doutorado). Brasília: UnB. 2007.

TEDESCO, Gislaine Valerio de Lima. Do Lado de Lá e do Lado de Cá de Vila Boa de Goiás: Fronteiras Culturais e Espaciais entre negros e brancos no século XIX**.** In: 4° Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009.

ISBN 978-85-92902-01-8

CIDADE, CEMITÉRIOS E MEMÓRIA: OS CASOS DE CRUZ ALTA, RS E BELO HORIZONTE, MG

Thaissa de Castro Almeida Caino
Universidade Federal de Pelotas
almeida.c.thaissa@gmail.com

Luísa de Assis Roedel
Universidade Federal de Minas Gerais
luisaroedel@gmail.com

Resumo: Neste artigo, propomos uma breve reflexão sobre as formas como os cemitérios aparecem na constituição de territórios urbanos, com o objetivo de aclarar esta relação na formação do espaço urbano de Cruz Alta, RS, e de Belo Horizonte, MG. Analisamos os processos de implementação dos respectivos espaços funerários e os impactos da secularização desses cemitérios na malha urbana e na sociedade envolvente. Finalmente, discutimos a relação dos cemitérios na manutenção de uma memória pessoal, atentando para o papel dos túmulos na preservação da figura e identidade do morto.
Palavras-chave: Urbanização; Cemitérios; Memória.

O LUGAR DOS MORTOS NA CIDADE

Na América colonial, sob forte influência das coroas Ibéricas e da Igreja Católica, a preocupação com os mortos sempre foi fator relevante na ocupação do espaço. A construção de espaços específicos de enterramento, que denominamos de cemitério, passou por mudanças consideráveis no século XIX. A separação entre estado e religião, conjuntamente com a consolidação do mundo urbano como espaço do capitalismo, acarretou na construção de cemitérios, que podem ser percebidos como tipos de cidades dos mortos.

As cidades têm por característica uma ocupação mais ou menos organizada dos espaços e um problema presente desde os primórdios da urbanização é o lugar dos mortos. O pesquisador Renato Cymbalista (2006) aponta que a preocupação com o que acontece após a morte motivou a constituição de vários patrimônios e a doação de terras para santos, onde se edificava templos ou capelas, ao redor das quais, muitas povoações formaram-se.

Tão antigo quanto a civilização é o desejo da imortalidade. O reino divino, visto como reino da imortalidade é a resposta daqueles que temem o fim da vida na Terra. A eternidade é uma possibilidade lógica real, com muitas dimensões, é extremamente ligada à religião, mas não limitada a este campo. Uma das pontes para a eternidade está representada em

ISBN 978-85-92902-01-8

uma comunidade por seus lugares sagrados: para garantir a salvação, basta comparecer à igreja e participar de seus rituais diários (EIRE, 2013).

Portanto, toda aglomeração presumia a necessidade de uma capela e um cura, de modo que a capela é um marco importante no processo de urbanização. A necessidade dos sacramentos e da salvação das almas daqueles que já morreram eram os principais argumentos das povoações para requerer as capelas. (CYMBALISTA, 2006).

Até o século XVIII a Igreja Católica era um dos principais agentes da ocupação e urbanização de territórios. Somente a partir de então a Coroa passou a tomar para si as rédeas do processo de ocupação. No entanto, a religiosidade permaneceu fundamental à vida social no século XIX e XX. A preocupação com a salvação das almas continuou a existir, e os solos sagrados permaneceram elemento necessário nos espaços urbanos (CYMBALISTA, 2006).

Com o propósito de entender as cidades – Cruz Alta e Belo Horizonte – sob o viés da Arqueologia Urbana trazemos o conceito de cidade-sítio, que pode ser assim caracterizado:

> The term city-site refers to the area; that incorporates an urban settlement and is tied to it in terms of spatial and socioeconomic organization. Within the urban settlement is a core or center of population, wealth, and power. It is smaller than the city measured by conventional standards (legal boundaries or settled areas)"(Cressey e Stephens, 1982, p. 50).

Dessa maneira, as cidades são percebidas como sítios arqueológicos, compostos por superartefatos, tais como ruas, prédios, igrejas, cemitérios, etc. Essa proposição permite considerar os cemitérios de maneira contextual, procurando relacionar as mudanças ocorridas na cidade com transformações significativas no espaço funerário.

Essas necrópoles, planejadas e situadas em um contexto urbano, exprimem a "reprodução simbólica d[esse] universo social" (LIMA, 1994, p. 2) e, por isso, permitem averiguar alterações no imaginário coletivo sobre a morte, diretamente ligada com transformações na sociedade.

As práticas mortuárias acompanham a dinâmica das transformações sociais ao longo do tempo. Nesse sentido, entendemos também que os cemitérios são uma representação da cidade, uma vez que urbe e espaço funerário foram pensados sob a luz das mesmas noções de urbanidade, saúde, doença, morte, religiosidade, etc.

A CAMINHO DA SECULARIZAÇÃO – ESTUDO DE CASO DE CRUZ ALTA

A ocupação definitiva da região de Cruz Alta se deu através concessão de sesmarias pela Coroa portuguesa a homens de armas, a fim de efetivar a ocupação em território recém conquistado da Espanha. A religião, obviamente, teve papel central no processo: antes mesmo de organizar-se enquanto vila, o ponto de referência para o local era religioso: o

ISBN 978-85-92902-01-8

chamado "Pouso da Cruz Alta" recebeu esse nome por tomar por marco geográfico uma cruz de madeira, construída pelos jesuítas, a qual estava acompanhada de uma pequena e rústica capela, na localidade hoje denominada Benjamin Nott (CAVALARI, 2004; ROCHA, 1980).

Mais tarde, quando as primeiras famílias luso-brasileiras começam a instalar-se definitivamente na região a questão religiosa destaca-se enquanto elemento fundamental da vida social. Em junho de 1821, um grupo de moradores alfabetizados reúnem-se para escrever uma carta ao Comandante de Armas da Fronteira, pedindo autorização para edificar uma capela, às suas próprias custas (CAVALARI, 2004, p. 78-79).

A comunidade havia escolhido um local para estabelecimento da vila, porém foram repelidos pelas populações indígenas que já habitavam a região, tendo que se refugiar por alguns anos na atual Benjamin Nott. Embora a carta seja de 1821, apenas em 1825 a vila passou a ser ocupada pelas famílias luso-brasileiras no local onde hoje está o centro da cidade de Cruz Alta (CAVALARI, 2004). Em ambos os locais, a capela se coloca enquanto um ponto focal, necessário à vida da comunidade. Afinal, a população precisava batizar e casar seus filhos, ungir seus enfermos, enterrar e rezar por seus mortos.

Em resposta à solicitação feita pela comunidade, o Comandante de Armas da Fronteira não apenas autoriza a edificação da capela, como dá instruções acerca do estabelecimento de uma praça frente a ela, e acerca da demarcação e delimitação das ruas e dos lotes no que viria a ser o embrião da malha urbana da cidade (CAVALARI, 2004, p. 82-83). A demarcação foi efetivada em 1825 tomando-se como ponto inicial a porta da igreja, de onde partiu a medição para os lados Norte, Sul e Leste (*ibidem,* p. 86)

Interessa aqui destacar que a primeira igreja de Cruz Alta foi o lugar de referência para a demarcação da cidade e que o espaço destinado à igreja, sozinho, é quase tão extenso quanto todo o restante da vila. A considerar as descrições de Cavalari, a capela fora construída em 1824, após autorização do Vigário Geral da província (cf. CAVALARI, 2004, p. 83-84); na metade oeste da atual Praça da Matriz, e logo aos fundos desta, onde hoje encontra-se a Avenida Venâncio Aires e a atual Catedral do Divino Espírito Santo, foi estabelecido o primeiro cemitério da vila da Cruz Alta (CAVALARI, 2004, p. 155).

Como podemos observar, a capela e o cemitério ocupavam lugar central, social e geográfico, da vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta, ao menos até o início da segunda metade do século XIX, quando a necessidade de uma nova igreja[96] – edificada a oeste da rua da Igreja, sobre o local do primeiro cemitério, no ano de 1873 (CAVALARI, 2001, p.23) –

[96] Documentos levantados por Cavalari (2004, p. 127) informam que desde 1845 a comunidade reclamava do "estado da Matriz da Vila, único edifício religioso que existe, não só pela sua mesquinha construção, como pelo estado de deterioração em que se acha".

ISBN 978-85-92902-01-8

e a mudança de paradigmas no pensamento sanitário urbano resultou no traslado do cemitério.

Foi o vereador Hemetério Velloso da Silveira quem instituiu um novo cemitério extramuros, localizado em área afastada do núcleo urbano da povoação. O Cemitério Bom Jesus, hoje Cemitério Municipal, ainda em funcionamento, foi instalado ao norte da vila em 1863 (CAVALARI, 2004, p. 205). O pesquisador ainda menciona que o vereador sugeriu, em sessão da Câmara Municipal, que não se concedessem terrenos para além da rua da Alegria, de modo a manter a ocupação da vila afastada da área do cemitério.

As políticas de sanitarização fizeram com que o cemitério de Cruz Alta fosse alocado para longe da malha urbana (LIMA, 1994; PEREIRA, 2009). Neste momento ele deixa de ser domínio da Igreja e passa a ser de responsabilidade do Estado. A Ata de colocação da Pedra Fundamental do Cemitério Municipal[97] está datada de 1863 e desde sua fundação, a área do cemitério municipal expandiu-se em decorrência do acúmulo de óbitos (PEREIRA, 2009).

O primeiro cemitério de Cruz Alta foi fundado em um período anterior às preocupações sanitaristas. Ele atendia aos anseios religiosos de sua época e, por 39 anos, o costume de sepultar seus entes queridos próximo ou dentro da casa de Deus foi arraigado. A medida sanitarista chegará à Cruz Alta concorrendo com a jurisdição eclesiástica, separando a Igreja do Estado, num fenômeno que foi denominado de secularização, ligado às ideias positivistas de ordem e racionalidade. A morada dos mortos foi levada para longe do convívio com os vivos e da casa de Deus.

A MODERNIDADE ALCANÇA O ESPAÇO FUNERÁRIO: BELO HORIZONTE E O CEMITÉRIO DO BONFIM

Diferente do cemitério municipal de Cruz Alta, o cemitério do Bonfim é tão antigo quanto a própria cidade de Belo Horizonte e foi planejado para atender as necessidades de sepultamento da então nascente capital. Foi inaugurado em fevereiro de 1897, alguns meses antes da fundação da nova capital mineira. Belo Horizonte foi uma cidade planejada, um símbolo da modernidade e da República, ligada às ideias positivistas de ordem e racionalidade.

O Bonfim foi planejado pela Comissão Organizadora da Nova Capital e ocupa 160 mil metros quadrados no bairro homônimo. Na época em que foi planejado, o bairro escapava das margens do perímetro urbano, que era delimitado pela Avenida do Contorno, em uma tentativa de destinar um local relativamente distante para os mortos, de acordo com a ideologia vigente no período.

[97] Localizada no Arquivo Histórico Público Municipal de Cruz Alta.

ISBN 978-85-92902-01-8

É possível observar a tamanha atenção dispensada para se pensar e planejar a construção do espaço funerário da capital mineira, que abarcou, inclusive, a construção de um cemitério provisório para receber os mortos durante a construção de Belo Horizonte. A partir do momento que Comissão Construtora da Nova Capital começasse as obras em questão os ideais de salubridade, tão ligados às práticas mortuárias, seriam também modificados.

Nessa época os cemitérios já eram uma prioridade no processo de modernização da malha urbana, como reflexo das políticas de salubridade que foram adotadas a partir da segunda metade do século XIX. Tamanho era o cuidado com os ideais de cidade como símbolo da modernidade e da República, de ordem e racionalidade que uma das primeiras medidas tomadas pela Comissão foi proibir os sepultamentos que eram realizados no entorno da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem e inaugurar o cemitério provisório.

O cemitério provisório possuía apenas quatro quadras, que faziam distinções entre gênero e idade, organizando os sepultamentos em adultos do sexo masculino, adultos do sexo feminino, crianças do sexo masculino e crianças do sexo feminino. Ainda que provisório, o cemitério deveria se adequar às novas ideias de construção da capital, sendo a ordenação espacial um dos fatores principais do projeto.

O cemitério do Bonfim seguiu essa lógica higiênica e foi construído nos moldes da própria Belo Horizonte. Assim como na cidade, o cemitério possui praças, apresenta avenidas e ruas, que dividem quadras ortogonais, de modo sanitário. Belo Horizonte foi pensada por ser um símbolo da República e traços dessa preocupação se encontram também no cemitério. O edifício construído em uma das avenidas foi pensado para ser um necrotério e não uma capela como era comum à época, atestando o caráter laico que se pensava para essa necrópole símbolo da modernidade.

Pensando nos casos acima apresentados, é relevante destacar que a mudança de local do cemitério reflete uma transformação importante na relação da sociedade com seus mortos (ÀRIES, 2014). Os enterros que ocorriam dentro do templo religioso ou na parte externa existiam com base na ideia de proximidade do sagrado, e foram habituais no Brasil até meados do século XIX, quando se deu o processo de secularização dos cemitérios (DILLMANN, 2013).

Epidemias que causaram milhares de mortes determinaram uma série de transformações nos hábitos de higiene e na política sanitária. Os cadáveres passaram, então, a serem considerados transmissores perigosos, e os sepultamentos *ad sanctus* passaram a ser tratados como fontes de infecção e epidemias (LIMA, 1994). A secularização dos cemitérios brasileiros no século XIX consagrou a separação entre Estado e Igreja (DILLMANN, 2013, p. 25).

ISBN 978-85-92902-01-8

No Brasil esse momento traumático no processo de transformação das sensibilidades e das atitudes com relação à morte encontrou resistência por parte da população e das irmandades. Essa mudança foi vista como uma agressão à memória e como uma profanação que impediria a salvação das almas (DILLMANN, 2013). Em Salvador, BA, aconteceu uma grande revolta em que a população, incentivada pelas irmandades, destrói o cemitério que foi construído extramuros num fenômeno que ficou conhecido como a Revolta da Cemiterada (REIS, 1991).

A alteração dos rituais fúnebres influenciou a arquitetura cemiterial, seus estilos e sociabilidades (MOTTA, 2009, 2010) e intensificou o culto aos mortos nas primeiras décadas do século XX, pois longe do território sagrado o morto precisava de um elemento que fosse capaz de garantir a imortalidade na memória dos vivos e a proteção das almas no caminho de sua salvação. Os monumentos fúnebres atendiam a necessidade de atenuar a "angústia da morte" já que a ingerência da igreja não diminuiu a religiosidade (DILLMANN, 2013).

MEMÓRIA, LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO: OS CEMITÉRIOS E A CIDADE

A secularização dos cemitérios abriu margem para que edificações das mais diversas dimensões, estilos e matérias primas fossem erigidas, para garantir a salvação da alma e perpetuar a memória e a identidade do falecido.

Nos termos de Nora (1993), o cemitério é um lugar de memória, pois é mais que um artefato do passado que por acaso perdurou até o presente. Trata-se de um artefato concebido, desde o princípio, para ser um monumento à memória de alguém. O historiador destaca que, para que haja um lugar de memória, é preciso que haja vontade de memória; sem esta intenção memorial os lugares de memória são lugares de história (NORA, 1993, p. 22). Nas palavras do autor:

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13)

Cada jazigo constitui um registro material de histórias familiares e comunitárias; são uma ligação imediata com o passado, ou ao menos com o que resta dele. O cemitério é um agente na memória, pois ativa lembranças, provoca os vivos a pensarem nos mortos, suscita curiosidades, seja por sua monumentalidade, iconografia e/ou antiguidade.

Entendendo a cidade como um sítio, buscamos perceber o cemitério de maneira contextual. Assim, o cemitério está imbricado em uma trama de relações com a cidade envolvente e é impactado por ela. Em um contexto macro, cidade e cemitério compartilham elementos estruturantes que são oriundos de uma mesma visão de mundo de uma temporalidade específica. Em um contexto micro, o cemitério abriga túmulos que

ISBN 978-85-92902-01-8

estabelecem relações com os visitantes, perpetuando histórias, memórias e individualidades pela cidade dos vivos.

O cemitério tem, indubitavelmente, um aspecto territorial, que vai muito além do espaço delimitado por seus muros, pois recebe os que viveram suas vidas naquela vila, naquela cidade, e neste sentido, estarão ali sepultados aqueles que construíram a história daquela localidade. Trata-se das pessoas que se apropriaram e fizeram uso daquele espaço, ou seja, as que tomaram aquele território para si.Pensamos aqui a dimensão territorial nos termos de Milton Santos, que afirmou que "a configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais" (2002, p. 62)." A abrangência territorial do cemitério para além de seus muros é incomensurável, se considerarmos seus usuários vivos, ou seja, aqueles que mantinham relações com os sepultados.

A partir do viés da Arqueologia Urbana, podemos considerar assim, que o estudo do cemitério não se esgota no seu perímetro. Uma vez que a necrópole estabelece uma série de relações com a cidade, pensar o cemitério como superatefato exige perceber suas relações com a sociedade envolvente, além das relações dentro da malha urbana, como outros superatefatos.

À medida que o tempo passa e as gerações se dispersam, o cemitério, ou melhor, as pessoas ali sepultadas, podem vir a ser o único vínculo de alguém com o lugar. Um exemplo comum: um casal que sai de sua cidade natal no interior, constitui família e tem filhos na capital do estado, retornando à cidade de origem para visitar seus familiares falecidos. A criança, que viveu toda sua vida na capital, não têm qualquer experiência ou lembrança que o vincule à cidade, mas de alguma forma, parte de sua história residirá eternamente no cemitério, nos túmulos de seus avós, bisavós, etc. Nesta perspectiva, é possível assumir que um determinado jazigo localizado no cemitério de Cruz Alta ou de Belo Horizonte pode vir a ter significado a pessoas dispersas por todo o mundo.

Entendemos, assim como Bastianello que (2011, p. 89)

> Ao compreender o cemitério como lugar de rememoração, por ele compensar o lugar de recusa do esquecimento do sepultado, passa-se a considerá-lo também uma tentativa para frear o tempo e, de certa maneira, imortalizar a morte. Desta forma, o monumento tumular oportuniza o direito à memória. Neste contexto, a memória se materializa nos artefatos cemiteriais inscritos nas sepulturas.

A sepultura de fato oportuniza o direito à memória, mas não a garante. Os sepultamentos são geralmente pensados para serem elegias aos mortos, mas para que isso

ISBN 978-85-92902-01-8

realmente aconteça é necessário que sua identidade seja perpetuada através de relações dos vivos com o cemitério e com a sepultura.

O Cemitério do Bonfim abriga um túmulo que explica como em apenas a construção do túmulo não é suficiente para trazer a individualidade e personalidade de quem ali foi enterrado. O jazigo abaixo, que faz referência à um hermafrodita francês, é o exemplo por excelência da exclusão e negligência do túmulo (e por que não da pessoa?) em diferentes esferas sociais.

Foto 01: Lápide com referência a Herculine Barbin, no Cemitério do Bonfim.

Herculine Barbin foi um intersex que cometeu suicídio no interior da França, em 1868. Elx se tornou referência quando se trata de hermafroditismo no século XIX, uma vez que seus diários foram encontrados e posteriormente publicados por Foucault. Essx indivíduo francês não está enterradx no Cemitério do Bonfim, que foi inaugurado 31 anos depois, em 1897. Entretanto, a alusão a um hermafrodita na lápide permite vislumbrar a figura dessa pessoa, que compartilha a condição de intersex com Herculine, em uma nascente Belo Horizonte, em um contexto em que a conduta médica se pautava por tratar essa condição apenas a partir de procedimentos cirúrgicos. Ao extirpar um dos sexos, x intersex não é aceitx enquanto tal, tendo obrigatoriamente que se adequar cirurgicamente para sair desse lugar marginal que não se enquadra nos sexos femininos ou masculinos, mutuamente excludentes.

ISBN 978-85-92902-01-8

Apesar de o jazigo existir, sua invisibilidade é sintomática e provavelmente ligada a uma trama de relações que excluíram essa pessoa em vida. O túmulo é simples e baixo, erguido a não mais do que 30 cm acima do chão, recoberto por argamassa e apenas uma simples lápide inscrita. A materialidade, análoga a tantos outros mausoléus que o circundam, contribui para que seja um sepultamento esquecido. O Estado, representado nesse caso pelo IEPHA-MG não analisou ou ao menos, não reconheceu a presença do jazigo em questão no Inventário do Cemitério do Bonfim[98]. Na administração do cemitério a (falta de) documentação não permite identificar o indivíduo sepultado.

Finalmente, embora tenha sido enterrado em um túmulo individual, sua individualidade não lhe foi conferida, uma vez que seu direito à memória foi transferido à Herculine Barbin. A vergonha e negação de Barbin por sua família, já que era uma pessoa desviante, fez com que o morto não fosse identificado e que não fosse relacionado a nenhuma narrativa familiar comum. Esse desaparecimento social deixa a memória apagada, sem traços do papel exercido por essa pessoa, suas visões de mundo e ideologias, impossibilitando trazer à tona esse sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades se caracterizam por serem organismos dinâmicos, sempre em transformação. Considerando que os cemitérios de Cruz Alta e de Belo Horizonte são microcosmos das respectivas cidades, percebemos valores que eram estruturantes para essas sociedades em períodos específicos. Entendemos que os cemitérios ocupam um lugar específico na cidade dos vivos, já que a preocupação com os espaços de enterramento está presente desde a fundação de ambas as cidades.

Belo Horizonte e Bonfim compartilham projetos urbanísticos semelhantes, planejados de acordo com valores modernos. O Bonfim seria então bem delimitado, higiênico e, em teoria, laico. Já a cidade de Cruz alta teve sua demarcação inicial feita a partir das portas da primeira capela da cidade, à qual o cemitério era vinculado, sob a jurisdição eclesiástica. Após quase quatro décadas perpetuando-se o costume de sepultar os mortos próximo ou dentro da casa de Deus, o cemitério público foi construído, atendendo aos parâmetros laicizantes, conformando um processo de secularização.

Seja na cidade que é demarcada a partir das portas de sua igreja, seja na cidade já criada sob a luz positivista, o cemitério aparece como ator relevante na constituição e planejamento do território. Designar um local específico para o espaço funerário é uma atitude que revela a preocupação com o lugar dos mortos. A mudança de mentalidade

[98] Relatório Final de Pesquisa de Inventário do Acervo de Estruturas Arquitetônicas e Bens Integrados do Cemitério do Bonfim – Belo Horizonte, IEPHA-MG, 2010. Disponível em: http://www-antigo.mpmg.mp.br/portal/public/interno/arquivo/id/22622 (Acesso dia 20/06/2016).

ISBN 978-85-92902-01-8

diante da morte foi responsável pelo translado do cemitério de Cruz Alta, bem como o planejamento e construção do Cemitério do Bonfim, em lugares cuidadosamente pensados para esse fim. Sob influência da teoria dos miasmas, além de toda ideologia sanitarista, não por coincidência os cemitérios foram inaugurados longe dos locais de grande convívio cotidiano e no alto de morros para que os ventos levassem o ar podre dos cadáveres.

Com a secularização dos cemitérios, o local institucionalizado da morte apresenta novas características, uma vez que outras preocupações da nascente modernidade se apresentam. Os ideais sanitaristas passam a ordenar as cidades e isso traz consequências para a implementação dos cemitérios dentro da malha urbana. O cuidado higienista vai, em última instância, alterar para além dos locais de sepultamento, também a mentalidade em relação aos mesmos. O convívio com os mortos deixa de ser semanal, ao frequentar as igrejas, e passa a ser mais esparso, apenas quando se visita os cemitérios. Uma vez secularizadas, as necrópoles apresentam uma nova maneira de construir os túmulos, homenagear e lembrar os mortos.

Além de um superartefato integrante da cidade, os cemitérios atuam como lugares de memórias sendo capazes de localizar o sujeito no mundo e promover perenes lembranças daquele que partiu.

Finalmente, na frágil linha entre lembrança e esquecimento os túmulos surgem, geralmente, para corroborar o primeiro caso. A atitude de lembrar traz a figura do morto de volta à vida, mesmo em um ambiente embebido na morte, que é o cemitério. A lembrança é o que aciona uma série de relações dos vivos com a sepultura, estabelecendo novas ligações entre pessoas e túmulos que irão corporalizar e chamar de volta à vida aquele que partiu. Em alguns casos, como o de Herculine Barbin no cemitério do Bonfim, a sepultura parece não ser o suficiente para perpetuar a memória do indivíduo, vigorando assim o esquecimento. Na esteira de Milton Santos (2002), entendemos que o túmulo atua como gerador de sentidos que situam a pessoa do morto em uma complexa rede de relações, uma vez que esteja inserido nesse contexto de relações sociais, agindo sobre e recebendo agência sobre as pessoas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Morte, cultura, memória - múltiplas interseções: Uma interpretação acerca dos cemitérios oitocentistas situados nas cidades do Porto e Belo Horizonte. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. 2007

ARIÈS, Philippe. O homem diante da morte. São Paulo, Unesp, 2014. Volume único.

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. Artefatos em mármore como suporte de memória. *MOUSEION*: Canoas, n. 10, p. 88-95, jul./dez. 2011.

CAVALARI, Rossano Viero. *O ninho dos pica-paus: Cruz Alta na Revolução Federalista de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001.

_____. *A Gênese da Cruz Alta*. Cruz Alta: UNICRUZ, 2004.

ISBN 978-85-92902-01-8

CYMBALISTA, Renato. Sangue, ossos e terras: os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro, séculos XVI e XVII. 2006, 428 f. Tese (Doutorado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) FAUUSP, São Paulo, 2006.

CRESSEY, P. e J. STHEPHENS. The city-site approach to urban archaeology. En R. Dickens (coord), Archaeology of Urban America. The search for pattern and process. Pp 42-59. Academic Press, New York. EUA. 1982

DARONCO, Leandro Jorge. *À Sombra da Cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul – segundo os processos criminais (1840-1888)*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2006.

DILLMANN, Mauro. *Morte e práticas fúnebres na secularizada República: a Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX.* 2013. 300 f. Teste (doutorado em história) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2013.

EIRE, Carlos. *Uma breve história da eternidade*. 2013. São Paulo: Três Estrelas, 2013, 327 p.

FOUCAULT, M. Herculine Barbin: Being the recently discovered memoirs of a nineteenth-century french hermaphrodite. Pantheon Books, New York, Estados Unidos, 1980.

JACOBUS, André Luiz. Louças e cerâmicas no sul do Brasil no século XVIII: o Registro de Viamão como estudo de caso. *Revista do CEPA*, v. 20, n. 23, p. 7-58, mar. 1996.

LIMA, Tânia Andrade. De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 2, p. 87-150, jan./dez. 1994.

MOTTA, Antonio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 24, nº. 71, p. 73-93, outubro, 2009.

_____. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 16, nº 33, p. 55-80, jan./jun. 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, PUCSP, dez. 1993.

PEREIRA, Juliana de Fátima Abreu de Oliveira. Secularização de uma necrópole: Cemitério Municipal de Cruz Alta. Trabalho de Conclusão de Curso. Cruz Alta: Licenciatura Plena em História/UNICRUZ, 2009.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

ROCHA, Prudêncio. *A História de Cruz Alta.* 2ª Ed. Cruz Alta: Empresa Gráfica Mercúrio Ltda, 1980.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

ISBN 978-85-92902-01-8

A ARTE DA SAUDADE EM CAMPINAS – FINAL DO SÉCULO XVIII E PRINCÍPIO DO SÉCULO XX

PEDRO CARLOS PANAZZOLO
Prefeitura Municipal de Campinas
Secretaria de Cultura – Museu do Café
pedronasan@gmail.com

RESUMO

O aparecimento da epidemia de febre amarela no final do século XIX resultou em consequências devastadoras na população de Campinas, elevando consideravelmente o numero de óbitos e causando a eminente necessidade de construção de novos cemitérios e sua ocupação. Conjuntamente a população vivia o auge da produção cafeeira, pós-açúcar, a economia em alta, a imigração de artistas europeus, principalmente os italianos, a importação de materiais nobres, resultando em uma arte tumular rica e abundante, sendo hoje considerado um museu ao céu aberto. Pode-se fazer uma leitura da arquitetura residencial urbana com e a arte mortuária, contemplando ou não o período ao qual se vivia. Fatos curiosos crendices.

Palavras chave: Arte tumular, escultores italianos, cemitérios em Campinas.

INTRODUÇÃO

Campinas foi uma das cidades do Brasil que mais sofreu com a epidemia da febre amarela com quatro surtos datados entre 1889 a 1897, vitimando mais da metade da população urbana, como por exemplo, no quarto surto no verão de 1896 em que houve 787 mortos, representando mais de 50% do total. Parte expressiva dos habitantes fugiram para a área rural ou mesmo para outras cidades, alguns poucos profissionais de medicina ficaram para o devido atendimento, como por exemplo, o médico Angelo Simões que perdeu os 4 filhos e a esposa devido a febre, vindo a se matar logo após o termino da epidemia.

No inicio e auge do surto Campinas contava com 05 cemitérios, definida sua ocupação quando a posição social, econômica ou religiosa. Esta pesquisa não considerou locais de enterro dentro das fazendas, onde com certeza eram sepultados os escravos e posteriormente colonos. Sabemos que algumas propriedades rurais não transportavam seus mortos para cemitérios devido a distancia e custos. Considerando que os fazendeiros possuíam moradias no centro urbano para finais de semana ou festejos, quando doentes, eram levados a hospitais ou a sua residência para tratamentos. Na eventual morte o corpo era sepultado

ISBN 978-85-92902-01-8

dentro das igrejas ou nos cemitérios laterais as mesmas. Houve pedido de benção para pequeno pedaço de terra onde pudesse enterrar falecidos de bexiga, evitando o transporte e suposta contaminação.

Figura 1. Representação das vidas ceifadas pela febre amarela. Fonte: *E Eles Embelezaram a Morte Enaltecendo a Vida.* Romilda Baldin, 2017.

CEMITÉRIOS DE CAMPINAS

O primeiro cemitério tem data anterior à fundação da cidade, pois foi executado por Francisco Barreto Leme, perante a dificuldade em transportar os corpos para Jundiaí, comarca de Campinas. Uma viagem longa com possibilidade de putrefação dos cadáveres. Sua localização e detalhes não foram devidamente documentados, supõe-se que seria nas proximidades do primeiro cemitério, consideramos apenas sua existência.

Oficialmente o primeiro cemitério chamado de Cemitério Bento se localizava ao lado da capela de Nossa Senhora da Conceição onde hoje se encontra a estatua de Carlos Gomes, marco zero da cidade. Os sepultamentos aconteciam dentro da capela para religiosos e abastados e na lateral para a população em geral. Sem expressão quando a arte tumular. Esse cemitério foi desativado com a inauguração do próximo e nada se sabe sobre as retiradas das ossadas.

O segundo cemitério localizava onde hoje é o centro da cidade na Avenida Francisco Glicério, ao lado da Igreja do Rosário, irmandade pertencente aos homens de cor atualmente demolida. Seguia-se o mesmo padrão de sepultamentos, religiosos abastados e pertencentes à irmandade dentro da igreja os demais na

ISBN 978-85-92902-01-8

lateral ou adro. Com certeza os túmulos fora da igreja não possuíam nenhum tipo de tratamento especial digno de investigação, apenas, se obedecia à lei de 07 palmos e por vezes o jazigo definido com tijolos a pequena altura, a parte central em terra e grama para possível colocação de plantas e quando muito uma cruz identificando a religião, caso pertencente a igreja católica. Nesse momento os falecidos seriam de qualquer maneira enterrados nesse cemitério sendo o único da cidade.

O terceiro localizava-se na Vila Industrial onde hoje se encontra o Teatro Castro Mendes esse de maior vulto composto por quatro setores sendo Cemitério Público Municipal, Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral, dos Protestantes (não católicos, judeus protestantes, etc.) e da Irmandade de São Miguel das Almas a descrição do limite desse cemitério e bastante controversa nos relatos da história de Campinas sendo mais seguro não definirmos seus limites. .

O quarto cemitério dos Cativos, ao lado da Igreja de São Benedito, hoje Creche Bento Quirino, era destinado apenas aos cativos. Vale a pena ressaltar que todo o espaço arredor ficou bastante marcado pela cultura afra descendente, a escultura da Mãe Preta, Igreja São Benedito, Creche Municipal e Praça São Benedito onde houve um enforcamento de escravo.

Quinto Cemitério do Fundão posteriormente chamado de Cemitério da Saudade, é setorizado em cinco irmandades denominadas Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral, Irmandade São Miguel das Almas, Venerável Ordem Terceira do Carmo, Cura D'Ars e Cemitério de São José, e o restante faz parte do Cemitério Municipal. As irmandades na época tinham grande poder de representatividade junto a população, seja no contesto da economia ou social. Pertencer a uma irmandade era garantia dentro outras vantagens um local para seu sepultamento, sendo a irmandade do Santíssimo, a dos homens brancos e de alto poder aquisitivo, se via na obrigatoriedade de erguer túmulos ricos e a contratação de artistas de nome de preferência estrangeiros.

Este é o primeiro cemitério que nos oferece com grande representatividade a arte mortuária, pois seria definitivo, sabendo que e os outros quatros seriam realocados brevemente com aproximação do centro urbano.

ISBN 978-85-92902-01-8

A arte tumular reflete tanto o poder social e econômico da sociedade que a originou, quanto a setorização dentro do espaço geográfico, a expressão artística, assim como as tendências arquitetônicas. Desde o final do século XIX até o primeiro quarto do século XX, auge da febra amarela, da economia cafeeira, das ostentações dos barões, temos algumas obras ao gosto, *Art nouveau*, *Art Déco* neoclássico, eclético, romântico, góticos dentre tantos outros. Se considerarmos a presença de artistas europeus, principalmente os italianos, onde os movimentos na Europa sempre eram anteriores aos nossos, fica claro a intervenção direta dos contratantes na execução do trabalho. A expressão artística é considerada pelo escultor e o desejo dos seus clientes, ou seja, os estilos se misturavam em num únicos túmulos. Em alguns é possível considerar o estilo romântico, já em desuso neste período, como a figura angelical das esculturas de crianças, grandes vitimas da febre amarela, supera as tendências e atende a dor e a necessidade de sensibilizar, aos que ficam e aos que visitam.

O cemitério é um local onde se contempla a arte e também se vive a tristeza, a vida ou a falta dela, se enobrece pessoas que partiram e espíritos que ficaram. Além da leitura social e econômica deve-se considerar a perpetuação dos que foram pela arte, pela vela, pela flor, pela foto e dizeres. Análise complexa e subjetiva para limitarmos a tendências arquitetônicas. Cada qual se expressa de sua maneira para referenciar seus mortos, ainda se considerarmos cada qual com sua cultura e visão da morte, como fim passagem ou continuidade. Quando se coloca uma figura sacra no tumulo a ideia pode ser aproximar o morto ao sacro para uma possível facilidade na abertura das portas dos céus para os católicos quase a totalidade da população.

ISBN 978-85-92902-01-8

Figura 2. Escultores italianos de maior expressão no Cemitério da Saudade. Fonte: Acervo do autor. Maio / 2017.

Giuseppe Tomagnini, artista de grande renome escultor da sepultura de Leonor Penteado que morreu de febre amarela em 1896, mescla de artes definindo como ecletismo um dos estilos adotados na época. Escultura feita em mármores baseada numa foto, representando uma criança adentrando ao paraíso, caminhando sobre flores. Sua mãe também morreu de febre amarela, sendo seu tumulo ao gosto neoclássico.

Deve-se considerar que dois túmulos da mesma família em datas extremante próxima, nos levam a fazer leituras diferentes quanto ao estilo e gosto. A idade do morto e o motivo de sua morte define por vezes a representatividade da arte. Outro exemplo contrário é de pai e filho, que nos traz uma arte limpa simétricas com extrema semelhança entre eles, mas sem qualquer apelo de sensibilidade. Fica evidente a figura do homem da mulher e da criança. Sentimentos iguais mais ao mesmo tempo adversos.

José Rosada e Wilmo Rosada Pucetti trabalha sobre a *Art nouveau*, composto por uma guirlanda ao gosto quase que rococó, em detalhamentos das flores e folhas. Colocada sobre uma placa lisa, ajuda na volumetria e simbolismo. Wilmo, utilizando de materiais como o granito e o bronze explora o neoclássico e o eclético.

Lélio Coluccini, as esculturas e os túmulos do artista já nos trazem uma leitura da simetria, utilizando o bronze e o granito, suas figuras são esquias e leves, os anjos estereotipados por vezes se sustentam sobre os dedos dos pés como se fosse o último elo entre a terra e o céu, as três virgens se entrelaçam pelas costas e ficam ao centro de uma lápide de granito preto e frio.

As expressões simbolizam dor e sofrimento e, ao mesmo tempo, as que não se referem a dor da morte, mas a dor da perda física, a vida. Não são santos nem pessoas, uma mescla dos dois, com uma leitura totalmente modernista para uma arte tumular.

ISBN 978-85-92902-01-8

Figura 3. Esculturas de Lélio Coluccini. Fonte: Acervo do autor. Maio / 2017.

Marcelino Veles nos dá um exemplo típico do *Art nouveau* com seu anjo em mármore branco, sobre lápide de granito simétrico e coerente do *Art Déco*, os dois

estilos tipicamente de contra posição convivem numa mesma leitura.

Figura 4. Exemplares de escultura em *Art nouveau* e *Art Déco*. Fonte: Acervo do autor. Maio / 2017.

Alguns escultores com obras no cemitério estão sem identificação, pois não queriam seus nomes ligados a cemitérios, preferindo focar em esculturas em Praças Públicas, Instituições de Saúde, Educacionais, Clubes e afins.

ISBN 978-85-92902-01-8

Figura 5. Eclético, Neoclássico e Gótico. Fonte: Acervo do autor. Maio / 2017.

Neo gótico Barão de Atybaia, capela de gosto totalmente neo gótico arcos em angulação inclusive com sua implantação também em ângulo, linhas retas simétricas simplesmente decoradas com alguns poucos volumes. Tijolo, cimento areia e ferro são a base da capela, cinza e introspectiva.

Antes da chegada dos escultores. é de se supor que apenas se identificava nos túmulos, a religiosidade de cada um, cruz, estrela de David, ou nada, apenas a lápide com referencias aos enterrados. Deve-se considerar também que provavelmente era sabido que seriam sepulturas temporárias, pois a salubridade obrigava que os enterros deveriam ser sempre mais longe possível do centro urbano. Ainda se pesquisava de onde vinham tantas epidemias, e umas das fortes teorias seria da putrefação dos cadáveres.

Com a mudança dos cemitérios para um único cemitério fica a grande pergunta sobre a retirada das ossadas dos desativados, com certeza uma parte significativa dessas ossadas permaneceram em seus locais onde foram sepultadas como ficou comprovados anos mais tarde em obras municipais com necessidade de aberturas de valas, achando vários cadáveres nos locais. Centro Vila Industrial Igreja São Benedito.

A chegada da crise econômica, queda do café quebra da bolsa de valores, diminuição da imigração, busca-se materiais alternativos como a troca do mármore por granito e bronze, pelo uso de ladrilhos cerâmicos e até mesmo cacos de ladrilhos que por vezes eram dispensados nas fábricas, principalmente as de São

ISBN 978-85-92902-01-8

Caetano. Material também usado em residências por funcionários de menor poder aquisitivo, o acabamento arquitetônico residencial e cemiterial se identificam. Ladrilhos vermelhos e amarelos possibilitam uma arte simples espontânea.

Figura 6. Túmulo do Toninho Milagreiro, Seu Tranca Rua e túmulo com revestimento em caco cerâmico. Fonte: Acervo do autor. Maio / 2017.

CURIOSIDADES

Somente no cemitério da Saudade existem quatorzes milagreiros do bem e um do mal. Alguns exemplos

Escravo Toninho, escravo de Barão Geraldo de Rezende, que sempre gostaria que devido a dedicação dos escravos que fossem enterrados juntos, mas a discriminação não permitiria tal situação. O tumulo majestoso de mármore foi rapidamente esquecido e a terra batida do escravo ficou local de oração e contemplação, pois foi considerado milagreiro, velas flores e orações acabaram sendo a grande diferença entre os dois túmulos, reflexo da vida. Sabe-se que barão Geraldo foi um dos poucos fazendeiros que tinha o maior numero de escravos liberto, e a pergunta sobre a liberdade e produção capitalista, fica um pouco respondida nessa atitude do pós-morte a lenda do boi falou.

Maria Jandira, prostituta que na confiança de um grande amor, se entregou literalmente de corpo e amor. Segundo a religião perdeu a alma ao se suicidar e consequentemente o corpo. As velas e flores contam da ajuda a moças solteiras e eternamente enamoradas. Que voltem os amores ou que venha o conforto.

ISBN 978-85-92902-01-8

Cobrador do bonde que nunca conseguiu concretizar a cobrança de duas passageiras que sempre sumiam quando da aproximação do mesmo.

Tumulo na entrada que todos os dias tinha pela manha uma rosa recém-colhida.

Fraquita benzedeira de Valinhos que durante todo o velório o odor de rosas tomava conta de toda casa, o mesmo perfume que exala de seu tumulo por vezes.

Esposa do Barão de todo dia de finados levava os ossos de seu marido para casa só retornando no dia 3.

A simplicidade do Barão de Monte Mor tanto em seu tumulo quanto as palavras de sua lápide.

Componente da Banda musica, cujo seu ultimo desejo foi atendido, sendo todo seu sepultamento acompanhado de musica executada pelos seus amigo da banda, ocasionando certo tumultuo no cemitério.

César Bierrembach suicidou-se aos 35 anos por um amor impossível.

Mulher de preto que perambula pelas alamedas do cemitério chorando a infidelidade de seu marido.

Folião de morreu no carnaval em um acidente durante desfile carnavalesco tocando tamborim, carnaval sua grande paixão.

Tranca Rua, cultuado pelo umbandista sempre mantendo a vela acessa, a luz da vida eterna, a saída das trevas.

Morte pelo deslizamento de pedras, que estão em seu tumulo.

Escultura de avo dando relógio ao neto, cena que não se concretizou naquele exato momento, sendo o menino que recebeu o relógio, motivo de piadas pelos amigos da escola.

CONCLUSÕES

Em Campinas, que é objeto de nosso estudo, a mudança aumento das áreas dos cemitérios é um reflexo de uma população em constante e acelerado crescimento, ocasionando a expansão do centro urbano e expulsando os mesmos de sua área de ocupação, tal qual hoje reflete a população menos favorecida sendo relocada para periferia. . A febre amarela um problema enorme de saneamento básico, e saúde publica, enobrece significativamente a arte mortuária, porem a consequência politica é o fim da possibilidade de Campinas, ser a capital do

ISBN 978-85-92902-01-8

estado. A riquíssima arte tumular demonstra o perfil de uma sociedade em ascensão, rica e produtiva, com condecorações e títulos de nobreza, além do uso de diferentes materiais nobres e estilos arquitetônicos. A contratação de escultores italianos nos faz refletir quanto à arte do velho mundo perante nossa sociedade recém-criada, a alternativa da imigração que se estendia além dos cafezais, para suprir a mão de obra escrava. A alteração do uso de materiais, pela proibição da importação, uma ponderação consequente dos grandes conflitos mundiais, a crise cafeeira e a quebra da bolsa de valores.

Para consolidar o pensamento sobre uma cidade e uma população, seja a nível cultural, social, politico ou econômico, é fundamental que se conheça seus cemitérios e sua arte tumular.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade, os cantos e os antros*. Campinas 1850 -1900. São Paulo: Eusp, 1996.
BALDINI, Romilda. *E eles embelezaram a morte enaltecendo a vida*. Solution Editora. Campinas, 2017.
GUAIANE, Silvana. *Tesouro da Saudade*. Artigo Correio Popular de 07/12/1997.
RAMOS, Elcio Henrique. *Muito Além da Saudade*. Artigo Correio Popular de 07/12/1997 - Monografia PUC/CPSI/IA/IH.
LORETTE, Antonio Carlos Rodrigues. Cemitérios em Campinas, a transformação do espaço para o sepultamento (1753/1881).
MARIANO, Juliano. *Cemitérios na crônica da cidade – princesa*. Correio Popular Campinas 14 de julho de 1974.
Jornal de Cidade. *Um lugar de morte, com muita história, tranquilidade*. Beleza no cemitério da saudade. Campinas, 16/jan/1978.
Soriano Ciça, Arte Tumular faz do Saudade Museu a Céu Aberto –Correio Popular27/07/1991.
Centro de Memória - UNICAMP.

ISBN 978-85-92902-01-8

DESNUDANDO A MASCULINIDADE: REPRESENTAÇÕES DE NUDEZ E SEMINUDEZ NA ESTATUÁRIA FUNERÁRIA PAULISTANA (1920-1950)

Maristela Carneiro – Universidade Federal do Mato Grosso

Resumo

Esta investigação aborda os usos da nudez e da seminudez e as representações de masculinidade na arte funerária modernista da cidade de São Paulo, a partir do acervo escultórico dos Cemitérios da Consolação, Araçá e São Paulo, instalados na capital paulista, no período de 1920 a 1950. Resulta do doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG), sob a orientação da Profª Dra. Maria Elizia Borges, outrossim dos subsídios obtidos quando da realização de período sanduíche na Facoltà di Architettura dell'Università degli Studi di Napoli "Federico II", sob a tutela do Profº Dr. Fábio Mangone. Questiona-se que aspectos sociais e culturais tais imagens masculinas simbolizam, atentando para as funções próprias do espaço cemiterial, enquanto objeto arquitetônico por definição.

Palavras-chave: escultura funerária, masculinidade, nudez e seminudez.

Introdução

O presente trabalho é um desdobramento da tese de doutoramento desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG), sob a orientação da Profª Dra. Maria Elizia Borges, e enriquecida com aportes obtidos durante a realização de período sanduíche na Facoltà di Architettura dell'Università degli Studi di Napoli "Federico II", sob a tutela do Profº Dr. Fábio Mangone. Intitulada *Desnudando a masculinidade: representações de nudez e seminudez na estatuária funerária paulistana (1920-1950)*, a tese mencionada trata dos usos da nudez e da seminudez e as múltiplas representações de masculinidade na arte funerária modernista da cidade de São Paulo, partindo dos acervos escultóricos dos Cemitérios da Consolação, Araçá e São Paulo, instalados na capital paulista, no período de 1920 a 1950. Resulta do doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG), sob a orientação da Profª Dra. Maria Elizia Borges, com fomento CAPES, outrossim dos subsídios obtidos quando da realização de período sanduíche na Facoltà di Architettura dell'Università degli Studi di Napoli "Federico II", sob a tutela do Profº Dr. Fábio Mangone.

Questiona-se que aspectos sociais e culturais tais imagens masculinas simbolizam, atentando para as funções próprias do espaço cemiterial. As mesmas são tomadas a partir do prisma da história da arte, que permite que os vocábulos em questão – arte e história – possam se criticar e transformar reciprocamente, abrindo as fronteiras disciplinares,

ISBN 978-85-92902-01-8

conceituais e linguísticas, bem como possibilitando que os domínios do historiador sejam modificados pelas clivagens da arte.

Os cemitérios a céu aberto, com os espaços que disponibilizam para investimentos artísticos, permitem a exposição de representações de uma masculinidade sensível e/ou viril com grande liberdade expressiva. As esculturas em questão, enquanto imagens, são historicamente localizadas e ao mesmo tempo, portadoras de diferentes temporalidades e espacialidades em seus fundamentos, sempre permeadas por um processo contínuo de reconfiguração, tanto do passado quanto do presente. “Desnudá-las” permite que se encontrem vestígios da expressão italiana nas terras tropicais. A utilização dos mortos em âmbito social permite a conciliação da rede de relações pessoais em torno dos mesmos e de sua memória, porque com a finitude os mortos imediatamente passam a ser concebidos como exemplos e orientadores de posições e relações sociais. Diante disso, o espaço cemiterial é privilegiado para a expressão das práticas culturais de um determinado meio social, visto que a individualização das sepulturas e os valores expressos nestas demonstram o desejo de preservar a identidade e a memória dos mortos, servem à demonstração e/ou transmissão dos valores culturais e à própria reconstituição do sentido existencial para os que ficam.

Em resumo, os cemitérios são aqui pensados como “espaços do vivido”, que passam por um processo de simbolização, pois são nutridos de lembranças particulares e, ao mesmo tempo, coletivas e plurais, que alimentam a produção das imagens que se buscou investigar. Deste modo, objetivou-se compartilhar a compreensão da relação entre os recursos materiais e simbólicos e a constituição desses conjuntos representacionais: especificamente, o uso da nudez e da seminudez na composição das imagens masculinas na escultura funerária modernista, nos Cemitérios Consolação, Araçá e São Paulo, atentando para as relações de significação e para a linguagem própria do espaço cemiterial, enquanto objeto arquitetônico.

Procedimentos metodológicos

Sendo, pois, objeto arquitetônico por definição, um cemitério é a solução pensada para a acomodação dos mortos na cidade dos vivos. Todavia, este objeto extrapola a função primeira do sepultamento dos corpos – converte-se em um lugar privilegiado para a demonstração das disposições humanas em termos sociais e culturais. Ao longo da história, o homem sempre buscou se acomodar ao espaço e, ao mesmo tempo, transgredir seus limites. Não uma forma estática: a necrópole, assim como a cidade, é uma forma em movimento. Pensar o cemitério enquanto objeto arquitetônico, portanto, diz respeito a tomá-lo enquanto fruto de um arranjo espacial, localizado temporalmente, com funcionalidade e

ISBN 978-85-92902-01-8

caracterização própria, a serem vistas sobretudo no traçado múltiplo das edificações tumulares.

Neste viés, em virtude da variedade de túmulos construídos segundo os estilos mais diversificados, a partir da segunda metade do século XIX, a distinção de estilos da arte funerária no Brasil é complexa. Por conseguinte, optou-se pela baliza temporal de 1920-1950, que em grande medida corresponde à produção artística do Movimento Modernista brasileiro, emergente sobretudo a partir de 1922, quando da realização da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, ao qual convergiram outros movimentos, alguns já em marcha, como o *art nouveau*, e outros nascentes, como o *art déco*, sob a influência das correntes artísticas europeias. No que concerne à arte funerária brasileira deste período, os cemitérios favoreceram o florescimento do ecletismo estético e a fusão e coexistência de várias correntes artísticas.Segundo Borges, no período da *belle époque* (c. 1871-1914) os cemitérios metropolitanos receberam túmulos da Europa vinculados aos estilos neoclássico, eclético e art nouveau, por exemplo, já defasados e alterados, conforme as contingências locais. Em suas palavras:

> Presume-se que os primeiros túmulos surgiram de modelos neoclássicos trazidos com a estatuária e a cantaria importadas das oficinas marmóreas de Portugal, até cerca de 1870. Sucederam-se, depois, as importações de monumentos funerários oriundos da Itália, França e de outros centros importantes, formando assim um acervo de grande expressão romântica e eclética. A partir de 1905, predominou o estilo *art nouveau*, que foi se diluindo ao findar da terceira década (VALLADARES, 1972, p. 588). Durante todo o processo de implantação da arte funerária, o que de fato prevalecia era o léxico eclético, apropriando-se de estilemas do passado. (BORGES, 2002, p. 153-4)

Portanto, a arte tumular se implanta e se propaga no Brasil englobando uma variedade estilística bem abrangente, pois acumula no transcorrer dos anos uma grande quantidade de monumentos funerários, vinculados à múltiplos estilos (BORGES, 2002, p. 163-164). Esta gama de possibilidades estéticas encontrou na figura humana uma via de expressão significativa, posto que o corpo constituiu, para as artes plásticas, um dispositivo de composição e articulação linguística, inclusive quando nu.

Assim, a partir do inventário das ocorrências de imagens masculinas, parcial ou completamente despidas, observou-se que os pressupostos estéticos italianos, sobretudo do *Novecento*, influenciam de modo singular a tessitura da arte funerária paulistana. As esculturas em questão se utilizam de representações que ora destacam a sensibilidade perante a morte, ora deixam em relevo a virilidade em associação ao mundo do trabalho – em outras palavras, não constituem um discurso único e imutável sobre o ser masculino no

ISBN 978-85-92902-01-8

período investigado. A análise da composição das esculturas permite recuperar parte dos devaneios dos escultores e sua expressividade estética e os significados do uso da nudez e da seminudez corporal na arte funerária.

Tratar do conjunto de esculturas funerárias significa olhar para diferentes níveis de experiências temporais e espaciais que as constitui, buscando reconhecer as articulações caleidoscópicas que se apresentam. Com a lente da História da Arte, objetiva-se ferir as fronteiras disciplinares e ir além dos binômios tradicional e moderno, masculino e feminino, sagrado e profano, burguês e popular. Ao buscar os sintomas incrustrados na materialidade das imagens funerárias, pretende-se recuperar as travessias feridas pelo tempo. Nas palavras de Didi-Huberman: “Em suma, onde o símbolo reúne, o sintoma divide. Se o símbolo se adapta a um território cultural comum, já o sintoma suscita uma travessia perturbante desse mesmo território.” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 16) Para o autor, o sintoma migra e perfura o dado tradicional através de um “acidente” anacrônico: é o marcador que revela as incompatibilidades, as incongruências, o conflito.

Para a realização do inventário e a organização das imagens em tipologias, observaram-se os elementos constitutivos das mesmas, em termos de identificação (tipo, localização, autoria, datação), análise técnica e formal (material, técnica e elementos compositivos) e abordagem temática (acerca dos sentidos da imagem). A escolha dos túmulos foi motivada pela presença das de nudez e seminudez nas obras; por sua vez o agrupamento das mesmas se deu em função da temática predominante em cada conjunto escultórico.

No que diz respeito ao modelo de análise, o mesmo foi construído primordialmente a partir do campo dos historiadores da arte, destacando as contribuições de Didi-Huberman (1998; 2011) e Gombrich (2013). Em se tratando de arte, o aprendizado é interminável, visto ser um universo instigante em si mesmo, com leis e aventuras próprias. Uma imagem não é o simples resultado de uma transposição do real, mas é o produto do processo de leitura realizado pelo artista, a ser também apreendido pelo observador. “Talvez o mais importante seja que, para apreciarmos tais obras, há que ter um espírito leve, pronto a captar as sugestões mais sutis e a responder a cada harmonia oculta [...]” – defende Gombrich (2013, p. 33).

Em consonância com esta óptica, refletir sobre as imagens funerárias na perspectiva da história da arte, segundo Didi-Huberman, propõe tomá-las enquanto “objectos problemáticos para a historicidade em geral, objectos para abrir a história até o cerne dos seus modelos de inteligibilidade bem como dos seus instrumentos de interpretação.” (2011, p. 11 – grifo do autor) Nesse sentido, abrir não significa somente ampliar, mas também ferir. Mais do que uma ampliação territorial do olhar acerca das imagens, proposto aqui, portanto, trata-se de uma abertura que atravesse territórios.

ISBN 978-85-92902-01-8

O historiador é produto de sua realidade, passional diante dos fatos que se propõe a reconstruir. Buscar "verdades" não é papel da história; antes analisar e produzir verdades subjugadas aos limites das investigações históricas e influenciadas pela realidade vivida pelo historiador. Destarte, o discurso que se produz não é definitivo e/ou hermético; ao contrário, reside na construção e busca de possibilidades, nas hipóteses de abordagens ligadas às suas preocupações específicas, sem visões acabadas na construção da análise ou da interpretação (CARNEIRO, 2011, p. 1). Dito isto, busca-se a leitura das imagens funerárias masculinas a partir das ferramentas teóricas e metodológicas que são oferecidas pelos diferentes campos do conhecimento. Portanto, sem desconsiderar a especificidade da história e tornando-a horizonte orientador, a investigação que ora se apresenta constitui-se na perspectiva interdisciplinar, devido essencialmente às características singulares dos espaços funerários. Estes são constituídos para que os vivos possam lidar com a problemática da finitude humana, usualmente exibindo as mesmas características ecléticas que presidem os espaços dos vivos.

Inicialmente, foram encontradas cerca de quarenta ocorrências de nudez e seminudez nos cemitérios em questão. Ato contínuo, decidiu-se por preterir as imagens sem identificação de autoria, diante da preocupação em se explorar as soluções dispostas pelos artistas, a partir de vestígios de seus itinerários pessoais. Da mesma forma, excluíram-se as imagens anteriores à 1920, em virtude da definição da baliza temporal. Do grupo resultante – cerca de vinte ocorrências, em conformidade com as tipologias então já definidas, efetuou-se uma última triagem, definindo-se como corpo principal de análise um grupo de doze esculturas, divididas em quatro tipologias.

Cada conjunto tipológico apresenta suas especificidades (FIGURA 1). O primeiro destes compreende obras incluídas no tema da Pietà, forma artística que discursa sobre a humanização de Cristo e o tema da finitude. Representações de Maria com o filho morto nos braços remontam ao final da Idade Média e, mais do que permanecerem fieis à narrativa bíblica, constroem-se enquanto suportes da fé cristã, cruciais para a reflexão acerca da finitude no espaço funerário.

A segunda tipologia é a do homem pranteador, que abrange figurações de homens fragilizados pelo estado de luto, expondo sua dor de forma visível, o que tensiona as representações de masculinidade mais habituais. Frequentemente, o sentido da morte é tão inescrutável para aqueles que ficam que a dor e o lamento são as únicas manifestações possíveis. Os pranteadores, também chamados pleurants, colocam-se em um lócus particular e transitório, entre a vida e morte. Diante dos túmulos, debruçados em pranteio, estes homens sinalizam a morte e sua sensibilidade tensiona as representações de masculinidade mais habituais.

ISBN 978-85-92902-01-8

O terceiro grupo, o de representações relacionadas ao trabalho emprega como suporte identitário o trabalho, valor central do pensamento burguês. Seu arranjo converte-se em suporte identitário e alterca sobre os lugares do trabalho, dos trabalhadores e mesmo dos imigrantes no cenário paulistano do período. Mais que trabalhadores, neste momento estes homens, ainda que forjados em bronze, configuram-se enquanto alicerce social: sua força física é representativa da solidez social e econômica que o seu trabalho ajuda a compor.

FIGURA 1: DETALHES DAS ESCULTURAS SELECIONADAS

FONTE: acervo fotográfico e montagem da autora, trabalho de campo realizado em dezembro/2014.

ISBN 978-85-92902-01-8

Por fim, encontram-se representações metafísicas do amor, composições sentimentais que flutuam entre a ideia de transmissão de um legado de pai para filho e a carga erótica da figura do amante perdido; são representações metafísicas, porque para além da separação terrena, o amor permanece. Para os que ficam e para os que amam, a morte não é o fim, porque os sentimentos cultivados em vida se convertem em legado e memória. O erotismo destes homens é diretamente proporcional à dor, à tragédia e à profundidade da perda.

Resultados e Discussão

Desnudar a tessitura da masculinidade do acervo funerário paulistano é o fio de Ariadne destas páginas. Resultado de uma trajetória iniciada na graduação, ora apresentam-se as considerações finais da investigação das representações do nu e do seminu masculino na composição da arte funerária paulistana, entre 1920 e 1950. Da análise do conjunto de esculturas e artistas em questão, reuniu-se uma gama de impressões, rastros e vestígios, muitas vezes anacrônicos e sobrepostos, os quais abriram novos e velhos espaços e evidenciaram encruzilhadas temporais.

Os túmulos observados reservam similitudes entre si. Além dos traços de nudez e seminudez das estátuas masculinas que oferecem ao olhar, apresentam também marcas da expressão italiana nas terras tropicais. Estas marcas são fruto sobretudo da trajetória de seus escultores – italianos de nascimento ou descendência. Em certa medida, no período delimitado (1920-1950), logo após os grandes fluxos imigratórios de italianos (para o Brasil em geral e para a capital paulista em particular), os cemitérios expressam em uma pequena escala a presença de uma Itália virtual, em termos plásticos e estéticos, inspirada nos pressupostos e intenções do Mediterrâneo, mas adaptada aos humores nacionais.

As soluções encontradas para cada túmulo também têm uma motivação comum: buscam tornar cada ausente novamente presente; procuram solucionar o problema da finitude e imortalizar no granito, no mármore ou no bronze a memória daquele que partiu. Refletem sobre a finitude humana e, ao mesmo tempo, combatem a desintegração do ser. Por consequência, estes cemitérios compartilham das mesmas características ecléticas dos espaços dos vivos, não apenas em termos estéticos, mas também no que diz respeito às expressões simbólicas mais submersas, nem sempre intencionais ou transparentes.

A nudez pode, nas *pietàs*, expressar a fragilidade de Cristo, no momento de sua finitude, fragilidade esta que também pode ser vista nos pranteadores, cuja nudez os torna literalmente expostos, fragilizados. Ao mesmo tempo, a nudez pode servir também para expor a solidez fortificada de um corpo dedicado ao trabalho e, portanto, signo da disposição do homem burguês para o trabalho, visto como pilar da sociedade por grupos urbanos

ISBN 978-85-92902-01-8

enriquecidos. Afinal de contas, o nu pode ser expressivo de uma “memória em pedra”, um amor metafísico tornado visível.

Observa-se que o número de representações de masculinidade com traços de nudez e seminudez é numericamente limitado, concentrado na primeira metade do século XX. Não obstante, apresenta uma perspectiva estética e simbolicamente significativa, alimentada pela eclosão do Movimento Modernista, tornando relevante a proposição deste trabalho. Ainda que o uso da nudez não seja uma novidade deste período, sua utilização pode ser então compreendida de maneira particular. As lentes da história e da arte foram instrumentos fundamentais neste trabalho, as quais permitiram observar que o conjunto de esculturas analisadas apresenta uma simbiose entre velhos e novos padrões históricos e artísticos, ora voltados ao Novecento ao “retorno à ordem”, ora vanguardistas.

A nudez dos personagens é expressiva de uma masculinidade erótica e viril. A potência latente forjada no bronze é a via da continuidade do ser, mesmo na morte, de forma que o erotismo é sublimação da dor, à medida em que congrega angústia e sensualidade. A temática das obras é individualizada, concebida de acordo com a historicidade de cada sepultado, narratividade esta valorizada com a modernidade. De forma intimista e dramática, as obras discursam sobre as emoções humanas e o desejo de perenidade do amor. A masculinidade potente dos homens é a potência do próprio amor. Para os que ficam e para os que amam, a morte não é o fim, porque os sentimentos cultivados em vida se convertem em legado e memória. O erotismo destes homens é diretamente proporcional à dor, à tragédia e à profundidade da perda.

Há nestes túmulos a permanência de certos aspectos sociais inerentes às representações. O pensamento burguês do início do século XX é evidenciado nas obras, sobretudo àquelas relacionadas à família e ao trabalho. As noções de trabalho e de amor, por exemplo, são moldadas aos interesses classistas desta burguesia emergente. Recorrem às representações possíveis para a solidificação de determinados lugares sociais, muitas vezes recorrendo aos parâmetros e convenções da arte clássica e/ou acadêmica. Nestes túmulos, o nu e seminu são mitificados para a mitificação daqueles que se foram.

Por outro lado, o espaço funerário é modernizado e permite uma maior pluralidade temática e estética no período. A céu aberto e secularizados, os cemitérios propiciam a instalação de obras com maior liberdade expressiva, o que contribui para a heterogeneidade tanto dos sentidos da arte quanto das representações de masculinidade. Ao lado do patriarcalismo burguês, observa-se a emergência de novas emoções, que colocam em questão a ideia dos homens enquanto seres fortes e sempre seguros de si.

A arte moderna remodela as estruturas antigas e amplia os sentidos do uso da nudez e da seminudez e, por conseguinte, da própria masculinidade. As esculturas funerárias em cada tipologia refletem diferentes níveis de experiências temporais e espaciais, articulados e

ISBN 978-85-92902-01-8

recompostos de forma única em sua concepção. Cada conjunto tipológico, em que pese as particularidades dos escultores e dos anseios dos proprietários, é revelador de determinada perspectiva representacional de masculinidade.

Vê-se que cada conjunto tipológico expressa uma via de masculinidade, ora tendendo a demonstrar a fragilidade e transitoriedade da vida humana, ora discursando sobre a força e a potência do ser e do homem, mesmo após a finitude. Conjugando a poética dos escultores aos anseios familiares, cada obra dialoga com o meio social e paulistano do período em questão e, em maior ou menor medida, reflete os rumos da modernidade. Cada escolha estética é lida anacronicamente, à maneira de Didi-Huberman: feridas as imagens colocam diante do tempo; não um tempo único ou homogêneo, mas caleidoscópico, difuso.

Cada imagem é atravessada por diferentes domínios e guarda relações com múltiplas temporalidades e influências. Sua leitura é um tensionamento das fronteiras que a delimitam. No presente, colocam-se como resultado de diferentes tempos e sobrevivem – imagens, apesar de tudo. Nas palavras de Baxandall "[...] o anacronismo pode atravessar todas as contemporaneidades." (2006, p. 16) Isso porque cada obra é proveniente de experiências visuais concretas e específicas, de culturas e tempos peculiares, em que os dados de intenções de diferentes níveis se articulam e se sobrepõe na explicação histórica e estética. Cada obra é resultado destas articulações, ao mesmo tempo em que se colocam como referência para novas aberturas e costuras temporais.

Olhar um túmulo, argumenta Didi-Huberman (1998, p. 37), abre a experiência do indivíduo em duas. Impõe aos seus olhos uma cisão. Inicialmente, vê-se a evidência de um volume, a massa de pedra ou mármore, a obra, mais ou menos figurativa – neste caso, a escultura de um homem, em granito ou bronze, desnudo, prostrado ou altivo, forjado pelo mundo da história e da arte, uma miríade de elucubrações. É o que primeiro se vê. Em seguida, aquilo que olha de volta. Poderia ser um esvaziamento, mas não o é assim tão simplesmente. Porque é um esvaziamento que encara e que diz respeito ao inelutável por excelência. Suas palavras inspiraram este trabalho:

> "[...] o destino do corpo semelhante ao meu, esvaziado de sua vida, de sua fala, de seus movimentos, esvaziado de seu poder de levantar os olhos para mim. E que no entanto me olha num certo sentido – o sentido inelutável da perda posto aqui a trabalhar. [...] Eis por que o túmulo, quando o vejo, me olha até o âmago [...]." (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 37-38)

Olhar um túmulo é afrontar um espelho que escancara o inelutável. Um abismo entre o visível e o invisível – vazio revelador do próprio eu.

ISBN 978-85-92902-01-8

Referências Bibliográficas

BAXANDALL, Michael. Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
BORGES, Maria Elizia. Arte funerária no Brasil (1890-1930): Ofícios de Marmoraristas Italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.
CARNEIRO, Maristela. Dos primeiros estudos franceses às redes: breve percurso histórico das pesquisas sobre a morte e os cemitérios – o caso das Associações de Pesquisa. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.
DIDI-HUBERMAN, Georges. O que vemos, o que nos olha. São Paulo: Editora 34, 1998.
DIDI-HUBERMAN, Georges. Ao passo ligeiro da serva (Saber das imagens, saber excêntrico). In: Projeto Ymago. Lisboa: KKYM, 2011. Disponível em <http://cargocollective.com/ymago/Didi-Huberman-Txt-3>. Acesso: em 30 abr 2014.
GOMBRICH, Ernst Hans. A história da arte. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

ISBN 978-85-92902-01-8

UM CAMINHO PARA A CURADORIA CEMITERIAL

Helen Helena Almeida
PUC-SP
helenhelena@terra.com.br

Me. Diego Ferreira Ramos Machado
IGc/USP
diferama@hotmail.com

RESUMO:
O presente artigo pretende iniciar uma discussão a respeito do processo de musealização cemiterial tendo em vista o Cemitério da Consolação, na capital paulista. Para considerar determinados cemitérios como espaços museológicos é necessário um questionamento acerca de um funcionamento institucional que dê conta de potencializar o caráter antropológico e artístico da *cidade dos mortos,* tornando-a de fato um ambiente crítico e problematizador de questões pertencentes à sociedade que o produziu, com o cuidado para propor uma visitação que não se reduza ao engendrado na lógica do espetáculo.

PALAVRAS-CHAVE: Curadoria. Turismo cemiterial. Cemitério da Consolação.

1. INTRODUÇÃO

Os cemitérios, quando cheios de construções tumulares e sepulturas adornadas por obras artísticas ou simples trabalhos de artesãos, poderiam ser considerados *museus a céu aberto*? Por que os cemitérios não podem ser simplesmente uma área destinada a sepultamentos? Para responder a essas e a outras perguntas deveríamos nos afastar um pouco no espaço-tempo e buscar respostas no passado, na relação do homem com a morte, na simbologia do fenômeno inexplicável, nas relações de poder estabelecidas e que muito significam no falecimento de um abastado diante da Morte, justa juíza, que reduz igualmente todos a pó, independente da classe social a que pertença.

Mesmo assim, ainda que a morte conduz todos por igual à mesma insignificância, por esse ou aquele motivo os rituais fúnebres sempre deram conta de marcar os locais do sepultamento como espaços de memória, que resultaram, com as mudanças de cada tempo, nos cemitérios que temos hoje; e, em muitos deles, surgem obras de valor inestimável, de grandes artistas ou de pequenos artesãos, ou mesmo feitos à máquina, mas que guardam um valor histórico-cultural

ISBN 978-85-92902-01-8

indiscutível. Contudo, será que simplesmente por conta disso podemos chamá-los de *museus* sem que decorra disso nenhuma implicação?

Padula & Corá (2016) afirmam que "os cemitérios podem ser considerados museus de patrimônio cultural, uma vez que são plenos de valores ligados aos bens materiais e aos bens imateriais que os representam". Por conta disso, afirmam ainda que "alguns cemitérios acabaram perdendo a característica de locais de tristeza e luto e passaram a ser verdadeiros locais de exposição de obras de arte a céu aberto". Contudo, para o Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2007), são museus:

> Instituições permanentes, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, conservam, estudam, expõem e transmitem o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite.

Por isso, afirmamos que, os cemitérios, cuja finalidade primeira é sempre a de inumar cadáveres, ainda que sejam espaços urbanos (ou não) que podem ser utilizados para tantas outras atividades além desta, estão longe de poder ser admitidos como museus, já que as atividades fim não são *o estudo, a educação e o deleite*.

Já a Lei Federal nº 11.904 (BRASIL, 2009), que institui o Estatuto de Museus, afirma que museus, para os efeitos de tal Lei, são:

> as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Sendo assim, talvez se possa, no âmbito dessa Lei Federal, enquadrar um cemitério tradicional (doravante chamados de cemitérios-históricos) como museu, dotado de um conjunto de obras de arte e de uma coleção de valor histórico, artístico e técnico, que é aberto ao público e que está a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, como um *museu*, desde que conserve, investigue, comunique, interprete e exponha, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, o seu rico e variado acervo. Para tanto, observa-se que seria preciso seguir o que tal legislação prevê nos demais artigos e cumpri-los.

Os cemitérios, que aqui diferenciamos apenas entre os cemitérios-históricos e os cemitérios parque ou jardim (aqueles que são isentos de construções tumulares),

ISBN 978-85-92902-01-8

têm despertado uma necessidade de serem ressignificados como "museus a céu aberto", visto que, também os museus, já carecem de um significado atraente e muitas vezes são vistos como locais de visitação antiquados. Por outro lado, acredita-se que a conservação de cemitérios-históricos pode se apropriar de alguns aspectos da museologia para desenvolver algo que os aproxime daquilo que seria um museu atraente, valorizando seu acervo e se ressignificando como espaço geográfico. Mais do que preocupados em enquadrar os cemitérios no conceito de museus, que até agora estão longe de ser, carecemos, na verdade, de ações que possibilitem aos cemitérios-históricos uma visão mais ampla do seu papel social na salvaguarda de obras muitas vezes valiosas, tanto monetária quanto artística e simbolicamente falando. Sem admitir que os cemitérios guardam coleções valiosas e que as mesmas se degradam pela falta de políticas de manutenção e conservação, facilmente se coloca em risco patrimônios materiais e imateriais, não somente as obras, mas os fazeres, as práticas, os rituais que faziam parte de uma cultura de outrora, num variado campo de estudos para a sociologia, a antropologia, e também para a arquitetura, a história da arte e demais ciências. Mas, para isso, é preciso ampliar o espectro de possibilidades dentro de um espaço cemiterial.

Daí então é que surge a necessidade de uma curadoria, que seja capaz de pensar também em outras coisas básicas, como a preservação, conservação, restauração e segurança do acervo, na sua aquisição e destinação final, no carácter educativo, na exposição das obras, num inventário de bens, enfim, em tudo o que possa propelir uma Educação Patrimonial digna e assertiva, para muito além do simples enterramento de corpos e espaço de memória e culto.

Outro aspecto que pode ser positivo à conservação dos cemitérios e que, não necessariamente está atrelada à necessidade de uma curadoria, seria a promoção do turismo cemiterial; muito embora as duas ações, em conjunto, sejam muito importantes.

2. TURISMO CEMITERIAL NO CONSOLAÇÃO.

"Turismo Cemiterial" pode, a princípio, parecer demasiadamente fúnebre, tétrico e, dependendo da relação de algumas pessoas com a morte, pode parecer até indesejável. Fato é que os cemitérios são campos de memória, lugares sempre visitados, e onde o passado pode ser resgatado ou até mesmo repaginado. Além de

ISBN 978-85-92902-01-8

parentes e amigos anônimos à maioria, os cemitérios também guardam túmulos de personalidades históricas, artistas, pessoas-referência, políticos, e uma grande variedade de obras de arte que atraem visitantes, sejam eles da cidade ou turistas, interessados em se apropriar desse espaço para aprender, estudar, conhecer e manter viva a memória.

Estimular a promoção desse segmento turístico no cemitério histórico da Consolação, onde se encontram túmulos que atraem muitos olhares, como o da Marquesa de Santos, de Monteiro Lobato, Mário de Andrade (...), ou de santos populares como Antoninho Marmo, e mausoléus, como o da Família Matarazzo, entre outros, é muito necessário, porque mesmo com tamanha magnitude histórica de relevância não só regional, mas também nacional, o Cemitério da Consolação, em São Paulo (SP), sequer é ofertado como atrativo da cidade de São Paulo, como acontece com o Cemitière du Père-Lachaise, que está entre os principais pontos turísticos de Paris. Ele chega no máximo a ser citado nos mapas online e impressos da SPTuris, empresa oficial de turismo e eventos da cidade de São Paulo, mas não chega a compor oficialmente o *hall* dos atrativos mais procurados do município.

Mercadologicamente, tal promoção do atrativo “Cemitério da Consolação” pode ser justificada pela vocação do turismo na cidade de São Paulo, que é majoritariamente fomentado por negócios e eventos, em que o período de permanência, em média, é de 3,2 dias (SPTURIS, 2015). Estando o Cemitério da Consolação próximo ao complexo da Avenida Paulista e de sua variada rede hoteleira, a promoção do cemitério como atrativo poderia incentivar o Programa *Fique Mais Um Dia*, no qual, estima-se que o ISS arrecadado ao erário, se cada turista de negócios ficasse mais um dia em São Paulo, somaria R$ 15 milhões, ao passo que injetaria na economia da Capital, R$ 1,5 bilhão na receita anual do município (SPTURIS, c.a. 2016). Isso faria com que o turista de negócios e eventos não só viesse a São Paulo com esta motivação, mas também aproveitaria o espaço do entorno para consumir turismo cultural. Além disso, infelizmente, a recém-criada linha Circular Turismo (*Sightseeing*) de São Paulo, procurada por turistas que desejam fazer um tour por alguns dos principais atrativos da cidade, embora tenha um trajeto que passe em frente ao cemitério, não tem ali um ponto de parada; e isso demonstra uma não apropriação do espaço como uma possibilidade de exploração do turismo cultural por aqueles que procuram esse serviço.

ISBN 978-85-92902-01-8

A proposta de promoção do atrativo também incentiva não só o "Turismo Cemiterial", mas também a melhoria da infraestrutura do cemitério e a Educação Patrimonial dos residentes, sua relação com a história da urbe, do Café e das Indústrias, da arquitetura e da arte, além de contribuir com as culturas e lendas que cercam o lugar, desmistificando-o. Acredita-se que, se é necessário conhecer para preservar, a manutenção do acervo cemiterial está intimamente relacionada com a sua divulgação, visitação e apropriação para muito além do depósito de restos mortais.

Experiências de Turismo Cemiterial no Brasil, como a desenvolvida em Belo Horizonte (MG), no Cemitério Nosso Senhor do Bonfim pela pesquisadora Marcelina das Graças Almeida, doutora em História, ainda são muito incipientes em termos de território nacional e se mostram muito particulares (sem muito envolvimento da administração). Fora do Brasil, contudo, a realidade é outra. Em Portugal, os cemitérios do Porto e de Lisboa são amplamente estudados e promovidos turisticamente, além da Capela dos Ossos em Évora e muitas catedrais, criptas e catacumbas com personalidades enterradas. A Câmara Municipal de Lisboa promove em seu sítio na internet visitas guiadas ao Cemitério dos Prazeres, inclusive criando nele um museu. A promoção também se dá em relação a outros cemitérios: em Paris com o famoso *Père-Lachaise*, em Londres com o *Highgate*, em Viena com o *Zentralfriendhof*, em Praga com o *Old Jewish*, em Madri com o *Nossa Senhora de Almudena*, e em Buenos Aires, o *Cementerio de la Recoleta*, onde são oferecidas visitas guiadas gratuitas pelo Departamento Histórico-Artístico, criado em 2010 para difundir o patrimônio artístico-histórico-cultural que possui tal necrópole, segundo afirma a chefe do departamento, Senhora Susana (GESUALDI, 2017). São cemitérios costumeiramente visitados por turistas que visitam essas cidades, ainda que nem sempre tenham apoio de secretarias de turismo e sejam vistos como atrativos turísticos.

Farmaki (2013 *apud.* FONSECA & SILVA, 2014), ao definir *Dark tourism*, o entende como o "tipo de turismo que envolve a visita a locais reais ou recriados, associados à morte, sofrimento, desgraça, ou ao aparentemente macabro". Stone (2005 *apud.* FONSECA & SILVA, 2014), afirma que "desde que as pessoas são capazes de viajar, têm sido atraídas intencionalmente ou não – para lugares, atrações ou eventos que estão, de uma forma ou de outra, relacionados com a morte, o sofrimento, a violência e o desastre". Isso nos leva a perceber que a

ISBN 978-85-92902-01-8

promoção do turismo cemiterial é bastante viável, uma vez que o *dark tourism* está entre as "mais antigas formas de turismo" (FONSECA & SILVA, 2014), ainda que o seu "interesse acadêmico e científico [seja] muito recente e a compreensão da procura deste tipo de turismo ainda [seja] limitada" (FONSECA & SILVA, 2014).

Com isso, não seria o caso de promover de forma mais consistente e contínua o Turismo Cemiterial no Consolação?

3. UM NORTE PARA A CURADORIA DA ARTE CEMITERIAL

No artigo *O cemitério como 'museu à céu aberto'*, BORGES (2016) aponta que para musealizar o cemitério-histórico é preciso inseri-lo numa esfera de funcionamento institucional própria do museu, em sua organização e propósito.

> Para nós, o cemitério ideal para ser considerado "museu a céu aberto" é aquele que possui ou agrega temporariamente uma equipe especializada em restaurar e preservar os monumentos funerários, composta por museólogos, historiadores, arte educadores, arquivistas e assessores de apoio, tais como engenheiros e arquitetos, que forneçam parâmetros para a conservação do acervo ali existente (BORGES, 2016).

Dentre estas figuras, cabe pensar aqui o papel do curador, descolado de uma lógica de exposição como seleção e reorganização espacial de um conjunto de obras a partir de uma discurso, uma vez que os túmulos são e estão fixos. Tomando o conjunto arquitetônico e escultórico do cemitério como acervo, nota-se, também, uma aleatoriedade e ausência de intencionalidade em sua formação, comparado ao acervo de um museu. Em um mesmo cemitério-histórico podem subsistir construções de períodos temporais e tipologias diversas, alguns de aparência anacrônica ou deslocada.

Atualmente existe para o Cemitério da Consolação um aplicativo móvel (*app*), desenvolvido durante o projeto *Memória & Vida*, que funciona em smartphones com geolocalização para visitas autoguiadas, contendo informações sobre túmulos selecionados e seus sepultados. Apesar da elaboração deste *app* ser identificado em Padula & Corá (2016) como ação curatorial, devemos ter em mente que a curadoria não pode se limitar a criação de roteiros de visita que apenas apontem os túmulos relevantes ou de personalidade. Seu dever aqui é, primordialmente, fazer desvelar as múltiplas narrativas que se apresentam neste espaço, através de um

ISBN 978-85-92902-01-8

trabalho constante de pesquisa e realização de atividades de mediação com os visitantes, como a instalação de uma biblioteca no interior do cemitério, por exemplo.

Algo que pode ser lançado mão pela curadoria para auxílio na ressignificação do espaço seria o desenvolvimento de uma linguagem visual, com o uso de totens e placas razoavelmente discretas, que permitam perceber as transformações na configuração espacial, indicando, por exemplo, o sítio onde se encontrava a antiga capela (hoje demolida), a delimitação original do cemitério antes da ampliação ou onde funcionou o ossário.

Porém, é fundamental indagar, portanto, qual e a quem pertence a memória preservada em cemitérios históricos. Em São Paulo, além do Consolação, outros antigos cemitérios municipais, como o do Araçá e São Paulo, apesar de terem sido construídos no final do século XIX, predomina, ou são lembramos pelo aspecto construtivo das décadas de 1920 a 1940, período do auge econômico na região, trazido pelo valor do Café e das Indústrias, nos quais se instalam túmulos monumentais em que se segue uma estilo de origem europeu, legitimada pela época. Em decorrência disso, até pela elevada qualidade dos materiais empregados e resistentes, pouco nos restou sobre as formas de sepultamento das camadas sociais menos abastadas.

Ao pensar uma curadoria de arte nos cemitérios - em especial, no Cemitério da Consolação - não se deve ignorar que as formas de sepultamento diferenciam-se de acordo com a classe social do falecido, como observado por Pereira (2007). Portanto, deve-se ter sempre diante dos olhos que, nestes cemitérios patrimonializados, estão contidas formas de representação da morte de um contexto e classe social específica, e não de toda a sociedade e suas classes sociais. Enfatizar esse aspecto é fundamental para compreender o ambiente propício para o estudo da morte em suas dimensões sociais. Nesse sentido, também é necessário dar continuidade aos estudos sobre as formas de sepultamentos daqueles que foram também *apagados* pela história oficial, como os escravos, os desaparecidos políticos, e aqueles que muitas vezes acabam chacinados por ações das Polícias, uma vez que a preservação da memória é um direito de cidadania, que deve ser respeitado e aplicado a todos. Entende-se, por fim, que a curadoria precisa problematizar o instituído e, disso, ressignificar o que se vê.

CONCLUSÃO:

ISBN 978-85-92902-01-8

É animador observar ações inéditas e propositivas no campo da musealização cemiterial, porém ainda muito o que se pensar e debater, para além da preservação e conservação material dos objetos. Aproximando a função do museu de salvaguardar a memória com o cemitério, nota-se que ambos permitem o diálogo entre o passado e o presente. Para tanto, é importante convocar públicos diversos a experienciar o espaço cemiterial como um ambiente de reflexão, contemplação e história. Nesse sentido, desenvolver uma estrutura turística é importante para o aumento da visibilidade do local e, para desenvolver a estrutura turística é, por sua vez, necessário empenho e metodologias.

O Cemitério da Consolação beneficia-se pela localização amplamente atendida pelas linhas de transporte, sendo assim de fácil acesso para o público. Próximos à instituição museológica mais consolidadas, como a Pinacoteca do Estado, o Museu da Cidade, o MASP, entre outros, favorece a possibilidade de uma conexão dessas instituições com o Cemitério, desenvolvendo ações e programas propositivos que mirem a ressignificação das relações no espaço cemiterial. Por fim, justifica-se o interesse cultural nos cemitérios-históricos por se tratarem de ambientes demasiadamente propícios para a discussão de um tema fundamental à sociedade como a iminente morte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelina das Graças. MEMÓRIA E HISTÓRIA: o cemitério como espaço para educação patrimonial. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. Anais Eletrônicos. São Paulo: ANPUH, 2015. v. 1. p. 1-12. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1437954075_ARQUIVO_ARTIGOCOMPLETOANPUH2015.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.

ALVES, Cauê. A curadoria como historicidade viva. In Sobre o ofício do curador / Alexandre Dias Ramos (org). Porto Alegre: Zouk, 2010.

ARIÈS, Phillipe. O homem diante da morte. Volume 1. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1989

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. A memória retida na pedra: a história de Bagé inscrita nos monumentos funerários (1858-1950). Bagé: Ed. do Autor, 2016.

BORGES, Maria Elizia. Arte funerária no Brasil (1890 - 1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

_____. O Cemitério como "Museu a Céu Aberto". In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL IMAGENS DA MORTE: TEMPO E ESPAÇOS DA MORTE NA SOCIEDADE, 2016, São Paulo.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm>. Acesso em: 17 de maio de 2017.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. Tradução de Luciano Vieira Machado.

COSTA. Mozart Alberto Bonazzi da (org). Conservação de bens tumulares: caderno dirigido aos concessionários: São Paulo: Limiar, 2016

ISBN 978-85-92902-01-8

CYMBALISTA, Renato. Cidade dos Vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo. São Paulo: Annablume: Fapesp.

FONSECA, Ana & SILVA, Carla. Motivações de procura do dark tourism como uma forma alternativa de turismo. Revista Turismo & Desenvolvimento RT&D N.º 21/22. Volume 5. pp. 173-175. Universidade de Aveiro. 2014.

GESUALDI, Susana. Cemitério da Recoleta. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por e-mail em 23 de março de 2017.

ICOM – International Council of Museums. Museum definition. Disponível em: <http://icom.museum/the-vision/museum-definition/.> Acesso: 17 de maio de 2017.

IPHAN. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos. Iphan, 2014.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 2014. Tradução de Bernardo Leitão.

NOGUEIRA, Renata de Souza. Quando um cemitério é patrimônio cultural. Orientador: Marília Xavier Cury. Dissertação (Mestrado em Memória Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. À flor da terra : o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Garamond : IPHAN, 2007.

PLATUM 2015-2018: Plano de Turismo Municipal / [elaborado pela Equipe Técnica da Diretoria de Turismo e Entretenimento da São Paulo Turismo]. Plano de Turismo Municipal. São Paulo: São Paulo Turismo, 2015. Disponível em: <http://imprensa.spturis.com.br/wp-content/uploads/downloads/2015/06/platum-2015-2018.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.

SÃO PAULO (Município). SÃO PAULO TURISMO. Fique mais um dia. 2016. Disponível em: <http://imprensa.spturis.com/imprensa/releases/pdf/fique-mais-um-dia.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.

ISBN 978-85-92902-01-8

CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS – FLORIANÓPOLIS/SC: O USO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG) NO AUXILIO À GESTÃO PÚBLICA

Sarah Toso Mendes
Universidade Estadual do Estado de Santa Catarina - UDESC
sarahtmendes@gmail.com

Resumo
A cidade contemporânea e sua característica prática, dinâmica, plural, muitas vezes não pensa o espaço de destinação final dos corpos. Espaço físico, porém, lugar de memória repleto de simbolismo que, em detrimento desta relação afetiva dificulta algumas tomadas de decisão por parte da gestão pública. Este artigo aborda algumas características históricas do cemitério no contexto urbano e de que forma este espaço de morte foi pensado e repensado no decorrer do tempo e como a população reagiu às mudanças apresentadas. Também traz a preocupação com o meio ambiente, inerente ao contexto urbano contemporâneo, onde as cidades estão abarrotadas e os espaços devem ser meticulosamente cuidados pois as medidas tomadas para um espaço influencia todo o conjunto urbano. Para tanto foi utilizado ferramentas do geoprocessamento e a forma de pensar o espaço que este ramo do conhecimento propõe, em especial o uso do Sistema de Informação Geográfica (SIG) como principal ferramenta para auxiliar a gestão pública no planejamento, manutenção, adequação e fiscalização das questões referentes ao cemitério São Francisco de Assis em Florianópolis, Santa Catarina. Com isso a pesquisa propõe que este seja um modelo que porventura possa ser utilizado por outras gestões que tenham problemas semelhantes e assim poder desenvolver uma cultura planejadora auxiliada por ferramentas de geoprocessamento.

Palavras-chave: Cemitério São Francisco de Assis, SIG, Gestão Pública

Introdução

O cemitério, atualmente, é a forma mais comum de inumação, (ainda que haja outras formas de fazê-lo). Porém o espaço disponível nas cidades não comporta a demanda.

De acordo com dados do IBGE[99] no ano de 2014 ocorreram 922 óbitos em Florianópolis, SC. Grande parte destes necessitaram de sepultamento nos cemitérios da capital, que somam treze ao todo. De acordo com Rosa (2003, p. 71) alguns destes já apresentavam esgotamento para sepultamentos desde 2003, como é caso dos cemitérios São Cristóvão, Ribeirão da Ilha e do Pântano do Sul.

[99]Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420540&search=santa-catarina|florianopolis acessado em: 12 jan. 2016

ISBN 978-85-92902-01-8

Outros, em 2003, conforme autora acima citada, estavam em vias de esgotamento, como são os casos dos cemitérios Ingleses, São João do Rio Vermelho e Armação do Pântano do Sul. Os demais que informaram haver vagas não as tinham em números exatos pois "os administradores dos cemitérios, os coveiros, não tem um levantamento cadastral que permita quantificar o número exato de vagas disponíveis". (ROSA, 2003, p.71).

Além da falta de espaço nos cemitérios para enterramentos o potencial de contaminação destes também é algo que mereça atenção especial por parte da gestão pública.

Este artigo apresenta num primeiro momento a construção histórica deste espaço de inumação. No segundo momento aborda a questão do planejamento na cidade contemporânea e como este espaço de morte é pensado atualmente. No terceiro e último momento propõe uma reflexão sobre a cultura planejadora e o uso de ferramentas do geoprocessamento para auxiliar a gestão pública na tomada de decisões sobre os temas que permeiam este espaço.

A história do cemitério na cidade

A palavra cemitério, oriunda do grego, koimetérion, significa dormitório, e também para o cristianismo tem este significado. De acordo com o dicionário Michaelis de língua portuguesa significa "***sm*** (***gr koimetérion*** pelo ***lat***) **1**- Terreno destinado à sepultura dos cadáveres humanos. **2** - Lugar onde se enterram os cadáveres dos irracionais. **3**- Lugar em que a morte faz muitas vítimas". Sinônimas a esta palavra encontramos termos como: campo-santo, carneiro, sepulcrário, fossário, necrópole [...].

De acordo com Pacheco (2012, p.19) "Para alguns, a palavra cemitério, durante muito tempo, pertenceu à linguagem erudita dos clérigos, sendo os termos "galeria" e "carneiro" os mais antigos para designar o lugar da inumação (sepultamento ou enterramento ou a colocação de cadáver em sepultura, jazigo ou local de consunção aeróbia) de cadáveres". Portanto é possível perceber que o uso do termo cemitério de forma popular não é tão antigo como supomos.

Independente do tempo de uso do termo cemitério o uso do espaço para inumação é consideravelmente mais antigo. Para Lewis Mumford "a cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos", visto que "em meio às andanças inquietas do

ISBN 978-85-92902-01-8

homem paleolítico, os mortos foram os primeiros a ter uma morada permanente: uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo" (MUNFORD, L. 1998, p.13). O "lugar do morto" era pensado antes mesmo do lugar dos vivos. Rosa destaca que:

> Enquanto a cidade vai tomando forma e muitas outras coisas são acrescentadas, concomitante a sua inseparável substância econômica que a torna possível, mantém-se o costume de se reservar áreas cerimoniais ou sepulcrais nos espaços urbanos. Mesmo com a evolução das cidades e da humanidade até os nossos dias, o ser humano reservou áreas dentro das cidades específicas para os mortos, seja pela força de simbolismos, sentimentos ou necessidade de dar uma destinação final aos mortos, o fato é que os cemitérios fazem parte da história da humanidade e da cidade desde os seus primórdios. (ROSA, 2003, p. 16)

Para Rosendahl (2002, p.67) cemitérios são "fenômenos de utilização do espaço" que é modificado no decorrer do tempo em detrimento da mudança nos valores culturais. Cita como exemplo os Estados Unidos que os cemitérios no início era um monumento comemorando o indivíduo e agora se tornou um ambiente solene que inspira emoção.

A forma de lidar com a morte difere no oriente e no ocidente e esta pesquisa se deterá no estudo cemiterial no ocidente e precisamente na cidade contemporânea.

2.2 - A cidade contemporânea

A cidade contemporânea é marcada pela velocidade, pelas avenidas e ruas, pela mobilidade no espaço e na comunicação. Estas experiências de "agilidade" de "mudanças" foram alimentadas, particularmente, com a revolução técnico - científica, após a Segunda Guerra, contudo é importante destacar que esse novo surge e convive com as formas que já existem, possibilitando a coexistência (talvez também o entrelaçamento) da tradição e a inovação.

Vivemos a época do descartável em relação a todas as esferas sociais, do mais concreto ao mais abstrato. Tal prática é percebida através das "transformações intensas ocorrendo em intervalos de tempo cada vez mais reduzidos". (Linardi 1994,

ISBN 978-85-92902-01-8

p. 240). As mudanças ocorrem num ritmo intenso, o que inspira também a renovação do modo de vida, nas relações entre as pessoas, na relação que estas têm com os seus lugares nos espaços. O que outrora, ao se remeter sobre as relações humanas pensávamos estas com outros humanos, agora as relações humanas são pensadas com as "coisas", com a facilidade com que as pessoas se relacionarão com elas.

Entendemos que as cidades, hoje, tendem a serem consumidas literalmente, onde muito facilmente tudo é colocado abaixo e "a ideia do consumo rápido, do transitório tem mais impacto do que o eterno" (LINARDI 1994, p.241).

Nas cidades, o "tempo", outrora apresentado como foco nos estudos modernos agora cede lugar ao "espaço". O contemporâneo desloca o foco da modernidade. Há muitos termos (não-lugar, entre-lugar, território, limite) que aparecem de acordo com a moda do seu tempo porém buscam dar conta, como afirma Canevacci (2008 *apud* MAIA e KRAPP. 2009, p. 107) "do desafio epistemológico que se apresenta diante daquilo que Canevacci aponta como uma 'nova experiência metropolitana' onde "elege-se o espaço como categoria privilegiada para pensar-se o mundo contemporâneo".

Barda (2009) nos apresenta o resultado da fragmentação e homogeneização do espaço, de homem "produzido" quando afirma que:

> Admitindo um modelo de homem universal, reduziu-se a vida urbana àquelas quatro funções básicas – habitação, lazer, trabalho e circulação – e ignorou-se as condições específicas do local tanto em termos físicoambientais quanto sócio-culturais. Surgiram concepções de cidades baseadas em princípios formais e funcionais, com tendência a uma maior homogeneização dos espaços urbanos. (BARDA, 2009 p.48).

Para complementar, Barda (2009, p.48) afirma que "as técnicas de zoneamento asseguram a uniformização funcional e social, reduzindo a complexidade urbana". A cidade contemporânea torna-se sede de mudanças constantes, repleta de fragmentos sem a presença de qualquer forma de ordem, sem bases que a faça inteligível. A velocidade das mudanças permite apenas mudanças [...].

Parte da cidade possui materiais e formas de outros períodos históricos, do mesmo modo que apresentam aspectos do "futuro", do novo, "caracterizada cada vez mais por uma presença proeminente da economia e do consumismo, ocorre uma

ISBN 978-85-92902-01-8

transformação radical dos modos como se produz espaço urbano e espaços públicos" (BARDA, 2009, p.48).

Porém, ainda há um aspecto deveras importante no âmbito da cidade, *as pessoas*. Apesar do espaço estar "descaracterizado", ele ainda tem as pessoas e a cultura que insiste em existir, por mais incompreensível que seja esse movimento de resistência ao novo e é sobre este movimento que a cidade contemporânea será observada. O lugar de permanência, o lugar da pessoa que resiste à lógica da mudança a qualquer preço. O lugar do morto ainda está lá, na cidade.

A cidade contemporânea e o lugar de permanência

O contexto urbano atual é permeado de conflitos e dinamicidade. Vive-se numa realidade cada vez mais acelerada e o espaço humano de permanência limita-se à transformação do que é natural em artificial. A relação com o que é natural não passa de relação de dominação, como se, desta forma, pudesse o homem eternizar-se através da "obra" concebida. Construir incessantemente com a ideia de desenvolvimento, crescimento, não passa de uma justificativa para propagar-se pelo espaço e definir-se como possuidor de algo que não possui (o tempo). Porém, alguns destes lugares construídos levam mais do que a representação de expansão, mas também um lugar de suposta permanência, como é o caso dos cemitérios.

A disposição de corpos sem vida na terra vem há algum tempo sendo questionada por uma "suposta" demanda de terra para uso dos vivos, porém, muitos outros aspectos são percebidos neste tipo de discurso, como a negação ou não aceitação em conviver com a própria mortalidade.

As necrópoles são uma forma de se eternizar com a construção de túmulos que marcam a passagem daquele cidadão na terra, porém, também é uma forma de negar o fato de ser perecível, de se entender como matéria que uma hora ou outra terá um fim e este fim não "respeitará" os planos que este fez para sua vida... Lembrar disto faz da vida um elemento urgente, um jogo de "roleta-russa" onde nem todos estão dispostos a jogar, mas não tem opção. Então a necrópole é um lugar simbólico que a cidade contemporânea busca negar.

Sendo assim o cemitério não é um lugar bem quisto na cidade. O que outrora representava também a permanência, hoje já não tem "função". O discurso comum para os que negam a representação da necrópole contempla pensamentos como: "Para que ocupar espaço com quem já morreu? Tem-se que acabar com isso e

ISBN 978-85-92902-01-8

construir moradia para os vivos, e não para os mortos". É percebido um quadro crescente de "[...] crise humana de percepção" (SILVA, 2002 p.182). O contato do homem com a natureza viva (esta que nasce, cresce, morre) está cada vez mais distante alimentado pela vida "ultra" dinâmica das cidades. Esta crise não permite que as pessoas percebam lugares simbólicos, que além da estrutura física representam aspectos da psique humana, como a relação do ser com a morte, seja lá a forma religiosa, cultural que a conceba.

Assim, a destinação final do corpo humano morto não pode ser feita de maneira aleatória, sequer observando aspectos puramente sanitaristas ou ambientais, "mas, precedida de princípios morais, éticos, sanitários, urbanísticos, jurídicos e religiosos" (SILVA, 2002, p. 38). Como princípios morais e éticos compreende-se aqueles que devem nortear as práticas sociais onde deve prezar pelo respeito à diversidade cultural, religiosa, humana.

O imediatismo da sociedade atual "justifica" a ausência de planejamento em diversos setores e um deles é o setor funerário o que compromete consideravelmente as condições qualitativas da vida urbana. Não se trata apenas da grande ocupação urbana que ocorreu nas últimas décadas, mas o desinteresse em reordenar o espaço disposto para que a qualidade de vida possa ser praticada. Foi percebido que, mesmo ocupando novas áreas o reflexo do mal cuidado das áreas anteriormente ocupadas será sentido nas novas. A cidade não é um complexo isolado do ambiente em que esta inserida.

Para Lerner (1998, p.03 *apud* SILVA, 2002, p. 61) "[...] o simples reconhecimento dos impasses urbanos sugere a necessidade de redescobrir a cidade como agente transformador, de vislumbrar a revolução de cada cidade, independente do seu tamanho [...]". Segundo o autor, a cidade boa será aquela que se recarrega, que se auto-sustenta, que poupa recursos e pessoas. Por mais que seja perceptível que as cidades estão "lotadas" e aparentemente as soluções precisam ocorrer de forma emergencial, é importante que se perceba um pouco mais a possibilidade de futuro, onde estas mesmas cidades deverão receber mais e mais pessoas, visto que a cultura atual não privilegia quem vive no/do campo, ou quem vive distante de grandes centros urbanos. As mudanças podem ser feitas agora, ainda há tempo para que se evite problemas realmente maiores e irreversíveis.

ISBN 978-85-92902-01-8

Os cemitérios e as cidades tem em seu desenvolvimento algo muito comum, o imediatismo que cega, que não permite que seja visto alternativas para melhoria dos espaços em questão. Melhorias estas que passam das relações materiais, embora no material que seja percebido o problema, mas melhorias no quesito comportamental também. Mudar o discurso de que desenvolvimento é contrário à conservação, mas que ambos são elementos importantes na construção da cidade. Desta forma, o discurso de que o espaço se esgota com o tempo pode ser transformado, para um discurso onde o espaço se recria, se renova com o tempo e isto é possível com o planejamento contínuo.

Cemitério e a Gestão Pública – A necessidade de planejar

A sociedade atual está numa dinâmica antes não observada. Grande parte da população está nas cidades e está busca cada vez mais a melhor forma de gerenciar as informações nelas contidas. Há uma exigência do tempo atual por novas tecnologias que auxiliem o planejamento e gestão desse emaranhado de informações.

Souza (2013) propõe que planejar é:

> "[s] planejar é sinônimo de conduzir conscientemente, não existirá então alternativa ao planejamento. Ou planejamos ou somos escravos da circunstância. Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro, é aceita-lo seja ele qual for". (MATUS, 1996, tomo I, p.14, *apud* SOUZA, 2013 p.47).

Até mesmo intuitivamente, planejar sempre remete ao *futuro*: panejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional*, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios* [...] *.* O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobras[...]. Souza (2013, p. 46). Este deve ser flexível, apontando alternativas e possível encaminhamentos mas com a consciência de que a vida é dinâmica e que certas ações precisarão ser repensadas

A partir destas reflexões o ato de planejar é essencial para que a gestão possa existir, de outro modo, tomar decisões sem tê-las planejado a princípio é assumir que tal problema simplesmente não foi pensado e a medida tomada pode

ISBN 978-85-92902-01-8

gerar resultados também não previstos. A isso não podemos chamar de gerir.

O termo gestão significa trazido por Souza (2013, p.46) "remete ao *presente:* gerir significa *administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas*".

Apesar de parecerem termos concorrentes, planejamento e gestão são complementares. Possuem "*referências temporais distintas" (SOUZA, 2013 p. 46)* e consequentemente se referem a diferentes tipos de instrumentos sociais distintos porém é necessário que estes caminhem juntos para a construção permanente.

Com estes conceitos devidamente estabelecidos é considerado que para planejar é necessário conhecer o espaço que sofrerá a ação. Uma ordenação a princípio pode possibilitar uma melhor visualização do quadro de questões a serem abordadas no decorrer deste processo. É este movimento que é proposto por esta pesquisa e que será apresentado no próximo capítulo.

Geoprocessamento e o planejamento

A cultura planejadora precisa de ferramentas para que seja um movimento eficaz nesta sociedade dinâmica. Ainda é possível observar nas secretárias vinculadas a gestão pública uso de ferramentas ultrapassadas que tornam o processo de gestão da informação moroso e ineficaz. Nesta pesquisa é proposto o uso do geoprocessamento como elemento para contribuir com o planejamento permanente.

Antes de mais nada é importante definir que geoprocessamento não é o conjunto das geotecnologias como cartografia, Sensoriamento Remoto. Como o próprio nome auxilia na compreensão, podemos considera-lo como processamento de dados georreferenciados. Moura (2005) nos apresenta a ideia de que este método de processamento de dados é um processo que tem como intuito trazer progresso na representação da Terra. Uma das características deste progresso é o fato de não apenas representar a Terra porém pensar a representação, "associar um novo olhar sobre o espaço, um ganho de conhecimento, que é a informação" (MOURA, 2005, p.06).

Há uma grande diferença entre armazenar dados e gerar informação. É possível pensar que, muitos dados ou nenhum dado tem efeito semelhante se este não pode ser traduzido por um s*er pensante* que irá transforma-los em informação.

No geoprocessamento há distintas ferramentas, porém, destacaremos nesta

ISBN 978-85-92902-01-8

pesquisa o "GIS", sigla para Geographic Information System. A tradução deste termo já ofereceu bons debates no meio científico, pois, como descreve Mourão:

> [...] sua tradução para "sistemas de informações geográficas" pode levar à crença de que as informações sejam geográficas e, na verdade, nem todas as informações trabalhadas são geográficas, mas o sistema sim, pois os dados são espacializáveis. Entre as diferentes traduções usadas em português, não é corretor adotar "Sistemas de Informações Geográficas", mas são aceitáveis as denominações "Sistema Geográfico de Informação" e "Sistema Informativo Geográfico". Pela força do hábito, pois foi esta a primeira tradução que utilizamos, preferimos "Sistema Informativo Geográfico. (MOURA, 2005, p. 09)

Neste trabalho será assumido a tradução do senso comum, no caso, SIG como Sistema de Informação Geográfica, porém, sendo compreendido que não se trata de informações geográficas, mas de informações georreferenciadas, espacializáveis.

Uso do SIG para administração Pública

O SIG (Sistema de Informações Geográficas)[100] se apresenta como uma tecnologia essencial para a pesquisa para o estudo dos cemitérios, como o proposto neste trabalho. Segundo BURROUGTH (1986), um SIG pode ser visto como sendo um "poderoso conjunto de ferramentas para capturar, manter, recuperar, transformar, e apresentar dados espaciais do mundo real. Além do mais, o SIG garante uma precisão de alta qualidade em sua análise espacial e georreferenciamento. O que caracteriza o estudo sendo mais realista.

O uso do SIG se faz útil em processar informações espaciais, sendo capaz de criar abstrações digitais do real, manusear e armazenar de forma eficaz dados, que identificam o melhor relacionamento entre as variáveis espaciais, possibilitando a criação de relatórios e mapas que colaboram para a percepção holística desses relacionamentos.

Segundo a ESRI[101] (Environmental Systems Research Institute), o maior investimento na efetivação de um SIG não é a capacitação da equipe, hardware nem mesmo o software, mas sim a criação e a manutenção dos dados. É neste ponto que entra a formação da equipe de planejamento e este planejamento ser feito constantemente, não apenas com um fim específico, mas para a manutenção das

[100] A partir deste ponto do texto o Sistema de Informação Geográfica será referido apenas como SIG.
Mais informações disponível em: http://www.esri.com/ acessado em 10 jan. 2016

ISBN 978-85-92902-01-8

informações e inovação das propostas de melhorias.

> "O banco de dados de um SIG é geralmente constituído por diferentes temas georreferenciados, cada tema descrevendo o comportamento espacial de uma determinada variável. Uma visão esquemática dessa organização de dados é apresentada na figura 2. Para gestão dos temas se faz essencial o processamento de um grande volume de dados sobre a área a ser trabalhada. Devido ao fato de a informação originar-se de varias fontes, a criação de normas para a padronização e a obtenção das informações é a sua documentação, ou seja, a criação de metadados, que compõe identificar, de maneira exata, a origem, a escala, o método de obtenção e outras informações correlatas. A importância dos metadados reside no fato de que eles documentam os dados existentes e facilitam o compartilhamento e o uso dos mesmos." Ribeiro, C. A. A. S. et al (2000 p.387-388).

Em um sistema de informações geográficas, é perfeitamente possível o posicionamento preciso dos dados espaciais, permitindo ao analista relacionar a variação dos fatores envolvidos na produção com a sua localização espacial no campo. O SIG tem a capacidade de integrar diversas tabelas de dados desde que as mesmas apresentem pelo menos um campo em comum. Com isto, é possível relacionar diferentes séries históricas ou combinar dados obtidos de fontes diversas. O SIG oferece ainda condições para que diversas funções analíticas, tais como, analise por superposição geométrica, álgebra booleana, reclassificações, busca espacial, etc, sejam utilizadas na solução dos problemas analisados. Neste caso para o estudo dos cemitérios serão analisados mapas temáticos da ilha de Santa Catarina como mapas de declividade e área de influencias para que posteriormente combinados e sobrepostos, seja visível a relação ambiental com o cemitérios.

Desta forma é proposto o uso de ferramentas de geoprocessamento para auxiliar a disseminação de uma cultura planejadora onde não seja custoso nem demande trabalhos vazios, mas que em conjunto, a ferramenta, a gestão pública, os profissionais envolvidos e quiçá a disponibilidade dos cidadãos, possa fazer surgir um elemento que contribua para a geração deste tipo de cultura.

Resultados

Transferência das informações para o Sistema de Informação Geográfica (SIG)

Após a definição da área foi utilizado o software SIG – ArcGis 10.1, para a geração dos mapas.

Foram gerados os mapas relacionados a seguir: mapa de definição das Quadras, Alamedas, Gavetas e Comunidades

ISBN 978-85-92902-01-8

Neste mapa foram vetorizadas utilizando como base a imagem de satélite as classes referentes às variáveis Alamedas, Quadras, Gavetas e Comunidades, localizadas através de análise das fichas e de trabalhos de campo. Cada variável possui subclasses como pode ser observado na Tabela 1.

Os resultados mostraram uma espacialização das áreas analisadas através do material disponibilizado pelo Cemitério. Fichas desenhadas a mão.

Desta forma, a imagem de satélite pode auxiliar na construção de uma nova perspectiva do espaço, não apenas para os pesquisadores, mas para quem utiliza deste espaço diariamente, como é o caso dos funcionários.

Este mapa teve como finalidade a localização de cada classe e subclasse avaliada dentro das variáveis e a posterior geração do mapa de hiperlinks. Onde cada subclasse possui vinculada uma ficha em PDF, com informações pertinentes a cada subclasse. Como pode ser observado na figura 16:

Geração do Mapa de Hyperlinks

Este mapa teve como finalidade a localização de cada classe e subclasse avaliada dentro das variáveis e a posterior geração do mapa de hyperlinks. Um mapa de Hyperlink é uma ferramenta que possibilita acessar documentos ou páginas da internet relacionadas as informações do mapa. Desta forma é criado um mapa interativo, com as informações integradas em uma ficha que pode ser atualizada e tem a finalidade de agilizar o trabalho de gestão do Cemitério.

Após a geração do Mapa de Hyperlinks basta utilizar a ferramenta “Hyperlink” para, num só clique, visualizar o PDF que contem a ficha com informações da área.

A seguir apresenta-se os hiperlinks divididos nas categorias Comunidades como exemplo desta manobra.

ISBN 978-85-92902-01-8

Identificação das áreas definidas como “cemitérios comunitários”.
Fonte: elaborado pela autora

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental	UDESC FAED Centro de Ciências Humanas e da Educação PPGPLAN
Ficha das áreas destinadas aos cemitérios comunitários presentes no cemitério São Francisco de Assis Florianópolis - SC	
Comunidade Alemã	
Descrição da área: Área distinta do seu entorno devido à beleza paisagística, a organização e limpeza. Possui funcionários próprios pagos por esta comunidade. Dentro da mesma área eles possuem vários tipos de “cemitérios”, como exemplo, na foto 1 é caracterizado como cemitério parque.	 Foto 1- Imagem de parte do cemitério da comunidade alemã, feita próximo à alameda G8
Vulnerabilidade Ambiental: devido a conjugação dos fatores: pequeno índice de sepultamentos por área, que mesmo confrontado com uma declividade de 47% resulta em um índice muito baixo de contaminação e vulnerabilidade ambiental em 2015	
Ocupação total: Dados não disponíveis	 Foto 2- Imagem de alguns dos primeiros túmulos transferidos do antigo cemitério que ficava no alto da rua Felipe Schimit.
Túmulos arrendados e perpétuos: Dados não disponíveis	
Sepultamentos em 2015: 37	
Coordenadas Geográficas: X- 48°30'39,519''O Y- 27°34'33,041''S	
Área em m²: 5.148,87	
Responsável pelas informações: Sarah Toso Mendes	Data do registro 09/12/2015

Modelo de Ficha aplicada com a ferramenta HIPERLINK ao mapa.
Fonte – elaborada pela autora

ISBN 978-85-92902-01-8

Considerações finais

Esta pesquisa foi elabora com o intuito de investigar se a ferramenta que foi gerada seria útil a gestão pública. Mas porque a gestão pública necessitaria de uma ferramenta para fiscalização ou adequação dos cemitérios às necessidades atuais?

Para responder esta pergunta foi elaborado um estudo sobre o espaço do cemitério no contexto urbano e como este passou a ter maior ou menor importância no cotidiano da população. A significação deste espaço, a relação deste com a memória gerou a concepção de lugar, conceito discutido amplamente na ciência geográfica e que nesta pesquisa pode ser exemplificado.

Ainda, para buscar compreender porque à gestão pública necessitaria de uma ferramenta com o intuito acima citado, a pesquisa caminhou em direção ao resgate histórico de algumas informações acerca dos cemitérios na cidade.

No contexto urbano, é possível perceber através do estudo de diversos autores e na própria observação do cotidiano, que a cidade está cada vez mais veloz, gerando cada vez mais “não-lugares” e desapropriando as pessoas de sua relação com os lugares de memória. O que é antigo “deve” dar lugar ao novo. Mas o que fazer com o cemitério? Um lugar que insiste em permanecer quando tudo passa. Nega-lo? Apagá-lo? Ressignifica-lo?

A última alternativa, de acordo com esta pesquisa, é a mais coerente. Permitir que o cemitério faça parte da história da cidade e esta história seja apropriada pela população que passará a olha-lo de forma mais responsável, mantendo as necessidades culturais, porém, com os devidos cuidados relacionados ao meio ambiente.

Adiante na pesquisa, foi proposto que para a devida adequação, fiscalização, das necessidades do cemitério, é necessário promover o planejamento. Não um planejamento engessado, que não se adapta ao tempo e as necessidades, mas um planejamento que permita que seja pensado e proposto alternativas, talvez, desta forma, diminuía a necessidade de tomar decisões em caráter emergencial.

Nesta pesquisa, então, foi desenvolvido um método para mensurar o nível de contaminação do cemitério. Foram utilizadas algumas áreas para amostragem, e nestas aplicadas o método.

Para desenvolvimento do método houve coleta de dados em campo. Dados como delimitação da área. Foi uma surpresa constatar que um cemitério com mais de 10 hectares não possua uma padronização ou controle de dados. O máximo que

ISBN 978-85-92902-01-8

foi encontrado foram as plantas desenvolvidas pelos funcionários. A partir destas e com o uso de uma imagem de satélite ocorreu a delimitação das áreas escolhidas, fazendo o cruzamento das informações em campo.

Posteriormente foi levantada a quantidade de sepultamentos por área que ocorreu no ano de 2015, através de uma tabela de uso dos funcionários. Com estas informações, foram vetorizadas as áreas e aplicadas as informações no Sistema de Informações Geográficas (SIG). Então foi gerado um mapa de vulnerabilidade ambiental a partir dos números de sepultamentos, área (m^2) e as classes de declividades (em %). Este mapa possibilita refletir quais áreas contaminam mais dentro do cemitério e porventura propor medidas mitigatórias para elas.

Como resultado final, a partir de todos os dados levantados e gerados , para cada subclasse dentro das áreas das variáveis gavetas, alamedas, quadras e comunidades, foram criadas fichas com as informações padronizadas de cada área. Estas fichas foram associadas ao Mapa do Cemitério, através de uma ferramenta do SIG, denominada hyperlink, que cria uma ligação entre o dado espacializado e a informação. Este método possibilitou gerar um cadastro do cemitério, que posteriormente pode ser atualizado pela própria administração, auxiliando na gestão e entendimento da sua espacialidade.

Devido à complexidade dos dados, neste estudo foi gerada uma modelagem que não abrange toda a área do cemitério, mas que permite vislumbrar a potencialidade da ferramenta e que pode ser adaptada e aplicada a outras áreas.

REFERÊNCIAS

BARDA, Marisa. **Espaço (Meta) Vernacular na Cidade Contemporânea.** São Paulo: Perspectiva, 2009. Quivy, R., Campenhoudt, L. V. (1995). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva.

CASTRO, Elisiana **Trilha Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério : o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC**, 1962-2008) / Elisiana Trilha Castro. - - Santa Catarina: UFSC / PGAU, 2008.

FERREIRA, A. "**O cemitério enquanto espaço urbano**". Em *Arquitectura e vida*. Lisboa, 2002

FOCHI, G.M. **Morte, cemitério e jazigos: reflexões a partir do cemitério municipal de Joinville/SC.** R. Ágora., Salgueiro-PE, v.5, n.1, p.62-80, ago. 2010.

ISBN 978-85-92902-01-8

LÓPEZ, P.A.V. **Ordenamento, planejamento e gestão de territórios culturalmente fronteiriços. O caso dos cemitérios no eixo cafetero**. R. eletrônica: Ateliê Geográfico. Goiania-GO, v.5, n.5 p.19-32, dez/2008.

MARTINELLI, M. **Curso de Cartografia Temática**. São Paulo: Contexto, 1991. 180p. De BIASI, M.de.Carta de declividade de vertentes: confecção e utilização.Geomorfologia, São Paulo, IGEO/USP, n. 21, 1970.

MAIA João e KRAPP Juliana. **A cidade contemporânea: leituras e escritas do urbano.** Revista FAMECOS • Porto Alegre • nº 40 • dezembro de 2009 • quadrimestral

MOURA, Ana Clara Mourão. **Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano.** 2. ed. Belo Horizonte Mg: da Autora, 2005. 294 p.

MUNFORD, L. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PACHECO, Alberto. **Meio Ambiente & Cemitérios**. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2012.

PETRUSKI, Maura Regina. A cidade dos mortos no mundo dos vivos: os cemitérios. **Revista de História Regional,** Ponta Grossa - Pr, p.93-108, inverno 2006. Semestral. Disponível em: <http://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2232>. Acesso em: 05 mar. 2015.

Programa Nacional de Capacitação de gestores ambientais: **licenciamento ambiental / Ministério do Meio Ambiente**. – Brasília: MMA, 2009. 90 p Disponível em:http://www.mma.gov.br/estruturas/dai_pnc/_arquivos/pnc_caderno_licenciamento_ambiental_01_76.pdf acessado em: 27 nov, 2015

PAULA, L.S e SABBADINI F.S. **Gestão do Planejamento da Capacidade** em Cemitérios Municipais. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/artigos05/332_Planecapacidade.pdf

ROSA, Edna Teresinha da. **A relação das áreas de cemitérios públicos com o crescimento urbano**. Dissertação de mestrado – Geografia/UFSC. Florianópolis, 2003

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião uma abordagem geográfica**, Rio de Janeiro: eduerj, 2002

SILVA, Armando Corrêa. **O Espaço fora do lugar.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Dalton da. Os serviços funerários na organização do espaço e na qualidade sócio-ambiental urbana**: Uma contribuição ao estudo das alternativas para as disposições finais funerárias na ilha de Santa Catarina.** 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade – Uma introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. 9ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2013.

ISBN 978-85-92902-01-8

CEMITÉRIO: MUSEU A CÉU ABERTO - UM NOVO OLHAR AO CAMPO SANTO

Proposta de musealização do Cemitério da Igreja Luterana do Espírito Santo de Blumenau SC

Raquel Brambillla
UNIBAVE
rachel.brambilla@yahoo.com.br

Resumo
A pesquisa em questão sugere um novo olhar ao Campo Santo e analisa a possibilidade de musealização de cemitérios, até então não classificados na tipologia dos espaços museais. Comumente vistos pela sociedade como espaços mórbidos e desoladores, os cemitérios são espaços repletos de signos e significados, tornando-se uma instituição cultural. A sociomuseologia, defende que o patrimônio, deve ser um patrimônio integral que envolva não somente a conservação e a preservação do bem, mas que haja também a interação com o desenvolvimento da comunidade onde está inserido. Conhecendo o espaço, seus significados, suas possibilidades a sociedade se envolverá tornando o processo da preservação algo natural e consciente.

Palavras-chave: Cemitério, museu, sociomuseologia.

Repletos de superstições e crendices populares, vistos como espaço mórbido, na maioria das vezes e banido dos olhares da sociedade, os cemitérios atualmente estão chamando atenção de profissionais ligados ao estudo e preservação do patrimônio. São sítios repletos de significados seja religioso, social, étnico, político ou cultural. Apontados por Arieès como “uma instituição cultural (...) um sentido de continuidade histórica e raízes sociais”

O objetivo da pesquisa não é a discussão sobre o tema morte e nem tão pouco a eterna negação por parte do homem a este fato. Mas sim diante da importância histórica e cultural desse espaço, apresentar novas possibilidades de olhares e significados para o Cemitério da Igreja Luterana do Espírito Santo - Centro/Blumenau, por meio da musealização desse sítio. Pois, além de ser o último lugar de descanso, pode ser considerado um museu a céu aberto, repleto de significados e representações.

A pergunta norteadora da pesquisa foi: É possível apresentar o Cemitério da Igreja Luterana do Espírito Santo - Centro/Blumenau sob a forma de um espaço musealizado?

ISBN 978-85-92902-01-8

Frente a esta indagação a pesquisa documental e bibliográfica foi de suma importância, bem como abordagem qualitativa, onde buscou-se informações, a respeito da simbologia, edificações e ornamentos encontrados na necrópole as quais foram também analisadas.

Como referenciais teóricos direcionados a Museologia, debruçou-se sobre bases legais que norteiam a regulamentação de espaços museais brasileiros além das Cartas Patrimoniais Internacionais que influenciam o pensamento e a prática museológica dos dias atuais. Também buscou-se o estudo da corrente conceitual denominada de sociomuseologia, defendida pelo estudioso Mario C. Moutinho. No que tange ao estudo cemiterial o estudo foi focado na obra de Ariès Philipe, Clarival do Prado Valladares e também as obras dos respeitados estudiosos cemiteriais como Maria Elizia Borges, Elisiana Trilha Castro, Eduardo Morgado Rezzende e Harry R. Bellomo.

1.– O MUSEU E A SOCIOMUSEOLOGIA

Os espaços museais, deixaram com o passar do tempo, de ser simples recintos depositários de peças antigas e passaram a ser espaços de histórias e memórias organizados e cumpridores de suas funções de preservação, pesquisa e comunicação. Para o Conselho Internacional de Museus (ICOM)[102] a definição de museu é: [...] instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento, aberta ao público, e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe o patrimônio tangível e intangível da humanidade e seu meio ambiente, para propósitos de educação, estudos e apropriação.

No ano de 2009, o Brasil sancionou o Estatuto de Museus, - Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009 - avançando consideravelmente no que tange à legislação no campo cultural.

A elaboração destas regulamentações tiveram como base, importantes documentos que consolidaram as mudanças teóricas e conceituais relacionadas ao patrimônio cultural, formulados em encontros a nível internacional, cujo objetivo era a discussão e a reflexão sobre os museus e suas relações com a humanidade.

[102] O Conselho Internacional de Museus (ICOM) é uma organização mundial dos espaços museais e de seus profissionais. Órgão criado na década de 40, que tem por compromisso a proteção do patrimônio cultural ou natural

ISBN 978-85-92902-01-8

Os principais documentos resultantes dos encontros foram: a Declaração do Rio de Janeiro (1958), a Mesa Redonda de Santiago (1972), a Declaração de Quebec (1984), a Declaração de Oaxtepec (1984) e Declaração de Caracas (1992), que formalizaram os resultados de uma reflexão conjunta e interdisciplinar, formando a base para a museologia.

Diante das reflexões propostas pelos documentos, observou-se a necessidade de transformação das teorias que discutem a prática museológica. O museu deve deixar de ser um simples local para a guarda e apreciação de objetos relacionados à humanidade, mas também acompanhar a dinâmica da sociedade em que está inserido, conforme registra a declaração de Caracas (1992) o museu deve buscar "[...]a participação plena de sua função museológica e comunicativa, como espaço de relação dos indivíduos e das comunidades com seu patrimônio e como elos de integração social [...]."

Em meio a estas discussões uma nova corrente conceitual relacionada à museologia foi elaborada: a Sociomuseologia, cuja principal característica é a valorização do homem como sujeito participativo, crítico, consciente da realidade e responsável pela preservação do patrimônio. Mario C. Moutinho afirma que a "[...] visão restritiva da museologia como técnica de trabalho orientada para as coleções, tem dado lugar a um novo entender e práticas museológicas orientadas para o desenvolvimento da humanidade."

Todas as ações museológicas são realizadas a partir do ponto de vista de uma noção mais abrangente do patrimônio, como a conservação e preservação. A expografia não se limita em apenas expor os objetos para a contemplação, ela estimula a sensibilização crítica e possibilita a interação, transformando o museu em espaço dinâmico. O espaço museal não se restringe somente as quatro paredes, mas sim todo o seu entorno compõe o conjunto que irá revelar a cultura local. Denize Michelotti, em sua dissertação de mestrado pontua que "[...] o espaço museal sai dos limites do prédio-museu e passa a ser o território; musealizando patrimônios ao invés de objetos de coleção."

Essas demandas postuladas pela Nova Museologia não abstraem unicamente dos sistemas museológicos historicamente aplicados – tripé de sustentabilidade do campo de atuação: preservação, pesquisa e comunicação. Não que este sistema esteja fadado ao fracasso, mas há necessidade de uma atuação voltada para a socialização do conhecimento, estímulo à pesquisa, à aprendizagem e à

ISBN 978-85-92902-01-8

participação da comunidade. Moutinho em suas reflexões defende que: "[...] as ideias da nova museologia não tem por objetivo dar uma hipotética solução aos problemas da museologia tradicional, mas, sobretudo o desenvolvimento de práticas inovadoras [...]"

A partir desta nova concepção de museu, seus espaços são pensados não só para as coleções, mas também para as pessoas, pois são elas que dão sentido ao museu. A instituição museológica deixa de ser espaço silencioso das coisas velhas, cheirando a naftalina ou a mofo. Abandona-se a veneração daquele que colecionou os objetos como um tesouro.

Considerando a necessidade de transformação das práticas museais, Moutinho descreve "[...] deve procurar, num mundo contemporâneo que tenta integrar todos os meios do desenvolvimento [...].É com a relação território-patrimônio-comunidade, que o cemitério pode ser considerado um espaço a ser musealizado.

O cemitério é um sítio histórico equipado com instrumentos de interpretações, na arquitetura tumular, epitáfios, alegorias, dados biográficos, elementos sacros e imagens. É a Museologia numa dimensão mais ampla, não mais centrada apenas no espaço físico, composto por objetos retirados do seu contexto, onde Moutinho mais uma vez justifica: "retirar o patrimônio do seu contexto, modifica-se a ideia original".

Esta nova corrente de pensamento, focada na musealização *in situ*[103], proporciona ao acervo que se encontra no campo santo a preservação, bem como a facilidade de acesso para a contemplação e para a pesquisa por parte da comunidade. Em suas reflexões Lopes & Póvoa defendem que "[...] o fato de estarmos colocados fora do contexto tradicional da sala do museu, seja facilitador da descoberta de soluções museográficas menos formais, mais criativas, com maior capacidade de comunicação e proporcionadoras de várias leituras ou várias abordagens".

2. CEMITÉRIO: A CIDADE DOS MORTOS

No decorrer dos tempos, cada civilização procurou uma solução para os seus mortos. A morte sempre foi um mistério para o homem. A consciência e a recusa da

[103] A musealização *in situ* permite a comunicação do conhecimento, o uso social do território, sua conservação e um turismo responsável.

ISBN 978-85-92902-01-8

finitude causa o sentimento profundo de impotência. Esse fim não é transferível, é individual, e o homem tem em si o desejo de sentir-se imortal.

É possível que desse desejo derive a preocupação com a conservação do corpo do morto, seja por meio da mumificação, da cremação ou dos rituais mais diversos. Esse ato visa também à preservação da identidade, da união da família, das tribos e das comunidades, condição que leva à necessidade de definir espaços para depositar seus mortos. Primeiramente em espaços quaisquer e após o advento do catolicismo, o enterramento começou a ser praticado nos interiores das igrejas, pois a "[...] igreja era uma das portas de entrada do Paraíso".

O acúmulo dos mortos no interior das igrejas católicas mais precisamente na França, na segunda metade do século XVIII, passou a ser inaceitável para a população definida como esclarecida por Philippe Ariés: "Aquilo que durava há quase um milênio sem provocar reserva alguma já não era suportado e se tornava objeto de críticas veementes." Aponta-se naquele momento também, a questão do comprometimento da saúde pública devido aos miasmas provenientes das fossas situadas no interior das igrejas. Libertar-se deste antigo costume não foi uma solução pacífica nem tarefa fácil para a população, pois, afinal, tratava-se de um hábito que vinha sendo cultivado por muitas gerações.

Sandro Blume, em sua dissertação, apresenta uma visão geral dos cemitérios na região onde hoje é a Alemanha. No final do século XVIII até o início do séc. XX, estes espaços também sofreram modificações higienistas, sendo banidos do centro das cidades. A precariedade da higiene chegou num ponto intolerável de convivência. As inumações não respeitavam o tempo necessário para remoção do cadáver, misturando tudo em valas comuns, fossas abertas, poços comuns, depósitos, deixando no ar os gases pútreos, além dos miasmas que escorriam pelos arredores dos locais de depósitos dos defuntos. O autor ainda descreve, baseado em suas leituras, que em Düsseldorf, grande quantidade de ossos podiam ser encontrados em apenas alguns centímetros abaixo do solo, cujo processo de deterioração causava mau cheiro.

Foi segundo estudos relacionados aos princípios higienistas escritos por Johann Peter Frank médico sanitarista alemão (1779-1819), que os costumes funerários na Europa passaram por um processo de mudança, segundo afirma Carlos Alberto Cunha de Miranda em seu artigo: "Da polícia Médica à cidade higiênica medicalização da casa, do corpo até a morte". A partir de então, criaram-se

ISBN 978-85-92902-01-8

regras para o procedimento do destino final dos corpos, como a obrigatoriedade de se fazer o enterramento, a necessidade da sepultura individual para cada defunto e a utilização da regulamentação de serviços funerários independente da religião. A localização dos espaços cemiteriais deveria ser em lugares altos, bem arejados, com ruelas e bem arborizados para ajudar a filtrar o ar e os ventos ao contrário das cidades, para que possíveis odores não prejudicassem os moradores. Sendo este o início do conceito de cemitério que é mantido ainda no século XXI.

Diante desta condição, surge um novo espaço na cidade, com a função de banir os mortos em nome da higiene: o Cemitério. Termo de origem grega que o cristianismo adotou, originário da palavra *KOIMETÈRION*, que se referia ao lugar onde se dormia. "Adotando o termo, a Igreja Católica lhe conferiu um sentido próprio, ou seja: 'descanse em paz' após a morte, onde se espera a ressurreição [...]"

2.1 – Os espaços dos mortos no Brasil

Os costumes de sepultamentos aqui no Brasil não eram diferentes dos europeus: valas comuns, inumações ao redor e dentro das igrejas, costume este trazido pelos colonizadores portugueses. No ano de 1828, a corte portuguesa alertava, por meio de documento, o cumprimento da legislação em suas colônias e sobre o perigo de doenças provocadas por enterramentos desordenados. A norma deixava clara a necessidade da urgência da delimitação de espaços para o sepultamento e que fosse permitido a qualquer família a construção de sepulturas.

Apesar de haver uma legislação nacional desde o ano 1828 que proibia a prática do ritual de sepulcro no interior das igrejas, este, ultrapassou o século XIX. Inúmeras foram às manifestações de protesto contra a criação de espaço para sepultamento fora das igrejas, contudo a lei foi aos poucos sendo cumprida e passou-se gradativamente a utilizar o espaço fora dos templos religiosos, local antes destinado para aqueles que não eram batizados, acatólicos, suicidas, escravos e os católicos que não podiam pagar pelo sepultamento dentro das igrejas.

O cemitério começa a se formar e lentamente é demarcado pela ostentação de diferenças, bem como de convívio social. Cabe salientar que os campos santos, como conjunto de sepulturas, teve sua gênese em terras brasileiras pelas mãos dos religiosos das Ordens Terceiras que eram associações de leigos católicos em torno de seu padroeiro.

ISBN 978-85-92902-01-8

O início do século XX é marcado pela Bélle Époque, período de profundas transformações culturais que se traduziram em novos modos de pensar e viver o cotidiano. Os padrões de embelezamento das cidades europeias refletiam-se no Brasil, por influência de viajantes, médicos, políticos, estudantes de classes mais ricas que traziam de suas viagens imagens mais agradáveis da urbe europeia. Começava-se a perceber a importância da higiene, do saneamento, da iluminação, dos jardins e, principalmente, a necessidade de afastar da cidade a visão, os odores desagradáveis e perniciosos dos mortos.

Nasce desta forma, o cemitério geral, e é nesse momento que a forma de perpetuação da memória do morto começa a se destacar seja por meio da construção, da ornamentação do túmulo, das inscrições nas lápides carregadas de sentimentos e fantasias da imortalidade, e da localização do enterramento.

3. BLUMENAU, A SUA HISTÓRIA

Para chegarmos ao que hoje é o Cemitério Luterano de Blumenau SC – Centro – é preciso conhecer um pouco da história da cidade. Para compreender o espaço que os mortos ocupam é necessário avaliar o desenvolvimento social, econômico e cultural dos vivos.

Blumenau está situado na região Sul do Brasil, no Estado de Santa Catarina. Conhecida em todo o Brasil como uma das cidades de maior influência germânica, o que é facilmente percebida em sua arquitetura, sua cultura e história. Sua colonização foi, inicialmente e em maior número, por alemães, e somente mais tarde por italianos, poloneses, russos e as demais etnias.

Antes dos europeus se estabelecerem em terras que atualmente se denominam Vale do Itajaí, ameríndios habitavam este espaço: os Kaigangs, Xoklengs e os Botocudos. Sofrendo perseguições, ataques e sendo forçados a se sujeitarem a nova cultura trazida pelos europeus, os nativos se reduziram a um pequeno número, habitando um espaço territorial delimitado por aqueles que então se apossaram das terras do vale do Rio Itajaí-Açú.

3.1 - A invenção da felicidade no sul do Brasil

A onda imigratória para o então recém independente país – Brasil - não ocorreu por acaso. Durante o século XIX, o continente europeu enfrentava uma considerável mudança no que se refere à economia e à política. O meio social

ISBN 978-85-92902-01-8

estava começando a sofrer com estas alterações, com a adaptação à industrialização e ao novo capitalismo. Isso porque "[...] a Revolução Industrial substituiu o servo e o homem pelo 'operador' ou 'braço'[...]".Essa nova forma de se viver, regida pelo uso do tempo e ditada por máquinas deixou descontentes muitos de seus habitantes.

A apresentação de um 'Novo Mundo na América' pela imprensa na Europa, era vista de forma contagiante, tendo por consequência uma significante onda imigratória. O governo brasileiro apresentava inúmeras vantagens para quem quisesse imigrar para estas terras, pois pontuais e imperativos eram os interesses da coroa brasileira. Primeiramente, a necessidade de substituição da mão de obra escrava por braços livres. Em seguida, a urgência na ocupação das terras no interior do país e a evidência da preocupação quanto ao branqueamento da população. O território brasileiro foi um dos destinos mais procurados pelos imigrantes, pois: "[...] O Brasil, por sua vez, permitia aos imigrantes professar a sua religião [...] manter parte de seus costumes e ainda falar o idioma de sua terra natal."

O assentamento dos imigrantes no sul do Brasil se deu de forma gradual. A colônia Blumenau teve a sua gênese no ano de 1848, quando o então Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau enviou para o Governo Provincial um projeto de colonização que visava à fixação de imigrantes europeus na então região do Vale do Rio Itajaí. Anterior ao projeto implantado, a região era habitada pelos índios da tribo Xokleng, e também sendo o lugar percorrido por curiosos, aventureiros e caçadores. A ocupação territorial da colônia se deu efetivamente em 1852 quando os primeiros lotes de terras foram vendidos.

Inúmeras foram às adversidades que estes imigrantes enfrentaram. Deixaram uma Europa em pleno processo de industrialização, centros culturais e seus familiares, para partir em busca de prosperidade na nova terra.

3.1.1- O imigrante alemão e os novos costumes

Ao chegarem à colônia, os 'novos brasileiros' ficavam frente a frente com a realidade, muitas vezes oculta nas mídias realizadas na Europa. Tudo por fazer. Desde abertura da mata para dar acesso ao lote de terras adquirido, a construção da sua moradia, a derrubada da floresta com o intuito de preparar a terra para o plantio, bem como o convívio com uma nova fauna e flora. Tudo era um aprendizado

ISBN 978-85-92902-01-8

para que com o passar do tempo soubessem lidar com os acontecimentos do dia a dia.

A morte era uma constante no cotidiano dos imigrantes no novo local de moradia. Morria-se de parto, sífilis, tétano, apendicite, sarampo, tifo, em função de picadas de cobras, de aranhas, de febre amarela e malária. A taxa de natalidade era elevada, mas também a expectativa de vida era muito baixa.

Os lotes de terra vendidos eram distantes um do outro o que causava o isolamento das famílias e este distanciamento criou situações muitas vezes difíceis, como foi narrado por um colono:

> "[...] certo dia, às duas horas da tarde, apareceram no local em que trabalhava com alguns companheiros as senhoras Bendlin e Hackbarth lavadas em lágrimas, comunicando a morte do marido de uma delas, o colono Bendlin [...] não havia nas imediações, quem pudesse ajudá-las a dar sepultura ao defunto e isso era justamente o que mais as afligia."[104]

Evidencia-se, neste caso, o quanto o distanciamento dificultava o contato entre as pessoas e que soluções procuravam dar aos problemas que apareciam de forma inesperada. Outra questão centrava-se não apenas na morte do ente querido, mas em como dar ao falecido um enterramento digno do espírito cristão. Esta dificuldade era sentida já nos primeiros tempos da colonização, conforme o relato de Dr° Blumenau ao Presidente da Província de Santa Catarina: "[...] os colonos que moram mais distantes [...] pela absoluta necessidade física de enterrar os seus defuntos, enterram em seus lotes de terra como infelizmente e repetidamente foi indispensável."

3.1.2 - A colônia e a religiosidade

Quando Hermann Blumenau fundou a colônia assumiu ele perante os imigrantes o compromisso de proporcionar-lhes assistência religiosa. Nesse contexto, prevaleciam imigrantes que professavam a religião evangélica luterana. Até a chegada do primeiro pastor, era Hermann Blumenau quem ministrava a palavra: "[...] reconhecendo que os moradores careciam [...] reunia-os no barracão dos imigrantes, aos domingos e dias festivos para fortalecê-los com a palavra divina, lendo trechos da Bíblia e fazendo preleções [...]"

[104] BLUMENAU EM CADERNOS. 2001, Tomo XLII, nº 9/10, P.20-23.

ISBN 978-85-92902-01-8

Sete anos após a constituição da colônia Blumenau, mais precisamente no dia 09 de agosto de 1857, no barracão que abrigava os imigrantes, ocorreu oficialmente o primeiro culto evangélico, com prédica, celebrado pelo pastor Rudolph Oswald Hesse. Logo em seguida, foi providenciado um lote de terras para a construção de um espaço destinado a religiosidade dos colonos. Criou-se então, o primeiro cemitério da colônia Blumenau, destinado ao enterramento dos imigrantes luteranos e católicos. “Dr. Blumenau tratou [...] da construção da casa pastoral, [...]. Ao mesmo tempo da construção de um templo provisório, onde pudessem ser realizados os cultos, ficando uma parte do terreno reservado para o cemitério.”

Diferentemente de algumas cidades brasileiras que tiveram sua constituição na metade do século XIX, a colônia Blumenau, já demarcou o espaço para o enterramento dos seus mortos. Influenciado pelo modelo higienista europeu, o então proprietário da colônia Hermann Bruno Otto Blumenau, estabeleceu no alto de uma colina o campo santo que atenderia a toda a população da colônia, não importando o credo que professasse.

Atualmente o Cemitério Luterano Centro de Blumenau é destaque e ponto de referência na comunidade. Envolvido pela expansão urbana, incorporou-se à paisagem da região e passou a se destacar como ponto turístico na cidade. Apesar desta condição, o campo santo não deixou de exercer a sua finalidade, que é a de ser a última morada para aqueles que pertenceram à Comunidade Evangélica Luterana Centro.

4. UMA VISITA A UM MUSEU A CÉU ABERTO – O CEMITÉRIO

Ao percorrer o Cemitério Luterano de Blumenau, observa-se um espaço indiscutivelmente organizado. Suas catacumbas transcendem à serenidade interior, harmonia deslumbrante aos olhos de qualquer leigo que por ali percorra. Estátuas, alegorias, pedras talhadas por artífices dedicados à arte de conceber na pedra a imagem da saudade. Lápides entalhadas com o cinzel, letras desenhadas em escrita gótica, desenhadas por mãos que, provavelmente, poucas eram as que sabiam ler o que estavam escrevendo. Ao observar esses e outros muitos sinais da tentativa de eternização do homem no cemitério pesquisado, a beleza nele contida, percebe-se a possibilidade de apresentar à comunidade um novo olhar para este espaço, um olhar de contemplação, de preservação, de registro e de respeito pela história da sociedade blumenauense ali depositada.

ISBN 978-85-92902-01-8

A nível nacional, os cemitérios se enquadram na lei de proteção ao patrimônio histórico nacional, conquistada após o encontro promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, realizado na capital federal na década de 1970. Desse encontro resultou um documento – Compromisso de Brasília – que deixava claro a necessidade de proteção a estes bens "[...] urge legislação defensiva dos antigos cemitérios e especialmente dos túmulos históricos e artísticos e monumentos funerários"[105]

Essa proteção só é garantida por meio do tombamento do bem, mas infelizmente os cemitérios que passaram por esse processo estão sofrendo o reverso.

Como proposta para que esses espaços recebam a devida importância tanto da preservação, de deleite e pesquisa, aponta-se a musealização. Musealizar é um processo constituído por um conjunto de fatores e procedimentos que possibilitam que parcelas do patrimônio cultural se transformem em herança, na medida em que são alvo de preservação e comunicação. Esses fatores e procedimentos que a pesquisadora Bonito coloca em sua dissertação intitulada Ecomuseologia: Proposta de Ecomusealização para o Concelho da Ponta do Sol, se relaciona também ao objetivo de que a população conheça, tenha orgulho e se conscientize da responsabilidade acerca do patrimônio. Cristina Bruno, renomada pesquisadora da museologia brasileira acrescenta: "[...] processo de musealização é quando atinge a sociedade e há reciprocidade em relação às ações museológicas."

A proposta de musealização do Cemitério Luterano Centro de Blumenau tem como interesse o de proporcionar este novo significado a necrópole: "Um Museu a Céu Aberto". Seu acervo? Catacumbas construídas em estilos arquitetônicos diversos, história das personalidades sepultadas com reconhecimento a nível mundial, esculturas, alegorias, epitáfios[106] que deixam a história do sepultado gravada na pedra, ritos populares que traçam uma característica da região.

Um dos desafios das instituições museológicas é a interação entre individuo e patrimônio. Uma das formas encontradas para esta aproximação / interação museu e público é a comunicação. Pedro Pereira em seus estudos coloca que a

[105] Lei de 1º de Outubro de 1828 (art. 66 parágrafo 2º) , promulgada por D. Pedro I (Borges, 2006 p. 2) 25

[106] Epitáfio significa "sobre o túmulo", vem do grego: "Epi" – prefixo designa posição superior e "Tafos" – radical que significa túmulo.

ISBN 978-85-92902-01-8

comunicação oferece instrumento para estimular a reflexão, as ideias e despertar questionamentos. Esta nova forma de se pensar o museu sugere que ele se liberte de um espaço restrito e tradicional, para se tornar acessível e promover de fato o conhecimento, a educação e o lazer.

O museu vem incorporando as mais diversas formas e instrumentos para implementar a comunicação com a sociedade. Comumente, as exposições são consideradas como principal instrumento de comunicação dos espaços de memória, pois para a maioria das pessoas museus são as exposições e estas são identificadas como principal forma de comunicação destes espaços. Scheiner, no artigo intitulado “Comunicação, Educação, Exposição: novos saberes, novos sentidos” afirma que: “A exposição trabalha todos os sentidos, constituindo, portanto, uma experiência multidimensional de comunicação”. A comunicação, portanto, exerce uma das funções fundamentais dos museus, pois é o meio de contato mais direto das instituições museológicas com o seu público.

Para que a exposição do Museu a céu aberto, como é o cemitério, interaja com o público, é indispensável à utilização de monitores nos espaços onde acompanharão a visita ou ainda de recursos tecnológicos, onde toda a apresentação poderá ser realizada por meio de QR Codes. Ainda de forma mais modesta, que dispensa um investimento maior é o uso de material gráfico como um *folder* que contenha um breve histórico do cemitério e o mapa com as indicações de construções tumulares singulares. O *folder* é considerado uma ferramenta de comunicação eficiente, pois pode reunir diversas informações referentes ao local a ser visitado. É um dos recursos mais utilizados na apresentação de museus para seus visitantes e pode ser utilizado como um cartão de visita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre o espaço cemiterial é inevitavelmente interligar a um assunto que a maioria das pessoas prefere nem mesmo pensar: a morte. O homem se sente atemorizado pelo fato de que a morte é certa, definitiva e repleta de mistérios.

O objetivo desta pesquisa não foi à discussão do tema morte e nem tão pouco a eterna negação por parte do homem a este fato. Teve-se a pretensão de buscar novos olhares e significados deste espaço repleto de memórias que diversas vezes passa despercebido pelos olhares incrédulos da maioria da população.

ISBN 978-85-92902-01-8

Os cemitérios que antes eram locais exclusivos para a manifestação da fé, transformaram-se em instituição cultural. Mudanças na forma de como o homem encara a morte, a aceleração do desenvolvimento econômico, as etnias que compõem a cultura da população estão presentes nas manifestações relacionadas à morada dos mortos. Estas representações estão vinculadas à dificuldade do ser humano de aceitar a finitude e é a forma de imortalização da memória, levando em conta que a preocupação com a morada dos mortos, geralmente é dos vivos, que buscam na arte funerária evidenciar atitudes em relação à morte e ao morto.

No Brasil, com a constituição de 1891 e o Advento da República, permitiu-se que ricos e pobres fossem sepultados no mesmo campo santo. A posição social do morto passou a ser evidenciada pela qualidade de suas sepulturas. Estudiosos apontam que a morte passou a ser um espetáculo e o campo santo um lugar de ostentação. Este espaço, que é banido do olhar do homem pela escala de valores que moldam a vida do ser humano desses últimos séculos, pode ser considerado um “Museu a Céu Aberto”. Um espaço repleto de memórias, histórias, obras de arte, simbolismos e rituais. Local de contemplação, fruição, questionamentos e reflexões. Um espaço não mais protegido por paredes de grandes casarões históricos e, porque não dizer, de construções modernas, mas, sim, um espaço para que a comunidade colabore na conservação, se sinta integrada e nele se reconheça.

Sabe-se que o espaço museal foi se modificando, com o passar do tempo. Transformações econômicas, sociais e políticas aconteceram ao longo da história da humanidade e nos séculos XVIII e XIX surgem os museus que, considerados espaços elitistas, demoraram a conquistar visitantes. Foi somente no século XX que assumiram as funções básicas de adquirir, preservar e expor, visando se firmar como locais coletivos e abertos ao público em geral.

Atualmente, com a corrente museológica denominada sociomuseologia propõem-se novas e diferentes formas de administrar os espaços museais, tendo por objetivo trabalhar o patrimônio cultural sem a sua descaracterização, onde os objetos comunicam sua essência e os ambiente estejam carregados de memória. Os nossos campos santos estão repletos dessas memórias, memórias de quem se foi, memórias entalhadas na pedra que são registros e individualidades expostas para a população, repletos de ritos populares característicos da região. Expressam, ainda, sentimentos dos escultores, cantareiros e porque não dizer os coveiros.

ISBN 978-85-92902-01-8

Pode-se, assim, concluir que musealizar o cemitério, buscando proporcionar um outro olhar para o espaço, é possível. Pesquisa, comunicação e preservação são meios pelos quais o museu cumpre seu papel. Ao chamar a comunidade para que conheça e participe, terá como resultado a preservação do local e de tudo aquilo ali materializado.

Tem-se consciência que o processo de musealização é um processo muito complexo e que exige a organização de diferentes setores. A intenção desta pesquisa é a de discutir a possibilidade da musealização dos espaços cemiteriais e apresentar em qual corrente museológica pertenceria esta nova tipologia. As questões quanto à documentação do acervo, outras formas de comunicação e a conservação do espaço, ficarão em aberto para futuras pesquisas e debates no campo museal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philipe. **O Homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Vol. II, 1982, p.570-579.

BACA, Lauro Eduardo. Meio ambiente em Blumenau: da pré-história à história. IN: Blumenau em Cadernos. Edição Especial 50 Anos. Blumenau: Ed. Cultura em Movimento, 2007. Tomo XLVIII, Nov./dez., n. 11/12. p. 25.

BLUME, Sandro. Morte e Morrer nas colônias alemães do Rio Grande do Sul: recortes do cotidiano. 2010. 291 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BLUMENAU EM CADERNOS. 2001, Tomo XLII, nº 9/10, P.20-23.

BONITO, Ana Maria Rodrigues. Ecomuseologia : Proposta de Ecomusealização para o Conselho da Ponta do Sol. 2005. 188 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Museologia, Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Geografia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2005.

BORGES, Maria Elizia. Arte funerária no Brasil (1890-1930) ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2002.

COMUNIDADE EVANGÉLICA DE BLUMENAU, 1º Centenário da Comunidade Evangélica de Blumenau. 1957.

CURY, Marília Xavier. Exposição**:** Concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2006. 162 p.

DECLARAÇÃO DE CARACAS – ICOM 1992

FERREIRA, Cristina; KOEPSEL, Daniel Fabricio. Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó. Blumenau : Edifurb; Timbó : Fundação Cultural, 2008. 360 p, i

HOBSBAWM, ERIC J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981, p. 79

LOPES, Cesar. Póvoas, Liliana. “Construir uma Memória da Terra para o futuro” In:*mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

LOUREIRO. Compromisso de Brasília 1976. Acesso em 20 de setembro de 2013. http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0173-5/Sumario/2.1.7.pdf

MICHELOTTI, Denise. Arte em vitrais: a salvaguarda, a extroversão e a sociomuseologia. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Museologia, Departamento de Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011

ISBN 978-85-92902-01-8

MORATELLI, Maria Helena dos Santos. Ritos funerários em Blumenau: década de 40 século XX. 2008. 53 f, il. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2008.
MOUTINHO, Mário C. Palestra realizada na Pinacoteca do Estado de São Paulo. Julho 2012.
MOUTINHO, Mário. “Museus e Sociedade”. Monte Redondo – Portugal Museu patrimônio cultural. São Paulo: CONDEPHAAT/ Ed. Brasiliense, S.A., 1994.
Declaração de Quebec 1984
REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**,** São Paulo,Cia. Das Letras, 1991.
REZZENDE, Eduardo Morgado. Cemitérios. São Paulo; editora Necrópolis, 2007..
SCHEINER, Teresa Cristina. “As bases ontológicas do museu e da Museologia” Venezuela, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, 1999. p. 133- 164

ISBN 978-85-92902-01-8

SEXO DOS MORTOS: PRÁTICAS DE ENTERRAMENTO DAS TRAVESTIS EM CURITIBA

Adriane Piovezan
Faculdades Integradas Espírita
dricapiovezan@gmail.com

Clarissa Grassi
Fundação Cultural de Curitiba
clarissa.grassi@gmail.com

Resumo:

Gilda era conhecida em Curitiba, Paraná, do início dos anos 1980 como a travesti da Boca Maldita. Figura popular da cidade, sua morte foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação de forma sensacionalista, assim como seu sepultamento. A partir desse evento, o enterro de Gilda num jazigo cedido para guardar seus restos mortais, problematiza-se na presente comunicação o local e as práticas de enterramento das travestis em Curitiba nesse período. A sepultura, localizada no Cemitério Municipal Santa Cândida, abriga outras que como ela, não foram acolhidas na hora da morte pela família e amigos. Os debates dessa temática questionam os conflitos enfrentados por essa população, vulnerável em suas escolhas até na hora da morte.

Palavras-chave: Morte; Sepultamento; LGBT; Gênero.

Vi Gilda rindo
Chorando
Não sei onde
Não lembro quando
Gilda não é homem
Nem mulher
Gilda é Gilda
E pode ser o que quiser
Bailarina
Rainha
Messalina
Mendiga
Boa de briga
Comam sua bunda
Chupem seu pau
Chutem sua cara no carnaval

Gilda, de Antonio Thadeu Wojciechowski

Primeira travesti, senão a mais famosa da cidade de Curitiba/PR, Gilda de Abreu, como se intitulava Rubens Aparecido Rinque, faleceu em 15 março de 1983. A comoção gerada por sua morte, assim como o destino de seu cadáver – inicialmente tratado como indigente, e finalmente enterrado em um túmulo cedido por outra travesti no Cemitério Municipal Santa Cândida – são os elementos

ISBN 978-85-92902-01-8

norteadores da análise sobre as práticas de sepultamentos de travestis na capital paranaense.

Presença frequente na esquina da rua XV de Novembro com a rua Doutor Muricy, um homem barbado trajado com vestidos sobrepostos às calças, interpelava quem caminhava pela rua com o bordão “Me dá um trocado, senão te dou um beijo”. Sua estratégia de sobrevivência nas ruas era a abordagem dos transeuntes por dinheiro. Aos que recusavam um trocado, os beijava como punição.

Vivendo sob as marquises de lojas desde o fechamento de um albergue central, dizia chamar-se Gilda de Abreu, uma referência segundo ela própria, ao nome da viúva do cantor e compositor Vicente Celestino, cantora, compositora, atriz e escritora. Sua chegada à capital teria ocorrido dez anos antes, com uma companhia de dança. Fosse pedindo trocados ou dançando ao som de “Tango p’ra Tereza”, Gilda entretia a todos, marcando presença constante também em blocos de carnaval como a Banda Polaca. À frente na folia, agitava a chamada “Boca Maldita” uma área de calçadão ao redor de cafés junto à Praça General Osório, em Curitiba, onde se reúnem os “Cavaleiros da Boca Maldita”, confraria formada por homens que discutem temas variados em um tipo de tribuna livre.

Imagem 1 – Gilda dança no calçadão do centro de Curitiba
Fonte: Fundação Cultural de Curitiba

Sua figura dividia opiniões e gerava polêmicas. Enquanto alguns se referiam a ela como “figura folclórica da cidade”, outros a taxavam como “(...) pústula, sifilítico, um bêbado que vivia provocando as moças” (*Gazeta do Povo*, 25/03/1983). Entre os movimentos contrários à travesti, houve a proibição de sua presença nos blocos carnavalescos, noticiada em 1981, quando a Delegacia de Costumes fez sua

ISBN 978-85-92902-01-8

apreensão sob a alegação de que "iria atrapalhar a promoção comercial da 'Banda Polaca'" (*Diário do Paraná*, 04/03/1981).

Após uma greve de fome na carceragem, foi encaminhada às pressas para a Colônia Psiquiátrica Adauto Botelho. *Habeas corpus* impetrados por advogados em favor de Gilda foram prejudicados pela internação, que, segundo jornais, teria sido uma manobra de Anfrisio Siqueira, então presidente da Boca Maldita que não queria a presença da travesti no local. As polêmicas foram muitas. Vivendo na rua, sua vulnerabilidade era como a de qualquer outro indivíduo nessa situação, já havia sofrido violência por parte de outros moradores de rua. Institucional essa foi a primeira vez.

Em 15 de março de 1983, às 6h20, durante uma ronda três policiais militares encontraram o corpo de Gilda em uma casarão abandonado na rua Desembargador Motta esquina com rua Vicente Machado, local onde "vivem cerca de 20 desocupados" (*Folha de Curitiba*, 16/03/1983). A suspeita inicial de homicídio foi afastada quando por meio da necropsia se constatou que Gilda morreu em decorrência de uma meningite purulenta, agravada por um quadro de cirrose hepática e broncopneumonia. No Instituto Médico Legal a primeira questão em relação à sua identidade foi levantada: quem seria realmente Gilda? Sem a certidão de nascimento ou familiares para reclamarem seu corpo, o cadáver da gaveta de número 66 passou a ser tratado como indigente.

Aos jornais do dia seguinte, coube noticiar o falecimento de Rubens Aparecido Rinque, 32 anos. A travesti Marcia Regina (Alceu Budene), com quem Gilda teria participado de companhias de dança no passado, foi a responsável pelas demandas do sepultamento de Gilda. Ao jornal Estado do Paraná, Marcia declarou: "Nós trabalhamos em famosos shows de travestis, no Rio, São Paulo e fizemos sucesso até na Venezuela. Além das boates, fazíamos apresentações em circos e teatros. Mas houve muitos imprevistos na vida de Gilda e ela caiu em desgraça" (*Estado do Paraná*, 18/03/1983).

Segundo a mesma matéria, teria sido Budene o responsável por conseguir junto à família de Gilda a certidão de nascimento para que seu cadáver fosse liberado no necrotério do IML. O documento foi enviado de Ibiporã, no interior do Paraná, cidade natal de Gilda e local onde sua mãe, Jandira Barbosa Rinque, residia. A certidão chegou ao IML em um envelope, no dia do sepultamento. Nenhum membro da família de Gilda se fez presente.

ISBN 978-85-92902-01-8

Imagem 2 – O enterro de Gilda no Cemitério Municipal Santa Cândida
Fonte: Jornal Estado do Paraná

O caixão foi fornecido gratuitamente pela Funerária São Pedro, já as roupas que vestiram o cadáver "um paletó, calça, camisa" (*Folha de Curitiba*, 16/03/1983) teriam sido doação de um advogado que não quis ser identificado e que levou as peças até o IML. A sepultura em que Gilda foi inumada no Cemitério Municipal do Santa Cândida foi cedida por Budene, proprietário de título de concessão 17574 (atualmente sob autorização de uso de terceiro). Em função da doença infectocontagiosa, por ordem médica o caixão não pode ser aberto. Pelo visor, seu rosto barbado se mostrava envolto em bandagens. Uma rede de solidariedade se formou para dar-lhe um sepultamento "decente".

"Morte bonita"

A notícia da morte de Gilda comoveu a cidade. Diversas versões foram dadas à sua partida, desde a ocorrência de um assassinato a facadas até a versão de que seu corpo estaria em estado avançado de putrefação. Mesmo com a confirmação da morte em decorrência da meningite, um grande afluxo de pessoas se formou no IML em busca de informações e de um último adeus à travesti.

Um movimento com intuito de homenagear Gilda surgiu logo após a notícia de sua morte. O objetivo era colocar uma placa com seu nome no obelisco da Boca Maldita. Segundo reportagem da Revista Panorama (Maio/1983, p. 23), pessoas cercaram o local na mesma noite em que foi noticiada a morte de Gilda e

ISBN 978-85-92902-01-8

começaram a rezar, a acender velas, escrever bilhetes. Notas de cinco mil cruzeiros eram vistas aos montes e o movimento chegou a arrecadar 300 mil cruzeiros.

Entretanto, Anfrisio Siqueira, presidente da Boca, ao perceber o movimento desmanchou toda parafernália deixando para trás somente as marcas das velas que foram acesas. Com essa atitude houve um decréscimo no número de adeptos do movimento e surgiram boatos de que o local seria transferido para outra parte do centro da cidade, junto ao Bondinho. Para Siqueira, "querida ou não, bêbada ou não, não é este o ponto que se discute. O que o revoltou foi um grupo fazer da morte de Gilda um fato que pudesse dar origem a milagres e inclusive a contribuições" (Revista Panorama, maio/1983, p. 24).

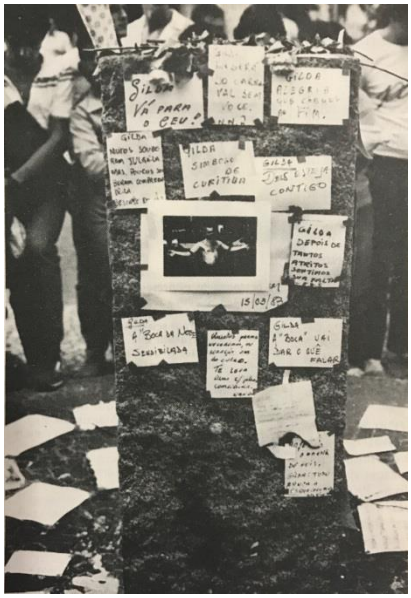


Imagem 3 – Obelisco da Boca Maldita repleto de cartaz, cartazes e velas em homenagem à Gilda
Fonte: Revista Panorama, maio/1983, p. 24

O enterro providenciado por Alceu Budene e ocorrido às 16 horas do dia 17 de março de 1983, foi acompanhado por uma centena de pessoas. Dentre elas duas senhoras depositaram ramalhetes de flores. Mas, foi a despedida da travesti "Primavera Bulcan" a mais marcante. Conforme relatado em matéria do Jornal do Estado do Paraná, levou uma grande quantidade de velas e o "último prato de comida que havia preparado para Gilda". Era Primavera quem a alimentava e a estava atendendo em seus últimos dias. Na foto que registra o sepultamento, é possível ver o prato de comida sobre o caixão e a presença de Primavera de perfil.

ISBN 978-85-92902-01-8

Imagem 4 - Foto do momento em que Primaveira Bulcan, à direita, deposita o prato de comida por sobre o caixão de Gilda.
Fonte: Revista Panorama, maio/1893, p. 25

O ato de Primavera remete às refeições funerárias oferecidas aos mortos durante a Antiguidade, quando com o intuito de alimentar o espírito na morada subterrânea, vertia-se vinho para aplacar a sede e colocavam-se alimentos para saciar a fome. A oferenda de refeições aos mortos ocorria em festas como as lemuria e parentália e tinham como objetivo evitar que “os defuntos voltassem para perturbar os vivos” (ARIÈS, 2003, p. 36).

Chama atenção a declaração dada por Márcia ao jornal Estado do Paraná, dizendo que “apesar das circunstâncias e da pobreza, Gilda foi o único travesti que conheci que teve uma morte bonita. Pois ele é o primeiro que realmente morreu, os outros foram assassinados” (*Estado do Paraná*, 18/03/1983). Morrer em uma situação de mendicância e doença ainda era melhor que ser vítima da violência. Violência essa que ainda que esteja ligada a um fato ocorrido na década de 1980, permanece atual à toda a comunidade LGBT.

O estigma permeia até mesmo a forma e o local de sepultamento da travesti. Não fosse a solidariedade de Márcia, ao ceder seu jazigo para o enterro de Gilda, assim como sua disponibilidade em buscar contato com os familiares para obter a certidão de nascimento, Gilda teria sido fadada ao sepultamento como indigente. A indigência continua a ser uma sombra para transexuais que não são aceitos por suas famílias.

ISBN 978-85-92902-01-8

A lei federal 8.501, de 1992, determina que corpos não reclamados após 30 dias podem ser destinados às escolas de medicina e usados para fins de estudo. Para tanto, enquadram-se nesse caso tanto os corpos sem documentação, quanto aqueles identificados sobre os quais inexistam informações sobre endereços de parentes ou responsáveis legais. A autoridade competente fará publicar, nos principais jornais da cidade, a título de utilidade pública, pelo menos dez dias, a notícia do falecimento. O cadáver só poderá ser destinado para estudo caso não seja fruto de morte violenta.

Grande número de travestis são enterradas como indigentes, vítimas na maioria das vezes de violência e seus cadáveres não são reclamados pelos familiares ou estes não têm interesse em fazer o reconhecimento em fornecer uma sepultura digna. Um dos casos de repercussão ocorreu com Andrea de Mayo.

Ativista, dona de casa de shows em São Paulo, Andrea morreu em maio de 2000. Mesmo sendo conhecida pelo seu trabalho e tendo participado de diversas mídias como militante do movimento LGBT, Andrea não teve seu corpo reconhecido pelo pai. Um amigo cedeu uma sepultura no Cemitério da Consolação em São Paulo. Em 2016, o Serviço Funerário de São Paulo realizou uma homenagem, onde o professor da USP Renato Cymbalista doou uma placa com o nome social de Andrea de Mayo[107]. A reparação foi feita, sua memória de luta e vivência como travesti foram respeitados na placa com o nome que usou em vida e pela representação gráfica de sua fisionomia pública.

O estigma e a rede de solidariedade

Outras travestis também foram enterradas no jazigo pertencente à Márcia Regina onde, dentre as outras dez inumações identificadas, ao menos quatro são de travestis. Essa identificação só foi possível através da comparação entre os nomes registrados na lápide e os registros constantes no livro de sepultamentos do cemitério.

A sepultura conta com uma cabeceira em granito onde foram implantadas seis fotografias em porcelana. Destas, três figuram Martinha Florença, Daniela C. Bastos e Verusca travestidas como mulheres. Há ainda o nome de cinco pessoas

[107] Andrea de Mayo Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/servico_funerario/Andreia%20de%20Mayo%20biografia%20Homenagem%2017%20de%20novembro%20de%202016%2015%20horas-3.pdf Acesso em: 10/05/2017

ISBN 978-85-92902-01-8

entalhados no granito, mas sem a presença de fotografias. Entre estes “Leandra”, “Primavera Bolcan” e “Gilda R. A. Rinqueu”.

Imagem 5 – Foto da lápide do túmulo de propriedade de Alceu Budene no Cemitério Municipal do Santa Cândida com os seguintes registros da esquerda para a direita: Celina R. Peixoto, Léo Baun, Martinha Florença, Daniela C. Bastos, Renilda M. Baun (todos estes com fotografias) e na linha abaixo sem imagens Nilsa Baun, Raimundo N. Siqueira, Leandra S. Pedroso, Primavera Bolcan, Gilda R. A. Rinqueu. Junto da parte inferior do epitáfio lê-se a frase “Deixou-nos como herança: amor, tristeza e saudades. Homenagem de Marcia”
Fonte: Acervo Clarissa Grassi

Das travestis, correspondem os assentos:

- Daniela C. Bastos registro civil como José G. Lima Jr., falecida em 17/04/1985, por politraumatismo, aos 36 anos;
- Primavera Bolcan registro civil como Hildebrando A. de Barros, falecida em 11/05/1992, por insuficiência respiratória aos 44 anos;
- Leandra registro civil como Paulo Pedroso, falecida em 15/10/1998, por hemorragia aguda, aos 28 anos;
- Verusca registro civil como Adilson Faustino, falecida em 03/04/2002, por meningite, aos 42 anos.

Ao observarmos os dados de sepultamento além de dois casos com mortes possivelmente violentas, como politraumatismo e hemorragia aguda, todos aparecem registrados enquanto pessoas do sexo masculino. A única referência à transexualidade é exclusiva do epitáfio.

No documentário “Beijo na Boca Maldita” (2008) de Yanko del Pino, a modelo Baby Garrot declara que fosse homossexual, travesti, nenhuma era enterrada como

ISBN 978-85-92902-01-8

indigente. “Faziam vaquinha, davam jeito. Elas eram mais unidas, mais humanas naquela época”. Apresentando os nomes dos sepultados, comenta que Martinha Florença foi o primeiro transexual de Curitiba, em 1940. Já Daniele Cristina teria sido “um espelho para todas elas, única primeira operada em Curitiba”. Comenta da presença de Primavera Bolcan e de Gilda, todas beneficiadas por Marcia Regina ao ceder seu túmulo no Cemitério Santa Cândida. Infelizmente trajetórias que não tiveram a mesma repercussão que Gilda, sendo relegadas a silêncios e esquecimento.

Nas duas últimas décadas do século XX, a possibilidade de um indivíduo possuir um nome social[108] era inexistente. Movimentos LGBT e pelos direitos das minorias estavam nascendo. No momento da morte, por mais que a pessoa tivesse assumido publicamente um gênero diferente do seu documento oficial, era, como ainda o é, o registro civil que determinava a redação de seu assento de óbito, cabendo à família apenas o controle das decisões ligadas a forma como o velório e o sepultamento seriam conduzidos, entre elas, a escolha das vestimentas do morto.

Para Elias (2001), as mudanças no curso do desenvolvimento social vão trazer respostas diferentes sobre a natureza da morte, correspondendo a estágios, sendo específicas para cada grupo. Dessa forma, ideias da morte e rituais correspondentes tornam-se um aspecto da socialização (ELIAS, 2001b, p. 12), gerando aproximações e afastamentos de acordo com as ideias de cada grupo.

O Código Civil de 2002 artigo 1.881 estabeleceu o codicilo[109], ou ato em que o indivíduo atesta suas últimas vontades, como a forma pela qual deseja ser enterrado, a doação de pequenos objetos, etc. Tal instrumento é menos formal que um testamento, cabendo ao codicilante escrever de próprio punho tais disposições especiais. Esse instrumento pode ser a única alternativa para que travestis e

[108] O uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais foram dispostos pelo decreto 8727 de 28 de abril de 2016. Segundo o decreto, considera-se nome social “designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e
II - identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.”

[109] CC - Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002 Institui o Código Civil.
Art. 1.881. Toda pessoa capaz de testar poderá, mediante escrito particular seu, datado e assinado, fazer disposições especiais sobre o seu enterro, sobre esmolas de pouca monta a certas e determinadas pessoas, ou, indeterminadamente, aos pobres de certo lugar, assim como legar móveis, roupas ou jóias, de pouco valor, de seu uso pessoal.

ISBN 978-85-92902-01-8

transexuais tenham sua identidade de gênero respeitada quando de seu sepultamento.

Ainda que o codicilo possa ser uma ferramenta para buscar concretizar os desejos em relação aos despojos do morto, sua validade é frágil, uma vez que sua execução e conhecimento ainda dependem da família.

Sexo dos mortos: a negação da identidade de gênero de travestis

Ao trabalhar com o ritual funerário, Fernando Catroga enfatiza

> que a morte do outro, é a morte de cada um que se antevê; e, na recordação do finado, é ainda a sua própria morte que se pensa ou se dissimula: na sua re-presentificação, encontra-se projectada a morte futura do próprio evocador, bem como os seus anseios de perpetuação na anamnesis dos vivos. (CATROGA, 2010, p.168)

Rememorar uma violência e um desrespeito com a existência do indivíduo que era travesti e acaba sendo sepultado com nome e foto masculina é mais uma violência para essa população que vive na vulnerabilidade de suas existências. Nos rituais fúnebres, a negação dessa existência enquanto travesti, sequestra seu núcleo de amizades dos ritos de despedida que seriam condizentes com a experiência cotidiana da pessoa.

Como afirma Judith Butler, corpos que não atuam como o esperado são abjetos (BUTLER, 2003). Os corpos considerados pela sociedade abjetos em vida, como cadáveres também o são. Os abjetos, segundo a autora que é referência nos estudos de gênero, se referem às zonas obscuras, que tais excluídos da sociedade convivem no seu cotidiano.

Considerações finais: morrer como um homem?

A ficção do século XXI abordou de forma contundente a questão do enterro de travestis. Exemplo disso são as películas como o longa Morrer como um Homem de João Pedro Rodrigues (Portugal, 2009) e o curta-metragem Os sapatos de Aristeu de René Guerra (Brasil, 2007).

Ambos os recortes privilegiam a questão de como esse indivíduo que construiu sua identidade de gênero feminina, é velado como homem. No primeiro caso, da ficção portuguesa, a própria personagem escolhe esse desfecho, a partir de concepções religiosas de que no além iria ser chamada por seu nome de

ISBN 978-85-92902-01-8

batismo. No curta brasileiro a violência é praticada pela família que desmonta a travesti e impõe um figurino masculino, além de se referir ao seu nome de registro civil, Aristeu.

Esses dois exemplos ficcionais agregam situações vivenciadas no mundo real por essas populações. Imposições familiares geralmente são mais fortes do que as evidências do estilo de vida das mortas. Em casos, extremos, como já foi abordado, o abandono desse cadáver também enfatiza essa violação das vontades do indivíduo, já que o mesmo é abandonado como indigente.

A ausência desse acolhimento por parte da família estimula essas redes de sociabilidades entre a comunidade LGBT que se mobiliza em sepultar dignamente pessoas transgêneras e travestis.

No caso da sepultura o Cemitério Municipal Santa Cândida em Curitiba, essa sociabilidade antecipou em algumas décadas os coletivos e ONGs e a própria sigla de movimente LGBT. A necessidade prática e o reconhecimento entre iguais e excluídas permitiu que outras travestis como Gilda tivessem sua existência e memória respeitadas como suas escolhas de vida também no momento de sua morte. Essa performatividade na vida da travesti, entre outras minorias, construídas ao longo de suas vidas podem e devem ser repetidas em suas mortes.

Jornal Diário do Paraná
Jornal Estado do Parana
Gazeta do Povo
Folha de Curitiba

Referências bibliográficas

ARIÈS, Phillippe. História da morte no ocidente. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003
BENTO. Berenice. Borboletas da vida. Dire!"o de Vagner de Almeida. Rio de Janeiro: Abia, 2004, 38 min. BASTA um dia. Dire!"o Vagner de Almeida. Rio de Janeiro: Abia, 2006, 55min.Resenha, Revista Bagoas: Estudos Gays, gênero e sexualidade, UFRN, Vol 2, n.2. 2008, p.253-257.
BUTLER, Judith. Problemas de Gênero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
CAMILLO BONASSI, Bruna; dos Santos Amaral, Marília; Filgueiras Toneli, Maria Juracy & Amaral de Queiroz, Mariana. Vulnerabilidades mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. Cadernos de Psicologia, 2015, 17(3), 83-98. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1283 Acesso em: 01/04/2017.
CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. Revista ArtCultura, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan.-jun. 2010
COULANGES, Fustel de. A cidade antiga. São Paulo: Editora Martin Claret, 2009.
ELIAS, Norbert.. A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer e Morrer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
MARINS, Paulo. A morte de Gilda, a alegria das ruas. Revista Panorama, Curitiba, n. 327, p.22-25, maio/1983.
RIBEIRO, Ana. Ser enterrada como homem é história que se repete entre transexuais. Portal Geledés, Questões de gênero LGBTI Disponível em: http://www.geledes.org.br/ser-enterrada-como-homem-e-historia-que-se-repete-entre-transexuais/#gs.null Acesso em 05/05/2017.

ISBN 978-85-92902-01-8

VESTÍGIOS MATERIAIS DA MORTE: AS PESQUISAS EM ARQUEOLOGIA E CEMITÉRIOS NA BAÍA BABITONGA, SANTA CATARINA

Maria Cristina Alves, Universidade da Região de Joinville (Univille),
mariacristinaalves22@gmail.com

Fernanda Mara Borba, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC),
fernanda.soet@gmail.com

Graciele Tules de Almeida, Universidade da Região de Joinville (Univille),
gracitules@gmail.com

RESUMO: Este artigo apresenta as pesquisas no âmbito da História e da Arqueologia em cemitérios situados na Baía Babitonga, Santa Catarina, com o intuito de discutir os estudos da cultura material em espaços de sepulcro. A escolha pelos sítios considerou a existência de pesquisas em cemitérios com a baliza temporal entre o oitocentos e a segunda metade do novecentos. Nesse sentido, foram destacados quatro sítios: o Cemitério da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça e o Cemitério Municipal, em São Francisco do Sul, e os cemitérios do Imigrante e dos Suíços, em Joinville, esse último ainda em investigação. As análises consideraram os documentos históricos e os vestígios arqueológicos presentes nas áreas de investigação, incluindo fontes escritas, iconográficas e orais, bem como a delimitação desses cemitérios enquanto sítio arqueológico histórico, valorizando as informações muitas vezes ausentes dos tradicionais estudos nestes espaços.

PALAVRAS-CHAVE: Cemitérios; Arqueologia Histórica, Baía Babitonga.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta as pesquisas no âmbito da História e da Arqueologia em cemitérios situados na Baía Babitonga, nordeste de Santa Catarina, com o intuito de discutir os estudos da cultura material em espaços de sepulcro. A escolha pelos sítios cemiteriais considerou a existência de pesquisas acadêmicas ou de contrato em cemitérios com a baliza temporal entre o oitocentos e a segunda metade do novecentos. Nesse sentido, foram destacados quatro sítios: o Cemitério da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça e o Cemitério Municipal, em São Francisco do Sul, e os cemitérios do Imigrante e dos Suíços, em Joinville, esse último ainda em investigação. Considerando que poucas são as análises que relacionam os cemitérios e os vestígios materiais enquanto fontes de pesquisas arqueológicas, os estudos levantados apontaram informações interessantes e, muitas vezes, ausentes

ISBN 978-85-92902-01-8

dos tradicionais estudos nestes espaços. Tais como a recuperação de artefatos relacionados aos rituais de enterramento, a enterramentos ocorridos e o perfil da população sepultada, a evidenciação de estruturas desconhecidas e outros aspectos que envolvem os espaços e as práticas de sepulcro.

A palavra cemitério remete inicialmente ao local de realização da inumação do corpo e onde se encontra a sepultura, envolvendo o ato de enterrar diretamente no solo edificando uma estrutura funerária. Em Arqueologia, os estudos que envolvem as práticas funerárias e os locais de sepultamento, no contexto pré-colonial, ficaram conhecidos como Arqueologia da Morte. Na década de 1970, os trabalhos de Saxe (1970) e Binford (1971) serviram como base para os estudiosos que pretendiam registrar, analisar e interpretar estruturas mortuárias, principalmente em sítios funerários pré-coloniais. Esses autores abordam questões que envolvem a morte e seu tratamento com diversas sociedades, a partir da noção de que as práticas depois da morte refletem certas regras culturais praticadas pelos indivíduos ainda em vida. Saxe (1970) desenvolveu modelos interpretativos sobre a prática do enterramento, tendo como foco questões de identidade social. E Binford (1971) relaciona informações etnográficas a possíveis “representações” encontradas nas práticas funerárias. Em outra pesquisa em cemitérios, Dethlefsen (1981), nos Estados Unidos, questiona sobre o que os túmulos podem informar sobre as suas comunidades. Nesse sentido, o caráter documental desses espaços extrapola o mundo dos mortos a medida em que os desejos dos vivos materializam-se nas sepulturas. Para Carvalho (1997), significa que “os espaços destinados aos mortos, em uma sociedade refletem espetacularmente o mundo dos vivos, ou seja, trata-se de um local de ‘reprodução simbólica do universo social’” (CARVALHO, 1997). Os estudos cemiteriais no contexto histórico têm como referência os trabalhos desenvolvidos por Ariès (2003) e a **História da Morte no Ocidente**, que aborda o posicionamento dos indivíduos diante da morte, e o ***Histoires Figurales*** de Vovelle (1989), desenvolvido a partir dos estudos em cemitérios urbanos dos séculos XIX e XX, nos epitáfios, nas comunicações de falecimento, nos testamentos, nos altares entre outros.

No Brasil, o trabalho de Valladares (1972) é referência nos estudos cemiteriais. Em **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros** o autor registrou e analisou a arte e a arquitetura tumular de diversas cidades brasileiras. Também Borges (1991; 2002) estudou o ofício e a produção escultórica dos marmoristas

ISBN 978-85-92902-01-8

italianos na cidade de Ribeirão Preto, em São Paulo. Especificamente em Arqueologia, Lima (1994) abordou o processo de implantação dos valores burgueses a partir dos estudos de jazigos e adornos encontrados nos cemitérios oitocentistas no Rio de Janeiro. A arqueóloga e Bellomo (1998), que se dedicou a analisar a estatuária fúnebre de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, são considerados os pioneiros nos estudos da arte tumular no campo das pesquisas arqueológicas.

Segundo Grassi (2016), no Brasil, a implantação dos cemitérios iniciada durante o século XIX, ocasionou diferentes reações populares. Isso foi demonstrado por Reis (1991) no trabalho sobre o Cemitério Campo Santo, na Bahia, e a revolta que ficou conhecido como Cemiterada. Esta se referiu ao levante que teve como estopim a Lei de 24 de outubro de 1836, em Salvador, que proibia os tradicionais enterramentos no interior das igrejas, concedendo a uma companhia privada o monopólio sobre os enterramentos por 30 anos. No Rio de Janeiro, Rodrigues (1997) estudou os desdobramentos da proibição dos enterramentos nas igrejas em decorrência de epidemias. Ao longo do século XX, os cemitérios e as práticas relacionadas com a morte e os sepultamentos serão abordados de maneira diversas, principalmente a partir do processo de secularização desses espaços, da dessacralização da morte e da distinção social de famílias, além da criação de cemitérios militares e monumentos aos mortos.

Entendidos como espaços de materialização das memórias individuais e coletivas, os cemitérios representam um campo de estudo relevante para compreensão das sociedades atuais e do passado, como também um significativo campo de valorização do patrimônio cultural, material e imaterial.

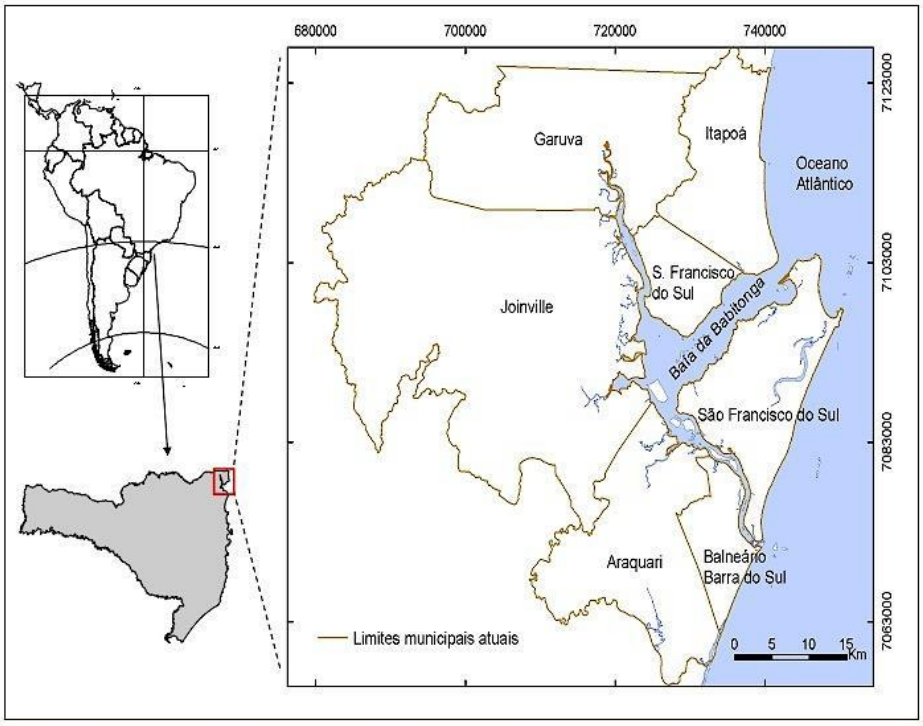
ARQUEOLOGIA CEMITERIAL NA BAÍA BABITONGA

A Baía Babitonga abarca atualmente os municípios de São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, Araquari, Joinville, Garuva e Itapoá, bem como ainda outras 25 ilhas (figura 1). A história dessa região remete, segundo Pereira (2004), às iniciativas de ocupação da capitania de Santo Amaro e Terras de Sant'Ana, criada em 1534, cuja extensão territorial era de Cananeia (São Paulo) até Laguna (Santa Catarina). Na região de Santa Catarina o povoamento ocorreu a partir da década de 1650, com a fundação de Nossa Senhora do Rio São Francisco, em 1658, Nossa Senhora do Desterro, em 1675, e Santo Antônio dos Anjos da Laguna, em 1684, por

ISBN 978-85-92902-01-8

casais paulistas e luso-brasileiros enviados pela coroa portuguesa acompanhados por agregados e cativos. A antiga vila de Nossa Senhora do Rio São Francisco – que contemplava os municípios supracitados – conta como o primeiro registro de ocupação histórica a chegada de Manoel Lourenço de Andrade. Ele, "provavelmente, em 1658, transferiu-se com toda sua parentela, escravos e agregados para o Rio São Francisco, [...] apoiado pelo governo de São Vicente, [que] teve condições para garantir o progresso do lugar" (PEREIRA, 2004, p. 41)[110]. Ao assegurar a posse da região, as terras foram divididas entre os estabelecidos por meio de sesmarias nas áreas da vila, Laranjeiras, compreendendo a Lagoa Acaraí, Iperoba, Península do Saí, Ilha do Mel, Rio Pinheiros – além de outras mais, pelas vizinhanças (CABRAL, 1968, p. 35).

Figura 1 – Localização da Baía Babitonga



Fonte: Projeto Atlas Histórico da Região da Baía da Babitonga (UNIVILLE, 2007).

Outros registros de concessões de sesmarias da região remetem às localidades de Itapoá (1711), Três Barras (1787, 1802), à área de cabeceira do Rio Areias (1788), Iperoba (1803), junto aos Rios Bucarein, Pirabeiraba, Palmital, Jaguaruna, dos Mirandas, Paranaguá e Ilha do Mel (1804), Itapema, na Olaria, Rio

[110] Há ainda referência anterior a uma concessão feita a pedido de Antônio Fernandes datada de 1642 para o povoamento dessa vila (CABRAL, 1968, p. 35).

ISBN 978-85-92902-01-8

Parati, no lugar do Rio do Morrete (1805), Rio Piraí, Rio Monte de Trigo, Rio Acaraí (1808), no Morro da Palha (1817), próximo ao Rio São João (1822), Rio Parati (1825) e Rio Cubatão (1827) (JOINVILLE, s.d.)[111]. Constituídos como antigas localidades da Baía Babitonga, muitos desses espaços se mantiveram habitados ao longo de muito tempo e abrigam um número importante de sítios arqueológicos, guardando vestígios registrados por pesquisas nas áreas da História e Arqueologia. Segundo o levantamento de estudos feitos a partir da documentação presente na Superintendência Estadual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Iphan) em Santa Catarina e na Procuradoria da República (procedimentos administrativos), Comerlato (2003) apresenta uma relação dessas investigações. Os sítios registrados (60) foram classificados em categorias de acordo com suas funções: religiosos (igrejas e cemitérios), militares (baterias, fortalezas, fortes e fortins), comerciais e produtivos (armações, engenhos, caieiras, indústrias), domésticos (residências, sesmarias), portuários (portos, cais, alfândegas), entre outros (caminhos, quilombos). Dos sítios mencionados por Comerlato (2003) no Estado, os que fazem parte do litoral norte – entre Itapoá e Penha –, portanto a área de interesse dessa análise, totalizam 11 registros. Ressalta-se, porém, que posteriormente a esse levantamento outros sítios foram pesquisados e cadastrados, levantados por Borba (2014) – mais 11 – e que, somados aos mencionados por Comerlato (2003), totalizam 22 sítios.

Para além dos sítios conhecidos, a Baía Babitonga ainda contempla um número significativo de ocorrências históricas, presentes em um trabalho elaborado por Bandeira e Alves (2012) sobre a ocupação histórica no nordeste de Santa Catarina com base em levantamentos arqueológicos. As arqueólogas buscaram relacioná-los a grupos de diferentes origens étnicas que migraram para a região e a suas práticas e relações sociais por meio dos remanescentes materiais (BANDEIRA; ALVES, 2012). Totalizando 141 ocorrências, as pesquisadoras as representaram em unidades domésticas, domésticas com produtivas associadas, produtivas, coletivas, de abastecimento e de comunicação.

O número de sítios históricos e ocorrências diagnosticadas demonstra o grande potencial que o litoral norte de Santa Catarina apresenta às pesquisas arqueológicas acerca do período histórico, sobretudo àquelas que visam ao estudo

[111] Os dados dos registros de concessões de sesmarias da região foram recolhidos por Alves (2003).

ISBN 978-85-92902-01-8

de contextos cemiteriais, considerando que todos os grupos, de maneiras distintas, asseguraram espaços para abrigar seus mortos e efetuar seus rituais fúnebres.

AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS

Os documentos produzidos pelo fazer arqueológico, gerados por estudos associados aos licenciamentos ambientais, auxiliaram na identificação das áreas impactadas e estudadas e os vestígios materiais encontrados e salvos[112]. Essa modalidade se faz necessária para a obtenção de licenças dos órgãos ambientais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma) e a Secretaria de Meio Ambiente de Joinville (Sema), a fim de cumprir o que determina as Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), a Portaria n. 230 de 17 de dezembro de 2002 e a Instrução Normativa n. 1 de 25 de março de 2015, do Iphan (BRASIL, 2002; 2015).

Entre os sítios e ocorrências pesquisados pela Arqueologia, tratam-se aqui dos cemitérios em São Francisco do Sul e Joinville, estudados em grande parte pelos vínculos aos projetos de licenciamento ambiental. Desse modo, esses objetivavam salvaguardar a cultura material, não sendo, por vezes, executados com a intenção acadêmica de analisar problemáticas relacionadas às relações sociais da sociedade local no passado. Entretanto, o *modus operandus* da pesquisa arqueológica permite que análises específicas sejam realizadas a qualquer momento, buscando discutir questões abordadas, ou não, pela historiografia, pelo viés do documento material. Além dos artefatos e da documentação reunida por esses projetos, registros escritos e iconográficos que fizeram referência aos vestígios estudados, também foram avaliados.

O Cemitério da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça em São Francisco do Sul

O sítio arqueológico histórico Igreja Matriz de São Francisco do Sul foi estudado por meio do **Salvamento e Monitoramento Arqueológico em Área do**

[112] A partir da década de 1980, a Constituição Brasileira determinou empreendimentos potencialmente causadores de danos ao ambiente fossem submetidos, antes de sua implementação, aos chamados “estudos de impacto ambiental”, que envolvem diferentes áreas do conhecimento (biologia, geologia, antropologia, entre outras, além da arqueologia).

ISBN 978-85-92902-01-8

Entorno da Igreja Matriz de São Francisco do Sul, que fez parte da recuperação da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça (UTM Sirgas 2000 22J E735889 – S7095202) do Programa Monumenta (ALVES, 2004). O conjunto de artefatos, inteiros e fragmentados, é composto de 1.330 vestígios (cerâmicos, metálicos e vítreos), seguido de 214 ocorrências de ecofatos (conchas e ossos de fauna) e, ainda, de 265 fragmentos ósseos humanos, desarticulados, totalizando 1.809 itens. A pesquisa localizou mais de 10 sepultamentos na área do cemitério e chegou à conclusão de que a área era de refugo, aproveitada para enterramentos. As covas evidenciadas suscitaram questões referentes ao *status* social dos sepultados, cujas hipóteses levantadas sugerem que constituíam indivíduos de baixa renda, ou escravos, por ser na área externa da igreja (ALVES, 2004). A sobreposição de covas, com orientação dos corpos em direções diversas, indica que houve período de abandono, perdendo-se a referência de antigos enterramentos (figura 2). Há que se considerar a inexistência de jazigos e lápides, prática utilizada apenas para os cidadãos abonados.

Figura 2 – O enterramento 5 teve seu crânio e ombro direito retirado pelo enterramento 7 (à esquerda). Sobre o tórax deste último havia ossos (costelas) de um terceiro indivíduo, não identificado (à direita)

Fonte: Alves (2004, p. 21).

Remanescentes de indumentária, de adornos e de urnas funerárias são indicadores de *status* social. Segundo Alves (2004), a ausência deste tipo de vestígio, igualmente, já era comum, até o século XIX, especialmente em enterramentos de cidadãos pobres ou escravos. Aqueles com poder aquisitivo podiam encomendar roupas especiais, de acordo com a irmandade a que pertenciam (ALVES, 2004, p. 43). Um fato importante desse espaço é salientado por Pereira (1984) ao indicar que os enterramentos na Matriz e em seu adro ocorreram

ISBN 978-85-92902-01-8

até 1832, ano em que foi definido o local do primeiro cemitério convencional, desativado em 1931.

O Cemitério Municipal em São Francisco do Sul

O Cemitério Municipal em São Francisco do Sul também foi pesquisado por Alves em 2013 como parte da regularização ambiental do espaço no **Diagnóstico Arqueológico Prospectivo no Cemitério Municipal de São Francisco do Sul, SC** (SAD69 E737100,4055 – N7093971,2198 vértice norte, E737245,2264 – N7093804,6644 vértice leste, E737126,261 – N7093696,5555 vértice sul e E736993,2958 – N7093759,4919 vértice oeste). Inaugurado em 1931, o cemitério está ativo e conta com jazigos horizontais e verticais destinados aos adultos "comuns", crianças e indigentes. A área conta ainda com sede administrativa, um ossuário e três capelas ecumênicas, além de arruamento e acessos internos, de acordo com os documentos acessados.

Segundo Alves (2013), os jazigos "comuns" são, em sua maioria, em alvenaria. Na porção frontal do cemitério se encontram os enterramentos mais antigos, inclusive de cidadãos que tiveram seus restos mortais trasladados do antigo cemitério. No geral, os jazigos são simples, com cabeceiras para suporte de lápides, onde as inscrições limitam-se aos dados dos sepultados e como ornamento apresentam cruzes ou anjos. A pesquisa registrou as características construtivas de 19 estruturas de enterramento, com base em inventário realizado no Cemitério do Imigrante de Joinville (FONTOURA *et al*, 2007), observando-as conforme a antiguidade e a existência de gradil e de ornamento. A pesquisa registrou 15 estruturas simples, retangulares, com apenas uma sepultura, contendo um ou mais sepultados sobrepostos, e quatro múltiplos, com um ou mais espaços para sepulturas lateralmente (ALVES, 2013). Na análise, observou-se o conceito usado por Fontoura *et al* (2007, p. 18) sobre a monumentalidade aplicado às "estruturas que se destacam no conjunto por apresentarem elementos ornamentais mais elaborados e/ou cabeceiras que extrapolam a dimensão média". Para Borges (2002), grandiloquência, qualidades artísticas e decoração apurada são as características de estruturas monumentais. Assim, o estudo pontuou um jazigo que se enquadra na tipologia de "porte médio", considerando que a estrutura tende para o verticalismo, com uma altura de "2,5 a 5,5 metros [...] com carneiras altas,

ISBN 978-85-92902-01-8

cobertas com campas levemente inclinadas [...]" (BORGES, 2002, p. 180), com presença de anjos, vasos, piras, entre os adornos.

O Cemitério do Imigrante em Joinville

O cemitério do Imigrante em Joinville tem sua história atrelada a antiga Colônia Dona Francisca, que a partir de 1851 recebeu imigrantes europeus, contando também com a presença indígena da região e afrodescendente (possivelmente a maioria escravizada). No início da ocupação, essas levas de imigrantes vivenciaram adversidades como as epidemias (GUEDES, 1996) que, com as mortes naturais, fizeram com que um cemitério logo fosse criado. Desta maneira, ainda no primeiro ano da colonização, começaram os enterros no Cemitério Evangélico de Joinville, posteriormente denominado Cemitério do Imigrante. Com uma área atual de 12.174 m^2, o espaço é "um dos poucos cemitérios brasileiros erigidos no paisagismo de um bosque, conservando e cultivando árvores frondosas assim como selecionando plantas decorativas regionais" (VALLADARES, 1972, p. 310). Também há indícios que este foi o primeiro no Brasil a abrigar, lado a lado, católicos e protestantes (CUNHA, 1996), dado que somente em 1870 foi aberto o Cemitério Católico, onde hoje se encontra a Mitra Diocesana. Com a inauguração do Cemitério Municipal, em 1913, o Cemitério do Imigrante foi desativado, mas até o início da década de 1960 foram feitos alguns sepultamentos em jazigos perpétuos (KRISCH, 1991). Devido seu valor histórico-cultural, o Cemitério do Imigrante foi tombado pelo Iphan em 1962 como patrimônio histórico e arqueológico brasileiro. Por essa razão, em 2007 foi desenvolvido o Projeto **Cemitério do Imigrante: Pesquisa, Interdisciplinaridade e Preservação** (FONTOURA *et al*, 2008), subsidiando as ações de comunicação museológica, preservação e de Educação patrimonial (figura 3).

O conjunto de artefatos coletados durante a pesquisa indicou que o Cemitério passou por modificações em diferentes momentos. O material rochoso encontrado abaixo do solo foi, de acordo com a pesquisa, utilizado para pavimentação dos antigos caminhos do Cemitério. Os fragmentos de tijolos, argamassas e rebocos são frutos da degradação que os jazigos sofreram com o tempo e reformas a posteriores. Os fragmentos de cerâmica utilitária, lisas e decoradas eram similares as das lápides confeccionadas com esse material, que ainda podem ser encontradas

ISBN 978-85-92902-01-8

em alguns jazigos, bem como dos vasos e floreiras que foram, possivelmente, colocados juntos aos jazigos pelos familiares dos mortos. Também foram identificados fragmentos de vidro de diferentes cores, lisos e decorados, e outros relativos aos rituais para os mortos como cera, certamente de velas. Além desses, outros artefatos foram registrados (botão, isqueiro, caneta, zíper, moeda, entre outros), provavelmente deixados por pessoas presentes em rituais de sepultamento, que foram visitar seus mortos, que nele trabalharam (jardineiros, coveiros, vigias, etc.) ou que usaram para lazer e turismo, principalmente depois do reconhecimento como patrimônio nacional. A pesquisa também coletou materiais metálicos relacionados aos jazigos como os pregos dos caixões, dobradiças, barras adornadas de gradis e cruzes (placas), ou associados as ferramentas usadas na construção dos jazigos e manutenção do Cemitério.

Figura 3 – Jazigo soterrado J514, sua localização não coincide com alinhamento atual Escavação do jazigo J518, quadrante 1, e Pregos coletados no jazigo J518.

Fonte: Arselle *et al* (2007, p. 48; 53).

O estudo frisou que todo o material foi retirado de pequenas valas abertas durante a instalação da rede de drenagem, que atingiram uma pequena área do Cemitério, indicando no espaço, que não é de uso cotidiano, uma densidade considerável de vestígios arqueológicos e informações importantes que podem servir de investigações diversas e futuras. Sob a ótica da Arqueologia, a pesquisa foi importante ao proporcionar a elaboração do inventário dos mais de 400 jazigos, com uma metodologia concebida que visou a decodificação de cada destas estruturas, registrando tipologias, dimensões, lápides, epitáfios, inscrições, adornos e ainda seus estados de conservação.

ISBN 978-85-92902-01-8

O Cemitério dos Suíços em Joinville

Em 2008, Alves efetuou o **Diagnóstico Arqueológico da Área de Instalação de Subestação da Eletrosul Centrais Elétricas S/A, em Joinville – SC**, na faixa para implantação do traçado do Seccionamento da LT Joinville – Curitiba 230KV e na faixa para Remanejamento da Linha de Transmissão LT Blumenau – Joinville 230KV. Na área de influência indireta do empreendimento a arqueóloga registrou e cadastrou como sítio arqueológico histórico o Cemitério da Rua dos Suíços. Em andamento, uma nova pesquisa faz parte processo de licenciamento de um condomínio residencial, em cuja área diretamente afetada consta o cemitério (UTM Sirgas 2000 E708754 – N7092336). Trata-se da **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Boulevard Premium Residence e Resort, em Joinville, SC** (ALVES; BORBA; ALMEIDA, 2017) que, referente ao sítio, considerou as medidas estimadas por Alves (2008) em 850 m^2, mais um raio de 50 metros de entorno, compreendendo 10.638,05 m^2.

Nesta nova pesquisa, tem-se como fundamental ação para a conservação da área cemiterial a sua delimitação, prevendo-se uma sequência de atividades. Primeiramente, a limpeza superficial do cemitério e entorno, mantendo a vegetação ornamental presente, deve permitir a identificação de sepulturas e regularidade ou não das mesmas e o posicionamento da vegetação associada as covas que deverá ser tomada como indicador preliminar do perímetro da área cemiterial. Depois, com base na distribuição de sepulturas e vegetação, deve-se prospectar superficialmente a área fora do perímetro estabelecido preliminarmente. As sondagens dbuscarão identificar marcas de corte características de covas e não devem ultrapassar 50 centímetros de profundidade a fim de se evitar interferência em sepultamentos. A distribuição e abrangência dessas sondagens serão estabelecidas em campo após avaliação das estruturas superficiais e informações orais. Em seguida, haverá a prospecção do entorno e o inventário das sepulturas com base em metodologia experimentada no Cemitério do Imigrante (FONTOURA *et al*, 2007), com descrição morfológica (dimensões, elementos constituintes e associados), registro de lápides e inscrições, entre outras características. E por fim, tem-se a definição dos limites da área cemiterial. Conta-se também com ações de Educação patrimonial com escolares e antigos moradores do entorno do cemitério, a fim de colaborar com a análise e discutir sobre as informações de cunho histórico e arqueológico.

ISBN 978-85-92902-01-8

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES E POSSIBILIDADES DAS PESQUISAS EM ARQUEOLOGIA E CEMITÉRIOS

Dentre as diversas abordagens possíveis nos estudos cemiteriais, se destacam as análises sobre a arte, a arquitetura tumular, a história de criação e consolidação dos cemitérios, incluindo aspectos quanto à secularização dos espaços de morte. Os estudos acessados apontaram contribuições interessantes para a Arqueologia em cemitérios, tais como a recuperação de vestígios dos rituais de enterramento, dados sobre a quantidade de enterramentos ocorridos nos locais, a evidenciação de estruturas até então desconhecidas, como também aspectos culturais diversos. Especificamente sobre esses espaços e seus vestígios materiais, seguem algumas informações.

Com relação ao Cemitério do Imigrante, as pesquisas levantaram que muitos jazigos foram construídos em alvenaria, com estruturas revestidas com reboco, rocha tipo granito, mármore e ainda com alvenaria de pedra. As superfícies das sepulturas continham placas de rocha tipo granito ou de mármore, rebocadas, com blocos de rocha ou sem revestimento. Alguns jazigos apresentam gradil, considerando a categorização de Fontoura *et al* (2007), com construções com pilastras onde foram fixadas correntes em metal ou barra em metal. As cabeceiras, entendidas como suporte de lápides ou de ornamentos se fizeram presentes em muitas das estruturas. As lápides, concebidas como suportes de inscrições, também estão presentes, predominando as retangulares em mármore ou granito ou ardósia, fixadas na cabeceira ou sobre a sepultura. Seguindo a decodificação de Lima (2007), as inscrições referem-se aos signos verbais, com os dados dos sepultados e epitáfios registrados nas lápides, assim como outras informações como marcas de fabricantes, por exemplo, em outros locais. Nas pesquisas, a maioria dos jazigos inventariados foram identificados, reunindo sepultamentos individuais ou ainda coletivos. Os epitáfios, reveladores da relação dos vivos com seus mortos e com a morte, quando presentes, expressavam palavras como “saudades” e “lembrança”.

A arte cemiterial, entendida como signo não verbal da relação simbólica com a morte, também foi registrada pelos levantamentos, com elementos como cruzes, vasos e floreiras. Sobre a cruz latina, simbolizando “a paixão de Cristo” (BORGES, 2002) e recorrente nos espaços cemiteriais, Carvalho (2003, p. 64) pontua:

ISBN 978-85-92902-01-8

> No século IV, após a conversão do imperador Constantino ao cristianismo, a cruz passou a ser símbolo cristão venerado, representando a vitória sobre a morte, na ressurreição de Cristo. Anteriormente, nos primeiros séculos do cristianismo, era raro aparecer o sinal da cruz nas catacumbas gregas e latinas. [...] Entre a segunda e terceira décadas, do século XX, [...] os túmulos são simplificados e homogeneizados em suas linguagens não verbais: uma cruz, [...] decorada em alto-relevo por flores e folhas, [...] em uma manifestação de estilo Art Nouveau [que] caracterizava-se pelo emprego, no estrutural e no decorativo, de formas extraídas da natureza, principalmente da flora estilizada. [...] a cruz, no caso, aparece predominantemente fincada em um montículo de pedras (CARVALHO, 2003, p. 63-67).

Ainda segundo Carvalho (2003, p. 65), “o crucifixo aparece no século V, sendo consagrado o seu uso pelo Papa João VII”. Dos cemitérios analisados por Lima (1994), os crucifixos aparecem no início do século XX. Nos cemitérios em análise na Baía Babitonga, os vasos e floreiras eram simples, apresentando elementos decorativos em baixo relevo ou esculpidos em mármore. Esculturas estão presentes em poucos jazigos e representam anjos, a imagem de Jesus e bustos. Para Borges (2002, p. 182) os anjos personificam “o ser espiritual que exerce o ofício de mensageiro entre Deus e os homens...”. Já o busto é “uma das principais características da arte funerária no período da belle époque”, classificado como “retratismo”, que tem por base o “realismo evocador” (BORGES, 2002, p. 154-155), e sua instalação foi adotada na Europa até meados do século XIX (BORGES, 2002, p. 195).

Fontoura *et al* (2007) considerou todos os pequenos signos não verbais bi ou tridimensionais como elementos decorativos no Cemitério do Imigrante. Motivos florais foram registrados nos jazigos como signos religiosos, notas musicais, armas, arabescos e âncora com cruz. Outro elemento decorativo, seguindo a decodificação destes autores, e que se pode identificar como de realismo evocador é a fotografia, recorrente nos cemitérios. Borges considera que a fotografia “contribui [...] para a autocelebração do defunto e, consequentemente, para satisfazerem os anseios dos familiares que desejam eternizá-lo perante a comunidade” (1995, p. 176). Almeida, considerando que a fotografia foi escolhida pelos familiares e não pelo falecido, vê este adorno “como um simulacro de uma presença que não há mais, ou utilizando uma expressão de Otto Gehard Oexle, trata-se da idealização de uma memória [...]” (2004, p. 121).

As informações registradas são apenas uma pequena amostra dos cemitérios

ISBN 978-85-92902-01-8

da Baía Babitonga, frente aos distintos estudos que ainda podem ser desenvolvidos, especialmente em diálogo com outras áreas do conhecimento. O que se pode registrar ainda é a homogeneização dos jazigos mais recentes, nos cemitérios ativos, compostos pelo espaço da sepultura e uma "cabeceira" inclinada, como uma extensão do tampo, e a ausência da cruz, além das carneiras verticais.

REFERÊNCIAS

AIRÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente:** da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ALVES, Maria Cristina. **Diagnóstico Arqueológico da Área de Instalação de Subestação da Eletrosul Centrais Elétricas S/A, em Joinville – SC**. Relatório Final. Joinville: OAP Consultores Associados.

_____. **Diagnóstico Arqueológico Prospectivo no Cemitério Municipal de São Francisco do Sul, SC.** Relatório Final. Joinville: OAP Consultores Associados, 2013.

_____. **Farinheiros e pescadores do interior da ilha de São Francisco do Sul**. 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. **Salvamento e monitoramento arqueológico em área do entorno da Igreja Matriz de São Francisco do Sul (Santa Catarina)**. Relatório Final. Joinville: OAP Consultores Associados, 2004.

ALVES, Maria Cristina; BORBA, Fernanda Mara; ALMEIDA, Graciele Tules de. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Boulevard Premium Residence e Resort, em Joinville, SC.** Projeto. Joinville: OAP Consultores Associados, 2017.

BANDEIRA, Dione da Rocha; ALVES, Maria Cristina. Arqueologia histórica no nordeste de Santa Catarina. **Revista Tempos Acadêmicos**, Criciúma, n. 10, p. 68-87, 2012.

BELLOMO, Harry Rodrigues. ***A estatuária funerária em Porto Alegre (1900-1950).*** 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

BINFORD, Lewis R. Mortuary practices: their study and their potential. *In*: BROWN, James A. **Approaches to the Social Dimensions of Mortuary Practices.** Washington: Society for American Archaeology, 1971. p. 6-29.

BORBA, Fernanda Mara. **A cultura material das populações africanas e afrodescendentes em coleções arqueológicas da Baía Babitonga (Santa Catarina):** usos e práticas negras no passado. 2014. Monografia (Especialização em Arqueologia) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014.

BORGES, Maria Elizia. **A arte funerária no Brasil (1890-1930):** ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: Editora C. Arte, 2002.

_____. ***Arte tumular:*** a produção dos marmoristas de Ribeirão Preto no período da Primeira República. 1991. Tese (Doutorado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Instrução Normativa n. 1 de 25 de março de 2015.** 2015. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_normativa_01_2015.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2017.

_____. Iphan. **Portaria n. 230 de 17 dezembro de 2002.** 2002. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=337>. Acesso em: 20 ago. 2012.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina.** Florianópolis: Do Autor, 1968.

CARVALHO, Hellen Batista. Cemitério Santana: a morte entre o moderno e o tradicional na sociedade goianiense. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB), 9., Rio de Janeiro, 1997. **Anais**... Cópia digital: 1-8.

CARVALHO, Fernando Lins de. **Vizinhos sim; enterros à parte**: os cemitérios Santa Isabel e São Benedito, Aracaju, SE (1862-1933). 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

COMERLATO, Fabiana. Retrospectiva da arqueologia histórica em Santa Catarina. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS IBERO-AMERICANOS, 5., Porto Alegre. **Anais**... Porto Alegre,

ISBN 978-85-92902-01-8

2003. p. 1-17.
DETHLEFSEN, E. S. The cemetery and culture change: archaeological focus and ethnographic perspective. *In*: GOULD, R. A.; SCHIFFER, M. B. (Eds.). **Modern material culture:** the archaeology of us. Nova York: Academic Press, 1981. p. 137-233.
FONTOURA, Arselle de Andrade da *et al*. **Cemitério do Imigrante:** Pesquisa, Interdisciplinaridade e Preservação. Relatório Final. Joinville: Fapesc; FCJ; MASJ; AHJ, 2007.
GRASSI, Clarissa. ***Cidade dos mortos, necrópole dos vivos:*** a Curitiba do Cemitério Municipal São Francisco de Paula. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. **Instituição e sociedade:** a trajetória do Hospital Municipal São José de Joinville 1852-1971. Joinville: Movimento & Arte, 1996.
KRISCH, Hilda Anna. **História do cemitério dos imigrantes e da casa da memória do imigrante.** Joinville: Arquivo Histórico, 1991.
JOINVILLE. Arquivo Histórico de Joinville. **Sesmeiros da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco Xavier do Sul**. Reprodução documental sobre Joinville. [s.d.]. (Memórias da cidade).
LIMA, Tânia Andrade. *De morcegos e caveiras a cruzes e livros:* a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, v. 2, n. 1, p. 87-170, jan.-dez. 1994.
PEREIRA, Carlos da Costa. **História de São Francisco do Sul.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
REIS, João José. ***A morte é uma festa:*** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
RODRIGUES, Cláudia. ***Lugares dos mortos na cidade dos vivos:*** tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.
SAXE, Arthur Alan. **Social Dimensions of Mortuary Practices.** Michigan: University of Michigan, 1970.
VALLADARES, Clarival do Prado. ***Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura – MEC, 1972.
VOVELLE, Michel. **Histoires figurales:** Des monstres médiévaux à Wonderwoman. Paris: Usher, 1989.
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE. Centro de Cartografia Digital e Sistema de Informação Cartográfica. Projeto Atlas Histórico da Região da Baía da Babitonga – ATLAS (2007-2010). Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (Coord.). Localização da Baía Babitonga. 1 mapa, color., 16 cm x 12 cm. Escala: 1:15.000.

ISBN 978-85-92902-01-8

CEMITÉRIO E EPIGRAFIA: UM OLHAR A PARTIR DA ARQUIVOLOGIA

Fernanda Kieling Pedrazzi
Universidade Federal de Santa Maria
fernanda.pedrazzi@gmail.com

Resumo

Os cemitérios há muito se tornaram campo de múltiplos estudos sendo, por exemplo, um meio de conhecer os moradores de uma cidade por serem fontes de pesquisa, disponíveis a todos aqueles que circulam entre seus túmulos. Em Santa Maria (RS) um grupo de pesquisadores ligados ao Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria optou por conhecer o Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria a partir de suas inscrições lapidares, fazendo um recorte em túmulos até o ano de 1950. A epigrafia foi registrada com a captura de imagens e anotações textuais buscando levantar os dados referentes às famílias que foram enterradas na área mais antiga deste Cemitério, conhecida como "Cemitério Alemão". O estudo teve repercussões científicas, midiáticas e políticas.

Palavras-chave: Arquivologia. Cemitério. Epigrafia.

Introdução

Cemitérios são mais do que apenas campos de enterramentos ou campos santos. Para quem convive e produz na academia, eles são campos multidisciplinares de atuação sendo que a maioria das áreas de conhecimento presentes em instituições de ensino superior podem realizar trabalhos sob as mais diversas faces de sua existência: da saúde pública à ambiental; do controle do cadastramento à administração; do estudo das informações das lápides ao perfil social dos mortos.

Em 2015 e 2016 professores, servidores técnico-administrativos e acadêmicos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em sua maioria envolvidos com o curso de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), apoiados por colaboradores externos à Instituição, formaram um grupo de pesquisa que se dedicou, num primeiro momento, ao projeto de extensão denominado "Informação lapidar na parte antiga do Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria - o 'Cemitério Alemão', fase 1", vinculado ao Departamento de Documentação do CCSH e registrado com o número 042199 no Gabinete de Estudos e Apoio Institucional Comunitário (GEAIC) do CCSH da UFSM.

A proposta do projeto desenvolvido pelo grupo era fazer o registro, através de fotografia e texto, dos túmulos que existem no Cemitério Ecumênico Municipal de

ISBN 978-85-92902-01-8

Santa Maria (Imagem 1), localizado na avenida Dois de Novembro, 54, Bairro Patronato, tomando como base a epigrafia, ou seja, as inscrições lapidares que constam neste espaço. O Cemitério Ecumênico desta cidade começa a ser pensado numa perspectiva de combate a epidemias, uma preocupação que existia desde 1828, quando foi criada uma nova lei imperial, que inferia sobre o tema e as municipalidades (WISSENBACH, 2002). Em meados do século XIX, o vigário de Santa Maria destacava a necessidade de ter um cemitério extramuros (FLORES, 2005).

Imagem 1 – Área de entrada do Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria

Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

O local, definitivamente inaugurado como público em 1879, conforme consta em seu registro 1, localizado no Fundo Câmara Municipal (Caixa 1 – 1838 a 1893) do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e citado por Pedrazzi (2015, p. 191) tem alguns dos sepultamentos mais antigos do município que ainda resistem ao tempo e as circunstâncias políticas e religiosas. De acordo com Brenner (2006, p. 07), "decorreram muitos anos para o novo cemitério ficar pronto, pois só em 4.1.1879, a Câmara contratou João Weber para administrá-lo e para o serviço de carros fúnebres".

Richter et al (2005) afirmam que o cemitério público incluiu a área de 1.936 m^2 concedida pela Câmara à comunidade alemã local. Brenner (2006, p. 07) é mais

ISBN 978-85-92902-01-8

específico, e informa que as raízes desse cemitério estão ligadas à Comunidade Evangélica Alemã. "Alguns anos antes da fundação de sua Comunidade, alemães e descendentes que professavam a religião luterana obtiveram, em 1860, um terreno de (...) para instalar o Cemitério Evangélico". Assim é nessa área que estão os enterramentos anteriores a 1950 de Santa Maria, o recorte do projeto. Com o trabalho de registro, objetivava-se preservar a informação a respeito das pessoas que viveram na cidade no século XIX e XX, no espaço conhecido como parte antiga do Cemitério ou, ainda, “Cemitério Alemão” (Imagem 2).

Imagem 2 – Área antiga do Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria

Autoria: Fernanda Kieling Pedrazzi

As fotos tomadas durante as visitas realizadas no período de execução do projeto mostram a importância deste espaço como memória uma vez que reúne inscrições dos túmulos marcados pelas características dos materiais utilizados à época de sua edificação, sendo testemunhos da presença do homem no espaço e no tempo. Alguns túmulos ainda destacam-se pela riqueza arquitetônica e beleza expressa nos jazigos.

Embora tenha sido criado como cemitério fora dos muros invisíveis de Santa Maria e de sua urbanidade no século XIX, hoje este cemitério está integrado à cidade (PEDRAZZI, 2015, p. 253), ficando próximo à sede social de um clube de

ISBN 978-85-92902-01-8

piscina e de tênis, do estádio de um dos times locais mais importantes e de uma das principais avenidas da cidade: a Presidente Vargas.

1 A criação de um grupo de pesquisa sobre o cemitério no Curso de Arquivologia da UFSM

Muitas são as fontes que um arquivista, assim como outros pesquisadores das ciências aplicadas, e de outras áreas, podem considerar. No entanto, segundo Pedrazzi (2015, p. 186), "há ainda outra fonte, que é especial, para quem estuda a morte: o cemitério, que possui, 'ao ar livre', informações sobre os nascimentos e os óbitos de uma cidade, vislumbradas em suas inscrições de lápides". Estas fontes vêm a corroborar umas as outras, atuando como co-partícipes da sustentação da história uma vez que seu cruzamento favorece a verificação de faltas e excessos de arquivo.

Em 2012 uma professora vinculada ao Departamento de Documentação do CCSH da UFSM, pensando o cemitério como fonte de pesquisa, tinha a motivação inicial de criar um grupo de pesquisa que trabalhasse com informação sobre morte pelo fato de já ter pesquisado cemitérios no norte[113] e no centro[114] do Estado do Rio Grande do Sul e estar trabalhando com documentos ligados a este tema em sua tese doutoral. Esta sempre teve interesse em documentos epigráficos a partir das aulas da disciplina de Paleografia que teve como aluna de Arquivologia na UFSM nos primeiros anos deste século com a saudosa professa Eneida Izabel Schirmer Richter[115], co-autora da obra "Documentos epigráficos" (RICHTER et al, 2005).

Durante uma aula do primeiro semestre de 2015 (na disciplina de Avaliação de Documentos), a professora comentou com os alunos a vivência (de dificuldades) da busca de informação no Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria para sua tese. Relatou o fato de que um servidor municipal havia lhe informado que a inexistência de túmulos de 1896 (ano de sua pesquisa) devia-se "ao tempo decorrido

[113] PEDRAZZI, F. K.; KEMPKA, L. A. A fotografia como registro da mudança da paisagem urbana: a desativação do antigo cemitério municipal de Frederico Westphalen (RS). **Discursos Fotográficos.** v. 4, n. 5 (2008). Disponível em: < http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1931 > Acesso em: 07 maio 2017.
[114] O cemitério de Philippson em Itaara (RS).
[115] Uma das primeiras professoras do Curso de Arquivologia do CCSH da UFSM, falecida precocemente em 03/11/2015, que durante as comemorações dos 40 anos do Curso foi homenageada com a entrega de um certificado à sua família com uma homenagem póstuma.

ISBN 978-85-92902-01-8

e dos documentos à um incêndio ocorrido, em que deve ter se perdido parte do acervo (livros) sobre os sepultamentos" (PEDRAZZI, 2015, p. 252). Ao final da aula a professora foi procurada por um dos alunos que referiu se interessar em fazer algo em conjunto. O acadêmico foi desafiado a esboçar suas ideias, o que fez, brevemente, mas aumentando o estímulo, justamente o que lhe faltava para a criação do grupo.

Em maio de 2015 o acadêmico João Alberto Licht Teixeira apresentou um esboço de projeto a partir da ótica da genealogia, ligado diretamente ao projeto Retalhos, que ele já tinha em execução em um *site* da *web*[116]. A ideia foi redimensionada para o que seria possível realizar a partir da instituição, congregando professores, alunos e servidores da UFSM junto ao cemitério.

Partindo de uma primeira discussão coletiva, em reunião realizada em 12 de junho de 2015, nas dependências do Curso de Arquivologia da UFSM, o projeto foi revisado com auxílio de todos, numa verdadeira construção coletiva a partir da qual foram definidas as suas bases. O projeto foi registrado na plataforma institucional como um projeto de extensão, ou seja, voltado para a interação com a comunidade por suas características e objeto.

Concomitantemente aos trâmites internos, o secretário de município da Secretaria de Infraestrutura, responsável pelos cemitérios da cidade, foi contactado através de ofício para ser informado sobre os objetivos e desenvolvimento do projeto no ambiente cemiterial, sendo solicitado o seu apoio sob forma de permissão.

No período em que foi desenvolvido o projeto, nenhum aluno do grupo recebeu qualquer tipo de bolsa, mesmo porque o projeto foi criado após o período de oferta dos financiadores. Apenas outro projeto, já de 2016, ofereceu uma bolsa de pesquisa por cinco meses a um acadêmico.

2 A experiência no Cemitério: observação e registro dos jazigos

As visitas ao Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria tiveram início no dia 19 de junho de 2015 e foram determinantes para sensibilizar os membros do grupo à problemática por que passam os espaços cemiteriais. A identificação da ação do tempo, tendo em vista as intempéries que atingem jazigos, campas,

[116] Família Teixeira – Projeto Retalhos. Disponível em:< http://familiateixeira.com/retalhos.php > Acesso em: 05 abr. 2017.

ISBN 978-85-92902-01-8

carneiras e, em especial, a arte cemiterial, bem como a degradação contínua oferecida pela ação do homem neste ambiente trouxeram uma noção de realidade a este espaço que nada mais é do que um retrato da sociedade a qual pertence.

Catogra (1999, p.107) afirma que há uma correspondência do que se vê na cidade com o que se vê no espaço cemiterial. Ele diz que se trata de uma semelhança "física e social", uma vez que "para os que moram mal uma cova rasa serve, enquanto que para os mais abastados um mausoléu é esperado". Da mesma forma torna-se um reflexo de seus moradores e de sua administração que cuidam do local, suas moradas, passeios e ruas, com maior ou menor interesse.

A degradação inevitável ocasionada pelo tempo e pelos furtos e violações se une ao esquecimento dos familiares que em alguns casos não cumprem com suas obrigações junto à administração do cemitério (não realizando manutenção em seus túmulos ou os pagamentos devidos) e em outras situações simplesmente "esquecem" de seus mortos com a justificativa de haver uma "correria" no dia-a-dia. Outro fator importante de degradação é a falta de interesse administrativo. Sendo um setor público cabe à seu gestor, no caso de Santa Maria (RS), da municipalidade, e de seus responsáveis, dar conta de suas necessidades: das mais básicas àquelas mais elaboradas.

Sete acadêmicos do curso de Arquivologia foram envolvidos no ambiente do cemitério a partir deste projeto tomando este local, que hoje conta de 161 quadras de tamanhos não padronizados, tendo lugar para 2.300 carneiras, mais 1.200 ossários individuais, seis ossários coletivos, e mais de 13.400 túmulos em 8,5 hectares de área, de acordo com o seu administrador[117]. O Cemitério é, portanto, fonte de informação, suscitando a preservação da história local e memória. Bastianello (2016, p. 23) contextualiza que "estudar este patrimônio funerário nos possibilita examinar a história desta cidade".

Juntaram-se aos alunos de Arquivologia, e à professora orientadora, ainda uma aluna de Comunicação Social (Relações Públicas), que realizou um vídeo sobre o projeto para uma disciplina da grade curricular de seu curso, um servidor técnico-administrativo em educação da UFSM e mais um professor do Departamento de Documentação da mesma Instituição. Em sua primeira fase, a pesquisa de campo se concentrou no registro fotográfico de todos os jazigos da

[117] Entrevista realizada com o administrador do Cemitério Ecumênico de Santa Maria, Pedro Luiz Lemos, em 07 de julho de 2017.

ISBN 978-85-92902-01-8

parte antiga do Cemitério Ecumênico (Imagem 3) tendo como foco a informação que consta nos monumentos ali encontrados.

Imagem 3 – Um dos muitos jazigos da área antiga do Cemitério Ecumênico

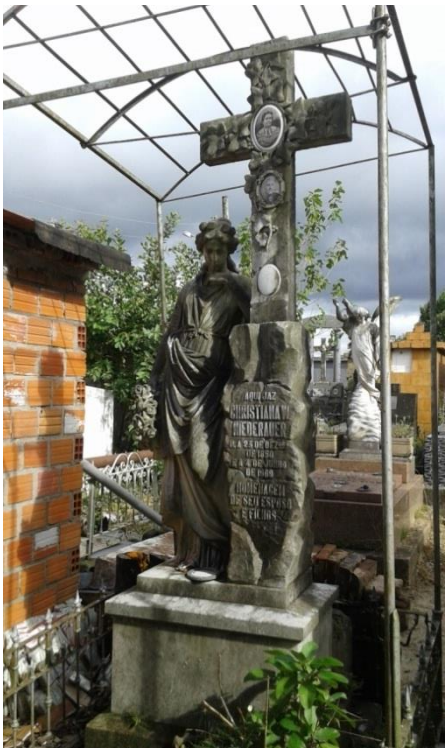
Autoria: Grupo de Pesquisa – Projeto Nº 042199 GEAIC/CCSH/UFSM

O desenvolvimento das atividades de extensão realizadas no ano de 2015 estimulou o grupo a dar continuidade as atividades previstas para o ano de 2016, alcançando, de modo pleno, os seus objetivos com a indexação das informações coletadas a partir das fotografias.

As visitas foram realizadas às sextas-feiras com acompanhamento da docente que coordena o projeto. Nestas oportunidades os túmulos que estavam de acordo com o universo pré-definido foram identificados e os dados sobre eles foram coletados a partir da fotografia (Imagem 4) e das anotações realizadas pelos membros da equipe. Além disso, foram realizados estudos de textos sobre informação, epigrafia, morte.

ISBN 978-85-92902-01-8

Imagem 4 – Família alemã Niederauer presente na área antiga do Cemitério Ecumênico



Autoria: João Alberto Licht Teixeira

Um membro externo da equipe, graduando em Arquitetura pelo Centro Universitário Franciscano (Unifra), Alex Scherer Porporatti contribuiu com a equipe da UFSM trazendo aspectos da realidade do cemitério além de conhecimento sobre as edificações encontradas no local. Também a pesquisadora de cemitérios Tania Redel e o pesquisador, arquiteto e professor aposentado da UFSM José Antonio Brenner fizeram as suas contribuições para o Grupo, participando ativamente.

3 Método de captura e registro

Os procedimentos metodológicos concernentes ao projeto incluíram a elaboração do próprio projeto de extensão e sua execução como trabalho de campo.

ISBN 978-85-92902-01-8

Foram realizadas visitas com a captação das imagens, separando o grupo em trios para agilizar este serviço dado o tamanho da área a cobrir.

O trabalho foi realizado com três grupos denominados A, B e C. Foram anotados os dados da data da captura da informação, a quantidade de nomes constantes no túmulo, latitude e longitude (dados fornecidos automaticamente com a fotografia pelo sistema de georeferenciamento - GPS interno ativado), nome do falecido, data de nascimento e falecimento (quando havia) e epitáfio (sempre que estava registrado alguma frase). Também identificou-se jazigo quando assim se denominavam os túmulos. Estes dados foram lançados em uma planilha do programa Microsoft Excel Starter 2010 (Imagem 5).

Imagem 5 – Planilha Excel utilizada para registrar os dados

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	Data	Grupo	Nº Ordem	Nomes	Jazigo	Latitude	Longitude	Fotografia	Detalhe ou Nomes	Nasceu	Faleceu	Epitáfio
2	26.06.2015	C	1		Jazigo da Família Francisco Martins Pereira	29;41;42.54820000000	53;49;23.6168999999	C1 1	Vista Frontal total			
3	26.06.2015	C	1					C1 2	Vista Frontal Direita			
4	26.06.2015	C	1					C1 3	Vista Frontal Esquerda			
5	26.06.2015	C	1					C1 4	Epitário da parte esquerda (interna)			Inesquecível Mamãe: Enquanto repousas em teu sepulcro, os teus filhos rezam por ti, e suplicam a Deus que derrame sôbre tu'alma as mais copiosas bençãos Saudade eterna daquêles que te eram caros.
6	26.06.2015	C	1	1				C1 5	Maria Terezinha Michel	13.02.1943	13.02.1943	Aqui jaz
7		C	1	2				C1 6	Matilde Costa Menezes		17.04.1937	Aqui jaz (...) com 72 anos Saudades de tua família
8	26.06.2015	C	1	3				C1 7	Darcy Menezes Martins	14.12.1908	18.07.2004	Saudades da esposa
9	26.06.2015	C	1	4				C1 8	Ernestina Martins	12.01.1888	21.11.1974	
10	26.06.2015	C	1	5				C1 9	Francisco Martins Pereira	19.02.1883	10.12.1959	Eternas saudades da tua esposa e filhos
11	26.06.2015	C	2		s/n	29;41;44.6217999999935	53;49;27.16000000000	C2 1	Vista Fronta Fechada			
12	26.06.2015	C	2	1				C2 2	Capitão Aureliano	1841	1913	
13	26.06.2015	C	2	2				C2 3	Marfisa de Figueiredo Pinto	07.10.1870	18.11.1937	Saudade
14	26.06.2015	C	2	3				C2 4	Antão Borges Motta	23.12.1899	26.08.1957	
15	26.06.2015	C	2	4				C2 5	Clodomira Pinto Motta	05.08.1904	28.10.1978	
16	26.06.2015	C	2					C2 6	Vista Frontal total			
17	26.06.2015	C	3		s/n	29;41;44.91019999999	53;49;27.09129999999	C3 1	Vista Frontal			Descança em paz
18	26.06.2015	C	3					C3 2	Vista Lateral Esquerda			
19	26.06.2015	C	3					C3 3	Vista Posterior			
20	26.06.2015	C	3	1				C3 4	Maria José da Silva Pellegrini	07.03.1876	17.01.1930	Aqui jaz (...) Saudade eterna
21	26.06.2015	C	3	2				C3 5	Luiz Menna Barreto Pellegrini	29.12.1935	12.04.1989	Partiste para a vida eterna porém estarás sempre vivo em nossos corações
22	26.06.2015	C	3	3				C3 6	Milton Pellegrini	13.08.1917	31.08.1919	Descança em paz o innocente
23	26.06.2015	C	3	4				C3 7	Antonieta Pellegrini Galli	18.10.1893	08.10.1981	
24	26.06.2015	C	3	5				C3 8	Francisco Pellegrini	30.08.1896	03.10.1966	
25	26.06.2015	C	3	6				C3 9	José Pellegrini	22.02.1858	19.02.1938	Aqui jaz (...) Saudades de teus filhos
26	26.06.2015	C	3	7				C3 10	José Garibaldi Galli	28.10.1883	27.01.1938	Aqui jaz (...) Saudades eternas de tua esposa
27	26.06.2015	C	4		s/n	29;41;46.15989999999	53;49;26.78919999999	C4 1	Vista frontal			
28	26.06.2015	C	4	1				C4 2	Detalhe (sem nome)	30.10.1933	03.09.1934	E filhos Ida, Ruth, João, Ledy, Edy, Arnildo, Arnilda, Nely, Wilmar, Walmar e Gesseng Grunhasser
29	26.06.2015	C	5		s/n	29;41;44.60809999999	53;49;27.44839999999	C5 1	Vista Lateral Esquerda			
30	26.06.2015	C	5	1				C5 2	Conceição Leonida Ochôa de Souza	20.02.1874	11.10.1936	Aqui jazem (...) Saudades eternas de teus filhos e irmãos que chora a tua falta
31	26.06.2015	C	5	2				C5 2	Alajde Ochôa	13.11.1898	08.06.1916	
32	26.06.2015	C	5	3				C5 3	Adalgizo Ochoa de Souza			
33	26.06.2015	C	5	4				C5 4	Alice M. O. de Souza		17.01.1971	Aqui jaz
34	26.06.2015	C	5					C5 5	Vista Lateral Direita			

Fonte: Elaboração própria

Foi feito o registro das fotos tomadas no local (se frente, lateral esquerda ou direita, fundo). Com base nas anotações e na conferência feita a partir das fotografias capturadas, chegou-se aos seguintes número: os três grupos fizeram o registro de 101 túmulos na área demarcada, nestes foram encontrados em lápides os enterramentos de 366 mortos sendo que 188 foram enterrados antes de 1950, ou seja, 51,36% do total dos falecidos.

Encontrou-se diversos túmulos com sobrenomesde origem alemã que imigraram nas primeiras levas de estrangeiros, tais como Brenner, Bottmann, Burger, Cassel, Diehl, Dockhornn, Druck, Falkenberg, Frieling, Göelzer, Hain, Krebs,

ISBN 978-85-92902-01-8

Kruel, Krug, Kruger Kaufmann, Klaue, Müller, Niederauer, Schirmer, Schimitt, Wolle, Zimmermann. Mas também sobrenomes italianos como Achutti, Chiesa, Dal Ponte, Galli, Pedroni, Pellegrini, entre outros de outras etnias tais como, Barreto, Correa, Lima, Pereira, Pinto, Prado, Santos, Soares, Souza, Teixeira, Oliveira, Sarkis, etc.

Após a captura, as imagens foram compartilhadas entre os membros do grupo através do *Google Docs*, de modo que todos os envolvidos pudessem conferir as fotografias e seus dados. Cada sub-equipe ficou responsável por digitar os dados referentes aos túmulos e falecidos que estavam contemplados em suas imagens.

Desde o inicio das atividades, o projeto de extensão trouxe crescimento e desenvolvimento para seus envolvidos. Foram utilizadas câmeras digitais com boa resolução para obtenção das imagens e aparelhos celulares *smartphones* com *software* de geo-localização instalado para a obtenção das coordenadas geográficas destes jazigos pelo serviço GPS (*Global Positioning Sistem*). A pesquisa de campo foi antecedida de uma abordagem teórica, considerando a informação e os diferentes locais em que esta é encontrada como, por exemplo, em documentos epigráficos. O grupo sempre trabalhou junto, no mesmo dia e horário, dado o risco de circular no local em questão devido à amplitude da área e os grandes espaços sem circulação de pessoas ou monitoramento.

No mês de outubro houve a apresentação dos resultados parciais da pesquisa na Jornada Acadêmica Integrada (JAI/UFSM) de 2015[118] e a seguir o trabalho foi apresentado também no Encontro dos Pesquisadores do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

4 A retribuição ao cemitério

No final de 2015, foi realizada uma intervenção em um túmulo realizando a sua limpeza na véspera do dia dos finados (02/11), o que teve repercussão na mídia local e tornou o projeto e seus objetivos conhecidos pela comunidade. Foi proposta uma interferência junto ao jazigo da família Nagel/Weinmann.

[118] O trabalho: “Informação lapidar na parte antiga do Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria - O ‘cemitério alemão’, Fase 1” foi apresentado em 2015 no Salão de Iniciação Científica pela acadêmica de Arquivologia Luzia L. Inklman, orientado pela professora Fernanda K. Pedrazzi, com a co-autoria de João A. L. Teixeira, Jean C. R. Durigon, Anelize S. Marcon, Daniele V. Michelotti e William S. Rosa. Disponível em:< https://portal.ufsm.br/jai/mainMenu.html> Acesso em: 01 maio 2017.

ISBN 978-85-92902-01-8

Após pesquisa junto à administração do cemitério e constatação de que o mesmo encontrava-se em situação de abandono, foi realizada a limpeza total de toda a parte arquitetônica e artística e do seu entorno (Imagem 6), o que foi feito com recursos dos integrantes do projeto e envolveu alunos, voluntários e professores, que passaram a tarde do dia 30 de outubro de 2015 junto ao monumento funerário. O Jornal Diário de Santa Maria, na edição conjunta dos dias 31 de outubro de 1º de novembro, fez a cobertura do fato.

Imagem 6 – Revitalização no túmulo do Cemitério Ecumênico vira notícia

FAXINAL GERAL Acadêmicos limparam jazigo que pertenceu à família Weinmann Nagel

Intervenção revitaliza túmulo no Ecumênico

Alunos dos cursos de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Franciscano (Unifra) protagonizaram uma atividade inusitada na tarde de sexta-feira. Munidos de vassouras, baldes e escovões, eles limparam um túmulo de mármore do Cemitério Ecumênico Municipal que precisava de revitalização.

O jazigo escolhido, que pertencia à família Weinmann Nagel, encontra-se em situação de abandono. O grupo fez o corte de galhos que tapavam o túmulo, retirou os vasos quebrados que estavam ao redor e aplicaram um produto químico especial na estrutura e na estátua de mármore. A sujeira que antes escondia o túmulo deu lugar a uma verdadeira obra de arte. O piso, antes tapado de musgo, revelou o lindo ladrilho hidráulico da década de 1910.

– O sepulcro estava bem preservado, tanto que não precisará de nenhuma modificação ou restauração. O que estava faltando era a manutenção mesmo – explica o estudante de Arquitetura Alex Scherer Porporati.

A ideia da intervenção partiu dele, após os encontros do grupo Informação e Cemitério que, sob a orientação da professora Fernanda Kieling Pedrazzi, desenvolve o projeto de catalogação da parte antiga do cemitério, conhecida como "Cemitério Alemão".

Segundo João Alberto Licht Teixeira, da Arquivologia, a ideia é que, no futuro, seja possível implementar um projeto de turismo cemiterial, que faz a exploração do patrimônio artístico e arquitetônico, além de resgatar a história da cidade, já que muitas famílias importantes e personalidades de relevância estão sepultadas no local.

A intervenção e a limpeza do jazigo é uma retribuição do grupo à comunidade, já que ele é considerado um dos mais belos e antigos do cemitério.

Fonte: Jornal Diário de Santa Maria – 30/out. – 1º/nov 2015.

O trabalho não só teve seus objetivos cumpridos dentro do cronograma de atividades estabelecido no momento da elaboração como ainda superou a expectativa pela introdução de uma intervenção com a limpeza e higienização de um dos túmulos do cemitério, chamando a atenção para a problemática vivenciada pelo grupo e também para as condições em que se encontram os túmulos que ali estão.

5 A repercussão política do projeto

ISBN 978-85-92902-01-8

O projeto foi apresentado ao Prefeito Municipal, Cesar Augusto Schirmer, em maio de 2016, por pesquisadores participantes do mesmo. A ideia da visita era a de propor "ao prefeito, que a administração selecionasse aqueles túmulos que têm maior significado para o patrimônio para que eles sejam preservados". Na oportunidade, segundo a reportagem da própria Prefeitura Municipal de Santa Maria, publicada no *site* oficial da mesma, "o prefeito enalteceu a relevância do trabalho dos pesquisadores" [119].

Como meio de tornar ainda mais conhecidos os resultados, em junho de 2016, à convite do Instituto de Planejamento de Santa Maria (IPLAN), foram novamente expostos os resultados do projeto a um conjunto de servidores da Prefeitura incluindo arquitetos e engenheiros. Na oportunidade o grupo foi estimulado a tornar intacta a área desses túmulos de modo a preservar o espaço dos túmulos. Ainda foi sugerido o tombamento provisório dos livros do cemitério.

A repercussão das visitas ao Prefeito Municipal e ao IPLAN fez com que os vereadores da Câmara de Vereadores de Santa Maria se interessassem em participar da proposta, sendo que membros do grupo foram chamados para reuniões nos meses que se seguiram culminando com um Projeto de Lei Complementar, apresentado em novembro de 2016 aos demais Vereadores.

Conclusão

No trabalho relatado neste artigo, foi observado que se faz necessário preservar o Cemitério Ecumênico Municipal de Santa Maria (RS) e suas informações lapidares e, muito em especial, preservar a área correspondente à parte antiga, ou "Cemitério Alemão", que o grupo considera ser Patrimônio Histórico do Município.

Para isso foi idealizado um Projeto de Lei, e sua proposição foi indicada, e encaminhada sua fundamentação, a três vereadores do munícipio em 2016, que, apesar de terem apresentado em 13 de dezembro de 2016 oficialmente na Câmara e ter sido lido em Sessão Ordinária de 15 do mesmo mês como Projeto de Lei Complementar nº 8440/2016, não obteve êxito, tendo sido arquivado em 05 de

[119] Pesquisadores da UFSM entregam ao prefeito projeto de preservação de túmulos do Cemitério Ecumênico. Disponível em:< http://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/12904-pesquisadores-da-ufsm-entregam-ao-prefeito-projeto-de-preservacao-de-tumulos-do-cemiterio-ecumenico > Acesso em: 03 maio 2017.

ISBN 978-85-92902-01-8

janeiro de 2017[120]. Mas ainda pretende-se retomar esta ideia e levar até o executivo pois o motivo da negativa é que este deveria ser um projeto iniciado pelo prefeito municipal, sendo, assim, um erro de origem.

Com esta e outras pesquisas realizadas com a participação de acadêmicos do Curso de Arquivologia do CCSH da UFSM ficou evidenciada a necessidade de dar continuidade aos projetos envolvendo o Curso de Arquivologia da UFSM e os cemitérios. Um projeto realizado após a conclusão deste, que nesta comunicação é o foco, visava a reunião de dados sobre os cemitérios existentes na cidade de Santa Maria (RS) na atualidade, o que foi realizado no segundo semestre de 2016, com a pesquisa "Informação e cemitério: história e patrimônio documental" registrada no GEAIC sob o número 042905.

Através da pesquisa feita posteriormente ao desenvolvimento do projeto de extensão se pode observar que outros espaços desta natureza já existiram no município porém hoje são apenas seis cemitérios na zona urbana, incluindo o Cemitério Santa Rita, no Bairro Camobi, que esteve sob a administração de terceiros (Sociedade Vicente Pallotti) por longo período, desde a sua fundação. A documentação, leis que os criam e forma de tratamento da informação que guardam não estavam disponíveis em nenhum trabalho acadêmico que tivesse como foco a informação e o cemitério até então.

Acredita-se que contribuições ainda podem ser feitas neste campo de estudo uma vez que se mostra vasto para a articulação das diversas áreas. Quanto ao Cemitério Ecumênico, constatou-se que muitos túmulos têm sido desmanchados, apenas observando informalmente o espaço do cemitério nos meses em que se desenvolveu o trabalho. A necessidade de preservação do Ecumênico é um fato. No entanto observa-se que isso não apenas aplica-se a ele como também para outros cinco cemitérios urbanos da cidade de Santa Maria e para cemitérios de outras cidades.

O projeto de extensão aqui relatado representou uma experiência de fato prática para os alunos de Arquivologia, propiciando trabalho em equipe e conhecimento em mais de 100 túmulos de um universo de cerca de 13 mil, tendo sido positivo e satisfatório através da verificação das seguintes variáveis: satisfação acadêmica quanto a participação com a prática, interesse, leitura e interação.

[120] Projeto de Lei Complementar Nº 8440/2016. Disponível em:< http://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/proposicao/pesquisa/0/1/0/14067 > Acesso em: 10 jan. 2017.

ISBN 978-85-92902-01-8

Bibliografia

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. A memória retida na pedra: a história de Bagé inscrita nos monumentos funerários 91858 - 1950). Bagé, RS: Ed. do autor, 2016.
BRENNER, José Antonio Brenner de. Cemitério municipal: patrimônio a ser preservado. **Jornal A Razão**. Santa Maria, RS: 02/11/2016. p. 7.
CATOGRA, F. **O céu da memória**: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911). Coimbra, Portugal: Livraria Minerva, 1999.
FLORES, A. P. M. Um cemitério extra-muros em Santa Maria – RS. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 23., 2005, Londrina (PR). **Anais eletrônicos...** Londrina (PR): uel, 2005. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0093.pdf > Acesso em: 07 maio 2017.
PEDRAZZI, F. K. **O discurso sobre a morte em arquivos institucionais do final do século XIX.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Santa Maria, RS: UFSM, 2015. Disponível em: < http://cascavel.ufsm.br/tede//tde_arquivos/16/TDE-2016-05-13T081505Z-7291/Publico/PEDRAZZI,%20FERNANDA%20KIELING.pdf > Acesso em: 07 maio 2017.
RICHTER, E. I. S.; PEREZ, C. B.; LÜDTKE JR., I. **Documentos epigráficos.** Santa Maria, RS: FACOS/UFSM, 2005.
WISSENBACH, M. C. C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, N. (org.). **História da vida privada no Brasil – República:** da Belle Èpoque à Era do rádio. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ISBN 978-85-92902-01-8

PATRIMÔNIO CEMITERIAL DE NAZARÉ, BAHIA: ARQUITETURA E ARTE DO CEMITÉRIO NOSSO SENHOR DOS AFLITOS

Fabiana Comerlato; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
fabilato@gmail.com

Caroline Pereira Teixeira; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
carol.ufrb@gmail.com

Resumo: O Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, localizado na cidade de Nazaré, no Estado da Bahia, configura-se como um patrimônio de interesse histórico, artístico e paisagístico do Recôncavo. A construção de seus monumentos funerários por parte da elite local reforça o culto aos mortos e a perpetuação dos notáveis, transformando as memórias familiares em memória social. Os elementos arquitetônicos e ornamentos das sepulturas – trazem signos ligados à distinção social e nobreza –, a localização dos monumentos, os títulos gravados nos epitáfios e a qualidade dos materiais de revestimento corroboram com a ideia de diferenciação social e memorialização pela elite nazarena.

Palavras-chave: Cemitério. Patrimônio cemiterial. Recôncavo da Bahia.

Introdução

O Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia tem sua construção em meados do século XIX na cidade de Nazaré, localizada no Recôncavo Sul do Estado da Bahia. Conhecida também como Nazaré das Farinhas, a cidade tem sua história ligada à farinha de mandioca, desenvolvendo esta agricultura de subsistência junto com Aratuípe, Santo Antônio de Jesus e Maragogipe, além da produção do café (OLIVEIRA, 2000, p. 45). A mandioca plantada, colhida e processada em farinha abastecia o comércio local, a cidade do Salvador, seu Recôncavo e ainda supria as atividades portuárias, sendo utilizada como alimento das tropas nas diversas atividades bélicas ao longo dos séculos XVII até o século XIX.

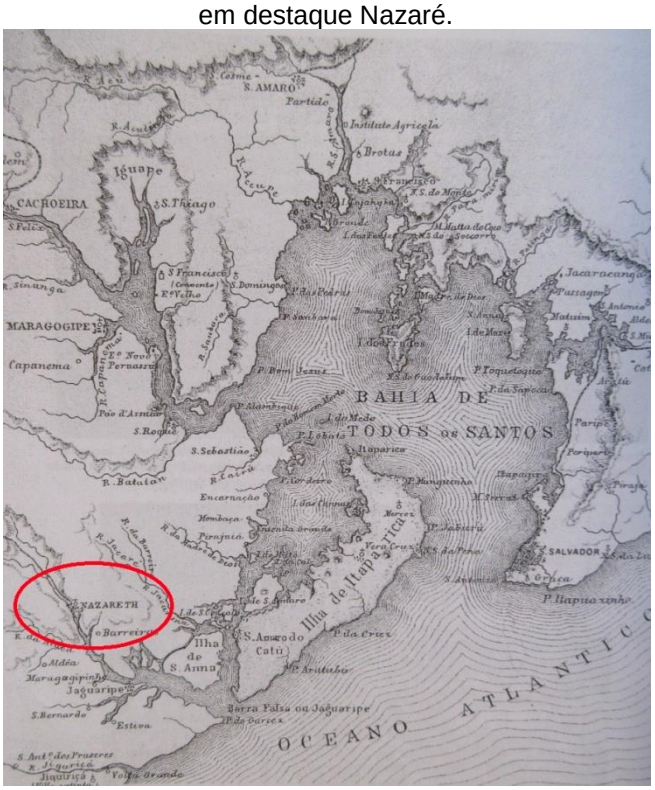
Os relatos dos viajantes Spix e Martius descrevem barcos carregados de mantimento e caixas de açúcar navegando pela Barra Falsa até chegar a Bahia (atual Salvador) (SPIX e MARTIUS, 1938, p. 250) (Fig. 1). Durante o século XIX, o porto de Nazaré continuou a ser um importante elo comercial entre Salvador e região do sertão, junto ao rio Jaguaripe somava-se um casario de sobrados e prédios comerciais. Próximo ao porto, a primeira estação da Estrada de Ferro de

ISBN 978-85-92902-01-8

Nazaré, implantada por volta de 1875, estabelecendo a ligação comercial com Jequié ao sul do estado (JESUS, 2010, p. 55; JESUS, 2007, p. 13). Durante o século XIX e início do século XX, além de comerciantes, fazendeiros e profissionais liberais, a cidade de Nazaré possuía um “mundo heterogêneo de bens e serviços onde predominava a população negra, parda e de brancas empobrecidas”, (AGUIAR, 2013, p. 15). Dentre estes, muitas profissões associadas ao transporte fluvial, como marinheiros (BARRETO, 2012, p. 9).

A Santa Casa de Misericórdia de Nazaré, instituição formada por irmãos da elite local a partir de 1831, foi a responsável pela construção do cemitério no terceiro quartel do século XIX (TAVARES, 2003, p. 39). Estas associações leigas tinham como uma de suas obras de caridade sepultar os mortos (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 15). A necrópole fica situada em um promontório com vista panorâmica para o centro da cidade de Nazaré, na porção noroeste na urbe. O terreno do cemitério abrange todo o morro coberto de vegetação rasteira e de pequeno e médio porte, sendo possível avistar o núcleo urbano formador da cidade.

Fig. 1. Mapa da Baía de Todos os Santos do Atlas do Império de Ângelo Agostini, edição de 1885; em destaque Nazaré.



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional – Setor de Cartografia. Extraído: Teixeira, 2011, p. 156.

ISBN 978-85-92902-01-8

Atualmente, o cemitério Nosso Senhor dos Aflitos compreende: uma parte mais alta que corresponde ao partido primitivo e acréscimos posteriores. A pesquisa concentrou-se nas edificações oitocentistas a qual denominamos de parte histórica, considerada pelo Governo do Estado da Bahia como um patrimônio histórico de interesse ambiental, urbanístico e paisagístico, com tratamento neoclássico (BAHIA, 1997, p. 261). Toda área é murada com um portão que dá acesso a uma alameda até atingir a capela. Esta via de acesso é ornamentada com doze vasos[121] de louça com brasão da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré, fabricados na Fábrica Carvalhinho de Portugal datados de 1863.

A parte histórica é composta por dois patamares cujo acesso se dá por meio da alameda e escadaria. O primeiro patamar é constituído por três monumentos funerários, duas carneiras coletivas de formato circular (sendo uma com embrechado de louça na cúpula) e blocos de carneiras. Apresenta dois conjuntos de bancos e poltronas de alvenaria com presença de embrechado de conchas, dando um aspecto de jardim ao conjunto. A simetria foi um critério adotado na disposição das estruturas arquitetônicas.

O segundo patamar é formado por um pátio com duas galerias laterais sustentadas por colunas com carneiras, sendo que próximo a escadaria ficam quatro monumentos (um deles do século XX). A capela ocupa o lugar mais alto do conjunto, D. Pedro II faz a seguinte menção: “Dentro do cemiterio há uma capella muito decente, feita ao gosto moderno, singella, porêm bonita; tem a imagem de Nossa Senhora de Nazareth e a do Senhor dos Afflictos.” (SOUSA, 1861, p. 133).

Acrescidas a estas construções na parte dos fundos da capela e nas suas laterais existem vários conjuntos de carneiras datadas do século XX. Para atender as necessidades da população existe abaixo do conjunto histórico uma construção com estrutura para velório onde ficam os serviços de manutenção. Do lado oposto a esta construção fica outra área murada onde ficam as sepulturas atuais, além do uso das carneiras da parte mais antiga ainda em funcionamento.

Apresenta características semelhantes com outros cemitérios de Santas Casas no Recôncavo, a exemplo de Cachoeira, São Félix, Maragogipe e Santo Amaro: pequenas dimensões, divisão em quadras ou alas, sepulturas de membros das elites locais, passeio com capela, ladeado por muros com portão em duas

[121] “Na obra tumular, o vaso aparece sempre vazio, simbolizando o corpo que se separa da alma.” (BORGES, 2002, p. 213).

ISBN 978-85-92902-01-8

folhas, presença de palmeiras imperiais na entrada (COMERLATO, 2012; COMERLATO, 2013; SANTOS, 2013). Os cemitérios de Santo Amaro, de Maragogipe e de Nazaré foram implantados em colinas afastadas na urbe, conforme pressupostos sanitaristas em voga no século XIX.

Fig. 2. Vista geral do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos

Foto: Fabiana Comerlato, 2015.

A pesquisa[122] teve como objetivo principal o registro das sepulturas do século XIX do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos a fim de obter um panorama das características de cada unidade ao analisar os atributos de forma e decoração através de seus elementos arquitetônicos e artísticos, marcadores de distinção socioeconômica e de enaltecimento do morto. Como observa Jean-Didier Urbain em relação ao a espacialidade do monumento funerário: O lugar é essencial ao luto. Ele é essencial também ao monumento funerário. Um morto sem lugar, em todo lugar e um lugar nenhum ao mesmo tempo, é um morto vagabundo, um fantasma, um ser incerto. (URBAIN, 1999, p. 196).

[122] Esta pesquisa foi realizada no âmbito do projeto de pesquisa "Estudo dos cemitérios das Santas Casas de Misericórdia do Recôncavo Sul da Bahia", edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, PIBIC-AF CNPq/FAPESB/UFRB, anos 2014/2015. Obtivemos a anuência da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré, por meio de pedido formal a instituição, através de ofício a Mesa Provedora.

ISBN 978-85-92902-01-8

Durante o processo da pesquisa, selecionamos seis monumentos funerários, construções datadas entre 1851 a 1867, sendo procedida sua identificação e registro dos elementos arquitetônicos e artísticos. Estes monumentos possuem características em comum são revestidos em mármore com base de alvenaria, estão situados em local de destaque no cemitério e guardam os restos mortais de famílias das elites da cidade de Nazaré.

Metodologia

A metodologia da pesquisa foi estruturada em quatro grandes momentos distintos: 1) apreciação da documentação escrita (primária e secundária) e iconográfica; 2) delineamento dos aportes teóricos metodológicos; 3) realização do trabalho de campo; 4) tratamento, análise e interpretação das diversas fontes documentais oral, escrita, material e iconográfica.

O trabalho de campo consistiu no levantamento de atributos arquitetônicos e decorativos do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, especificando as informações pertinentes às sepulturas, como também, foram feitos os registros fotográficos de cada unidade, do sítio e entorno.

A “Ficha de Registro de Sepultura para Arquitetura e Arte Cemiterial” é um instrumento de pesquisa que proporciona a documentação de cada unidade tumular dos cemitérios, no que se referem à identificação do sepultado, tipo de sepultura e materiais construtivos, ornamentos, gradis, molduras, crucifixos, tipologia das imagens e símbolos decorativos (Fig. 3). Todas estas que foram aplicadas estão preenchidas e documentadas no acervo do Laboratório de Documentação e Arqueologia do Centro de Artes, Humanidades e Letras, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e integram o macro programa para a região denominado “Estudos Cemiteriais do Recôncavo”.

Os campos da ficha se dividem em: identificação do sepultado, localização e orientação, descrição da sepultura, estrutura arquitetônica da sepultura, composição da sepultura, ornamentos, dimensões dos ornamentos, tipologia dos ornamentos, estilos, transcrição do epitáfio, confissão ou rito e dados da pesquisa. Para o estudo da arquitetura e arte cemiterial, os campos mais específicos são: estrutura arquitetônica, composição, ornamentos e signos.

ISBN 978-85-92902-01-8

Quanto aos signos seguimos como parâmetros a classificação de Tânia Andrade Lima, quando sistematiza e codifica os elementos não verbais como signos antropomorfos, signos zoomorfos, signos fitomorfos, signos ligados ao fogo, signos de nobreza ou distinção social e, representações de objetos; os quais apresentam também variações e subdivisões (LIMA, 1994, p. 97-99).

Fig. 3. Trabalho de campo no Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, Nazaré – BA

Foto: Fabiana Comerlato, 2015.

Registro e análise dos monumentos funerários

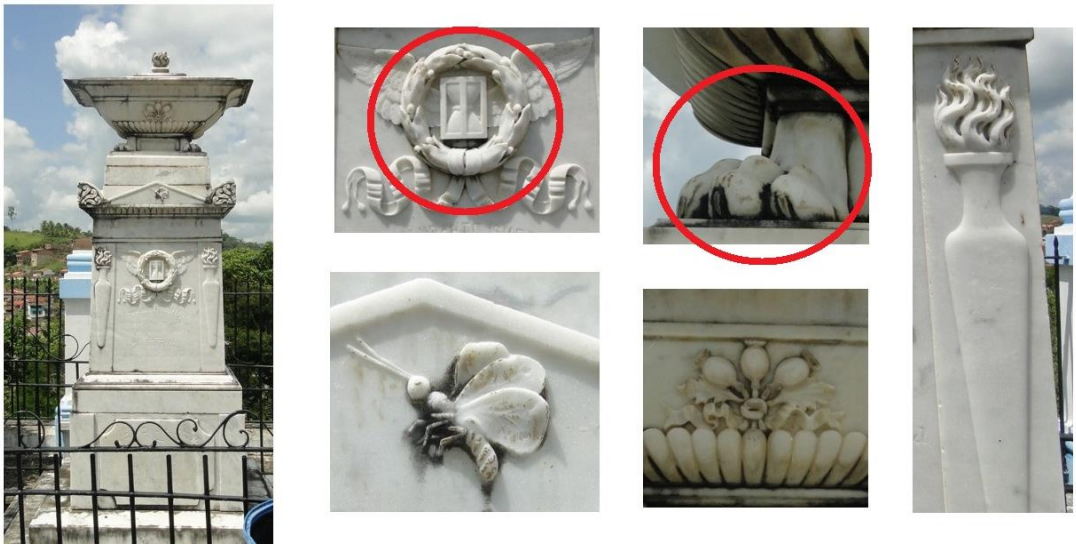
No trabalho de campo, foi possível observar que o cemitério da Santa Casa de Nazaré abriga sepulturas de grandes famílias abastadas da cidade de Nazaré. Por ser um cemitério pertencente a uma irmandade, grande parte dos sepultados possuíam uma posição social elevada e este status manteve-se mesmo após a morte. Estes monumentos cumprem a função de materializar a memória do morto: “(...) o monumento funerário constitui tanto a manifestação da consciência de que o homem é um ser para a morte com o direito de afirmação à memória, como a simbologia funerária em sua significação monumental” (NOGUEIRA, 2012, p. 85).

ISBN 978-85-92902-01-8

Durante o processo de coletada de dados, registramos e analisamos as informações de seis monumentos funerários do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos:

Sepultura de Antonio Francisco Tinta (☆02/08/1809, ✞?/?/1886) **e Maria Angélica da Silva Telles Tinta** (☆?, ✞05/09/1858), registrada com a sigla NA.CS.01: A sepultura do comandante superior Antonio Francisco Tinta e primeira esposa é um monumento apresentando uma edificação retangular, revestida em mármore, com base de dois degraus em alvenaria, é a primeira que se tem a vista na entrada do cemitério (Fig. 4).

Fig. 4. Sepultura de Antonio Francisco Tinta e esposa, ornamentos em destaque, sigla NA.CS.01.



Fotos: Caroline Pereira Teixeira, 2015.

O monumento possui um gradil em ferro fundido com ornamento de volutas em forma de “S” deitado. A urna é encimada com uma chama flamejante e em seu corpo apresenta uma flor de papoula, símbolo do sono eterno, sendo sustentado por patas de leão. Abaixo da urna há um pequeno frontão com uma mariposa esculpida e folhas de acanto em suas extremidades. Abaixo do frontão estão duas tochas voltadas para cima, uma em cada extremidade da sepultura, elementos associados a paixão. Acima do epitáfio está uma coroa de louro com ampulheta alada no centro e fita decorativa compondo o ornamento, simbolizando a ideia de morte inexorável.

É possível notar diversos ornamentos ligados a sua posição social quando em vida, como a coroa de folha de louro, que é um ornamento que remete a vida militar do sepultado e também é um símbolo que o distingue dos demais, o destacando

ISBN 978-85-92902-01-8

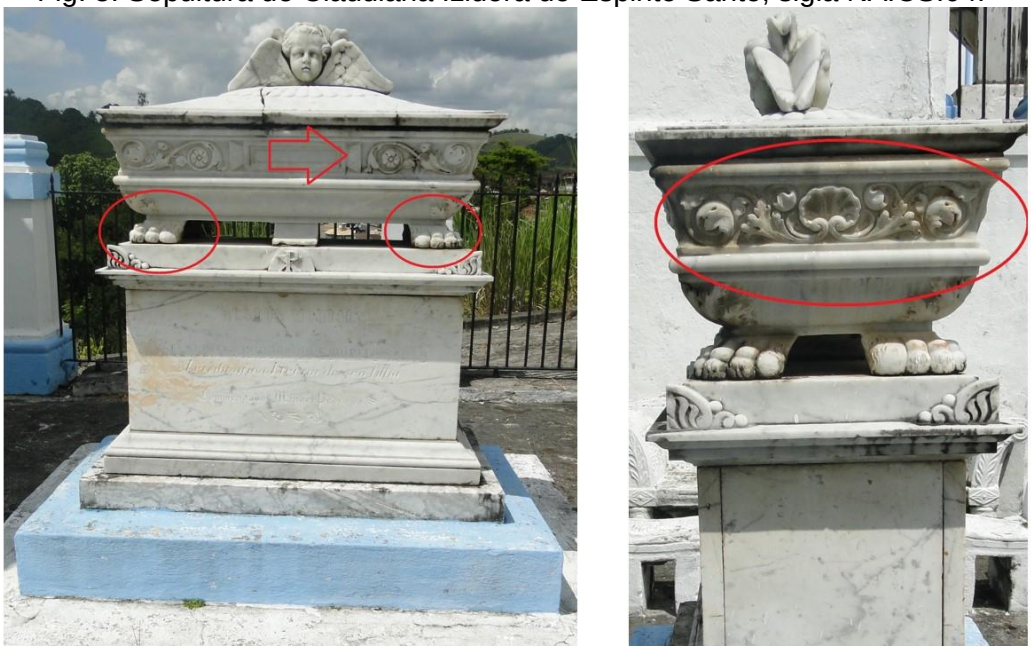
como parte da nobreza daquela cidade. Outro elemento que afirma a posição de nobreza do comandante é a pata de leão, que significa imponência. Esses símbolos eram usados para destacar posição e importância que o sepultado possuía dentro da cidade ou região que morava.

Antonio Francisco Tinta se casou novamente, mas morreu sem deixar filhos. Os signos além de representarem sua posição social, indicam a demonstração de amor eterno a sua primeira esposa, que não sucumbiu nem mesmo pela morte física.

Sepultura de Claudiana Izidora do Espirito Santo (✰?, ✞?), registrada com a sigla NA.CS.04: O epitáfio traz a data de 1853, ano que o monumento foi erigido por seu filho o Comendador Manoel Pedrada Silva em sua homenagem (Fig. 5).

A sepultura com formato retangular é revestida de mármore, no ápice há um querubim, que pousa sobre uma urna funerária. Segundo Philippe Ariès, o querubim representa a alma imortal (ARIÈS, 2014, p. 451). O objeto ainda é decorado com ornamentos clássicos de ramos de folhas de acanto, em suas laterais apresentam ramos de folhas e conchas, e está sustentada por patas de leão. No topo do pedestal apresenta frisos com cantoneiras em folhas de acanto e as letras XP (monograma de Cristo). Claudiana Izidora do Espirito Santo era proprietária do engenho de açúcar “Dous Caraipes”, que pela denominação remete a Vila Caraípe, atual São Felipe (MASSON, 1858, p. 399).

Fig. 5. Sepultura de Claudiana Izidora do Espirito Santo, sigla NA.CS.04.



Fotos: Caroline Pereira Teixeira, 2015.

ISBN 978-85-92902-01-8

Sepultura de Bernardo Jose Teixeira (✰11/12/1806, ✞29/03/1851), registrada com a sigla NA.CS.05: Sepultura do negociante Bernando Jose Teixeira destaca-se pela diferenciação no revestimento em mármore rosa com base retangular de alvenaria, apresentando no topo de pedestal uma urna. A sepultura possui a assinatura do marmorista "F^{co}. de Salles. Largo do S. Julião em LX^{a}.", confeccionada em Lisboa. Possui poucos elementos artísticos com frisos em baixo relevo e frisos com folhas de acanto. A urna da sepultura é sustentada por patas de leão (Fig. 6).

Fig. 6. Sepultura de Bernardo Jose Teixeira, sigla NA.CS.05.

Foto: Fabiana Comerlato, 2015.

Sepultura de Joze Rodrigues da Costa (✰?/03/1822, ✞20/12/1865), registrada com a sigla NA.CS.06: Sepultura feita em mármore com base de alvenaria, composta de uma estela e uma urna a frente da mesma, apoiadas em três degraus. A estela é contornada por folhas de acanto na borda e no ápice é arrematada com uma cruz trilobada. No centro da estela temos um livro aberto com as inscrições do epitáfio e acima deste uma coroa de folhas de louro com fita. A sepultura possui uma urna em formato octogonal repleta de signos. O corpo da urna é decorado com motivos fitomorfos, arranjos de flores e ramos de papoulas. No opérculo estão presentes as folhas de acanto, globo alado, ramo de flores e ampulheta alada. O topo da tampa é arrematado por uma pinha. Por todas estas

ISBN 978-85-92902-01-8

características, além de ter maiores proporções, diferencia-se do padrão até agora descrito de urnas quadradas em pedestal. A sepultura do tenente coronel Joze Rodrigues da Costa, cavaleiro da Ordem de Cristo, foi encomendada por sua esposa D. Joanna Carolina de Souza Roiz Costa e filhos.

Sepultura de Clara, Leonor e Honorio (✰?, ✞?/?/1865), registrada com a sigla NA.CS.28: Sepultura retangular feita em mármore com base de alvenaria. Os ornamentos presentes na sepultura são simples e mais delicados, pois a sepultura guarda os restos mortais de inocentes Clara, Leonor e Honorio. A sepultura possui uma urna no topo, abaixo da urna há signos fitomorfos em cada extremidade e no meio da sepultura. Na parte de traz existem tochas invertidas com flores, uma em cada extremidade da sepultura, simbolizando a interrupção da vida.

Sepultura de Antonio Leite Ribeiro (✰?, ✞?/?/1867), registrada com a sigla NA.CS.29: Sepultura retangular, feita em mármore com urna funerária no topo de pedestal, guarda os restos mortais do Major Antonio Leite Ribeiro. A sepultura não possui nenhum ornamento além da urna, com a observação *in loco se* verificou que possivelmente a mesma possuía algum elemento no seu topo. Na base do pedestal tem gravado a autoria da obra, com o nome da marmoraria e seu endereço: "T. P. Palma, Ladeira da Conceição B[123]". O major esteve junto com Francisco Tinta, ambos oficiais de Guarda Nacional de Nazaré no beija mão ao Imperador D. Pedro II em sua visita a cidade em 1857 (SOUSA, 1861, p. 135).

Considerações finais

Podemos considerar que os monumentos funerários analisados promoveram a diferenciação social através de elementos ornamentais como signos e epitáfios com títulos nobiliárquico, profissionais e militares, gravados em suporte pétreo de requinte e durabilidade (mármore). No cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, não existem grandes túmulos com esculturas de alegorias e imagens cristãs. As sepulturas são de feição neoclássica e de pequeno porte, em que os signos

[123] Thomaz Pereira Palma foi canteiro-marmorista, participou da eleição para a primeira diretoria do Liceu de Artes e Ofícios em 1872 em Salvador (MENDES, 2007, p. 254). Thomaz Pereira Palma era dono de oficina e trabalhou como marmorista e mestre de obras nas obras do cemitério da Igreja de Santana em 1884 e foi escrivão da Irmandade de Nossa da Palma (1887) (LEAL, 1995, p. 60). No interior da capela do cemitério de Nazaré identificamos lápides com trabalho de cantaria rico em detalhes assinadas por T. P. Palma.

ISBN 978-85-92902-01-8

fitomorfos, signos ligados ao fogo, signos de nobreza e representações de objetos foram utilizados para expressar valores morais e cívicos associados ao morto. A estrutura arquitetônica predominante foi a urna com pedestais de patas de leão.

Como aponta Maria Elizia Borges, a burguesia fez dos cemitérios um local de individualismo e distinção, rompendo com o anonimato e valorizando o status do morto (BORGES, 2002, p. 130-131). A função do monumento funerário, no caso do Cemitério Nosso Senhor dos Aflitos, se traduz na transformação de uma memória familiar em memória coletiva por meio da perpetuação de elementos materiais que evocam a lembrança da elite nazarena em meados do século XIX.

Referências

AGUIAR, Lucas Santos. Entre quitandas e molhados: a trajetória de uma mulher que "vive dos seus negócios" – Nazareth, BA (século XIX-XX). In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, 2013, p. 1-18.
ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. 1ª ed. São Paulo: Unesp, 2014.
BARRETO, Gisely Nogueira. Nos caminhos do campo às águas do porto: o vai e vém dos escravos entre o mundo rural e urbano na Villa de Nossa Senhora de Nazareth – 1831-1850. In: **Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural**. Escritas da História: Ver - Sentir – Narrar. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2012, p. 1-11.
BORGES, Maria Elisia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930)**: ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.
COMERLATO, Fabiana. O patrimônio cemiterial do município de Cachoeira, Recôncavo da Bahia. **Revista Habitus**: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. vol. 10, n°2. Jul-dez 2012. p. 203-2014.
COMERLATO, Fabiana; SANTOS, Renata Ramos dos; BULCÃO, Menderson Correia; GOMES, Aline de Souza. Preservação dos cemitérios de Cachoeira e São Félix, Bahia: Apontamentos para a sua conservação. **Revista Inter-legere.** Jan - jun. 2013.
BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. IPAC - Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, Volume III: Monumentos e Sítios do Recôncavo, II Parte. 2ª Ed. Salvador: Secretário da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1997.
JESUS, Elenildo Café de. **Mudanças na paisagem física e social associadas à Ferrovia Estrada de Ferro de Nazaré no Vale do Jiguiriçá, Bahia**. 2007. 84 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Reginal e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.
JESUS, Simone Cristina Figueiredo de. **Viver em Muniz Ferreira**: cotidiano e transformações de uma vila no Recôncavo Baiano (1930-1960). 2010. 233 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.
LEAL, Maria das Graças de Andrade. **A arte de ter um ofício**: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1972). 1995. 320 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.
LIMA, Tânia Andrade. Dos morcegos e caveiras e cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 2, n.1, p.87-150, jan. 1994.
MASSON, Camillo de Lellis (org.). **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia para o anno de 1858**. 4º Anno. Bahia: Typografia de Camillo de Lellis Massan & C., 1858.
MENDES, Cibele. de Mattos. **Práticas e representações artísticas nos cemitérios do Convento de São Francisco e Venerável Ordem Terceira do Carmo**: Salvador, século XIX (1850-1920). 2007. 336 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
NOGUEIRA, Renata de Souza. Elos da memória: passado e presente, cemitério e sociedade. **Vivência**. Revista de Antropologia, n. 39, 2012, p. 81-89.

ISBN 978-85-92902-01-8

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo sul**: terra, homens, economia, poder no século XIX. 2000. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Fidalgos e filantropos:** a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SACRAMENTO, Cleidivaldo de Almeida. **Mundos do Trabalho no Recôncavo Sul:** Cotidiano, trabalhadores, costumes, conflitos e solidariedades. 1879 – 1910. 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Aline Gomes dos. **As representações iconográficas da arte tumular dos cemitérios de Cachoeira-BA.** 2013. 87 f. Monografia (Graduação) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2013.

SOUSA, Pinto (ed.). **Memorias da viagem de suas Magestades Imperiaes a Provincia da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe, e Espirito-Santo**. Rio de Janeiro: Typ. e Livraria de B. X. Pinto de Sousa, 1861. Tomo 1. Bahia.

SPIX, Von & MARTIUS, Von. **Através da Bahia**: Excertos da obra *Reise in Brasilien*. 3ª ed. São Paulo; Rio; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. Transladados a português pelos Drs. Pirajá da Silva e Paulo Wolf.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Nazaré das farinhas, cidade do rio moreno**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2003.

TEIXEIRA, Osvaldo Augusto. **Uma viagem à Bahia da segunda metade do século XIX.** vol. 2. Salvador: Cian, 2011. (Coleção A Viagem de Naeher, 2).

URBAIN, Jean-Didier. Deuil, trace et mémoire. MELOT, Michel (org.). **Cahiers de médiologie**. Paris, Gallimard. Nº 7, 1º sem. 1999, p. 195-200.

ISBN 978-85-92902-01-8

CEMITÉRIOS, MONUMENTOS *IN MEMORIAN* E ARTE PAISAGÍSTICA: O ESPECTRO DA MORTE E O DESENHO DE PAISAGENS FÚNEBRES

Rubens de Andrade
Professor Adjunto da Escola de Belas Artes (EBA/UFRJ) – andrade.rubens@gmail.com

Aldones Nino
Filósofo, Mestrando da Fundação Getúlio Vargas e
Graduando do Curso de História da Arte da Escola de Belas Artes – EBA/UFRJ
aldones.c@gmail.com

As culturas material e imaterial produzidas a partir das relações da sociedade com paisagens fúnebres, vivenciadas no cotidiano urbano, são eleitas como o fio condutor para interpretar a aparência concreta e a essência simbólica inscrita na cidade a partir do signo da finitude humana, ou seja, da morte. Diante de tal premissa, a perspectiva deste trabalho visa refletir de que forma a conjugação entre arte e paisagem materializa no ambiente urbano aspectos próprios dos domínios da morte e do luto que, aqui, serão analisados a partir de obras na esfera da arte urbana, e através da arquitetura paisagística.

Palavras-chave: paisagem fúnebre; morte; arte urbana; paisagismo.

O recorte epistemológico e o elenco de questões

O estudo dos cemitérios e lugares dedicados aos ritos de consagração e a celebração da memória dos mortos na cidade contemporânea, a partir de uma perspectiva artística e paisagística, são possibilidades para se interpretar a construção de paisagens *in situ* e *in visu* de cemitérios, memoriais e demais espaços dedicados à pluralidade de manifestações inscritas no universo ritualístico funerário. As questões que surgem a partir das relações constituídas entre a paisagem e o "espectro da morte" pautam-se por análises de elementos consubstanciados na pedra e na carne, assim como em manifestações imateriais que ganham representatividade a partir de características artísticas e paisagísticas materializadas em cemitérios e memoriais, e em ações de artistas contemporâneos que usam a ideia da morte em seus processos criativos e formulações conceituais. O entrelaçamento estabelecido pelos vetores artístico/paisagístico reafirma as narrativas histórica, artístico-cultural e socioespacial na relação morte *versus* cidade, o que reforça a construção de um campo epistemológico ampliado para explorar processos e fenômenos que ocorrem nos espaços ritualísticos do tecido urbano.

Importa a esta discussão interpretar como as sociedades contemporâneas decifram o impacto do desaparecimento da vida, seja a do seu semelhante, seja a dos seres inumanos e, ainda, o próprio aniquilamento do ambiente urbano onde se tecem relações, negociam-se ideologias e firmam-se trajetórias de vida. Também se faz necessário perceber como as relações, ideologias e as

ISBN 978-85-92902-01-8

trajetórias da vida se projetam na arte urbana e nas diferentes formas de representar a morte no cotidiano da vida urbana.

Dimensões da morte na cidade em perspectiva

As manifestações da morte e de estados fúnebres (luto, dor, tristeza, mal, sofrimento) são duas instâncias de representações distintas e indissociáveis no desenho da paisagem urbana. Ambas vigoram na cidade desde o seu surgimento e estabelecem inequívocas relações entre vivos e mortos; sejam seres humanos ou inumanos, a carne ou a pedra.

Todavia, ao considerar o *modus vivendi* urbano contemporâneo, percebe-se a existência de sentidos e significados subordinados ao domínio da morte e à esfera dos ritos fúnebres, os quais, por sua vez, sinalizam o *modus* de reinterpretação da escala hierárquica e da representatividade de cada uma dessas ordens no cotidiano da cidade. O binômio morte/estados fúnebres potencializa o surgimento de ambientes/ambiências que transmitem, simultaneamente, o tônus da vida, manifestado no corpo social ou nos artefatos que animam a cidade, assim como o vácuo representado pela morte, que se traduz pela dissolução do corpo, aniquilamento das materialidades e, sobretudo, pela extinção das zonas de contato físico, representadas por elementos ou entidades nas quais não mais se evidencia o pulsar da vida e dos processos que transformam a matéria. Tal perspectiva, interposta ao movimento da cidade, consubstancia-se em lugares onde o inanimado, o silêncio, o desaparecimento, o sombrio, o esquecimento e o fantasmagórico se fazem presentes.

Na obra *A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas*, Lewis Mumford afirma que, desde a gênese da cidade, a ideia da morte é algo presente; ele propõe que a cidade dos vivos é ela mesma decorrência da cidade dos mortos. Afinal, *os mortos foram os primeiros a ter uma morada, um espaço, onde o grupo que enterrava seus mortos, provavelmente, retornava a intervalos regulares* (MUMFORD, 2002).

As primeiras manifestações comprovadas do *homo sapiens* com relação à morte precedem, dessa forma, o próprio surgimento das cidades. Por esse motivo, parece haver um caráter fundamental e contraditório no processo de formação da cidade, qual seja: a cidade, desde o seu surgimento, é o palco da vida, mas, inicialmente, ganhou suas primeiras representações a partir da ideia de morte.

Michel Lauwers, outro nome relevante quando o tema da morte inscreve-se na construção da ideia de cidade, aponta em uma direção semelhante à postulada por Lewis Mumford. O autor destaca em sua obra *O nascimento do cemitério: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval*, que *a coabitação dos mortos e dos vivos constitui um dos traços maiores das formas de organização social que se impuseram na Europa ocidental ao longo da Idade Média* (LAUWERS, 2015).

ISBN 978-85-92902-01-8

Diante das prerrogativas apresentadas por ambos os autores, acredita-se que o teor fúnebre que assombra e fascina o homem contemporâneo certamente não é o mesmo que transcende das pirâmides de Gizeh; porém, há de se pensar que, mesmo assim, é possível encontrar semelhanças mais significativas do que, à primeira vista, possam parecer. Dentro dessa perspectiva, pode-se supor que o homem contemporâneo está mais próximo dos antigos egípcios do que se imagina.

A cidade contemporânea continua a conviver com a morte e esse é um fato concreto e irrefutável do nosso cotidiano. Contudo, a sociedade parece restringir a morte – ou qualquer representação que esteja atrelada a ela – a locais sagrados ou dedicados a ritos cerimoniais.

Todavia, a morte se mostra presente no cotidiano urbano de um modo sutil ou espetacular, seja através dos diálogos silenciosos de enlutados que velam seus mortos nas capelas cemiteriais ou, ainda, pelos meios de comunicação que, através do *cyberespaço*, amplificam nas redes sociais e sites de notícias informações de catástrofes, acidentes fatais, atentados terroristas, e por um outro lado, mitigam na população o processo da morte dos seus ícones religiosos, celebridades do mundo das artes e espetáculos ou, mesmo, da biografia de assassinos ou terroristas.

A morte em movimento e o cotidiano da vida urbana

Todos os elementos anteriormente destacados oferecem diversos parâmetros para ler e interpretar a cidade através da perda de vidas humanas, inumanas e de formas inanimadas que se materializam na paisagem. A morte e suas representações *in situ* e *in visu*, inscritas no cemitério, monumentos funerários e demais espaços onde o signo da finitude humana se estabelece, possuem a capacidade de produzir questionamentos valiosos sobre os símbolos em que estão inscritos.

Neste sentido, as questões ligadas à ideia de lugares dedicados aos ritos de consagração e celebração da memória dos mortos na cidade contemporânea e de como os mesmos desenham paisagens específicas, abre-se um campo amplo para análises, as formas plásticas e visuais que a morte adquire na cidade, são diversificadas, desde a arte tumular tradicional (encontrada nos cemitérios da cidade, onde é possível defrontar-se com esculturas típicas que exaltam a religiosidade da fé cristã) a obras de artistas de renome em cemitérios tradicionais dos grandes centros urbanos, tais como o Cemitério da Consolação, em São Paulo, ou o Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro.

Para além da arte funerária, é importante destacar também projetos paisagísticos, obras arquitetônicas em monumentos *in memoriam* e cemitérios como ações de arte urbana que trazem à luz elementos que rememoram a presença dos mortos na paisagem. Os campos santos e os monumentos, que marcam diferentes etapas da história da sociedade, monumentos históricos, *site-specific*, são mecanismos através dos quais atores dos mais diversos matizes conseguem retratar

ISBN 978-85-92902-01-8

dores, recordar sofrimentos e vivificar perdas que só se justificam pelo fato de os vivos terem condições de imortalizar aquilo que atravessou e marcou um tempo histórico e a vida da comunidade.

Superação da dor e do luto através da arte urbana e paisagística

Fragmentos do Muro de Berlim, derrubado em 9 de novembro de 1989, surgem na geografia urbana berlinense e ganham um status de significativo valor; afinal, o mesmo irrompe na atual paisagem como um artefato cuja colocação histórica conquistou novos tons que não mais se distinguem pelo peso fúnebre que, antes da queda, o caracterizava. O Muro ativa e movimenta o imaginário do cidadão alemão e do visitante que se depara com os "vestígios" que sobraram da sua destruição; seus fragmentos não se resumem a meros artefatos de concreto; ao contrário, são hoje matéria em forma de energia a ser transmutada, símbolo vigoroso, signo de um espaço-tempo onde, antes, a morte e o sofrimento grassavam na lógica político-ideológica que ceifava vidas naquele território. Se hoje o Muro de Berlim não mais existe na sua forma original é porque, de fato, a linha de 155 km de extensão deu lugar à potência transformadora da arte. A nova "linha" (Figura 1) que hoje existe não é uma memória esquálida e sisuda que exala escuridão e morte, mas um exercício de arte urbana em que, sem se desprezar as historicidades que trazem à memória a dor e o sofrimento, consegue revelar a possibilidade da tolerância, da união, do renascimento e da cicatrização de feridas profundas, em que a injúria de um tempo de vidas perdidas não teve mais espaço no convívio social.

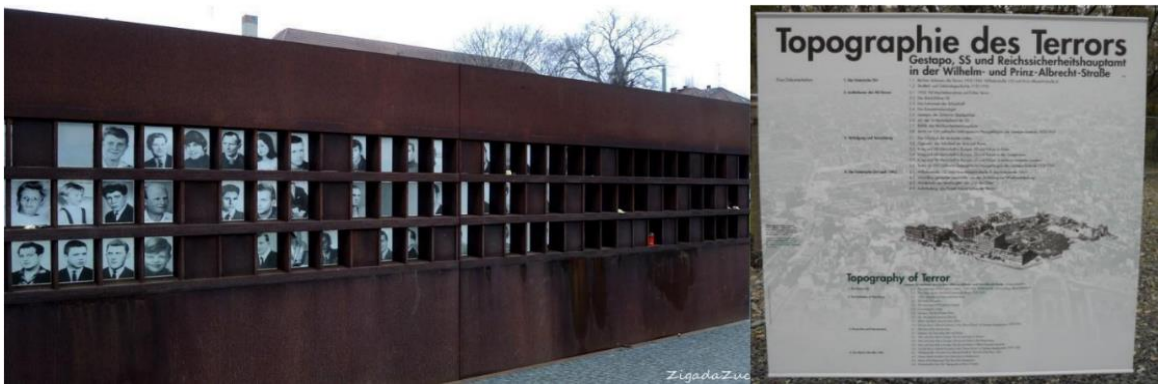


Figura 1: *Berlin Wall Memorial* na *Bernauer Strasse* é o lugar onde as memórias da II Guerra Mundial convivem no cotidiano urbano da cidade. Fonte:http://zigadazuca.com.br/2015/06/memorial-do-muro-de-berlim/

Outro exemplo que demonstra o vigor do domínio da morte e a intermitência dos ritos funerários no tecido urbano, materializado através do desenho da paisagem, é o Memorial do *World Trade Center,* em Nova York. Esse complexo arquitetônico e paisagístico pós-moderno

ISBN 978-85-92902-01-8

(Figura 2) celebra a memória das vítimas do atentado de 11 de Setembro de 2001 às Torres Gêmeas. Ao contrário do exemplo anterior, o memorial é um espaço ritualístico formado por estruturas arquitetônicas envolvidas por jardins cujo projeto recebeu o título de "Refletindo a ausência".

Figura 2: Panorama paisagístico do Memorial do World Trade Center "Refletindo a ausência". Detalhes dos quadrados inscritos nas formas originais das Torres Gêmeas, que hoje surgem metamorfoseados na forma de cascatas que simbolizam a *vida e o renascimento*, de acordo com o paisagista Peter Walker. Destaque para os nomes das vítimas eternizados no granito negro. Fonte: Fotografia gentilmente cedida por Carlos G. Terra.

O arquiteto Michael Arad e o paisagista Peter Walk criaram um ambiente denominado de "Momento de silêncio" onde as pessoas ficam diante de dois quadrados de 4.000m^2, dispostos originalmente onde as torres foram erguidas. Uma vez à frente das monumentais formas geométricas, o observador se depara com largos parapeitos no qual estão gravados os nomes das 2.983 vítimas do ataque terrorista do Al-Qaeda. O desenho paisagístico desses quadrados monumentais é marcado pela presença de quedas d´água, que se projetam de uma altura de nove metros. De acordo com o conceito dos projetistas, essa foi uma das formas que eles encontraram para simbolizar a vida e o renascimento

No Brasil, temos inúmeras referências de paisagens onde a ideia de morte encontra-se bastante imbricada nos monumentos *in memoriam*, que surgem nas mais diversificadas formas e que não seguem, necessariamente, os clássicos arranjos que, em geral, são utilizadas para demarcar, no ambiente construído, os momentos de luto, de perda, de dor e de sofrimento a serem rememorados na paisagem.

O Parque da Juventude em São Paulo é um exemplo de composição de paisagem que não se adapta aos padrões de monumentos *in memoriam*, mas que, na sua essência, demonstra que esta questão é algo latente na ideação de seus espaços. Construído sobre as ruínas do presídio do Carandiru, o Parque da Juventude é um local que, ainda hoje, possui profundas marcas da dor humana e da morte, memórias de sofrimento difíceis de serem apagadas, ainda que o viço do jardim e a dinâmica de usos inerentes ao parque público (projetado pelo escritório dos arquitetos urbanistas

ISBN 978-85-92902-01-8

Rosa Kliass e José Luiz Brenna) sejam os elementos essenciais do projeto paisagístico que redesenhou aquela paisagem. O parque foi construído a partir dos destroços da Casa de Detenção do Carandiru, presídio onde, em 2 de outubro de 1992, 111 detentos foram mortos após a tentativa da polícia militar pôr fim a uma rebelião. Após a tragédia, a estrutura penitenciária entrou em colapso e, em 2002, foi desativada e demolida para dar lugar ao parque público (Figura 3).

O parque projetado trouxe vitalidade para o local através dos usos típicos que qualificam áreas livres dos grandes centros urbanos; além dos aparelhos de esportes e de recantos aprazíveis, foram projetados equipamentos de usos culturais e educativos que alteraram significativamente as características locais daquela paisagem. Independentemente do aspecto lúdico e educativo que hoje a área possui, a memória da dor e do sofrimento está mantida no parque através de vestígios de alguns pavilhões, que surgem na paisagem como “espectros” de uma arquitetura da opressão que não mais existe, mas que revigora a memória daqueles que, de alguma forma, foram atingidos por um momento de profunda dor, em especial as pessoas que perderam familiares de forma violenta e ***desumana***.

Inaugurada em 2003, a nova paisagem que desenhou o *Parque da Juventude*, impôs uma silhueta renovada e original aos 240 mil metros quadrados de área. A arquitetura da paisagem que abrigou por décadas, o exercício do “vigiar” e do “punir” e igualmente, demonstrou a aplicação da letra da lei, também conviveu com a sua omissão, ao renúnciar os criterios fundamentais dos direitos humanos no episódio do massacre do Carandiru. A potência ***desumana*** do evento que marcou o epílogo da existência da Casa de Detenção, ***desmoralizou*** o poder público e expois a toda sociedade a falência do Estado nas esferas política, jurídica e militar.

Figura 3: Panorama dos pavilhões do Complexo do Carandiru em São Paulo, que dez anos após rebelião e o massacre de 111 detentos, foi desativado, tendo alguns de seus pavilhões implodidos e outros adquirido novos usos.

ISBN 978-85-92902-01-8

Fonte: http://noticias.bol.uol.com.br/fotos/imagens-do-dia/2015/10/02/carandiru-de-presidio-modelo-a-palco-de-massacre.htm?fotoNav=1#fotoNav=99

A omissão do Estado culminou em uma ação até então impensável: a morte em massa de dezenas seres humanos; ou seja, a prática vil e hedionda do ***desmanche,*** da ***desagregação,*** da ***desaparição*** de vidas alheias. Vidas que ao longo de suas respectivas trajetórias, tiveram sequestradas de seus cotidianos a possibilidade do gozo de sua cidadania, dos direitos e deveres representada pela educação e o trabalho que, em perspectiva, seriam a força capaz para desenhar percursos alternativos para suas existências. O que de fato se deu foi o oposto, aqueles homens, sejam detentos ou policiais, confrontaram-se com a dor brutal da escolha entre matar ou morrer, com a crueldade e a visão torpe de um Estado ***desorientado*** que contribuiu sobremaneira para o aniquilamento prematuro de vidas, deixando assim o peso doloroso do luto nas familias que perderam seus parentes e na sociedade que foi capturada pelo grotesco gesto de insensatez que marcou aquele lugar.

Apesar dos jardins e dos inúmeros usos lúdicos e educativos concebidos para o parque, os ecos da dor, da solidão e da angústia de almas cerceadas pela ausência de liberdade, não foram apartados ou mesmo mascarados no projeto paisagístico idealizado para o local. A memória daqueles que percorrem alamedas arborizadas, campos gramados e jardins, são ativadas por inúmeros elementos presentes no parque, sejam fragmentos de objetos urbanos como as ruínas arquitetônicas dos antigos pavilhões ou reminiscências imateriais cujas subjetividades vem à superfície em desenhos de paisagens que, se por um lado demonstram um processo de ***desterritorialização*** do antigo *habitus* do complexo do Carandiru - agora transmutado em parque - por outro, ratificam as trajetórias históricas de um lugar atravessado pelo imponderável da existência humana, onde o banido, o isolado, a solitário, o assassino, o estuprador nele residiam.

O potencial transformador da *arte paisagística*, através dos jardins, de esculturas, da arte urbana narrada por meio do grafite e ações de grupos e movimentos sociais, tonifica uma dinâmica espacial de usos no parque onde o fruidor tem a possibilidade de vivenciar experiências anaminéticas, ou seja, exercitar a memória ao confrontar-se com a história do lugar. Esse movimento permite não somente o redimensionamento do lugar, como também, uma leitura da paisagem inscrita a uma nova ordem de valores, tendo como referência, o ambiente pretérito e aquele que se configurou após a implantação do parque na contemporaneidade.

Os olhares do observador ao se aproximar das novas formas que a paisagem das antigas celas adquiriu, são capturados pela arte dos jardins que cadenciam as passarelas construídas em diferentes níveis do que restou dos pavilhões prisionais do Carandiru. Os jardins de cores, formas e texturas distintas, circundam construções cujos atributos arquitetônicos, definem o enquadramento de espaços “vazios” através da permanência de vigas e pilares em seu estado bruto, ou seja, estruturas

ISBN 978-85-92902-01-8

de concreto alquebrantadas pelo tempo, onde vestígios das intempéries, como as marcas da chuva e o limo, expõe aos sentidos do espectador mais atento, o passar de um tempo e a vivência de um espaço que ativa a memória. As recordações enquadradas por jardins e por um ambiente que sugerem um cenário paradisíaco contrasta com a história do lugar e por isso mesmo, remontam a fatos de vidas e acontecimentos que repousam sob o signo do cárcere, da dor, do sofrimento e da morte.

Hoje a paisagem que perpassa as "celas" vazias do Carandiru, não se consubstanciam como vácuos na memória dos que ali vivenciam o espaço; talvez o insepulto cadáver arquitetônico seja uma espécie de prenuncio do armistício entre o concreto que antes aprisionava e que agora, deixa tudo que tem vida, fruir através dele; ou seja um exercício de uma liberdade integralmente sentida em toda a sua potência pelos nossos sentidos. A arte que se faz presente através da visualidade paisagística do jardim, parece ainda imantar o espaço com uma aura edênica, a possibilidade de um lugar onde o silêncio, a paz e o contato direto com a natureza ofereça uma forma aprazível de vivencia desse espaço, por uma lente inversamente proporcional aquela pela qual esse espaço sempre foi interpretado.

Figura 4: Os antigos pavilhões do Complexo do Carandiru após a implantação do parque deram uma nova configuração a paisagem. As paredes derrubadas, deixaram apenas vãos que parecem formar uma espécie de *folies* contemporâneas que atravessa grandes áreas de jardins e cria espaços lúdicos e iluminados em uma área onde antes abrigava a opressão, a dor, e a ausência de liberdade.

Fonte: Fotografia gentilmente cedida por Vera R. Tângari, 2014.

Considerações Finais

A espetacularização da morte através da guerra, do terrorismo, de rebeliões ou ainda, dos ritos fúnebres do luto não apenas movimentam o imaginário social como também, resultam em

ISBN 978-85-92902-01-8

manifestações espaciais que perpetuam os efeitos de lembranças trágicas que se abatem sobre a sociedade. A arquitetura da paisagem, através de intervenções paisagísticas e de ações artísticas, surge, portanto, como elemento singular para a alteração do desenho do ambiente construído, cujo interesse, visa diretamente a manutenção, potencialização ou apagamento de eventos funestos que marcam a história da humanidade. Ou seja, a intervenção na paisagem com este intuito, servir para perpetuar ou, apaziguar lembranças que geraram sofrimentos e deixaram feridas no imaginário social. Nesse sentido, os exemplos aqui elencados apresentados em três momentos, através de distintos espaços geográficos no mundo, como os usos dos espaços da cidade, podem ser guiados por interesses de rememoração que dialogam aos interesses do Estado e da sociedade.

Seja através da reafirmação de eventos ocorridos, como no caso do Memorial do *World Trade Center*, onde além de evidenciar a memória daqueles que foram mortos por um atentado terrorista, o monumento em si, também aponta para riscos presentes na atualidade e realça o potencial das ameaças externas; No caso do *Berlin Wall Memorial* na *Bernauer Strasse,* fica evidenciado a divisão criada pela duplicidade de formas de ser e existir no mundo, no qual sistemas políticos ideológicos se confrontam e lutam por territórios para implementação de seus ideários políticos, assim, o memorial ressalta os vestígios de um conflito de sistemas, no qual a espetacularização das ruínas servem como uma lembrança latente de divisões que resultaram, em última instância, no aniquilamento de vidas; Por fim, o caso brasileiro do *Parque da Juventude*, contribuiu para dar um novo uso e significado a um espaço atrelado e imbuído a vivência trágicas. A proposta de *arte e paisagem* ali estabelecida, de diferentes formas, revela as falhas de um Estado que, mesmo na tentativa de amenizar feridas abertas no imaginário social, ainda assim, não pode ser esquecido por suas ações dúbias e erráticas que à época, e ainda hoje são fortemente contestadas e condenadas pela opinião pública.

Concluímos que as relações estabelecidas entre os diversos atores sociais e acontecimentos atrelados a lembrança da morte, do luto e do sofrimento, são vetores potencializadores da formação de determinados espaços na cidade contemporânea. Os eventos que ocorrem na trama urbana possuem a potência de transformar espaços através da arquitetura da paisagem e da arte paisagística paisagismo que reescreve a essência simbólica inscrita na cidade e propões novas narrativas urbanas. A morte, enquanto um potente signo da finitude humana, dimensiona e tenciona aspectos históricos e sociais. Os domínios da dor, da morte e do luto podem, assim, servir de fio condutor para a compreensão de representações tanto materiais quanto imateriais que surgem no meio urbano. As sociedades contemporâneas decodificam o impacto do desaparecimento da vida e do próprio aniquilamento do ambiente urbano através de representações da memória dos mortos na cidade.

Os conflitos políticos são um sítio onde a dinâmica da morte e do desaparecimento se impõe com notável força; então, a afirmação da memória, por meio de manifestações artísticas, surge como uma reconhecida estratégia de preservação diante da finitude da existência. Para

ISBN 978-85-92902-01-8

compreender a elaboração desses espaços, assim como a sua formatação final, é necessário que se compreenda os significados inscritos ali, que não estão dados na sua figuração, podendo ser acessado apenas na compreensão simbólica dos eventos ocorridos em determinado sítio, assim como, o impacto social dos eventos que ali ocorreram.

Referências

ARIÈS, Philipe. *O homem diante da morte.* São Paulo: Unesp, 1977.

BESSE, Jean-Marc. *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

LAVELLE, Louis. *O mal e o sofrimento.* São Paulo: É realizações, 2011.

TUAN, Yi-fu *Paisagens do medo.* São Paulo: Unesp, 1979

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte.* Rio de Janeiro: FioCruz, 2011.

ISBN 978-85-92902-01-8

TÚMULO DOS SOLDADOS DO FOGO – DAS COMEMORAÇÕES AO ESQUECIMENTO, A UTILIZAÇÃO DE UM TUMULO PARA A CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE.

Julio Cesar de Aguiar Santana, graduando em História, UFMG.
E-mail: jcas40@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem por finalidade pensar as diversas maneiras de se utilizar os monumentos memorialísticos, especificamente uma construção tumular, na construção e desconstrução de uma identidade para uma instituição. A instrumentalização dos marcos de memória dentro de um pensamento coletivo de uma corporação militar e uma compreensão da seleção feita pelo historiador na criação de identidade se aproveitando do contexto social.

Palavras-chave: Túmulo, Corpo de Bombeiros, memória.

A cidade sua fundação e seu aparelhamento.

Em Minas Gerais, por motivações políticas e com intuito de industrializar o Estado, acontecia uma discussão, antes mesmo da proclamação da república, uma briga política para a mudança da capital mineira, uma saída do antigo núcleo colonial de Ouro Preto que lembrava o velho modelo imperial, para outro local que seria positivista.

De acordo com Rabêlo (2013) aconteceu uma votação para a escolha do local onde seria construída a nova capital. Ganhou a disputa a cidade de Belo Horizonte (Curral Del Rey)[124], entre vales e córregos nasceria a nova capital do Estado de Minas Gerais. Para dar inicio a construção foi nomeada uma comissão construtora, na qual o governador Afonso Pena[125] indicou o paraense Aarão Reis[126], para ser o

[124]Curral Del Rey era o antigo nome da cidade de Belo Horizonte, que foi trocado em virtude da disputa do local para a construção da nova capital. Uma vez que seria o nascimento de uma cidade republicana seria melhor não ter um nome que lembrasse o antigo império brasileiro.

[125] Político mineiro, Afonso Augusto Moreira Pena nasceu no dia 30 de novembro de 1847 em Santa Bárbara, Com a proclamação da República, foi eleito deputado constituinte, em 1890, e presidente da província de Minas Gerais, em 1892. Promulgou a lei que mudou a capital mineira de Ouro Preto para o então Curral Del Rei, onde foi construída a cidade de Belo Horizonte. Foi eleito presidente da República, em 1906, apoiado pela aliança política do café-com-leite formada por paulistas e mineiros morreu de pneumonia no dia 14 de junho de 1909 no Rio de Janeiro, sem que tivesse terminado o mandato. Disponível em http://www.historiabrasileira.com/biografias/afonso-pena/Acessado em 18/04/17.

ISBN 978-85-92902-01-8

engenheiro – chefe dessa comissão. O engenheiro imaginou uma cidade que se tornaria o centro administrativo, político, social e cultural do Estado, em conformidade com o pensamento das elites mineiras, e também inspirado nos ideais positivistas dos movimentos republicanos e de acordo com o lema da bandeira brasileira "Ordem e Progresso". Toda cidade obedecia a um traçado geométrico e linear que iria contra as vias estreitas de origem colonial e deveria abrigar cerca de 200 mil habitantes. Segundo Arruda (2000, p.57):

> Belo Horizonte surgiria tendo como ideal ser uma metrópole, não somente de Minas Gerais, mas da República. O projeto da cidade teria sido pensado de forma a escrevê-la no mundo moderno, apresentando-se assim, como espaço para constituição de uma nova sociabilidade.

Sob o olhar da República, uma nova capital surgia formulada e projetada dentro dos ideais republicanos, toda esquadrinhada e planejada dentro de um pensamento de perfeição e objetividade, acompanhando o pensamento vigente na Europa e acompanhando as diretrizes de construção e reformas, acontecidas em Paris.

Assim sendo em 01 de março de 1894, a comissão construtora se instalou no arraial e dois dias depois se iniciou a construção da nova cidade. Dentro dessas novas instalações se encontra também no projeto a construção de um grupamento de combate a incêndio, pois com a modernidade e o novo pensamento urbano, haveria a necessidade deste serviço na cidade, tal qual, as grandes metrópoles pelo mundo afora.

De acordo com Rabêlo (2013, p.51):

> Com o nome de Área Urbana, esta parte concentrava os poderes constituídos do Estado (a sede do Legislativo e Judiciário) e setores de lazer e de serviços, o ultimo compreendendo escolas, igrejas, bancos, comercio, hospitais, corpo de bombeiros, polícia, etc. A chefia do Executivo

---

[126] Aarão Leal de Carvalho Reis, nasceu na cidade de Belém PA em 1853. E morreu na cidade do Rio de Janeiro RJ em 1936. Engenheiro geógrafo, engenheiro civil, professor, político, urbanista. Torna-se engenheiro geógrafo em 1872, bacharel em ciências físicas e matemáticas e engenheiro civil em 1874, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Nos primeiros vinte anos de sua carreira, atua nas áreas de transporte, saneamento, energia e construção civil, como diretor das obras civis e hidráulicas do Ministério da Marinha, entre 1886 e 1889; engenheiro de obras civis e hidráulicas da Estrada de Ferro de Pernambuco, em 1889, e da Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas, em 1890; engenheiro-chefe dos serviços de eletricidade da Estrada de Ferro D. Pedro II, entre 1881 e 1885, e da Estrada de Ferro da Tijuca, em 1891; e engenheiro-arquiteto nos projetos da *Escola Naval*, em 1887, e da *Escola de Aprendizes de Marinheiros*, em 1887, no Rio de Janeiro, ambas não construídas.Foi o responsável pela organização da maior iniciativa urbanística do século XIX no Brasil: a construção da nova capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.Disponível em http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa4987/aarao-reis>Acessado em 18/04/17.

ISBN 978-85-92902-01-8

> se instalaria numa praça (a da Liberdade), em ponto elevado da topografia, dando a imagem da centralização e da majestade do poder, de acordo com a ideologia positivista.

Neste sentido desde a planta até as construções, o planejamento e delimitação de características foram cuidadosamente pensados. Almeida (2013) nos fala que a ordenação era o princípio de tudo, havia lugares definidos para todos os equipamentos necessários para o funcionamento da capital. Dentro deste pensamento também se incluía o cemitério, que com os novos ideais, colocavam a necrópole fora da cidade dos vivos, em um local alto, ventilado evitando os miasmas de acordo com as idéias vigentes.

A Criação do Corpo de Bombeiros.

Apesar de aparecer no projeto, a criação de um grupamento específico de incêndios e catástrofes não saiu do papel e das discussões, pois todos os problemas relacionados a proteção da população eram administrados pela Força Pública, instituição criada ainda em Ouro Preto sob o nome de Guarda Republicana, com a atribuição de auxiliar o Governo na manutenção da ordem.

Segundo Cotta (2006, p.85), "[...] com a promulgação da Constituição Mineira, em 1891, a Guarda Republicana se transformou em Força Pública." que, posteriormente, recebeu outras denominações. Cotta (2006) prossegue nos dizendo que na nova capital do Estado foi criada uma força policial denominada Guarda Civil, que garantiria a tranquilidade, a vigilância e a ordem pública. Ela estava subordinada ao Secretário do Interior e ao Chefe de Policia. Em 1911, esta organização passou a se chamar Força Pública, que tratava de ações militares e de vigilância na nova capital.

Contudo Belo Horizonte ainda não tinha um efetivo específico para o combate a incêndios ou grandes catástrofes. Os problemas que, por ventura, seriam combatidos por esses servidores aconteceram com o crescimento da cidade. Um corpo de servidores treinados para essas necessidades específicas não era novidade em nosso país, pois, em 02 de julho de 1856, o Imperador do Brasil Dom Pedro II (1825-1891) [127], por decreto, instituiu o Corpo Provisório de Bombeiros da

[127]Dom Pedro II nasceu no Palácio da Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, Brasil, no dia 02 de dezembro de 1825. Filho do Imperador Dom Pedro I e da Imperatriz Dona Maria Leopoldina. Era o sétimo filho, mas tornou-se herdeiro do trono brasileiro, com a morte de seus irmãos mais velhos.

ISBN 978-85-92902-01-8

Corte. Ali foram reunidas as Seções de Bombeiros que já existiam para o serviço no antigo Arsenal de Guerra.[128]

Os chamados "sinistros" se multiplicaram na cidade de Belo Horizonte. Vários incêndios em locais públicos e residenciais deixaram a população com medo. Outro problema grave acontecia na cidade: topograficamente, Belo Horizonte é um vale cortado por vários rios e córregos e, em períodos chuvosos, tais rios e córregos transbordavam causando estragos e mortes. Além disso, acidentes com bondes não eram raros e não havia sequer meios de se comunicar com as autoridades.

Portanto, segundo Ferraz (2011, p.27), um grupamento de combate a incêndios era uma necessidade real devido ao crescimento da cidade. Em 1908, um incêndio de grandes proporções queimou o prédio do Grande Hotel. Situado no centro da cidade, o hotel foi completamente destruído pelo fogo, sem, contudo fazer vítimas fatais. Este fato foi estampado nas manchetes dos periódicos da época.

De acordo com Aquino (2013, p.24), no ano seguinte, outros incêndios aconteceram na cidade, trazendo grandes prejuízos financeiros para seus proprietários e pavor à população. Porém, desde 1898, se discutia a criação de uma prestação de serviços especializada em combate a incêndios. A falta de dinheiro e o controle dos gastos do Estado sempre eram as justificativas governamentais para o adiamento da criação do serviço.

Com o acúmulo de prejuízos, o temor da população e a cobrança da imprensa culminaram na promulgação da lei 557, de 31 de agosto de 1911, pelo então Presidente do Estado de Minas Gerais, Julio Bueno Brandão[129] (1858/1931). A lei criou a Seção de Bombeiros. Porém somente um ano depois, houve efetivamente o cumprimento da lei e foram enviados para a cidade do Rio de Janeiro quinze guardas civis para um treinamento no Corpo de Bombeiros da Capital Federal.

Morreu em 1891 em Paris, França, seu corpo encontra-se sepultado em Petrópolis, Rio de Janeiro. Disponível em < https://www.ebiografia.com/dompedro_ii/>Acessado em 21/04/17.

[128]Disponível em < htpp//www.bombeiros.ms.gov.br/historico/patrono -do-corpo-de-bombeiros//html>.

[129] Julio Bueno Brandão nascido na cidade de Ouro Fino, em 11 de julho de 1858. Morreu na cidade do Rio de Janeiro em 21 de março de a931. Governou por duas vezes o estado de Minas Gerais durante a primeira República. Disponível em <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/galeria-de-governadores/10209-julio-bueno-brandão/5794/5241.Acessado em 18/04/17.

ISBN 978-85-92902-01-8

A escolha dos guardas aconteceu por serem eles que patrulhavam a cidade. Quando os "sinistros" [130] aconteciam, eram os primeiros a chegar ao local e, com isso parecia mais apropriado que eles fossem treinados para tomar providências iniciais ate a chegada dos demais bombeiros, que pudessem controlar a situação. Com isso, foram alocados recursos para o envio dos guardas para o Rio de Janeiro, onde ficaram em treinamento por quatro meses. Ao voltarem, não foram aproveitados para dar inicio ao novo grupamento.

Aquino (2013, p.27), afirma que verificando documentação da época redigida ao Chefe de Polícia, os guardas civis voltaram com elogios por parte do Comandante do Corpo de Bombeiros da capital federal, porém, as mesmas fontes também documentaram que houve problemas disciplinares por parte dos Guardas Civis que se envolveram em atos de indisciplina, especificamente o guarda Rodrigo Jose Murta, que se desentendeu com o Sargento Guimarães, instrutor do Corpo de Bombeiros da capital federal. Murta, não aceitou a admoestação do militar contra seus companheiros que diante do ato de indisciplina prendeu o guarda, porém como guarda Murta era civil, não aceitou o tratamento nem tão pouco a prisão disciplinar.

Diante desses acontecimentos não houve aproveitamento desses primeiros enviados, apesar de terem concluído o treinamento. Não havia ainda uma estrutura nem equipamentos para dar inicio aos trabalhos e devido aos problemas já citados, mais quinze homens da Força Pública foram enviados para o Rio de Janeiro para um novo treinamento.

Com isso, segundo Aquino (2013, p. 31), os militares da Força Pública se deslocaram para o Rio de Janeiro e, a Seção do Corpo de Bombeiros foi incorporada a essa Força militar. O treinamento durou de outubro de 1912 a janeiro de 1913. Com o regresso dos militares foi criada a nova Seção de Bombeiros de Minas Gerais, praticamente sem recursos, contudo os militares persistiram no cumprimento do serviço a eles direcionado.

Portanto Aquino (2013, p.31) afirma que ao voltarem, os militares se depararam com problemas inerentes ao serviço de bombeiros e com outros de natureza funcional e

[130] **Sinistro** é uma palavra com origem no termo em latim sinistru e significa esquerdo, funesto, ameaçador, assustador, desgraçado. Também pode ser sinônimo de desastre, acidente, grande prejuízo ou naufrágio. Disponível em <https://www.significados.com.br/sinistro/ >Acessado em 18/04/17.

ISBN 978-85-92902-01-8

material. Como seriam acionados os bombeiros? Quem atenderia aos chamados?Em quais situações eles atuariam? A população ainda não sabia como fazer tais acionamentos, faltavam equipamentos, principalmente água. A cidade sofria com a falta d'água. Ou seja, foi feito um treinamento para um serviço tão específico que nem mesmo a população sabia ainda como poderia utilizá-lo.

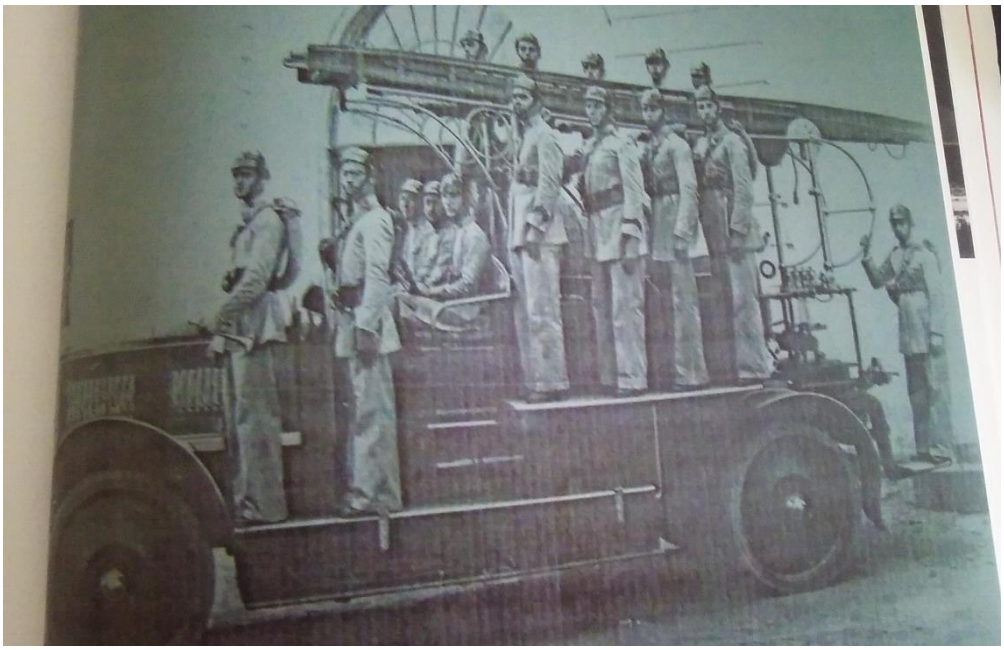
A solução encontrada pelo poder público foi o acionamento, por parte da população, dos guardas-civis que patrulhavam a cidade e, quando necessário, estes buscariam uma caixa avisadora[131],com a qual seria feito contato com o Primeiro Batalhão da Força Pública, onde funcionava a Seção de Bombeiros. Com isso, os bombeiros poderiam se deslocar para o local do "sinistro". Assim nasceu a Corporação dos Corpos de Bombeiros de Minas Gerais, em meio a dificuldades e conflitos sociais que envolviam o cenário político da República.

Seção de Bombeiros de Minas Gerais se consolidou e iniciou seus serviços para a comunidade de Belo Horizonte, haja vista que o aquartelamento e o pequeno efetivo se concentravam na cidade. Os militares da Força Pública também poderiam ser acionados para outras missões de combate armado, pois eram militares treinados para tais eventos. Além disso, os primeiros tempos da República foram marcados por muitas revoltas. A Força Pública era uma tropa reserva da Federação que poderia ser acionada com a justificativa de defender os interesses do país como afirma Aquino (2013).

Fig. 01 Imagem dos novos bombeiros da cidade de Belo Horizonte.

[131] Tipo de caixa trancada com um telefone ligado a delegacia

ISBN 978-85-92902-01-8



Fonte: AQUINO e MARÇAL, 2013, p. 30.

Esse treinamento militar para combate entrava em conflito com o treinamento de salvamento, porém, isso aconteceu em um período conturbado, como já indicado. O Governo, desde a Constituição Federal de 1891, adotou o federalismo aos moldes dos Estados Unidos, onde os estados detinham certa autonomia militar, para reorganizar suas forças policiais assim como pequenos exércitos, pois, ainda havia certo temor de insurreições em favor da monarquia. De acordo com Cotta (2006 p 91):

> Durante toda a Primeira República, a Força Pública era um exército estadual. Seus manuais, cerimônias, treinamentos, processos de formação e atividades eram de natureza bélica. Portanto, respeitadas as especificidades de cada força, a ideologia de intervenção construída para o Exercito encontraria eco nas diversas intervenções da Força Pública e seriam apropriadas e reelaboradas nas décadas subseqüentes.

A instituição apesar de criada para fins de salvamento atuou por inúmeras vezes em combates armados, inclusive no Golpe de 1930[132] toda a Companhia de bombeiros fora enviada para frente de batalha, tendo alguns de seus militares mortos em

[132]A Revolução de 1930 foi um movimento armado, liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais e que resultou em um golpe de Estado, o Golpe de 1930. O Golpe derrubou o então presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e colocou fim à República. Informação disponível em<http://www.sohistoria.com.br> Acessado em 21/04/17.

ISBN 978-85-92902-01-8

combate. Este cenário permaneceu ate o Governo de Getúlio Vargas (1883/1954)[133], que após o final dos combates veio a adotar um regime ditatorial.

Como afirma Aquino (2003), em meio a esse regime o Corpo de Bombeiros foi desvinculado da Força Pública no ano de 1934, passando a se denominar Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Com isso a corporação ganhou novos ares, mas, apesar de desvinculada da Força Pública o Corpo de Bombeiros ainda sofria intervenções da organização policial (seus oficiais e o setor financeiros ainda estavam ligados à administração). Essa formação bélica dos bombeiros militares fazia com que acontecesse um hibridismo de funções.

Em meio a esse antagonismo de ações e operações foi criado e consolidado o serviço do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Sua memória, por outro lado, foi sendo construída e modificada com o tempo. Uma vez que a corporação se iniciou como Guardas Civis, logo após se denominou como Força Pública. Anos depois o Corpo de Bombeiros se desvinculou da Força Pública se tornando independente por 32 anos.

Em 1966, já durante a Ditadura civil militar, por força da Lei nº 4234 de 25 de agosto de 1966, o governador Magalhães Pinto[134] (1909/1996), reincorporou o Corpo de Bombeiros à Policia Militar de Minas Gerais (PMMG), fazendo com que doravante haveria apenas uma força militar no Estado, a PMMG. Por 32 anos as duas instituições militares mineiras, tiveram apenas um comandante que tinha toda a sua formação estritamente policial militar com toda sua carreira dentro da PMMG.

Comemorações e esquecimentos

[133] Getulio Dornelles Vargas nasceu em São Borja/RS em 1883, foi chefe do Governo provisório depois da Revolução de 1930, Presidente eleito pela Constituinte em 1934, implantou a Ditadura do Estado Novo no Brasil em 1937, foi deposto do governo em 1945. Foi eleito Presidente através do voto popular em 1951, foi levado ao suicídio em 1954, onde entra para a historia do Brasil como o melhor Presidente que o país já teve em toda a sua história. Informação disponível em:< http://www.culturabrasil.org/vargas.htm>Acessado em 28/11/16.

[134] Jose de Magalhães Pinto nasceu na cidade de Santo Antônio do Monte (MG), no dia 28 de junho de 1909. Morreu na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em 06 de março de 1996. Foi advogado, economista, banqueiro e político brasileiro com atuação em Minas Gerais, estado do qual foi governador e representou o estado no Congresso Nacional. Disponível em <https://educação.uol.com.br/biografias/magalhaes-pinto.jhtm.>.Acessado em 18/04/17.

ISBN 978-85-92902-01-8

Um dos símbolos de união entre Polícia Militar e Bombeiro Militar foi a construção de um túmulo para homenagear os mortos em combate. Para sacramentá-lo como símbolo de reintegração à instituição policial, o Estado contratou João Scuotto[135], um artista ítalo-brasileiro que havia se transferido, a trabalho para a capital onde praticava e ensinava sua arte. A intenção era a de homenagear os mortos em serviço, e para isso ergueu-se no Cemitério Municipal de Belo Horizonte um túmulo com uma estátua em bronze representando um militar do Corpo de Bombeiros que realiza o toque de silêncio em respeito aos mortos.

Tal construção memorialística visava celebrar o soldado do fogo. Ela atendia aos costumes da época no campo das homenagens militares, quando se erguia uma lápide de estrutura mais simples, que pretendia homenagear a todos, demonstrando uma igualdade aos mortos, sem hierarquias, para se fazer uma homenagem ao soldado desconhecido, pois os que forem lá sepultados não possuíram placas com seus nomes na lápide. Segundo Koselleck(2011,p.93) “Los monumentos a los caídos al soldado desconocido – uno por todos – son la última estación de esta democratización de la muerte”[136]. Ou seja, esses monumentos prestavam uma homenagem que pretendia ser democrática, sem nomes de grandes vultos ou grandes comandantes. Homenageavam o herói soldado, seja ele de qual posto ou graduação hierárquica que fosse.

Fig 02: Imagem da escultura em bronze de um soldado bombeiro efetuando o toque fúnebre de silencio no Cemitério do Bonfim. Obra do artista João Scuotto inaugurada em 1966.

[135] João Scuotto nasceu 1902 em São Paulo, convidado pela marmoaria dos Natalli, mudou-se para Belo Horizonte para ensinar a arte da escultura em bronze. Morreu em Belo Horizonte em 1982. ALMEIDA. Marcelina das Graças de. O ESPAÇO DA MORTE NA CAPITAL MINEIRA. Um ensaio sobre o Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim. **REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL.** Ponta Grossa. 3(2) 187-191, Inverno. 1998. Disponível em https://www.inesul.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional89Acessado em 21/04/17.

[136]O monumento do soldado desconhecido- um por todos – é a última parada para a democratização da morte. Tradução feita pelo autor.

ISBN 978-85-92902-01-8

Fonte: Autoria própria.

De acordo com Marcelino (2011, p. 126) mesmo sendo o culto aos mortos, uma das formas de se externar patriotismo, comumente utilizada pelos militares para afixar na memória coletiva de seus integrantes este senso comum. A comemoração dos mortos teria uma função fundamental nas liturgias cívicas, pois seria aonde se configuraria um sentimento de pertencimento e continuidade de tradições, ocorreria também a manutenção de um pensamento de coletividade nacional.

Rememorar os mortos é uma forma possível de recordar os triunfos de uma instituição militar, mas essa guerra de símbolos é construída de acordo com quem esta no poder. As instituições governamentais seguem o pressuposto de que o governante que esta no comando naquele período, é quem vai ditar a história a ser contada. Sendo assim a construção histórica da Corporação dos bombeiros militares, passa pelo momento político, e em nossa atualidade pela construção de uma identidade independente.

Catroga (1996, p.549) também discute a ritualização da morte como um processo de ritualização do tempo, através de enterramentos cívicos e militares, transformando as cerimônias em liturgias cívicas. Esse pensamento no qual a morte é celebrada dando uma imagem heróica aos pertencentes àquela instituição (no caso, o Corpo

ISBN 978-85-92902-01-8

de Bombeiros) é uma forma pela qual o Estado, tentou colocar para a sociedade que seus heróis devem ser cultuados, como em uma religião cívica, tal qual uma cerimônia religiosa.

Associando ao pensamento de Halbwacks (1991), a lembrança poderia germinar um conceito de memória dentro do coletivo da instituição, fazendo com que a memória do morto herói atravessasse o tempo e eternizasse a corporação através da celebração do feito do defunto ilustre. A repetição dos fatos do passado é um resgate da memória da instituição que será lembrada e relembrada nos atos futuros dos jovens bombeiros.

Contudo após logo após a eleição de Itamar Franco [137](1930/2011), para o cargo de governador de Minas Gerais, , é enviado a Assembléia Legislativa de Minas Gerais o Projeto Lei Complementar nº 19/99 que vai culminar na Emenda Constitucional nº 39 de 02 de junho de 1999, onde novamente o Corpo de Bombeiro é desvinculado da Policia Militar e então passa a se denominar Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, com comando próprio, academia de formação de oficiais e praças independentes, e também desvinculados financeiramente da Policia Militar.

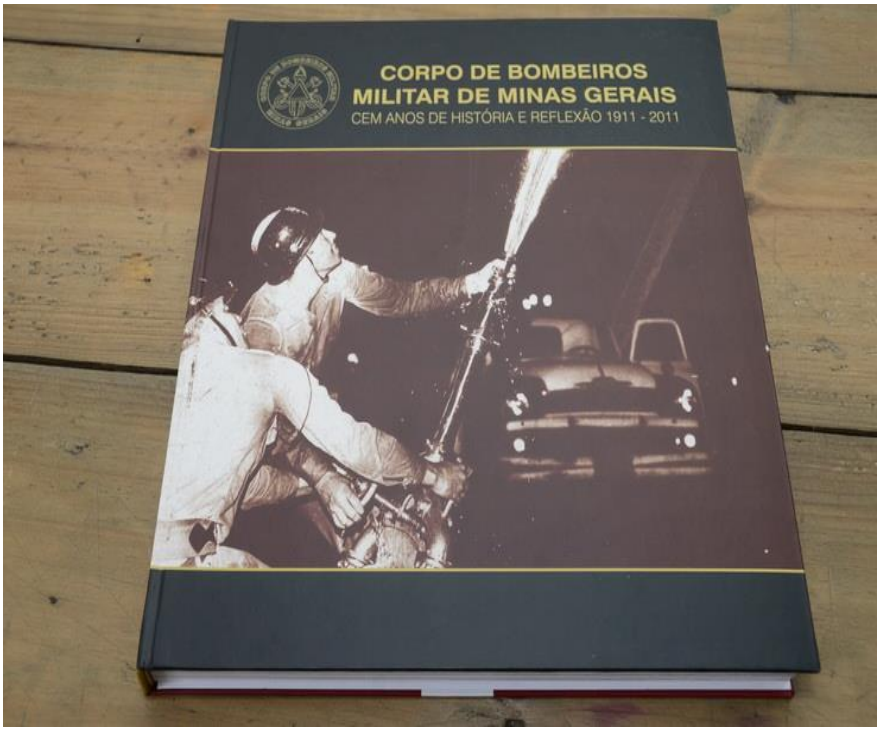
Com um novo comando e a total independência da PMMG, a instituição iniciou a construção de uma identidade própria, uma identidade completamente voltada para o salvamento de vidas. Com a construção de uma nova identidade, a corporação necessitava de um marco temporal através da escrita. Se aproveitando da comemoração dos cem anos da criação do Corpo de Bombeiros, a Instituição começa a se eternizar com um livro comemorativo.

Dentro desse pensamento Catroga (2001, p. 56) indagamos se com a escrita a Corporação conseguirá fixar no imaginário de seus militares uma nova identidade. Haja vista que a sociedade já olha para os militares bombeiros e enxerga o valor de seu trabalho na área de salvamento. Todo esse raciocínio esta elaborado em uma tradição que influenciada fortemente pela memória como fenômeno coletivo.

[137]Itamar Augusto Cantiero Franco nasceu no ano de 1930 em Salvador/BA, foi Presidente do Brasil, Governador de Minas Gerais, Prefeito de Juiz de Fora/MG, morreu em São Paulo em 2011. Disponível em< https://educacao.uol.com.br/biografias/itamar-augusto-cautiero-franco.jhtm >Acessado em 18/04/17. .

ISBN 978-85-92902-01-8

Fig 03: Imagem do Livro Institucional dos cem anos de fundação do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.



Fonte. http://www.jornaloliberal.net/Acessado em 21/04/17.

O livro descreve as dificuldades para se atender as demandas de uma população que cresce desordenadamente e com parcos recursos. Através dessa escrita onde se privilegia uma memória do infortúnio e das tragédias, vai constituindo um pensamento forte tentando estabelecer uma memória coletiva mais vigorosa. No ponto onde a sociedade, que sofre grandes perdas em uma catástrofe, e o militar bombeiro, que tenta de todas as formas amenizar ao máximo o sofrimento da população, dentro dessas ações, de acordo com Candal (2016, p.151) será criada uma identidade, um pensamento.

No entanto o livro ignora o túmulo dos soldados do fogo, em momento algum acontece à menor menção ao monumento tumular. Acontecem várias referências a militares que morreram no combate ao fogo, alguns deles que estão enterrados naquele marco de memória, porém o tumulo não é mencionado.

Ao percebermos que o tumulo é esquecido na narrativa do livro compreendemos a intencionalidade do ato, ao citarmos que o marco memorialístico fora construído para ser um ato comemorativo de reintegração do Corpo de Bombeiros Militar a Policia Militar, e como o livro vem para fortalecer uma identidade independente, seria

ISBN 978-85-92902-01-8

um contra-senso colocá-lo em destaque na obra. Afinal o que o livro se dispõe a mostrar uma nova identidade baseada na independência e no salvar vidas.

Apagar da memória, nos remete a seleção que o historiador faz em sua narrativa. A seleção e manipulação dos fatos para a construção de uma identidade. Segundo Carvalho (1990, p.89) a constituição de uma memória no imaginário coletivo passa por uma guerra simbólica de edificação de certos paradigmas que poderão trazer para o cotidiano um alicerce na construção da identidade. Portanto as comemorações ou o esquecimento de certos monumentos ou acontecimentos também e de grande valia para essa construção.

Cabe ao historiador fazer a interpretação mais verossímil possível do fato histórico. Trabalhar com a memória de uma instituição e um trabalho muito importante e difícil de ser realizado, pois as disputas de poder acontecem a todo o momento. O esquecimento do túmulo foi uma decisão do historiador, poderia ele talvez ressignificar o marco de memória. Mas ele optou simplesmente em esquecer, parafraseando Catroga[138],"O historiador da futuros ao passado.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA. Marcelina das Graças de. O ESPAÇO DA MORTE NA CAPITAL MINEIRA. Um ensaio sobre o Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim. **REVISTA DE HISTORIA REGIONAL.** Ponta Grossa. 3(2) 187-191, Inverno. 1998. Disponível em https://www.inesul.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional89>Acessado em 21/04/17.

_____.CEMITÉRIO E CIDADE: IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MORTE. In: **IV Encontro Nacional de Estudos da Imagem I Encontro Internacional de Estudos da Imagem**. De 07 a 10 de maio 2013 – Londrina – PR. 2013. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/eneimagem/2013/anais2013/trabalhos/pdf/Marcelina%20das%20Gracas%20de%20Almeida.pdf >Acessado em 18/04/17

AQUINO, Wagner Augusto Soares e MARÇAL, Marina Mateus (Org.). **Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais** Cem Anos de História e Reflexão 1911-2011. Belo Horizonte, Rona Editora, 2013.

AQUINO, Wagner Augusto Soares, **CORPO DE BOMBEIROS DE MG**: Criação, Atuação Inicial e Representação, 2009, 56f. Monografia (TCC/Curso de História) Pontifícia Universidade Católica de MG, Belo Horizonte, 2009.

ARRUDA, Rogério Pereira. **Álbum de Bello Horizonte**: signo da construção simbólica de uma cidade no início do século XX. 2000. 216.f. Tese (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2000.

CATROGA, Fernando. "Ritualizações da história". In: ____.; TORGAL, Luis Reis; MENDES, José Amado. **História da História em Portugal. Séculos XIX-XX**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

[138]Conferência proferida pelo prof. Fernando Catroga no dia 27/03/17 no auditório do CAD II sob o tema "A Memória e a História no tronco e nos ramos do saber". A conferência será a aula inaugural do semestre letivo 2017-1, tornando-se parte da Abertura das comemorações dos 60 anos do Curso de Historia da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em < http://historia.fafich.ufmg.br/noticiadet.phd> Acessado em 21/04/17.

ISBN 978-85-92902-01-8

CATROGA, Fernando. “MEMORIA E HISTÓRIA”. In ____: PESAVENTO, Sandra Jatahy**. Fronteiras do Milênio**. Rio Grande do Sul. Ed Ufrgs. 2001
CANDAU, Joel. **Memória e identidade. Tradução.** Maria Leticia Ferreira. 1ª Ed, 3ª reimpressão. São Paulo. Ed Contexto. 2016.
CARVALHO, Jose Murilo de. **A FORMAÇÃO DAS ALMAS**. O IMAGINÁRIO DA REPÚBLICA NO BRASIL. São Paulo. Companhia das Letras. 1990.
CORPO DE BOMBEIROS DE MATO GROSSO. Disponível em < htpp//www.bombeiros.ms.gov.br/historico/patrono -do-corpo-de-bombeiros//html>Acessado em 22/09/ 2016.
COTTA, Albert Francis. **BREVE HISTÓRIA DA POLICIA MILITAR DE MINAS GERAIS**. Belo Horizonte. Ed Crisálida. 2006.
E-BIOGRAFIA- :< https://www.ebiografia.com/tiradentes/> Acessado em 05/12/2016.
ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL.<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa4987/aarao-reis Acessado em 18/04/17.
EDUCAÇÃO UOL BIOGRAFIAS< https://educação.uol.com.br/biografias/magalhaes-pinto.jhtm>Acessado em 18/04/17.
FERRAZ, Alicério Quirino. **O RESGATE DE UMA HISTÓRIA**. Belo Horizonte. 2011.
FGP – CPDOC. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek> Acessado em 05/12/2016.
HALBWACHS Maurice. **A MEMÓRIA COLETIVA**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2ª Ed. São Paulo. Edições Vértice. 1990.
HISTORIA BRASILEIRA. http://www.historiabrasileira.com/biografias/afonso-pena/Acessado em 18/04/17.
KOSELLECK Reinhart. **MODERNIDAD, CULTO A LA MUERT Y MEMORIA NACIONAL**. Madrid. Ed Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.2011.
MARCELINO, Douglas Attila. Os funerais como liturgias cívicas: notas sobre um campo de pesquisas. São Paulo, SP. **Revista Brasileira de História**. v 31, nº 61. Pag 125-144. 2011.
PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS< www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/galeria-de-governadores/10209-julio-bueno-brandão/5794/5241>Acessado em 18/04/17.
RABÊLO, Jose Maria. **BELO HORIZONTE DO ARRAIAL À METRÓPOLE**. 300 Anos de História. Ed Graphar. Ouro Preto, MG. 2013.
SÓ HISTÓRIA -< http://www.sohistoria.com.br/ef2/eravargas/p3.phpa> Acessado em 21/04/17.

ISBN 978-85-92902-01-8